

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE**  
**CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS – CCHEL**  
**PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH**

**VALDIR SESSI**

**“O POVO DO ABISMO”: TRABALHADORES E O APARATO REPRESSIVO  
DURANTE A CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU (1974 – 1987)**

**Marechal Cândido Rondon**

**2015**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE**  
**CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS – CCHEL**  
**PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH**

**VALDIR SESSI**

**“O POVO DO ABISMO”: TRABALHADORES E O APARATO REPRESSIVO  
DURANTE A CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU (1974 – 1987)**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE, *Campus* de Marechal Cândido Rondon, na Linha de Pesquisa Estado e Poder, sob a orientação do Prof. Dr. Marcio Antonio Both da Silva.

**Marechal Cândido Rondon**

**2015**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)

S493p Sessi, Valdir  
"O povo do abismo": trabalhadores e o aparato repressivo durante a construção da Hidrelétrica de Itaipu (1974-1987) / Valdir Sessi. - Marechal Cândido Rondon, 2015.  
293 p.

Orientador: Prof. Dr. Marcio Antonio Both da Silva

Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2015.

1. Usina Hidrelétrica de Itaipu - História. 2. Tortura. 3. UNICON. 4. Brasil - 1974-1979. 5. Brasil - 1979-1985. I. Silva, Marcio Antonio Both da. II. Título.

CDD 22.ed. 981.62  
CIP-NEB 12899

Ficha catalográfica elaborada por Marcia Elisa Sbaraini-Leitzke CRB-9/539



**unioeste**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.

Programa de Pós-Graduação em História

Reconhecido pela Portaria Ministerial - MEC nº 1.077, de 31/08/2012, publicada no DOU de 13/09/2012.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO

### ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM HISTÓRIA

Aos dezenove dias do mês de agosto de 2015, às 15h30min, reuniu-se, em sessão pública, a banca examinadora da defesa de dissertação de mestrado em história constituída pelos professores Dr. Marcio Antônio Both da Silva (Orientador) (UNIOESTE), Dr. Jorge Christian Fernandez (UFMS) e Dr<sup>ª</sup>. Carla Luciana Souza da Silva (UNIOESTE), para avaliarem o trabalho "O Povo do Abismo: trabalhadores e o aparato repressivo durante a construção da hidrelétrica de Itaipu (1974-1987)", apresentado pelo pós-graduando **Valdir Sessi** para a obtenção do título de "Mestre em História" no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História do UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon. A banca examinadora considerou o trabalho Alma da. Nada mais havendo a constar, eu Marcio Antônio Both da Silva, orientador do trabalho, lavrei a presente ata que vai assinada por mim, pelos demais membros da banca examinadora e pelo pós-graduando avaliado.

Marechal Cândido Rondon, 19 de agosto de 2015.

Marcio Antônio Both da Silva  
Orientador

Jorge Christian Fernandez  
Membro

Carla Luciana Souza da Silva  
Membro

Valdir Sessi  
pós-graduando



**unioeste**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46  
Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>  
Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000  
Marechal Cândido Rondon - PR.



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH  
UNIOESTE**

**PARECER DESCRITIVO**

Título da Dissertação: *"O Povo do Abismo: trabalhadores e o aparato repressivo durante a construção da hidrelétrica de Itaipu (1974-1987)"*.

Nome do concluinte: **Valdir Sessi**

Integrantes da Banca:

Prof. Dr. Marcio Antônio Both da Silva (Orientador) (UNIOESTE);

Prof. Dr. Jorge Christian Fernandez (UFMS);

Profª. Drª. Carla Luciana Souza da Silva (UNIOESTE).

Parecer:

<p>Trata-se de um enfoque e problematização totalmente originais. A pesquisa foi extensa, permitindo acesso a documentos até então desconhecidos. Recomenda-se a publicação.</p>

Marechal Cândido Rondon, 19 de agosto de 2015.

*Dedico este trabalho aos meus familiares e amigos. Da mesma forma, aos trabalhadores mortos, torturados e feridos durante a construção da hidrelétrica de Itaipu.*

## AGRADECIMENTOS

Ao Professor, Dr. Marcio Antonio Both da Silva, como orientador, e à Linha de Pesquisa Estado e Poder, por ter me aceitado durante esse período.

Ao Professor, Dr. Jorge Christian Fernandez, pela disponibilidade em estar na Banca Examinadora, além das suas contribuições para a realização deste trabalho.

À Professora, Dra. Carla Luciana da Silva, por fazer parte da Banca Examinadora e pelas oportunidades dadas a mim para auxiliar nas pesquisas relacionadas à Ditadura, no Oeste do Paraná, além das dicas ao longo do curso.

À Coordenação do Curso, Prof. Dr. Davi Félix Schreiner e à Assistente Iraci Maria Wenzel Urnau, pelo atendimento sempre rápido e eficaz, quando eram solicitados documentos e requerimentos.

Ao Jornalista, Aluizio Ferreira Palmar, pelas oportunidades das viagens de pesquisa e a transmissão de conhecimentos relacionados às lutas, ao cárcere e ao exílio.

Aos pesquisadores, Silvio José Bondezan e Odirlei Manarin, pelas boas sugestões durante o processo de escrita desta dissertação.

À Professora e pesquisadora, Nazaré de Oliveira Almeida, pelas boas sugestões, desde quando este trabalho era apenas uma proposta de estudo até a redação final.

Aos colaboradores do Centro de Documentações da Itaipu, pela paciência e pelo acolhimento, quando estive naquele setor.

Aos ex-trabalhadores das Agências de Segurança e aos demais, sem exceção, que se disponibilizaram em dar os depoimentos e deixar suas contribuições para a história.

À atual Gerência da Segurança Empresarial da Itaipu, pelo atendimento e a cordialidade quando estive no referido setor.

Ao Eng.º e chefe do Corpo de Bombeiros da Itaipu Binacional, Ademar Luiz Lenzi, pela facilitação e aproximação junto à Gerência de Segurança Empresarial da Itaipu Binacional.

Por fim, agradeço aos Inspectores da minha equipe de trabalho, na Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu-II, à atual Direção e aos Diretores que por lá passaram, pela facilitação e flexibilidade nas escalas de serviço.

## RESUMO

### **“O povo do abismo”: trabalhadores e o aparato repressivo durante a construção da Hidrelétrica de Itaipu (1974 – 1987)**

Esta dissertação objetiva estudar a organização e a atuação dos aparelhos repressores, formados pelas Agências de Segurança da Itaipu Binacional e pelo Consórcio UNICON, durante o período de 1974 a 1987. Para a realização desta pesquisa, foram selecionadas ocorrências que envolviam os trabalhadores e produzidas pelas secretarias dessas mesmas agências, além de narrativas de trabalhadores e guardas de segurança, pertencentes a esses aparelhos. Neste sentido, o estudo inicia-se com a discussão acerca da origem militar dos agentes, bem como sobre a militarização dos corpos de segurança de cada uma delas. Esta discussão, presente no primeiro capítulo, permitiu, ao longo do estudo, aproximar o aparelhamento militar da ditadura vigente à atuação das referidas agências. Assim, a incidência de torturas contra os trabalhadores, no Canteiro de Obras e nas áreas destinadas à moradia dos trabalhadores, era endossada por um poder mais amplo e que transcendia o próprio Canteiro de Obras. Neste contexto, percebe-se que a formação militarizada ou paramilitar desses agentes deu sentido à transformação do complexo da Itaipu Binacional em uma “Instituição Total”. O mundo policial que se formou em torno dessas agências ou pequenas Unidades Militares tinha uma finalidade, isto é, para além da manutenção da ordem, criar um consenso entre a massa de trabalhadores de que eles estavam todo o tempo sendo vigiados e de que suas ações eram passíveis de punições. Se havia essas características militares e de constante vigilância na sociedade externa ao Canteiro de Obras, necessitava-se, também, de trazer para a usina, em termos de burocracia e práticas, os mesmos procedimentos adotados pelos aparelhos policiais regulares. Assim, as referidas Agências de Segurança mantiveram o signo da tortura e da repressão contra os trabalhadores comuns, durante o tempo que durou a construção da barragem. Os recibos de pessoas, comumente trocados entre os órgãos policiais, quando da entrega e recebimentos de indivíduos presos, foram também adotados pelos setores militarizados da Itaipu. Coroava-se, desta maneira, um complexo esquema repressivo que se mantinha ligado às demais entidades formadoras da base das Comunidades de Informações nacionais. Se, nos primeiros capítulos, o estudo intensificou a análise do aparelhamento policialesco em torno do Canteiro de Obras; nos momentos seguintes, sai da esfera da militarização. Desta outra perspectiva de abordagem, é estudada a dinâmica das contratações e das diversas maneiras que os candidatos a um emprego chegavam ao Centro de Recrutamento das empreiteiras. Muitos trabalhadores tinham uma profissão, e por isso a contratação deles era facilitada. Contudo, havia aqueles que se aventuravam sem qualificação, pois eram oriundos de outro ramo produtivo que estava em decadência, principalmente o da agricultura. Neste sentido, analisa-se a diversificação da origem dos trabalhadores, desmistificando a figura do “barrageiro”, atribuída pela história oficial a todos

aqueles que trabalharam na construção da Usina da Itaipu. Nem todos que vieram e se assentaram como trabalhadores do Consórcio UNICON e em outras empreiteiras, formando os loteamentos irregulares do município de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná, eram “barrageiros”. Neste contexto, muitos se lançavam a uma modalidade de trabalho opressiva e estranha. Não bastassem as duras e estafantes jornadas de trabalho, sob o olhar dos feitores e dos Guardas de Segurança, os homens eram vitimados pelos acidentes de trabalho: conforme subiam as “catedrais de concreto”, aumentavam-se os acidentes, a repressão, as viúvas e os órfãos, que migravam com os demais desempregados para a informalidade local. Por fim, foram estudados os levantes desses trabalhadores inseridos na “Instituição Total”. Muitos problemas referentes à coerção e ao controle ficaram dispersos ou adormecidos até o término do Governo Militar em 1985. Após o referido período de agremiação em sindicatos (1986), os trabalhadores insurgiram-se contra os desmandos das empreiteiras. Porém, nesse momento do período já “democrático”, mais precisamente em 1987, os “barrageiros” foram duramente reprimidos pelas forças públicas. Para isto, tais forças foram auxiliadas pelas informações secretas, produzidas pelo que restava da Assessoria de Segurança de Itaipu. Este levante foi o indicador do que acontecia nas demais greves em todo o Brasil. Quanto mais se anunciava a Assembleia Nacional Constituinte, mais se aumentava a repressão aos movimentos sociais, tal como ocorreu na Usina de Itaipu e que foi problematizado no decorrer do último capítulo dessa dissertação.

**Palavras-chave:** Itaipu. UNICON. Militarização. Tortura. Repressão. Acidentes de trabalho.

## **ABSTRACT**

### **"The people of the abyss": workers and the repressive apparatus during the construction of Itaipu Hydroelectric Dam (1974 - 1987)**

This dissertation seeks to study the organization and the activity of repressive apparatus formed by Binational Itaipu Security Agencies and the UNICON Consortium from 1974 to 1987. For this research, cases have been selected which involved workers and were produced by these agencies' offices, besides narratives of workers and security guards of these agencies. In this sense, the study starts with a discussion about the military origin of these agents, as well as the militarization of those bodies of security. This discussion in the first chapter allowed, throughout the study, to approach the military rigging at that time dictatorship to the action of these agencies. So, the incidence of torture against workers at the Construction Site and on the areas intended to be used as their home was endorsed by a broader power which exceeded the Construction Site itself. In this context, military or paramilitary training of these agents has provided meaning to the transformation of Binational Itaipu complex to a "Total Institution". The police world formed around these agencies or small military units had a purpose, i.e., beyond maintenance of order, to create a consensus among the mass of workers that they were all the time being monitored and their actions liable to punishment. If there were these characteristics of military and constant vigilance in society, it was also necessary to bring to the Construction Site, in terms of bureaucracy and practices, the same procedures adopted by regular police apparatus. This was the way that these security agencies kept the sign of torture and repression against common workers during the construction of the dam. The receipts of people which were commonly exchanged between the police agencies, by the delivery and the receiving from arrested individuals, were also adopted by these militarized sectors of Itaipu. In this way, it was coronated a complex scheme of repression connected to other entities which formed the basis of national information communities. If in the early chapters the study has intensified the analysis of police rigging around the Construction Site, in the following chapters it leaves the pure scope of militarization. In this other approach, the dynamics of hiring and the different ways that the job-seekers arrived at the contractors recruitment center are studied. Many workers already had a profession, and for these ones the hiring was facilitated. However, there were those who tried to get a job with no qualification at all, because they had come from other production branches which were in decadence, mainly from agriculture. In this sense, the diversification of the origin of the workers will be examined, demystifying the figure of the "barrageiro" (Dam-man) attributed by the official history to all those who worked on the construction of the Itaipu's Dam. Not everyone who came and sat as workers for UNICON Consortium and other contractors, forming the irregular subdivisions of Foz do Iguaçu in Paraná state, were "barrageiros" (dam-men). In this context, many were rushing into an oppressive and strange work modality. Not enough the hard and stressing journey of work under the

gaze of the overseers and security guards, men were recklessly victimized by accidents at work: as the "cathedrals of concrete" came up higher, increased the number of accidents, the repression, the widows and orphans who migrated with other unemployed to the local informality. Finally, the uprisings of these workers who entered in the "Total Institution" were studied. Many problems referring to coercion and control lasted dispersed or asleep until the end of the military government in 1985. After this period of junction in trade unions (1986), the workers protested against the excesses of the contractors. However, it was in this already "democratic" moment, more precisely in 1987, that the "barrageiros" (dam-men) were harshly repressed by the public forces. For this purpose, these forces were helped by secret information produced by the remains of Itaipu' Security Advising. This uprising indicated what was happening in other strikes in Brazil. The more the National Constituent Assembly was announced, more and more the repression against social movements increased as occurred in the Itaipu's Dam and it was discussed in the last chapter.

**Keywords:** Itaipu. UNICON. Militarization. Torture. Repression. Work accidents.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> América do Sul .....	24
<b>Figura 2:</b> Organograma Hierárquico das Empresas e suas Agências de Segurança .....	46
<b>Figura 3:</b> Novos Guardas de Segurança da Itaipu prestando o juramento .....	50
<b>Figura 4:</b> Ficha de admissão na UNICON-1978 .....	61
<b>Figura 5:</b> Organograma Hierárquico da Assessoria de Segurança Física da Itaipu .....	66
<b>Figura 6:</b> Mapa da Força.....	67
<b>Figura 7:</b> Ficha disciplinar .....	70
<b>Figura 8:</b> Organograma da Estrutura de uma Unidade Militar do Exército .....	74
<b>Figura 9:</b> Segurança Física da UNICON:Formatura matinal .....	78
<b>Figura 10:</b> Hierarquia por níveis de crachá (A a D).....	80
<b>Figura 11:</b> Crachá de GSI nível “B” .....	82
<b>Figura 12:</b> Homem de Aço -1979.....	85
<b>Figura 13:</b> Equipe de atletismo da Segurança Física da UNICON .....	86
<b>Figura 14:</b> Organograma Hierárquico da segurança física da UNICON .....	89
<b>Figura 15:</b> Organograma hierárquico e comparativo entre as Agências de Segurança da Itaipu e UNICON.....	90
<b>Figura 16:</b> Guarda de Segurança da Itaipu (Vigilância do Passe P), na Ponte Internacional da Amizade no Rio Paraná .....	105
<b>Figura 17:</b> Guardas de Segurança da UNICON .....	106
<b>Figura 18:</b> Tipos de carimbos.....	113
<b>Figura 19:</b> Ficha de admissão na EsNI – 1976.....	117
<b>Figura 20:</b> Ocorrência assinada por Gouveia, na CS em 1981 .....	125
<b>Figura 21:</b> Carimbo pertencente a Cavalli Zimmer, na CS, em 1983 .....	126
<b>Figura 22:</b> Esquema hierárquico AESI/Itaipu .....	128
<b>Figura 23:</b> Recibo de entrega do preso para implantação .....	133
<b>Figura 24:</b> Recibo de entrega de preso: AHÚ .....	134
<b>Figura 25:</b> Recibo de Pessoa-ASF/ME .....	136
<b>Figura 26:</b> Termo de Abertura de Sindicância – SFU, em 1980 .....	140
<b>Figura 27:</b> Nota de remision- ASI-PY.....	144
<b>Figura 28:</b> Charge que demonstra a preocupação com desemprego após as demissões em Itaipu, 1982.....	182

<b>Figura 29:</b> Esquema organizacional de uma Turma de trabalhadores da UNICON .....	185
<b>Figura 30:</b> Total de trabalhadores no Canteiro de Obras: 1974 a 1984.....	186
<b>Figura 31:</b> Anúncio de recrutamento -1978 .....	188
<b>Figura 32:</b> Secção de Armadores no pátio de treinamentos da UNICON-1982 .....	189
<b>Figura 33:</b> Desaparecimento de trabalhador.....	196
<b>Figura 34:</b> Demonstrativo de acidentes fatais - 1976 a 1981 .....	202
<b>Figura 35:</b> Fatores “Internos e Externos” .....	207
<b>Figura 36:</b> Cabo Aéreo e Peiners.....	227
<b>Figura 37:</b> Ocorrência “Acusação de Incitação”, maio de 1978 .....	240
<b>Figura 38:</b> Pedido de Busca-1977 .....	243
<b>Figura 39:</b> Panfleto do SITRACOCIFOZ -1987 .....	253
<b>Figura 40:</b> Esquema da ocupação militar nas greves de 1987.....	256
<b>Figura 41:</b> Sarney e Stroessner em 1987, na Cota 144 da Itaipu. ....	257
<b>Figura 42:</b> Militares posicionados no trevo da Vila “C”, na greve de 1987 .....	266

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Equipe diretiva da Assessoria de Segurança Física da Itaipu Binacional.....	65
<b>Quadro 2:</b> Estrutura de uma Unidade Militar de exército: Nível de comando .....	73
<b>Quadro 3:</b> Quadro da equipe diretiva da Segurança Física da UNICON.....	88
<b>Quadro 4:</b> Requisitos necessários para o ingresso na Segurança Física de Itaipu .....	101
<b>Quadro 5:</b> A logística da Greve de setembro de 1987. ....	270

## LISTA DE ABREVIATURAS

**AESI:** Assessoria Especial de Segurança e Informação  
**AN:** Arquivo Nacional  
**APP:** Arquivo Público do Paraná  
**ASF:** Assessoria de Segurança Física  
**ASI/PY:** Assessoria de Segurança e Informação/Paraguay  
**AU-VI:** Acampamento, Usina e Vigilância  
**BC:** Barreira de Controle  
**BGP:** Batalhão da Guarda Presidencial  
**CAEEB:** Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras  
**CA-VI:** Canteiro, Acampamento e Vigilância  
**CDI:** Centro de Documentações da Itaipu  
**CESP:** Companhia Energética de São Paulo  
**CO:** Canteiro de Obras  
**CF:** Constituição Federal  
**CS:** Coordenação de Segurança  
**DOPS:** Departamento de Ordem Política e Social  
**GC:** Guarita de Controle  
**GS:** Guarda de Segurança  
**GSU:** Guarda de Segurança da UNICON  
**GSI:** Guarda de Segurança da Itaipu  
**IB:** Itaipu Binacional  
**ITAMON:** Itaipu montagem  
**ME:** Margem Esquerda  
**MD:** Margem Direita  
**PE:** Polícia do Exército  
**SFI:** Segurança Física da Itaipu  
**SFU:** Segurança Física da UNICON  
**SICI:** Serviço de Informações e Contra Informações  
**SNI:** Serviço Nacional de Informações  
**UNICON:** União de Construtoras

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>25</b>
<b>CAPÍTULO I</b> .....	<b>41</b>
<b>A ORIGEM JURÍDICA E MILITAR DAS AGÊNCIAS DE SEGURANÇA DA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU</b> .....	<b>41</b>
1.1 AGÊNCIAS DE SEGURANÇA NA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU: ORGANIZAÇÃO E ATRIBUIÇÕES.....	47
1.2 AS DUAS AGÊNCIAS DE SEGURANÇA: ALGUMAS DIFERENÇAS, CONFLITOS E FUNCIONALIDADES .....	76
1.3 QUALIDADES E ASPECTOS INERENTES À FUNÇÃO DE GUARDA DE SEGURANÇA E AGENTES DA AESI .....	99
<b>CAPÍTULO II</b> .....	<b>111</b>
<b>O MUNDO POLICIAL NO CANTEIRO DE OBRAS DA ITAIPU: INSTRUMENTOS E AÇÕES REPRESSORAS</b> .....	<b>111</b>
2.1 OS RECIBOS DE PESSOA: OS TRABALHADORES DA BARRAGEM COMO MERCADORIA .....	130
2.2 AGRESSÕES, PRISÕES E OUTRAS SINDICÂNCIAS.....	148
<b>CAPÍTULO III</b> .....	<b>172</b>
<b>AS CONTRATAÇÕES E A MOBILIDADE NA CONSTRUÇÃO: ENTRE A FRAGILIDADE DO TRABALHADOR E O MITO DO BARRAGEIRO “HOMEM DE AÇO”</b> .....	<b>172</b>
3.1 UM HISTÓRICO DOS AGENCIADOS .....	188
3.2 “O POVO DO ABISMO” E OS <i>BARRAGEIROS</i> HOMENS DE AÇO .....	191
3.2.1 AS PRESSÕES INTERNAS E EXTERNAS AO CANTEIRO DE OBRAS E AS RELAÇÕES COM OS ACIDENTES DE TRABALHO.....	204
3.3 AS VÍTIMAS DO CONTROLE, DO METAL, E DO CONCRETO .....	223
<b>CAPÍTULO IV</b> .....	<b>233</b>
<b>AÇÕES E INFILTRAÇÕES DA ASSESSORIA DE SEGURANÇA FÍSICA NOS PROTESTOS E GREVES</b> .....	<b>233</b>

4.1 A REPRESSÃO NAS GREVES DE 1987 .....	244
4.2 A SEGUNDA GREVE DOS TRABALHADORES DAS EMPREITEIRAS NO CANTEIRO DE OBRAS.....	261
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>274</b>
<b>6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>290</b>
<b>7 TESES.....</b>	<b>292</b>
<b>8 DISSERTAÇÕES .....</b>	<b>292</b>
<b>9 ARTIGOS CIENTÍFICOS .....</b>	<b>292</b>
<b>10 ENTREVISTAS .....</b>	<b>293</b>
<b>11 JORNAIS E REVISTAS.....</b>	<b>294</b>
<b>12 ARQUIVOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA FÍSICA.....</b>	<b>295</b>
<b>13 ARQUIVO NACIONAL .....</b>	<b>295</b>
<b>14 ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ.....</b>	<b>295</b>
<b>15 SITES DA INTERNET .....</b>	<b>295</b>
<b>16 FOTOGRAFIAS.....</b>	<b>295</b>

## APRESENTAÇÃO

A história da Itaipu Binacional é comumente apresentada pelo viés da classe dominante; alguns trabalhos chegam a apontar o olhar da classe dominada, mas carecem de fontes precisas, visto que a história da construção da referida usina compreende o período ditatorial brasileiro e paraguaio, quando as informações eram demasiadamente controladas. Antes de adentrar à apresentação dos quatro capítulos dessa Dissertação, serão apresentados os fatores motivacionais que levaram a pesquisar o aparato repressivo durante a construção da Itaipu Binacional.

Em meados do ano de 1974, a família de origem deste pesquisador saiu do município de Pérola do Oeste, na região Sudeste do Estado do Paraná, com destino a Foz do Iguaçu, também no Paraná. Coincidentemente, essa mudança esteve ligada ao início da montagem e organização daquele que seria considerado um dos maiores Canteiros de Obra do mundo, fazendo do município de Foz do Iguaçu o lugar de muitos que chegavam em busca de novas possibilidades. Mas, a obra de Itaipu não era o alvo dessa família cujo objetivo era tomar conta de uma chácara pertencente ao tio do pesquisador, Sr. Antônio Ortega, empresário de casa de câmbio e membro do núcleo burguês de Foz do Iguaçu e da cidade de Puerto Iguazu, na fronteira do Brasil com a Argentina, lugar este onde residia o Sr. Antonio. Assim, a família chegou ao município.

Nesse sentido, o pesquisador, na época com a idade de sete anos, juntamente com três irmãos menores, passou a residir temporariamente onde se situa atualmente a esquina da Avenida Juscelino Kubitschek com a Rua Rio Branco, nas proximidades da antiga Câmara de Vereadores. Neste endereço, além de estar localizada a região central da cidade, ainda era o lugar da Sede da 6ª Sub Divisão de Polícia, Delegacia da Polícia Federal, Capitania dos Portos do Rio Paraná e Receita Federal.

Nesse curto espaço de tempo (1974-1976) e local, o pesquisador, na profissão de engraxate, pôde vivenciar e aproximar-se do que, atualmente, é o seu objeto de pesquisa e de constantes indagações acerca da opressão e da repressão que campeavam o cotidiano do município. Neste local, bem como em outras fronteiras nacionais, a gestão pública era realizada por nomeações, por se tratar de área de segurança nacional. Era um lugar militarizado e ligado oficial e clandestinamente aos órgãos repressores nacionais e internacionais. Essa vivência como engraxate possibilitou acompanhar o *modus operandis* da

polícia local na execução dos trabalhos de policiamento ostensivo, além de observar a atuação daqueles que recebiam os indivíduos detidos nas sedes das Delegacias de Polícias.

Entretanto, por que questionar a atuação policial num momento reconhecidamente repressivo? Paradoxalmente, se forem acompanhados os problemas que emergem na atualidade, pouco mudou em relação à polícia e aos direitos humanos. Contudo, este estudo se concentra no viés da clandestinidade e da ilegitimidade das operações policiais.

Às vezes, sem ter noção da legalidade e/ou necessidade das opressões tampouco das causas, o pesquisador refletia acerca da tortura explícita aplicada, ainda na rua, àqueles que chegavam e desciam dos veículos (Veraneios e Rurais), na rua Rio Branco, para serem interrogados e autuados. Policiais militares e civis, portando empunhando cassetetes e armas de fogo, sem medo de punições, revezavam-se na recepção de pessoas suspeitas que desciam dos “camburões”. Desta forma, os recepcionistas já estabeleciam o elo com aquele mercado da tortura que, desde o Golpe Civil-militar, tinha se tornado corriqueiro e principal ferramenta dos órgãos de repressão.

Estratificada e banalizada, a tortura presenciada na rua ganhava consistência e lógica, à medida que a história do Golpe Militar de 1964 ganhava consistência. As leituras e contos sobre estes períodos traumáticos corroboraram a visão crítica do futuro pesquisador, mas que, com o ingresso no Serviço Militar Obrigatório, em fevereiro de 1986, foi compreender melhor a configuração do referido período histórico.

Pode-se considerar que a experiência como militar do Exército, no período no Canteiro de Obras, providenciou a identificação com a temática; mesmo que não pretenda ocupar o lugar de fiel testemunha dos fatos históricos, mas de promover a aproximação com o estudo em questão. O estranhamento ou distanciamento natural do objeto de estudo possibilita um dinamismo especial às fontes que serão analisadas a seguir, mesmo estando subjetivamente inserido nessa análise como sujeito desse momento histórico.

Nesse sentido, existem quatro momentos importantes da trajetória mencionada acima, os quais merecem ser descritos, com finalidade de estabelecer a relação com o objeto de pesquisa a saber: Primeiro momento: Testemunho dos acontecimentos relacionados aos setores policiais da época, visto ter morado próximo às delegacias policiais e ter engraxado sapatos nestes ambientes, bem como ter avistado, por várias vezes, os carros com a logomarca “UNICON e Itaipu”, transitando pelo centro da cidade; Segundo momento: O Serviço Militar obrigatório em cujo período o pesquisador esteve, de fato, ligado ao aparelho repressor que servia ao governo. Tempo de Serviço Militar, em 1986, em que nomes como Lamarca, “o traidor”; Vandré, “o subversivo”; Sargento Ortega, “o assassino”, entre outros, eram

lembrados por estabelecer a necessidade de uma luta eterna contra aqueles que ousassem agir contra a instituição militar. Se, por um lado, os militares apresentavam as pessoas consideradas desprezíveis; por outro, faziam os recrutas se lembrar sempre dos heróis da Unidade Militar em questão e dos de fora dela também. Quanto às pessoas de expressão, na Unidade Militar, estava o Coronel Ademar Marques Curvo, listado como torturador no relatório final da Comissão Nacional da Verdade e que, em Foz do Iguaçu, no final da década de 1960, atuou no comando do 1º Batalhão de Fronteiras. Este militar, atualmente nome de uma Escola Pública, participou da prisão e da tortura do pessoal comandado pelo Coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório e pelo Sargento Alberi Vieira dos Santos em 1965, por ocasião do movimento denominado Guerrilha de Três Passos.

A maioria dos oficiais de carreira, denominados (R/1) com o posto de capitão, major e coronel, além dos graduados presentes na Unidade Militar, pela qual o pesquisador passou e atuou como soldado, tinham, na bagagem, a mesma filosofia adotada por aqueles que depuseram o governo em abril de 1964.<sup>1</sup> Terceiro momento: Empregado no Canteiro de Obras, tempo que se configura como o mais importante dos quatro fatores. Com o término do Serviço Militar e o ingresso, em abril de 1987, na empreiteira UNICON como vigilante, quando foi realizada a última etapa das obras do Canal de Desvio, o futuro pesquisador entrava na fase de trabalhador da segurança privada. Muitos trabalhadores desse momento, no que restava das obras de Itaipu, eram oriundos das fases iniciais da construção; e deles saíam as mais diversas histórias acerca da obra como um todo. Histórias que, muitas vezes, enfatizavam o desprezo pelos feitores e Guardas de Segurança e respectivas relações com os

---

<sup>1</sup> Um soldado, que foi também Guarda de Segurança da UNICON, lembra que o coronel Curvo teria dito aos militares os quais estavam perfilados e aos transeuntes que passavam em frente ao batalhão: “Quem manda é a verde oliva”, fazendo alusão às cores predominantes no uniforme do Exército. Num outro momento, este ex-soldado lembra que viu o Coronel Curvo cuspir no rosto do Coronel Jefferson Cardim, quando este estava amarrado em troncos no interior do 1º Batalhão de Fronteira. No entanto, tempos depois, por circunstâncias ainda obscuras, o Coronel Curvo foi assassinado por um militar em seu posto de comando no terceiro andar do pavilhão principal do batalhão. Ainda durante o ano de 1986, ocorreu um fato durante um exercício de apresentação da Unidade Militar a pequenos grupos de soldados. O exercício consistia em apresentar as Secções que compunham o Estado Maior (S/1, S/2, S/3 e S/4) aos novos soldados, a fim de que eles se familiarizassem com estes organismos e sua funcionalidade. Quando os soldados da equipe do pesquisador chegaram à 2ª Secção, o oficial que coordenava os apresentou a uma máquina usada para aplicar choques elétricos naqueles que eram interrogados durante a repressão. É verdade que o militar não teceu comentários acerca de quem foram as vítimas daquele aparelho de “cor verde e desbotado”. Ele limitou-se apenas em demonstrar a utilidade do aparelho num processo de interrogatório. No momento ora relatado, havia passado mais de duas décadas da forte repressão comandada por Ademar Marques Curvo e por outros coronéis. Ainda assim, o comandante, à frente da Unidade em 1986, Coronel Horácio Neves Netto, ousava ideologicamente. Para ele, o comunista deveria ainda ser vigiado. Uma de suas medidas foi a de proibir o uso de capacetes vermelhos pelos proprietários de motocicletas dentro do batalhão. Esta medida, segundo o coronel, era para distanciar o militar dessa ideologia perigosa, se inserida principalmente no interior da Forças Armadas. De certa forma, o pensamento proposto por este militar estava alinhado ao do Ministro do Exército da época (1985-1990), General Leônidas Pires Gonçalves. Foi o Coronel Neves, por exemplo, que esteve à frente da ocupação militar em posições estratégicas da barragem durante a greve de janeiro de 1987, promovida pelas empreiteiras de Itaipu.

trabalhadores. Por fim, o Quarto momento: A Graduação em História, quando o pesquisador revisitou as próprias reflexões acerca do período em que atuou como trabalhador na segurança privada, bem como nos períodos que antecederam o referido momento. Pôde, então, notar alguns aspectos comuns entre os três momentos históricos anteriormente vivenciados, o que possibilitou uma análise não estratificada, mas total, do recorte histórico deste estudo (1974-1987).

Assim, o que a polícia fazia aos detidos na Rua Rio Branco, o que o coronel pensava sobre os comunistas, em 1986, e a memória dos trabalhadores, tudo, aliado ao convívio com os Guardas de Segurança mais antigos, tinha uma característica especial, ligada à repressão. Tal observação e alinhamento dos fatos dos quatro momentos possibilitaram a reinterpretação de obras que faziam relação à Itaipu Binacional como, por exemplo, “Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?”, de Aluizio Palmar; “A taipa das injustiças”, de Juvêncio Mazzarollo; e “Memórias do concreto”, de Maria de Fátima Ribeiro, entre outras.

Ainda durante o período da graduação (2008-2012), surgiu a possibilidade de transformar as ideias engendradas pelo pesquisador em um Trabalho de Conclusão de Curso. Ouvir as pessoas falar sobre a construção da barragem, ou comentar sobre a chacina do Parque Nacional do Iguaçu, detalhada por Aluizio Palmar, apesar de motivar o pesquisador para um estudo mais aprofundado, tal questão foi substituída por aquelas próprias do militarismo e da repressão em Itaipu. Por outro lado, o pesquisador sentiu-se conduzido ao ano de 1974 e à região central da cidade, considerando que, nesse ano, articulavam-se delatores e pessoas ligadas à repressão para atrair, para a morte, o grupo do Sargento Onofre Pinto, possivelmente na Estrada do Colono, interior do Parque Nacional do Iguaçu. Conforme avançava o entendimento do pesquisador sobre a tortura e as ações criminosas do Estado, mais ele se identificava com a pedagogia estabelecida pelos militares nos tempos de soldado, no 34º Batalhão de Infantaria, em 1986.

O evento fundamental por essa identificação foi a Audiência Pública da Comissão Nacional da Verdade, em Foz do Iguaçu. No dia 27 de junho de 2013, na Câmara municipal de Foz do Iguaçu, Izabel Favero, ex-presas e exilada política, depõe à Comissão da Verdade sobre a prisão de um grupo da VAR Palmares, ao qual ela pertencia, na cidade de Nova Aurora, na região oeste do Paraná. Um momento importante do relato de Izabel chama a atenção: as torturas sofridas pelo pessoal desse grupo no interior do quartel do Exército do 1º Batalhão de Fronteira, no início da década de 1970. Conforme Izabel articulava sua narrativa e todos registravam anotações, inconformados com a brutalidade dos torturadores, o pesquisador também fazia as suas. Mas, pode ser que a experiência deste fosse mais intensa,

visto que revivia a memória dos tempos de soldado e se via diante da “maricota”, a máquina “verde desbotada”, de aplicar choques elétricos, e que talvez pudesse ter sido esta a ser usada contra Izabel e contra os demais presos pelos Capitães Areski, Cerdá e os Tenentes Expedito, Jomar, Aramys e outros. Quando esses militantes da VAR Palmares foram presos e torturados por aqúeles militares ligados à repressão, o pesquisador perguntou a si mesmo: “teria sido essa mesma máquina usada contra Izabel e os demais prisioneiros?”.

Outro ponto importante e que merece destaque nesse contexto diz respeito ao Sargento Daniel Ortega. Porém, antes de abordar esse aspecto, primeiramente partes do texto dessa apresentação serão ocupados para lembrar as viagens de pesquisas feitas pelo pesquisador e pelo jornalista e ex-presos político, Aluizio Ferreira Palmar, e, posteriormente, com a professora e também pesquisadora, Dra. Carla Luciana Silva. Nessas viagens com Aluizio, a conversa tratava, entre outros assuntos, principalmente de sua prisão e dos tempos de cárcere no 1º Batalhão de Fronteiras, além de outros presídios pelo qual ele havia passado nos tempos ativos da luta contra a Ditadura civil-militar. Aluizio lembrava-se do cárcere e das vezes em que falava com o Sargento Ortega e da inclinação brizolista deste. Segundo Aluizio, Ortega havia prometido a ele uma facilitação de fuga, a qual não se materializou em virtude de o referido sargento ter liquidado o comandante de sua companhia a tiros, no interior do posto de comando deste mesmo capitão, no final da década de 1960.

Contudo, o que isso tem a ver com as ponderações acerca das relações entre o objeto e o pesquisador? Enquanto Palmar narrava sobre o conhecimento de Ortega, o pesquisador lembrava das histórias e dos locais onde foram mortos o Coronel Curvo, o capitão liquidado pelo Sargento Ortega. Tais locais foram comuns para o pesquisador em 1986, mas só faziam sentido nas narrativas de Palmar e de um Guarda de Segurança da UNICON, que relatou, certa vez, que Ortega havia passado por ele, durante a fuga após a morte do capitão, na guarita dos fundos do batalhão. De acordo com o GSU, Ortega cumprimentou-o, pulou o muro e sumiu na mata para depois incorporar-se às Forças Armadas Argentinas. Enfim, além destes, outros fatos importantes fizeram parte das inquietudes do pesquisador como, por exemplo, o cárcere da 2ª Secção; a masmorra no subsolo da enfermaria, onde provavelmente Olga<sup>2</sup> auxiliava Izabel Favero a se recompor, depois das torturas e do aborto sofrido em virtude do

---

<sup>2</sup> O lugar, o ambiente e o diálogo estreito que poderia ter havido entre Olga e os demais torturadores podem apontá-la como repressora. No entanto, a personagem histórica é apresentada, aqui, de acordo com a visão do pesquisador, ou seja, como funcionária de uma loja de roupas, dentro da Unidade Militar do 1º Batalhão de Fronteira. Por ser mulher e esposa de militar e, assim, possivelmente confiável para guardar sigilo, a ela foi destinada a missão de cuidado da presa, visto não haver funcionárias em tal prisão. Foi Olga quem avisou aos familiares de Izabel Favero que o pessoal de Nova Aurora estava preso na referida Unidade Militar. A motivação de Olga consistia no fato de ela ter se compadecido das condições físicas de Izabel, no cárcere.

grande sofrimento dela; a foto dos “guerrilheiros” de Nova Aurora, tirada em frente ao batalhão e exibida por Izabel no evento da Audiência Pública; assim como a relação das Agências de Segurança, presentes na construção da Itaipu Binacional.

No entanto, essas aproximações têm, para qualquer historiador que se apresenta nessa relação, uma série de problemas. Talvez, o principal seria o fato de a produção historiográfica criar conflitos com os testemunhos ainda vivos (FICO, 2012). Cita-se como exemplo as investigações feitas pela Comissão Nacional da Verdade sobre os crimes de Estado, cometidos pelos militares e por outros agentes da repressão, durante o período da vigência da Ditadura no Brasil. Desta perspectiva, poderia, diferentemente do que ocorre com outros recortes, acontecer uma contestação em relação à escrita e aos depoimentos orais que figuram como fontes importantes nessa pesquisa. Por outro lado, essa contestação eminente poderá estimular o interesse de outros pesquisadores acerca da construção de Itaipu e de sua estrutura, no período do Regime Militar brasileiro, além de outros fatos históricos ligados também ao militarismo e ao período ditatorial na fronteira.

**Figura 1:** América do Sul - Localização da Usina Hidrelétrica de Itaipu



**Fonte:** Itaipu Binacional – Relatório Anual de 1975, p.2

## INTRODUÇÃO

O período militar foi marcado por excessivo exibicionismo e demonstração de um poder econômico atrelado a financiamentos externos que, de certa maneira, não correspondiam à realidade econômica do país. As grandes construções, por exemplo, provinham, recorrentemente, da necessidade e do desejo dos ditadores militares de projetar a importância dos feitos do governo, mas que, muitas vezes, não tinham objetivo social. Uma dessas obras foi a construção da Rodovia Transamazônica, a qual objetivava aparentemente promover a integração das regiões inóspitas, situadas no Norte e Noroeste do Brasil, mas que não atendeu à grande parte de seus objetivos. Não cabe aqui questionar a importância econômica desses empreendimentos dentro de uma organização política, pautada no poder diretamente estabelecido na relação realizações/governo. Cada uma dessas obras se inseria em um contexto e finalidades específicas e justificáveis, apesar de, às vezes, causarem alto custo social e ambiental aos locais onde foram edificadas.

Esse foi o caso da Itaipu Binacional, atualmente premiada pela produção de energia, mas que teve impacto ambiental a partir do seu projeto executado (1974) muito maior que o previsto e originário da década de 1960.

No governo de João Goulart foram feitas as primeiras reuniões e negociações para o aproveitamento hidrelétrico do Rio Paraná. A construção da hidrelétrica seria viabilizada totalmente em território brasileiro, partindo de Guairá, sem causar alagamentos de grandes proporções. O nome da usina seria Hidrelétrica Nacional de Sete Quedas. Na dianteira dos trabalhos, estava o primeiro Deputado Federal da região oeste do Paraná, Lyrio Bertoli (PSD 1963-1967; ARENA 1967-1971)<sup>3</sup>.

Logo que a ideia de se aproveitar o potencial hidrelétrico do Rio Paraná chegou às autoridades paraguaias, foi levantada uma série de questões de ordem diplomática acerca das divisas entre os dois países, na altura do Salto das Sete Quedas, inundado no início da década de 1980. Tal questionamento impediria o Brasil de construir a barragem, sem a participação do Paraguai. Outro ponto importante era a questão do desnível do Rio Paraná, pois não havia espaço para duas barragens, potencializando, neste sentido, a demanda levantada pela chancelaria paraguaia.

---

<sup>3</sup> Câmara dos Deputados-DF. **Biografia**: Disponível: [www.camara.leg.br](http://www.camara.leg.br). Acesso em: 04/10/2013.

O Golpe Civil-Militar de 1964 trouxe consigo a reorganização da política e dos projetos em nível nacional e internacional que estavam em curso, incluindo as questões referentes à Itaipu. Apesar de ter enfrentado inúmeros protestos em Assunção e a franca oposição da Argentina pela construção da hidrelétrica de Itaipu, as autoridades brasileiras conduziram os interesses nacionais que culminaram na assinatura do Tratado de Itaipu, em 1973.

A assinatura do Tratado trouxe benefícios ao Paraguai, pois os empréstimos para a construção foram contraídos pelo Brasil. Além disto, está veiculada também, neste contexto, a forma com que se encerraram as possibilidades de um conflito do Brasil com o país vizinho, acrescentando-se o pensamento geopolítico que acompanhou as estratégias sombrias do período ditatorial, as quais tiveram como principal protagonista Golbery do Couto e Silva, idealizador do Serviço Nacional de Informações.

Considerando-se a mobilização política para a construção da Itaipu Binacional e os conceitos presentes na “Doutrina de Segurança Nacional”, havia mais uma questão de impasse, ou seja, a escolha do lugar onde seria edificado o projeto, desvinculando-o da região de Guairá (SILVA, 1981). Assim, consolidava-se uma união do Brasil com o Paraguai, a qual excluiu e limitou a Argentina de várias ações, uma delas referiu-se à navegação ao longo do Rio Paraná. Neste contexto geopolítico, foram edificadas outras obras importantes que ajudaram a sustentar o fenômeno e o modelo do “Brasil Grande” (HELLER, 1988).

No entanto, nessas grandes obras, a política do imediatismo e a busca da hegemonia por parte dos governos militares trouxeram inúmeros problemas sociais, semelhantes aos da região oeste do Paraná, com a mudança de projeto da Usina. Para além dos problemas diplomáticos, a Itaipu começou a produzir problemas locais como, por exemplo, o inchaço populacional e o surgimento de novos loteamentos desprovidos de infraestrutura, lançados nos arredores da cidade de Foz do Iguaçu. Tais problemas persistem na atualidade.

Embora apenas tangencie o objeto deste estudo, as desapropriações da população da vasta região onde foram construídas a infraestrutura e o lago da barragem também se constituem em uma legião de excluídos a partir de 1976. Sobre este assunto, na Edição de 25 de março de 1981, o Semanário local, Jornal Nosso Tempo, deu ênfase a esta situação, ao noticiar a marcha dos agricultores que denunciavam o descaso da Itaipu na condução da questão que envolvia as desapropriações. Aponta o noticiário que a marcha dos agricultores desapropriados por Itaipu saiu de Itacorá, às nove horas do dia 24 de março de 1981, chegando a Foz do Iguaçu cerca das 10h30min. O noticiário esclarece, ainda, que essa marcha

foi controlada por um pelotão de batedores da Polícia Rodoviária Estadual e por um significativo contingente da Polícia Militar. O jornal aponta, também, que os agricultores manifestantes vieram em número aproximado de 800 pessoas, numa frota de cerca de 200 veículos, vigiados por centenas de agentes de segurança de Itaipu e da Polícia Militar, com baionetas e fuzis em punho. Nota-se, nesta dinâmica, que a Itaipu e sua estrutura militarizada e controladora já se faziam presentes em eventos externos à barragem e, assim, diziam respeito apenas à segurança pública. A referência a este evento, conhecidamente discutido e teoricamente problematizado por estudiosos conceituados, apesar de não se limitar ao interior das barreiras da Itaipu Binacional, é feita neste estudo para apontar a expressão do aparato repressivo e de sua organização. Os agricultores e seus familiares não figuram como internos barrageiros, categoria a ser estudada a seguir, por isso ficarão de fora dessa análise histórica, ligada à repressão e à opressão.

A breve contextualização acerca da instituição Itaipu Binacional serviu para delimitar os rumos que norteariam sua existência: a de uma Empresa Pública Binacional que nasceu incrustada em Foz do Iguaçu, com suas próprias regras, e um Canteiro de Obras e conjunto residencial autônomos da cidade, cuja ordem era mantida por um serviço policial de integrantes ex-militares. Generais e coronéis cujo hábito e comprazimento se pautavam pela repressão trouxeram o *status* da caserna para a vida civil nessa instituição. O documento ministerial, denominado de Ata de Itaipu, tinha em seu conteúdo essas denominações de ordem policial que desvinculou a Itaipu das demais forças públicas ligadas ao policiamento. Neste caso, a origem estruturada dos setores de seguranças (Itaipu e UNICON) está intrinsecamente ligada à própria Ata. Decorre disto o seu ordenamento paramilitar. Aliás, todas as instituições públicas, em Foz do Iguaçu, eram permeadas pela referida identificação. Durante a maior parte da construção da barragem (1974-1984), a cidade foi administrada por um prefeito nomeado pelo ditador General Ernesto Geisel, o Coronel Clóvis Cunha Vianna, cuja administração estava ligada, tal como a do General Jose Costa Cavalcante, Diretor Geral da Itaipu, aos interesses dos militares que governavam o Brasil.

No entanto, se, por um lado, existem fontes suficientes para ser problematizadas sobre a cidade e seus gestores, bem como sobre a desapropriação da área em que a usina foi construída e seu entorno; por outro, há escassez de dados acerca de muitos acontecimentos compreendidos entre 1975 a 1987 no âmbito da barragem, os quais envolveram o militarismo e os Guardas de Segurança e suas orientações para o trabalho; de maneira que este estudo foi motivado pelo aspecto anteriormente citado, com embasamento também em depoimentos

orais, por meio dos quais se pôde expor, com mais riqueza de detalhamento, os fatos ocorridos naquela época. A metodologia, por meio do diálogo com pessoas que pertenceram às Agências de Segurança e outros trabalhadores, possibilitou a produção de documentos que evidenciaram possíveis repressões realizadas pelas Agências de Segurança contra os trabalhadores da barragem de Itaipu, bem como características do momento histórico pelo qual o país passava. Neste sentido, uma das metas para responder aos questionamentos acerca do tema desta pesquisa consiste em aproximar os depoimentos orais a outras fontes, estabelecendo a lógica das inter-relações que envolviam os serviços de segurança e os trabalhadores como um todo. Uma expressiva inclinação e alinhamento das Agências de Segurança com a ditadura pode ser observada nas fontes orais e nos documentos produzidos pela própria Itaipu e pro sua política repressora.

A construção da hidrelétrica de Itaipu foi objeto de vários estudos e exposta a diferentes formas de abordagens, entretanto poucos deram ênfase à estrutura militar montada para dar sustentação e poder, tal como uma construção Binacional mereceu. Entender tais aspectos possibilitou separar os setores exclusivamente de origens civis e os outros com características militares, bem como suas relações no campo da construção e da manutenção da ordem, elemento principal desse estudo. Para além das relações internas da barragem, estava também o poder que emanava dos militares da reserva e de suas atribuições o qual alcançou, em determinado momento da história local, uma significativa interferência na política de Foz do Iguaçu, de maneira que, aos poucos, a cidade foi consumida pelo processo institucional montado pela estrutura da Itaipu e das empreiteiras. O militarismo que norteava as demais lideranças possibilitou à Itaipu um poder de controle e autonomia, de modo que os Guardas de Segurança não participassem nem se misturassem com os demais trabalhadores.

Nesse sentido, o estudo das relações baseadas na repressão que se configurou em maior grau nas décadas de 1970 e 1980 necessita de abordagens que colocam todo este aparato vinculado a uma instituição total, que em comum com outras instituições dessa natureza, controlava as “três esferas da vida” de seus internos, isto é, as atividades básicas como o “descanso, o trabalho e o lazer sendo monitoradas por uma única autoridade e em grandes grupos de indivíduos” (GOFFMAN, 2013).

Se, por um lado, esse caráter institucional racionalizado sustentava o poder dos setores opressivos e repressivos; por outro, edificava-se um poder herdado dos quartéis pelos generais e coronéis; um poder que agia como retaguarda sólida e sustentava o organograma da Itaipu Binacional, isto é, um poder que dava autonomia concreta àquele que decidia sobre as regras

no interior e exterior ao Canteiro de Obras. Em outras palavras, as graduações e os postos ordenavam a hierarquia institucional nas Agências de Segurança. Neste sentido, houve a insistência em se manter os mesmos postos militares da ativa entre os militares licenciados que compuseram os quadros das seguranças no Canteiro de Obras.

Assim, configurou-se, em um primeiro momento, um processo hegemônico concebido pela Itaipu Binacional e baseado no poder econômico e militar, organizando o aparato que competia com o próprio Estado em torno de seu núcleo. Isto possibilitou o recrutamento de integrantes para um corpo paramilitar, com inclinações para seguir as regras promovidas pela Ditadura Civil-Militar. Este era um elemento institucional importante que caracterizava a organização da Itaipu Binacional com normas e regras como, por exemplo, o controle do trabalhador e da família dele. Embora o trabalhador não tivesse o cerceamento de sua liberdade, estava sujeito a uma série de limitações. Neste sentido, as Agências de Segurança militarizadas e as feitorias na produção constituíram as equipes diretivas que controlavam os indivíduos e os mantinham nas frentes de trabalho para que produzissem em harmonia com o que o consórcio de empresas e a própria Itaipu Binacional ofereciam a eles. Contudo, diferente das feitorias, o setor responsável pela coerção tinha autonomia sobre os outros membros dirigentes como os feitores, subcarregados, encarregados, chefes de setores e engenheiros. Tal realidade resultou em razão do próprio mundo a que pertenceu esta equipe e das orientações para o trabalho, isto é, o quadro das Forças Armadas.

O Canteiro de Obras e as vilas residenciais eram as fronteiras onde o controle extrapolava de forma ampla e organizada para as esferas da vida privada do indivíduo. Sobre este aspecto, há que ser observados dois pontos importantes: o primeiro, quanto à infraestrutura montada intramuros, de maneira que os internos, no caso da construção da barragem, pudessem dispor do próprio tempo, após desempenhar suas atividades normais. Para este fim, uma vasta área de recreação foi disponibilizada aos alojados, de maneira que estes ficassem atrelados exclusivamente ao trabalho e a um mínimo de recreação. O outro aspecto se refere aos moradores das vilas residenciais aos quais foi proporcionada uma série de benefícios idênticos aos dos alojados. Embora com liberdade de ir e vir, o policiamento constante e o controle sobre eles sugerem a definição de instituição total apontada por Goffman (2013).

Este estudo verificou uma inclinação da chefia das referidas Agências de Segurança em manter, em seus quadros, somente funcionários que se dispusessem a tratar com rigor

demasiadamente excessivo os trabalhadores ou as pessoas detidas sob suspeita, nas vilas residenciais e no Canteiro de Obras.

Nas ocorrências e sindicâncias, pode-se observar uma tendência em beneficiar aqueles dotados de mais cultura e possibilidade, ou seja, aqueles cujo capital social, econômico e cultural era maior que o dos trabalhadores braçais ou comuns. A vila residencial e a nomenclatura do crachá constituíram um divisor importante, pois resguardavam o detentor de punições e demissões. Geralmente, as denúncias contra essas pessoas, mesmo que resultassem em sindicâncias, dificilmente culminaria em punições, ou seja, a denúncia e as sindicâncias serviam como mero artifício protocolar, para que não fosse dito que as providências não foram tomadas, para que o artifício do perdão fosse documentado.

Pesquisar tais atitudes possibilitou um questionamento à história oficial, cuja abordagem ocultou a participação de membros das seguranças integrantes da AESI<sup>4</sup> em ações conjuntas com órgãos repressores oficiais. Atualmente, os boatos acerca de pessoas envolvidas com a hidrelétrica, sejam sobre desafetos políticos do regime ou sobre trabalhadores concretados durante a execução das obras da barragem, fazem parte de algumas das histórias sobre a construção. Portanto, esta pesquisa dá um novo enfoque aos estudos que trouxeram as ações de repressão norteadoras dos setores de segurança de Itaipu durante a Ditadura Civil-Militar como os trabalhos de Palmar (2012); Silva (2010); Manarin (2008); e Mazarollo (2003). Apesar de algumas dessas obras já apontar para os efeitos repressivos, careciam de fontes como depoimentos orais e de outros documentos, para melhor enquadramento dos fatos. Os documentos produzidos por meio das entrevistas, para este estudo, possibilitaram a aproximação com outros documentos pesquisados nos arquivos da Segurança Física da Itaipu (SFI) (Livro Ata) e no Centro de Documentação da Itaipu Binacional (CDI), além das ocorrências produzidas pela Segurança Física da UNICON (SFU), todos dispostos de forma digitalizada também no CDI. Além dos depoimentos exclusivos dos Guardas de Segurança, foram também realizadas quatro entrevistas com outros trabalhadores de setores diversos para analisar e ponderar acerca das possíveis contradições.

Inicialmente, foi feito o contato com o primeiro Guarda de Segurança a ser entrevistado o qual foi escolhido por ter trabalhado tanto no Consórcio da UNICON, quanto na Segurança Física de Itaipu, no período de 1978 a 2012. Com experiência profissional nas duas Agências de Segurança, a colaboração deste profissional foi substancial, não apenas pela

---

<sup>4</sup> Assessoria Especial de Segurança e Órgão de investigação da Segurança Empresarial de Itaipu, respectivamente.

história de vida naquelas relações, mas também pelas possíveis indicações de outros entrevistados. Juntando-se a isto, a partir da primeira entrevista, foi elaborado um roteiro com questionamentos básicos como, por exemplo: “Qual é a sua origem? Como chegou ao Canteiro de Obras?” “Qual a Unidade Militar onde serviu o Exército?” “Havia prisões: lugar para deixar os trabalhadores detidos para procedimentos?” Tais questionamentos se mostraram, por vezes, constrangedores, motivo pelo qual se optou por substituir os nomes dos entrevistados por pseudônimos, a fim de resguardar a pessoa de cada um deles. Da mesma forma, este procedimento foi usado para a análise dos documentos do Centro de Documentação da Itaipu. Os nomes foram, em sua maioria, apagados; mantendo-se alguns, apenas quando o documento já havia sido publicado anteriormente.

Nesse sentido, a amostra de entrevistados foi selecionada na mesma proporção de Guardas de Segurança e trabalhadores comuns. O roteiro de entrevista foi apresentado diferentemente para cada uma das categorias de trabalhador. A indagação acerca das origens foi a única questão comum aos dois grupos de entrevistados. Durante esses primeiros levantamentos feitos em campo, estava programada a realização de entrevistas junto a um grupo de feitores, indicados pelos entrevistados, mas tal empreendimento não foi levado adiante por dois motivos. O primeiro resultou da própria caracterização da função, isto é, a empresa deu o nome de feitor e com ele a designação histórica de ser ele um indivíduo que tem, nas suas atribuições, a tarefa de vigiar e estimular, de forma violenta, a produção; e punir, caso as normas da empresa não fossem cumpridas, no que se referia à produção. As falas dos trabalhadores foram providenciais para se chegar à resposta acerca da atuação dos feitores. O segundo motivo concentrou-se no acesso aos documentos produzidos pelas Agências de Segurança, disponibilizados por meio de solicitações ao CDI. O acesso posterior a estes documentos, de certa forma, excluiu a necessidade de entrevistas aos feitores, como também excluiriam a mesma necessidade de entrevistar os Guardas de Segurança e outros.

O acesso ao arquivo do CDI, caso acontecesse anteriormente às entrevistas, torná-las iam secundárias, entretanto cabe ressaltar que o Acervo do Arquivo Nacional (AN), disponibilizado pela historiadora e colaboradora, Jussaramar Silva (2013), e acessado posteriormente, equilibrou o pêndulo da importância dos acervos para o diálogo com os depoimentos junto aos trabalhadores.

Nesse sentido, para iniciar a apresentação do estudo “O Povo do Abismo: trabalhadores e o aparato repressivo durante a construção de hidrelétrica de Itaipu (1974-1987)”, o primeiro capítulo apresenta a origem jurídica e militar das Agências de Segurança

como órgãos policiais da instituição e principal equipe diretiva do Canteiro de Obras. Tal análise servirá para que o leitor tenha um melhor entendimento e se familiarize com estas agências que atuaram no Canteiro de Obras e se constituíram como um eficaz e organizado aparelho repressor, denominadas, respectivamente, Assessoria de Segurança Física (ASF) e Segurança Física da UNICON (SFU). Da mesma forma, chama-se atenção para a apropriação do termo “Povo do Abismo”, presente no livro “O Tachão de Ferro”, de autoria de Jack London (1907). O motivo da escolha deste termo é chamar atenção unicamente sobre as características daqueles que habitavam o Canteiro de Obras e as vilas residenciais, visto que o significado do mesmo compreende características que oscilavam e se refletiam naqueles que detinham o controle da produção e da coerção. Neste sentido, o “Povo do Abismo” era formado pela maioria dos trabalhadores das empreiteiras, cerca de 32 mil pessoas para o ano de 1978; trabalhadores que se esgueiravam entre andaimes e galerias, na chuva ou no frio, para alcançar os recordes tão comemorados pelas empreiteiras.

Dessa forma, retomando o assunto referente às Agências de Segurança, elas tinham por finalidade manter a ordem e cristalizaram-se por meio de protocolos e atas trocadas entre as Altas Partes Contratantes, nos momentos anteriores à construção. Por outro lado, essa sustentação jurídica precisava de uma ossatura que mantivesse o signo da ditadura no corpo da segurança e fizesse, desta força, a microextensão das Forças Armadas no interior do Canteiro de Obras e nas áreas que compuseram as vilas residenciais. Tal ossatura se caracterizava pelas simbologias estruturadas e copiadas das Forças Armadas, isto é, baseava-se no militarismo e nos seus ritos. Vale ressaltar que, embora no Paraguai houvesse também essa dinâmica operacional, neste estudo estão inseridas as análises do lado brasileiro desse empreendimento, ou seja, somente a Margem Esquerda (ME).

Agindo com base nessa estruturação, os militares reformados e superiores que implantaram esse serviço de vigilância e policiamento, de certa forma, apenas transportaram e renomearam as atividades daqueles que tinham, no currículo, uma passagem como militar nas Forças Armadas, ou em qualquer outra instituição policial. Mantinha-se, desta forma, a “voz autorizada” da caserna, numa entidade de cunho civil (BOURDIEU, 2008).

Da mesma forma que tais comportamentos se assimilavam a características militares, essas agências consumavam-se como agentes fiscalizadores e apresentavam-se numa hierarquia operacional que as faziam pertencer ao núcleo dos que compuseram os “membros das equipes dirigentes” (GOFFMAN, 2013). Contudo, cabe ressaltar que, na lógica institucional que estavam inseridas as duas agências (ASF e SFU), cujo esquema operacional

era de uma equipe diretriva (*idem*), ainda assim esses núcleos repressivos e opressivos também pertenciam ao mundo dos internos e eram sujeitos à intensa vigilância de seus membros, além das demais fiscalizações.

O esclarecimento acerca da operacionalidade de cada uma das agências ajudará o leitor a compreender a dinâmica das sindicâncias, das ocorrências e dos recibos de pessoa produzidos nos intermináveis plantões, seja do trabalhador braçal ou do Guarda de Segurança (GS).

A construção da barragem de Itaipu era considerada um empreendimento atípico para o caso brasileiro, visto que não havia ainda uma obra e uma proposta de canteiro dessa magnitude. Assim, se a contratação de trabalhadores para as obras civis preocupava os gestores, a manutenção nos termos policiais desse canteiro também era permeada de preocupações.

Dessa forma, no ato seguinte da elaboração do Tratado de Itaipu em 1974, no final do ano de 1975 houve a elaboração e ratificação do Contrato 108/75, documento que unia, em consórcio, as maiores empresas do ramo da construção civil brasileira. Não obstante a essa união entre as construtoras nacionais, cada uma delas trouxe, a tiracolo, uma empresa do ramo, só que paraguaia. Nestes termos, aniquilou-se a possibilidade de concorrências, pois as que sobraram não tinham capitais, tampouco *know-how* em grandes obras. Da mesma forma, o aparato repressivo seguiu também essa dinâmica.

De onde saíam os agentes repressores para atuar intramuros nessa instituição, senão do interior das Forças Armadas? Tal ambiente, à época, era reduto de torturadores e lugar de onde emanava a “Doutrina de Segurança Nacional”. Parece óbvio que os militares queriam dinamizar as tais agências, dando a elas a mesma capacidade operacional de uma Unidade Militar. Desta perspectiva, este estudo busca responder a tais indagações acerca dessa aproximação que agradava àqueles que as compunham, mas desagradava aos que eram atingidos por ela.

O Contrato 108/75 teve, nessa questão, importância fundamental, pois além de demonstrar que havia uma segurança no núcleo das empreiteiras, com homens recrutados nos dois países, o documento também apresentava a subordinação da Agência de Segurança da UNICON à Segurança da Estatal, a saber, a SFI. Apesar da autonomia com relação à repressão aos trabalhadores, a SFU devia seguir os protocolos estabelecidos no Contrato 108/75. Entretanto, os depoimentos conseguidos junto aos Guardas de Segurança dessas

agências não mencionavam tal contrato, tampouco aparecia essa subordinação empresarial, de maneira que esta evidência, constatada nas fontes documentais, foi um achado dessa pesquisa.

Assim sendo, o primeiro capítulo faz referências às originalidades e à composição da força repressora militarizada da Itaipu Binacional e da União de Construtoras cujo papel foi importante no processo da mobilização e do controle dos trabalhadores, no interior do Canteiro de Obras e das vilas residenciais. Suas diferenças conjunturais, bem como os demais aspectos serão demonstrados no desenvolvimento do texto; e, por meio disso, serão desenvolvidos os demais capítulos desse estudo. As Agências de Segurança determinavam o controle do “Povo do Abismo” (LONDON, 2003), isto é, era o aparelho policial que intervia quando solicitado, que apaziguava em algumas vezes, mas que agiam com violência extrema e sem necessidade.

No segundo capítulo, estuda-se a dinâmica do mundo policial que se estabeleceu após a legitimação dessas Agências de Segurança como órgãos policiais e equipes diretivas de fato. As análises documentais permitiram observar que, dentro dessa organização, caracterizada por excessiva burocracia, havia muitas ações orientadas pelo mesmo esquema estrutural das forças repressoras públicas. Dentre essas ações, estavam a realização de interrogatórios; a emissão de recibos de pessoa; e a prisão de trabalhadores, com a finalidade de elaboração de inquéritos. Vale salientar que, se, por um lado, na construção de Itaipu havia o vínculo trabalhista; por outro, também existiam a instituição reguladora e a presença de elementos ditatoriais que potencializavam a organização totalitária.

A análise que enquadra o complexo da Usina como uma instituição total, nos termos de Ervig Goffman (2013), de forma alguma pretendeu tirar a presença constante e criteriosa da ditadura à qual serão direcionados, ao longo desse estudo, os setores de segurança. Esta presença, juntamente com a vinda desses integrantes dos quartéis, foi importante para aquela organização, pois ajudou na elaboração do aparelhamento burocrático e operacional dessas agências.

Mas, se havia agências distintas, existiam também serviços secretos distintos. Se a Segurança Física da UNICON (SFU) contava com um serviço secreto que realizava as sindicâncias e outros serviços investigativos, a Segurança Física da Itaipu (SFI) tinha um serviço profissional e em consonância com as normas da Escola Nacional de Informações (EsNI). Esta Escola era o núcleo para onde eram encaminhados e saíam treinados os agentes designados pelas Forças Armadas, ministérios civis e militares e pelas empresas estatais. Isso ocorreu com a Itaipu Binacional e com sua Assessoria Especial de Segurança e Informações

(AESI). Já, para o caso da SFU, não foi observado este dispositivo. Esta realizava todos os tipos de intervenções junto aos trabalhadores, mas não possuía e tampouco encaminhava agentes para cursar na EsNI. Apesar de ter um serviço secreto, seu campo de atuação era restrito ao Canteiro de Obras.

Por outro lado, a AESI tinha um organograma que a tornava parte da Comunidade de Informações, idealizada pelos militares, com mais ênfase, após a tomada do Estado, em 1964. Alguns de seus agentes já fazem parte desse contexto; outros foram treinados posteriormente. A AESI possuía outros objetivos para além das detenções de trabalhadores, da emissão de recibos de pessoa e das sindicâncias. Esse serviço secreto acompanhava a dinâmica da construção por outro ângulo, sempre mantendo a aproximação com as demais polícias e Forças Armadas; característica que se perpetuou durante a construção. A segurança da UNICON não tinha um serviço secreto elitizado de renome para recrutá-los para a EsNI. Porém, diferentemente da AESI, este segmento, na SFU, era responsável pela elaboração dos inquéritos, prisões e tortura a trabalhadores durante os interrogatórios; ao menos na UNICON, esse serviço agia nos moldes básicos da repressão. Um de seus objetivos era justamente investigar, interrogar e, para isso, deveriam manter-se infiltrados junto aos trabalhadores. Algumas narrativas (EDGAR, 2012; AMÉRICO, 2014; BETO, 2012) demonstram essa habilidade e aproximação com o organograma militar.

Este capítulo propõe os mecanismos das Unidades Militares, adotados pelas Agências de Segurança, e os documentos que as tornavam independentes nas ações repressoras aos trabalhadores. As torturas e as prisões foram a parte mais traumática do controle dos trabalhadores. A sujeição dos internos a estes procedimentos brutais, adotados pelos militares durante a construção, era característica do próprio momento histórico. Se não se sujeitassem aos setores policiais, ficariam desempregados. Além disso, havia a sujeição do trabalhador e suas famílias às polícias nas ruas. Eram esses fatores que faziam os trabalhadores voltarem calados dos interrogatórios, após serem torturados. Aqueles que ousassem denunciar eram demitidos sob o pretexto da baixa produção. Esses eram os sujeitos históricos, trabalhadores que chegaram, por diversas vias, para ajudar na construção da maior hidrelétrica do mundo.

O terceiro capítulo estuda as contratações mais ligadas aos agenciados e àqueles aventureiros que migravam para o município de Foz do Iguaçu, em busca de novas possibilidades de vida. Essas contratações aconteciam por meio de duas circunstâncias. Na primeira, o trabalhador, contando com seus próprios recursos, chegava até o recrutamento das empreiteiras. A segunda acontecia por meio do agenciamento na origem, isto é, os

trabalhadores eram alcançados pelos agenciadores, nos lugares onde grandes obras estavam em vias de terminar. Os agenciadores, cujo vínculo trabalhista estava diretamente ligado às empreiteiras, recrutavam e davam suporte para a viagem. Além disso, providenciavam os primeiros encaminhamentos para a contratação. Aliás, essa contratação só se efetivava após a passagem pelo recrutamento, onde outros exames e o preenchimento da ficha individual eram concretizados. Assim, muitos trabalhadores chegavam ao Canteiro de Obras no momento em que a demanda pela mão de obra estava em aceleração. Neste contexto, muitos, sem qualquer identificação com este tipo de empreendimento, deslocavam-se de grandes distâncias para tentar uma contratação. A chegada de profissionais, com ou sem experiência em barragens, ocorria pela forma agenciada e não agenciada. Um pedreiro ou carpinteiro que trabalhava na construção de edifícios em São Paulo, por exemplo, não teria dificuldades para ser agenciado. Por outro lado, havia os que chegavam das diversas regiões onde houve o declínio das lavouras por diversos fatores. Para esses, a situação era mais precária (AFONSO, 2012; AQUINO, 2014; JOAQUIM, 2013). Geralmente, a única colocação para esse tipo de trabalhador era a de ajudante de serviços, os quais não contavam com o benefício do agenciamento. Contudo, não é descartada a possibilidade de que muitos pertencentes a este núcleo tinham sido alcançados pelos estelionatários, funcionários que tinham a habilidade de inserir registros de trabalho falsos para melhorar a posição e a contratação de trabalhadores nas empreiteiras.

Dessa forma, a denominação *barrageiro*, dada de forma unânime àqueles que trabalharam na construção da Usina de Itaipu, foi demasiadamente destorcida. O termo *barrageiro* parece que serviu para dar uma qualificação generalizada a todos, durante e após a construção. Até mesmo àqueles que, segundo os depoimentos, vinham sem ter nunca saído do ramo da agricultura, ou seja, seus primeiros contatos com a construção civil foram no Canteiro de Obras de Itaipu. Por meio da construção e da manutenção da figura fantasmagórica do *barrageiro*, foi possível tirar o foco do regime opressivo operado durante a construção.

Toda essa mobilidade causou, no município de Foz do Iguaçu, um caos urbano. Na mesma proporção em que os trabalhadores chegavam ao município, que até o momento tinha uma característica rural e turística, havia o comprometimento da infraestrutura urbana. Em contrapartida, esse aumento desorganizado estabeleceu o distanciamento entre o que era a Itaipu e o que era o município.

As barreiras da instituição Itaipu Binacional determinavam a existência de dois mundos: um, do progresso, composto pelos assalariados da obra; e o outro determinado pelos desempregados que a obra produzia nos momentos seguintes às demissões. Por outro lado, essa população estava suscetível aos acidentes de trabalho e aos efeitos controladores da instituição.

A complexidade do empreendimento contribuiu para a superação subjetiva dessa categoria de trabalhadores. O que os gestores falavam ao público sobre o projeto e seu encaminhamento não compreendia a realidade vivida no interior do canteiro e nas vilas residenciais. Se, por um lado, atribuíam a essa categoria a denominação barrageiros, comparando-os a um homem de aço; por outro, o avanço rápido que se exigia para a construção produzia alta taxa de acidentes de trabalho. O barrageiro “homem de aço” era consumido, em primeiro lugar, pela fiscalização extrema dos Guardas de Segurança e feitores; e posteriormente, pelas pressões externas ao Canteiro de Obras. Tais pressões eram compostas por duas dimensões. Algumas narrativas como as de Aquino (2014) e de Joaquim (2013) apontam para a existência de perseguições por parte das feitorias que afetavam sobremaneira a personalidade dos trabalhadores do extrato mais baixo, ou das categorias “C” e “D”.

Não bastassem as ações dos Guardas de Segurança, essa categoria de internos era também oprimida pelos feitores na cobrança por superação de metas de lançamento de concreto. Não obstante a isso, os feitores tinham o cargo dos homens em suas mãos. Quem não tivesse disposto a colaborar passivamente era demitido por “baixa produção”. Neste caso, o uso do termo baixa produção produzia medo coletivo; produzido pelas equipes diretivas e aliado à religião, regulava as tensões e fazia com que homens e mulheres trabalhassem passivamente. Entretanto, algumas pressões superavam a autoridade das equipes diretiva, convulsionando e causando distensão entre o interno e a equipe diretiva.

Entre as contratações e as demissões que as relações de trabalho produziam, existia outra dinâmica, isto é, a dos acidentes e acidentados. Os acidentes traumáticos pelos quais passaram os trabalhadores não foi reflexo ou impactados por haver má fiscalização. Aliás, nesse Canteiro de Obras de Itaipu, tendo em vista a dependência por financiamentos externos, havia certo investimento e controle quanto a esse aspecto. Entretanto, era uma obra civil de grandes proporções, nesse caso, propícia a acidentes de trabalho.

Os “homens de aço” foram impactados primeiramente pela produção; os records consumiam os trabalhadores que cumpriam ordens para não serem demitidos. A distância dos familiares e o alcoolismo também foram fundamentais para analisar esse contexto, mesmo

que as fontes estudadas tenham mostrado que, quando ocorriam acidentes, não havia investigação apurada para se chegar às suas causas. No entanto, usavam outros fatores como a culpabilização dos trabalhadores, projetando outras versões para o ocorrido, pois cabia somente às empreiteiras e à Itaipu apontar as causas do acidente de trabalho.

Nesse sentido, as Agências de Segurança e o Serviço Social foram fundamentais à medida que a primeira, como organismo policial, produzia os documentos; e, o outro, como porta-voz das empresas, anunciava e preparava a burocracia que envolvia a parte mais trágica, em outras palavras, os acidentados da construção. Com o corpo esfacelado pelas ferragens ou pelas rodas das máquinas (ZILMA, 2014; TRINDADE, 2014), além dos suicídios que soam duvidosos, cabiam ao Serviço Social o anúncio e a parte burocrática. Pode-se dizer que o Serviço Social era a parte final, seja no que se refere à atitude de rompante do trabalhador acometido pela opressão e repressão, seja na sua própria morte.

Nem todos que chegaram, agenciados ou não, voltaram com vida ao seu local de origem. Assim, a contratação era apenas o início da transposição de diversos obstáculos pelos quais os trabalhadores e seus familiares deveriam passar, se quisessem manter vínculos com as empreiteiras. Por outro lado, o estudo também mostra que a repressão e controle alcançavam quem ainda nem tinha a contratação deferida, o que contribui para constatação da existência desse serviço repressivo que ocultava os problemas ocorridos no âmbito do complexo da Itaipu Binacional.

O quarto e último capítulo refere-se ao estudo dos momentos de maior superação dos problemas estabelecidos pelo controle das equipes diretivas e das barreiras do complexo da Itaipu Binacional. Desde o primeiro momento da construção, os trabalhadores apresentaram reação contra as equipes diretivas que ainda estavam sendo organizadas. Inicialmente, as reações foram pontuais e tiveram a ação firme primeiramente dos órgãos de governo (Delegacia Regional do Trabalho) que relutaram em utilizar uma força repressiva e pública contra os trabalhadores. Afinal, as obras de infraestrutura estavam sendo executadas e acolheriam os trabalhadores das demais empreiteiras e do Consórcio UNICON.

Paulatinamente, cresciam as insatisfações dos internos e, por outro lado, recrudescia-se o controle das ações. Neste contexto, as infiltrações de agentes, tanto da Segurança Física da UNICON quanto da Segurança Física da Itaipu, tiveram um papel importante. Não obstante isto, ao menor sinal de descontentamento, alguns trabalhadores passaram a delatar os próprios companheiros de serviço. Tal iniciativa ajudava, pois deixava as chefias de segurança um passo à frente de qualquer movimento, considerado por eles, “subversivo”. Ser

subversivo para as equipes diretivas militarizadas era o mesmo que não compactuar com o descaso das empreiteiras. Em outras palavras, eram aqueles que, de alguma forma, não se submetiam ao controle estabelecido mediante uma série de normas e arranjos, próprios para o Canteiro de Obras e áreas residenciais.

Nesse sentido, de 1975 a 1986, o Canteiro de Obras e as vilas dos trabalhadores fizeram parte de um território extremamente controlado. Houve insurgências, contidas com rigor pelas Agências de Segurança, que inovaram na repressão, justamente para deixar os problemas ocorridos nas relações interno/equipes dirigentes dentro dessa instituição. Desta forma, podiam manusear a legislação em favor próprio e sem a interferência externa. Era uma postura empregada à luz da Constituição Federal de 1967, que potencializava o aparato repressivo contra os trabalhadores. Da mesma forma, perceberam-se dois momentos específicos e reguladores das ações e das reações. O primeiro, até 1986, com a abertura e o encaminhamento do Brasil para uma democracia. Para os trabalhadores da barragem de Itaipu, tal momento foi importante, visto que foi marcado pela união dessa categoria em agremiações sindicais. Houve, no referido momento, o afrouxamento da repressão interna pelas circunstâncias políticas que aconteciam em nível nacional e que, de certa forma, irradiavam-se para o Canteiro de Obras. Após 1986, os trabalhadores estavam em menor número (cerca de 10 mil), entretanto, mais politizados, em razão da formação profissional dos trabalhadores do consórcio da Itamon que eram de outro tipo de indústria. Neste sentido, o que restava do grande Canteiro de Obras, com seus trabalhadores, passou, pela primeira vez, por grandes paralisações. Tal momento foi importante, porque, basicamente, ao contrário dos anteriores, não teve reflexo com demissões, salvo em casos pontuais e com lideranças que formavam os sindicatos de outras categorias.

Na construção civil, por exemplo, as empresas preferiram negociar, tendo como sustentação as informações dos Serviços Secretos e o pronto apoio das forças públicas solicitadas para conter o avanço dos grevistas para o Canteiro de Obras. A esta altura, como se verificava uma paralização de mais de 50% dos trabalhadores, a Assessoria de Segurança de Itaipu, por meio do Capitão Roberto Hebling, não hesitou em solicitar auxílio externo. Ela considerou que já não era mais tempo de enfrentamento, tampouco se tinha efetivo para tal empreendimento. Mas, no ramo das informações, os agentes ainda estavam em campo, produzindo relatórios dos mais diversos, os quais também eram empregados, e da mesma forma, vítimas da política salarial do governo de José Sarney (PMDB). No entanto, como nos

momentos anteriores, colocavam-se contra os trabalhadores, conforme evidenciado nas narrativas.

Assim, o quarto capítulo visa trabalhar com essa superação diante do controle, demonstrando que, por mais que seja intensificada a fiscalização, sempre haverá momentos de resistência, como ocorreu com os trabalhadores da Usina de Itaipu, após o ano de 1986; momento ímpar, pois, na época em que havia milhares de trabalhadores circulando pelo canteiro, essa união não teve êxito. Em compensação, para o final da década de 1980, com um contingente bem reduzido, os trabalhadores buscaram seus direitos, mediante enfrentamentos. Na verdade, as perdas salariais estimularam as greves, as quais alcançavam todo o Brasil. Por outro lado, a Constituição Federal Promulgada em 1988 estava amadurecendo, com a proposta de aprovação de novos direitos sociais, medida que os ajudava a potencializar os movimentos reivindicatórios. Contudo, na mesma medida, parece que aumentava a coerção do Estado, com o apoio irrestrito das Forças Armadas.

Por fim, nas considerações finais, é apresentado o problema central da análise do Canteiro de Obras de Itaipu como Instituição Total.

No primeiro momento, analisa-se a Instituição Total e as equipes diretivas e internos, pela perspectiva de Erving Goffman (2013). No segundo momento, examina-se o problema do recrutamento dos Guardas de Segurança e o capital social, a voz autorizada e poder simbólico expressos, na teoria do sociólogo francês, Pierre Bourdieu.

A Instituição Total, composta pela existência das equipes dirigentes e de internos, no caso da Itaipu, mostrou-se contraditória em alguns aspectos: um deles, o modo de composição e de atuação das equipes diretivas. Se, por um lado, havia a equipe dirigente de civis baseadas nas feitorias, para as quais o acesso ao poder não demandaria muito conhecimento e articulação; por outro, havia a equipe dirigente militarizada, composta unicamente pelas Agências de Segurança. Nestas, o ingresso e a manutenção de cargos estavam expressos nas denominações enraizadas e que faziam parte do capital sociocultural de seus ocupantes. Ser contratado para executar outras atividades no Canteiro de Obras era bem diferente de ser um Guarda de Segurança cujo ingresso nas agências dependia da mobilização do seu capital sociocultural, ou seja, aquele que pretendia esse tipo de cargo deveria ter pertencido aos quadros da Forças Armadas ou da polícia.

Assim sendo, as considerações finais tratam de explicar justamente essa transposição momentânea e necessária de referencial teórico, de Goffman (2013) para Bourdieu, para providenciar as análises das fontes.

## CAPÍTULO I

### A ORIGEM JURÍDICA E MILITAR DAS AGÊNCIAS DE SEGURANÇA DA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU

A preocupação com os aspectos referentes à segurança e às informações institucionais surgiu como fator importante para as autoridades brasileiras e paraguaias, durante a elaboração do documento denominado Tratado de Itaipu, assinado em 1973, cuja assinatura objetivou superar os entraves políticos e jurídicos para o aproveitamento energético da Bacia do Prata, no trecho do Rio Paraná, na divisa entre os dois países. Além disso, o documento acompanhava a política dos dois países cuja preocupação se concentrava ainda nos problemas políticos internos de cada nação, isto é, na manutenção e na sustentabilidade das ditaduras vigentes e na binacionalidade do projeto a ser implementado. Neste contexto, restava um importante questionamento: o que seria feito com as questões de segurança nas instalações da hidrelétrica, se houvesse problemas internos oriundos dessa forma de governo?

Esse questionamento estava presente na interpretação do Art. XVIII, do Tratado de Itaipu, expresso na letra (g), a qual fazia referência às questões “de polícia e de segurança”, em toda a área do complexo industrial e residencial, apontando para o embrião de um serviço autônomo de repressão que estava despontando, ratificado pelas portarias ministeriais. De acordo com o Tratado de Itaipu elaborado em 1973:

As altas Partes Contratantes, através de protocolos adicionais ou de atos unilaterais adotarão todas as medidas necessárias ao cumprimento do presente Tratado, especialmente as que digam respeito aos aspectos:

- a) diplomacia e consulares;
- b) administrativos e financeiros;
- c) de trabalho e previdência social;
- d) fiscais e aduaneiros;
- e) de trânsito através da fronteira internacional;
- f) urbanos e habitacionais;
- g) de polícia e de segurança;
- h) de controle do acesso às áreas que se delimitem em conformidade com o Art. XVII (ITAIPU, 2005, p. 50-51).

Cinco desses aspectos, ao menos, interagiram no sentido de se perpetuar os mecanismos de controle e vigilância das pessoas e do território onde se realizaria a construção. No contexto do Artigo XVIII, as Coordenações de Seguranças do Brasil e do

Paraguai foram materializadas, de maneira que era necessária uma força que garantisse, durante e após a construção, a manutenção da ordem e dos pontos elencados, em especial, nas letras d, e, f, g e h (*idem, op. cit.*).

Na contramão do Art. XVIII, articulavam-se alguns congressistas paraguaios que temiam a ação mais ampla do Brasil em toda a área da construção, caso houvesse um problema na política interna do Paraguai, ou se as fronteiras fossem fechadas por algum motivo, fato comum naquela época e local. Afirmavam eles que os brasileiros poderiam adentrar em território paraguaio e tomar conta de toda a segurança da barragem. Tal análise era, segundo o Ministro do Exterior brasileiro, Antônio Azeredo da Silveira, uma interpretação tendenciosa da lei. Nas palavras do Ministro:

Um dos pretextos que se valeram os grupos paraguaios de oposição, que combateram o Tratado de Itaipu, foi, justamente, a interpretação inteiramente tendenciosa segundo a qual a Letra g do Art. XVIII conferia a cada uma das Altas Partes Contratantes o direito de adotar, no território da outra, através de atos unilaterais, medidas relacionadas à polícia e segurança (...) (ARQUIVO NACIONAL, Cx. 25/A2).

O referido documento, elaborado pelo Ministério brasileiro das Relações Exteriores, tinha caráter “secreto” e visava informar ao Presidente da República, o ditador General Ernesto Geisel, acerca dos desacertos sobre a segurança na barragem, ao menos um ano antes do início das obras civis. O relatório, na sua totalidade, não evitou ou amenizou críticas ao governo ditatorial paraguaio. O Ministro do Exterior brasileiro não compreendeu quais eram as dificuldades dos congressistas daquele país em entender o enunciado do acordo, fator que, se persistisse, poderia atrasar o início das construções. No entanto, o Estado brasileiro demonstrou, pela evolução histórica das relações com o Paraguai, ser compreensível as desconfianças daqueles opositoristas. De acordo com Gonzalez:

(...) qué pasaria, si el dia de mañana, cualquier Gobierno brasileño que, teniendo em cuenta lós permanentes Decretos de Estado de Sitio que rigem em el Paraguay diga que se nota um estado de subversión em nuestro país que pone em peligro la represa, y enviará a su ejército a controlar las cabeceras de la misma que están dentro de el territorio paraguay (GONZALEZ, *apud* DEBERNARDI, 1996, p. 245).

Necessitava-se, portanto, de um entendimento acerca do que seria ou significava os “Atos unilaterais e bilaterais” e sua abrangência, ponto-chave das discussões e norteador de

todas as ações governamentais no território entendido como binacional. Para além dos problemas relacionados aos oposicionistas, as Forças Armadas paraguaias, diferentemente do que ocorreu no Brasil, atribuíram para si mesma a responsabilidade da segurança do território binacional. De acordo com o documento secreto produzido pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil, afirmaram que os assuntos referentes à “segurança e informação na área em questão” não poderiam sair da esfera das Forças Armadas (ARQUIVO NACIONAL, Cx. 25/A2). Apenas estas poderiam administrar ações deste tipo, segundo aqueles militares, no complexo binacional a ser montado pela Itaipu. Tais argumentos propostos pelas autoridades paraguaias, segundo a leitura das autoridades ministeriais do Brasil, defendiam “que este comportamento é coerente com a mentalidade e formação do povo guarani, ainda não suficientemente atualizado em sistemas modernos de administração, onde segurança no âmbito interno de uma empresa pode ser atribuído a uma entidade privada” (*idem*). Com isto, iniciou-se um clima de indisposição e de demonstração de descrença nas instituições políticas brasileiras, evento de prováveis raízes históricas, na Guerra promovida pela Tríplice Aliança e na disputa pelos limites territoriais, na altura dos Saltos das Sete Quedas, encerrado apenas com o alagamento da região, em 1982, pelo lago da Usina. Outro ponto que despertava incertezas no governo paraguaio era uma possível mudança de plano por parte das autoridades brasileiras, após o Golpe Civil-Militar de 1964. Tratava-se do acordo “firmado em Minas Gerais em 19 de janeiro de 1964”<sup>5</sup>, pelo ditador Alfredo Stroessner e o Presidente João Belchior Marques Goulart, sobre a parceria na exploração hidrelétrica do Rio Paraná (MORENO 2011, p. 25).

Para o exército paraguaio, mais que um entendimento dos “Atos”, estava o receio da subjugação de uma minúscula parte de seu território [área de Itaipu] com pretexto da manutenção da ordem. Reticentes, os militares não aceitavam os acordos constantes na Resolução n. 59/74, promovido pela Diretoria Executiva da Itaipu, que continha a seguinte determinação: “Por esta Resolução a Diretoria Executiva resolveu: Criar as Assessorias de Segurança da Itaipu, no Brasil e no Paraguai, relacionadas aos sistemas existentes nos respectivos países e subordinadas, respectivamente, ao Diretor Geral e ao Diretor Geral Adjunto”. Ora, se já existia uma Resolução no campo jurídico, celebrada à luz de uma legislação internacional, a demanda paraguaia, neste caso, parecia sem sentido.

---

<sup>5</sup> De acordo com Moreno (2011), o Presidente brasileiro comprometeu-se com as autoridades do Paraguai de que nenhuma estaca seria cravada para se construir uma barragem no Rio Paraná, sem que houvesse um comum acordo entre os dois países. O autor ainda acrescenta que o povo paraguaio deve muito a este estadista, pois, sem isto, não seria possível, mesmo diante do Golpe Civil-Militar de 1964, dar continuidade às negociações sobre a construção de um empreendimento binacional.

Em 1975, na sequência da nota, houve uma negociação entre os dois governos<sup>6</sup>, a qual possibilitou efetivar o quadro da Assessoria de Segurança e Informações no Canteiro de Obras da Itaipu, contemplado na Resolução nº 59/74. Na prática, conforme apresentado abaixo, não foi criado nenhum “Ato Adicional” sobre o assunto, mas a reinterpretação do Ato original, reiterando que cada nação tinha o domínio de seu território e podia organizar seu aparelho policial, desde que seguisse o organograma da mesma resolução, ou seja, tudo no Paraguai deveria ser idêntico ao Brasil e vice-versa.

Em um informe, enviado em abril de 1975 pela Itaipu ao Conselho de Segurança Nacional, lê-se que o órgão que tinha por finalidade “assessorar a presidência da república na formulação e na conduta da segurança nacional” (CF 1967, p. 378), ficando, assim, definitivamente superada a questão, pois as Forças Armadas do Paraguai aceitaram, mesmo que de maneira imposta pelo ditador Stroessner, a resolução que dava poderes aos dois países quanto aos assuntos de segurança e de informação no território do Canteiro de Obras, nas áreas a serem desapropriadas e, mais tarde, em toda a extensão do lago da Usina. O documento de abril de 1975 destaca:

Sobre o assunto, esta Assessoria informa que o problema foi superado graças a contactos da própria Diretoria paraguaia com o Exmoº Sr. Presidente da República daquele país, o qual determinou que fosse dado prosseguimento às atividades da Assessoria de Segurança da Itaipu no Paraguai (SIC) (AN, Cx. 25/A2).

Outro importante elemento de análise, nesse contexto, diz respeito a outro setor cujo surgimento tem as bases no mesmo documento apresentado anteriormente. Trata-se da Segurança Física da contratada UNICON, consórcio de empresas que realizou as obras civis na construção da hidrelétrica e que foi homologado por meio do Contrato 108/75<sup>7</sup>, datado de 06 de outubro de 1975, e no qual estavam as bases jurídicas e as atribuições da empreiteira em todos os aspectos. Todas as ações da Segurança Física da UNICON (SFU), constantes no contrato, eram as mesmas inseridas na Resolução nº 59/74, subordinando-a, mediante

---

<sup>6</sup> A síntese acerca das negociações entre os países, Brasil e Paraguai, apresentada até aqui permitirá compreender, no decorrer desse estudo, os elementos jurídicos que deram sustentabilidade à agência de segurança da Itaipu binacional. Não obstante a binacionalidade da instituição e suas conseqüentes necessidades de acordos, este estudo concentra-se na agência de segurança brasileira por uma questão metodológica e de objeto de estudo.

<sup>7</sup> O contrato 108/75 é extenso, entretanto o enfoque, nesse estudo, recairá apenas no Anexo 4 para a abordagem que segue, cuja matéria faz referência ao “planejamento, controle e coordenação, durante a construção e instalação do canteiro” e na qual está também inserida o ponto de partida que, em 1976, possibilitou a implantação e o recrutamento dos componentes do serviço policial da UNICON. Estudaremos, nesse sentido, apenas os itens que nortearam o setor, quais sejam a Segurança Física da UNICON, suas determinações e subordinadas.

fiscalização, à Itaipu. Não era permitido ao Contratado [Consórcio de Empresas] tomar decisões contrárias às determinadas pelos órgãos policiais da Itaipu Binacional, nas duas margens do Rio Paraná.

A análise do referido contrato possibilita a distinção legal entre as agências Itaipu e a UNICON, no campo da segurança e informação. A consideração presente na literatura e no senso comum, concernente à subordinação da empreiteira na área de segurança, está presente ao menos em três itens do contrato, os quais são importantes trazer à discussão, principalmente quando abordados os assuntos contidos nas ocorrências policiais produzidas pela contratada e encaminhadas à Coordenação de Segurança da Itaipu, após o início das obras. De acordo com o Anexo 4, Parágrafo 4.7.4 de 1975:

O Contratado compromete-se também a cumprir todas as prescrições constantes, ou que venham a constar, de Resoluções, Decisões, Regulamentos, Planos, Normas Ordens de Serviço ou outros documentos da ITAIPU, referentes à segurança ou às atribuições conferidas a seus Órgãos de Segurança e Informações, reservando-se à Entidade o direito de fiscalizar as referidas medidas através dos citados Órgãos de Segurança e Informações (CONTRATO 108/75, out., 1975).

No corpo desse contrato, está presente a sujeição que a empreiteira deveria ter com a estatal, não só referente aos trabalhos de edificação da barragem, mas ainda aos assuntos de segurança e de informação. Se observadas as bases desse contrato, a SFU tinha a responsabilidade de recrutamento e de seleção, de acordo com os protocolos da Assessoria de Segurança Física (ASF) da Itaipu. Embora as disposições presentes no Contrato sejam claras acerca do objetivo principal da contratada, a saber, a guarda do patrimônio, sua atuação, como veremos adiante, extrapolou tais objetivos. Um fato que ilustra isso são as ações de espionagem, a manutenção de pessoas presas e as sindicâncias elaboradas contra os trabalhadores no Canteiro de Obras, justificadas pela necessidade interna de manter o controle de atos ilícitos e considerados subversivos<sup>8</sup>. Não obstante a consideração de alguns autores<sup>9</sup> acerca da responsabilidade de vínculo da UNICON com as agências estaduais e federais de espionagem, a Assessoria de Segurança Física da Itaipu nunca fez menção sobre a existência de um serviço secreto na Segurança da UNICON, inclusive no “Mapa da Força”<sup>10</sup>, entretanto

---

<sup>8</sup> Fonte: Entrevistas realizadas junto aos Guardas de Segurança dessa agência.

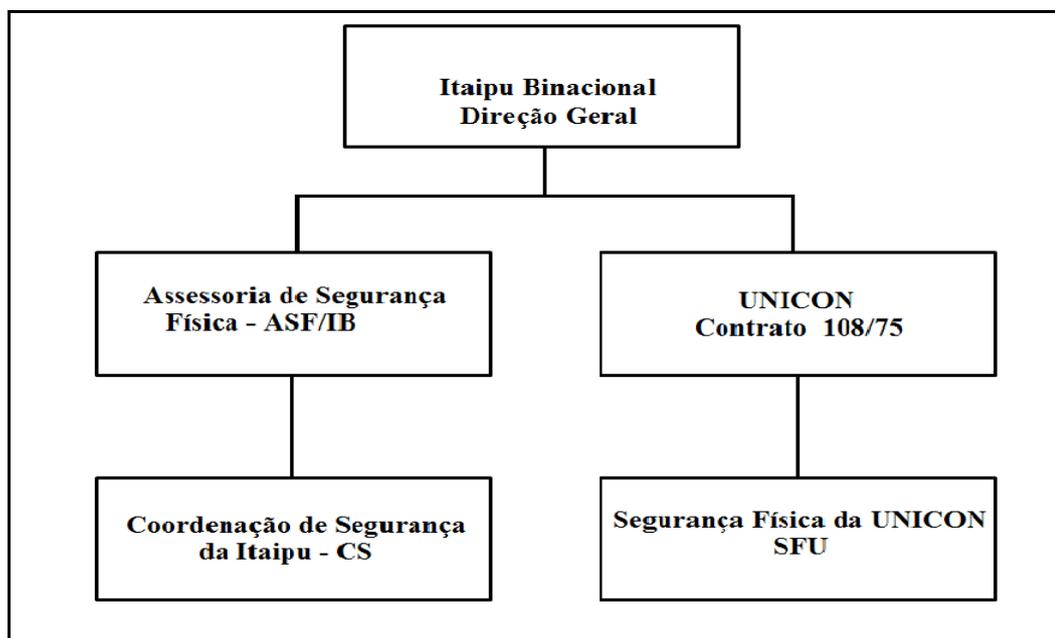
<sup>9</sup> PALMAR (2012); SILVA (2010).

<sup>10</sup> Descrição trimestral das atividades do setor, tais como armamento em uso e estocado; demissão e contratações trimestrais, especificamente na área de segurança. Este termo “Mapa da Força” também foi adequado do Exército para as Agências de Segurança: “Das atribuições do S/1: VII - organizar o mapa da força e apresentá-lo ao SCmt U [*Sub Comandante da Unidade*] com a devida antecedência, quando houver formatura da unidade ou

sempre enfatizou a importância estratégica e operacional da sua Assessoria Especial de Segurança e Informações, incluindo capacitação específica para os candidatos ao ingresso nessa agência de espionagem.

Nesse sentido, quanto à UNICON, as fontes consultadas apontam para a atividade relacionada a sindicâncias aberta contra trabalhadores e prestadores de serviço. Desta forma, os documentos mostram que, mesmo que fosse de forma extraoficial, o Consórcio possuía seu serviço secreto que se adequava ao que era solicitado. No entanto, havia sempre uma hierarquia a ser seguida; na chefia maior em relação às agências, estava a Assessoria de Segurança Física de Itaipu. O organograma, na Figura 2 a seguir, contempla somente a hierarquia empresarial e demonstra, em detalhes, a subordinação empresarial que se estabeleceu no nível de segurança; os setores e respectivos aparelhos internos serão estudados mais detidamente no decorrer deste capítulo:

**Figura 2:** Organograma Hierárquico das Empresas e suas Agências de Segurança



**Fonte:** Adaptado pelo autor com base nos dados das empresas.

A seguir, são apresentadas as atribuições da agência de Segurança da Itaipu e da UNICON, fundamentadas nos documentos que deram a estas agências, para a Itaipu em maior grau, o poder de polícia que se consolidou até a Promulgação da Constituição Federal de

---

outro, evento que o exija;" (REGULAMENTO INTERNO DOS SERVIÇOS GERAIS – RISG Nº 51/2003, p.16).

1988. Este poder que, por vezes, mostrava-se conflitante, como veremos mais detidamente adiante, com os outros órgãos de segurança e que se realizava e se resolvia, entre outros fatores, pela capacidade que os envolvidos tinham de mobilizar determinadas relações e simbolismos característicos do universo militar. Orientados por este militarismo, as duas agências neutralizavam ações limitadoras do seu poder, elaborando rotineiramente sindicâncias, inquéritos policiais e descumprindo orientações do próprio Poder Judiciário.

## 1.1 AGÊNCIAS DE SEGURANÇA NA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU: ORGANIZAÇÃO E ATRIBUIÇÕES

Encontra-se, normalmente na literatura e na mídia, a apresentação da Itaipu Binacional enquanto grande colaboradora da Ditadura Civil-Militar, bem como das ações deste poder no combate àquilo que o Estado militarizado entendia como subversão. Estima-se que a empresa atuava como produtora de informações, não só no âmbito brasileiro, mas também em conjunto com outras ditaduras sul-americanas. Desta perspectiva, a estatal Itaipu e sua Assessoria de Segurança Física (ASF), pela localização e infraestrutura disponíveis, poderiam ter colaborado com a operação que se denominou “Operação Condor”. Para Padrós (2005, p.702), “A Operação Condor não foi o início da colaboração efetiva entre os sistemas repressivos do Cone Sul. Em realidade, foi um mecanismo de continuidade, embora num âmbito mais complexo, sofisticado e, certamente, mais letal.

A pesquisa do jornalista Aluizio Palmar<sup>11</sup> traz casos do envolvimento da Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI) com os aparelhos nacionais e internacionais, os quais objetivavam capturar ou mesmo manter, sob vigilância, as pessoas ligadas às empresas que prestavam serviços na construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Segundo Palmar (2012), até mesmo as pessoas que não estavam envolvidas com o processo da construção foram alvo de investigações e rotuladas como subversivas. Nas palavras do jornalista:

Os arapongas de Itaipu investigavam também os moradores de Foz do Iguaçu e região, religiosos progressistas, políticos do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), organizações e militantes de esquerda do Brasil, do Paraguai, da Argentina, do Uruguai e do Chile (PALMAR, 2012, p. 84).

---

<sup>11</sup> Disponível: <http://www.documentosrevelados.com.br>. Acesso em 15/11/2014.

Para a ASF, o procedimento de investigação dos trabalhadores e da população era uma prática rotineira. A Segurança Física da UNICON, por sua vez, preocupava-se exclusivamente com a segurança patrimonial, sindicância e com o levantamento de dados nos locais de acidentes de trabalho. Contudo, seu modelo de atuação apresentava, segundo depoimentos e ocorrências policiais do setor, inclinação à opressão, que consistia na fiscalização exacerbada do cotidiano dos trabalhadores.

Em termos gerais, os depoimentos das pessoas que trabalhavam como Guardas de Segurança da UNICON (GSU) apontam que, realmente, ocorreram eventos que confirmam a prática opressora, nos moldes da ditadura, principalmente quanto à organização dos trabalhadores. Entretanto, havia o esforço dos dirigentes da própria agência para desvincular os procedimentos do viés político, tratando os casos de “subversão”, por exemplo, como desobediência às normas da empresa. Edegar foi contratado para a Segurança da UNICON no ano de 1978, permanecendo na empresa, mesmo após a extinção total desta agência no ano de 2002. Edegar (2012) afirma que a SFU contava com o serviço de informação, que realizava suas investigações, utilizando métodos idênticos aos dos órgãos repressores ligados diretamente à “comunidade de informações”, a fim de conseguir a máxima eficácia na detenção e no interrogatório de trabalhadores suspeitos<sup>12</sup> de atuar contra o que era estabelecido pelo regime militar e as normas da empresa. As palavras de Edegar, transcritas a seguir, contribuem para o entendimento daquele momento:

*Eles não trabalhavam com uniforme. Então, nós tínhamos esse pessoal. E esse pessoal que prendia. No caso, prendia, e a segurança que levava pro Setor<sup>13</sup>. E esse que era do S/2<sup>14</sup> que chamava assim, né? Que é S/2, porque só trabalhava paisano e os barrageiros não sabia que era da segurança. Então, ficava fácil pra eles se infiltra, pra saber o que tava acontecendo. Tinha muito problema lá dentro mesmo. Eles eram investigados e, se não falavam, aí o pau comia solto, não tinha moleza não. Ficavam preso, assim, tipo, tinha um lugar, tinha um quarto lá onde eles ficavam. O bicho pegava ali! Então, era assim que funcionava (EDEGAR, 2012).*

A Coordenação de Segurança da Itaipu Binacional adotava o mesmo modelo narrado anteriormente por Edegar, e ainda estendia a fiscalização aos trabalhadores a serem contratados, utilizando-se dos serviços da AESI para tal empreendimento.

---

<sup>12</sup> Esse assunto será demonstrado com mais ênfase no segundo capítulo dessa dissertação. Da mesma forma, o assunto que se refere à comunidade de informação.

<sup>13</sup> Tratava-se do Setor que realizava as Sindicâncias, na Segurança Física da UNICON.

<sup>14</sup> Como havia características militares em tudo nesses setores, o serviço de inteligência também ganhou essa conotação. Ver mais a respeito deste aspecto no Quadro 2 desta dissertação.

A militarização do corpo de segurança trouxe, no bojo, a perpetuação de normas e de condutas do quartel, as quais inspiraram a autodesignação *paramilitar*, por parte de alguns integrantes e chefias daqueles grupamentos (Assessoria de Segurança Física e Segurança Física da UNICON). A rotina dos guardas de segurança podia ser comparada à dos quartéis, quer seja nos adjetivos usados, na disciplina, quer modos de trabalho ou tratamento dispensado aos trabalhadores. Além disso, o recrutamento daqueles que faziam parte dessa guarda era profundamente influenciado pela capacidade de os possíveis recrutados mobilizarem relações e seu histórico pessoal (capital social e cultural, nos termos de Bourdieu), uma vez que, como veremos, um dos critérios do recrutamento era ter pertencido e participado de alguma instituição de cunho militar e/ou conhecer pessoas atuantes nos setores de segurança.

As contradições entre o civil e o militar deveriam estar expressas e de certa maneira palpáveis, a ponto de que aqueles que não fossem das Agências de Seguranças pudessem sentir estas denominações no cotidiano da construção de Itaipu. Neste caso, os Guardas de Segurança faziam dos “quartéis”, que foram construídos para abrigá-los, a extensão das Unidades Militares pelas quais passaram, quando realmente eram militares. Mediante isto, os Guardas de Segurança incorporavam uma série de conceitos aos quais chamavam *paramilitares* como, por exemplo, a adoção de marchas, paradas, juramento, manutenção de cabelos e barbas aparadas, uso de botas militares e armamentos, conforme ilustra a Figura 3.

Não obstante às reportagens produzidas pelo Informativo da UNICON que reforçam essa denominação atribuída aos Guardas de Segurança como *paramilitares*, as narrativas daqueles que, em algum momento, atuavam como GS também convergem para isto. Nas palavras de Matheus, um dos primeiros Guardas de Segurança contratados para a Itaipu, em 1975, acrescenta-se: “Nós tínhamos um regime implantado que era chamado de *paramilitar*. Ele obedecia muitas regras que eram comuns no exército, quanto ao uniforme, quanto ao corte de cabelo, apresentação pessoal, entre outros” (*op.cit.*).

**Figura 3:** Novos Guardas de Segurança da Itaipu prestando o juramento

---



Fonte: Informativo UNICON. Edição 15 de abr. 1980.

Vale considerar que o mesmo segmento que adotava o termo *paramilitar* para se autoidentificar o classificava como atentatório aos propósitos da “dita revolução”, apregoadada pelos militares desde 1964. O Inquérito Policial, aberto em fevereiro de 1979 para apurar o assassinato do Sargento Alberi Viera dos Santos, participante do movimento denominado Guerrilha de Três Passos, no ano de 1965, juntamente com o Coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório, é um exemplo de outro emprego do termo *paramilitar*.

De acordo com o relatório produzido e encaminhado ao judiciário em 1985, ao descrever a participação do sargento no movimento guerrilheiro, o promotor conclui: “Existem versões de caráter político tendo em vista que Alberi participara de levante *paramilitar* juntamente com o Coronel Cardim visando à derrubada do governo instalado em 1964”. Percebe-se, então, que, no mesmo segmento, há o duplo entendimento acerca do esquema denominado paramilitar. Tanto na visão do promotor, quanto da Assessoria de Segurança Física, o problema não era a caracterização, mas, sim, o *modus operandi*, presente nos dois segmentos. O judiciário entendia essa união de homens armados pelo viés ideológico, algo prejudicial ao sistema, ou “ao governo instalado em 1964”, conforme afirmou o promotor no seu parecer. Já, os militares licenciados que estavam a serviço da Itaipu consideravam o trabalho de segurança que realizavam e os grupos responsáveis por executar esse trabalho como forças *paramilitares*. Sendo uma força *paramilitar*, aqueles que faziam parte da mesma deveriam dar uma espécie de exemplo idêntico aos militares que ainda

estavam atuando nas Forças Armadas. Mas, deveriam ser e agir de modo diferente de outros, a exemplo de Cardim, de Alberi e do grupo deste, os quais também foram considerados paramilitares. A ocorrência encaminhada ao Coordenador de Segurança, em 22 de junho de 1981, com o pedido para ser apreciada de forma urgente, faz referência a este assunto:

Levo ao conhecimento de V. Se. que, o GSI<sup>15</sup> (...) quando escalado de serviço no Posto Policial C-II<sup>16</sup> no dia 21 jun. 81, turno de 00 às 08 horas, não respondeu a checagem de rádio no horário de 01:00 hora e o telefone do referido Posto de Serviço esteve ocupado até cerca de 01:45 hora, sem motivo justificável (...). Ao chegar naquele Posto (...) fui recebido pelo mesmo sem a menor compostura, com gírias e gestos agressivos, em uma total falta de disciplina (...). O mesmo nunca foi um elemento disciplinado sempre dando orientação contrária a disciplina orientada por esta Coordenação de Segurança como *paramilitar* tendo sido transferido de Grupo por problemas dessa natureza (...) (CDI 9191F 0231, grifo meu).

Nota-se, nas argumentações do Fiscal, que o GS, no posto de serviço, definitivamente não estava consonante ao que prega a disciplina militar, pois recebia seus superiores com “gírias, agressividades, além disso, tratava-se de um elemento indisciplinado”. Neste caso, cabe uma pergunta: os GS estavam realizando uma releitura do sentido clássico da palavra? Parece que não. Na prática, o que distingue uma força *paramilitar* de uma *força regular* não parece ser a sua origem, mas sua conduta, tendo em vista que seus objetivos são baseados em ritos proferidos por uma voz autorizada, em voltas a uma organização formal que se apresenta como independente das questões políticas e ideológicas. Não seria este o caso de Alberi e de Cardim? Eles eram realmente líderes de um pequeno grupo *paramilitar* os quais poderiam ser perdoados e efetivados novamente pelas Forças Armadas, tornando-se membros da força regular da qual pertenciam; da mesma forma, passariam a ser da força regular, se tivessem obtido êxito no seu intento. Neste caso, a leitura feita pelos GS, sobre ser um *paramilitar*, estava em consonância à normatização desse tipo de força, pois todos eram militares reservistas que poderiam, em caso de um conflito, ser reaproveitados nas Forças Armadas. Afinal, diferentemente do grupo de Alberi e de Cardim, a SFI e a SFU estavam inseridas no Canteiro de Obras como *paramilitares* de direita, que agiam segundo as orientações de um poder ditatorial. Da mesma forma, observa-se esta atuação do segmento de direita na Argentina, no início da Ditadura (1975-1976). Neste país, segundo o historiador Jorge Christian Fernández (2011), grupos *paramilitares* de direita auxiliaram as forças regulares, em operações contra as atividades antissubversiva.

---

<sup>15</sup> Guarda de Segurança da Itaipu.

<sup>16</sup> Tratava-se do policial instalado no Conjunto Habitacional “C”.

Por outro lado, essa denominação que sustentou disciplinarmente as Agências de Seguranças da UNICON e da Itaipu nas ações contra os trabalhadores ajudou sistematicamente para deixar o espaço do Canteiro de Obras heterogêneo nas relações trabalhador comum/Guardas de Segurança. Assim, dava um formato de policialização a esses setores repressivos, tal como ocorreu com as Forças Armadas no contexto do seu aparelhamento e da formação das comunidades de informações. O projeto da barragem de Itaipu, sua Direção Geral e boa parte de suas obras estavam ligadas à Ditadura Civil-Militar; e após este período, tinham a tutela dos militares que estavam ligados, de alguma forma, ao Golpe de 1964.

Assim sendo, os anos que perpassaram a construção de Itaipu acompanharam as mudanças políticas brasileiras; mas, no período que compreende esse estudo (1974-1988), os cidadãos brasileiros ainda estavam sujeitos à Constituição Federal de 1967 e aos Atos Institucionais, momento em que ainda havia a prática mais acentuada da repressão, da tortura e o desaparecimento de pessoas contrárias à Ditadura Civil-Militar; neste contexto de terror e opressão, foram formados os setores de segurança da Itaipu.

Agentes eram recrutados junto às Forças Armadas para fazer parte das Agências de Segurança, organizadas por militares reformados. Em parte, alguns desses militares se relacionavam com a história local ou do Oeste paranaense, como foi o caso do General Junot Rabello Guimarães, antigo Secretário de Segurança Pública do Paraná, que no final da década de 1960 combateu os movimentos relacionados à questão agrária. Também fazia parte desse grupo o Coronel Alésio da Silva Lima, que nos anos finais da década de 1950 passou pelo 1º Batalhão de Fronteira da cidade de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná. Foi Alésio quem, em 1979, assumiu a chefia da Segurança Física da UNICON, mantendo o signo da Ditadura nesta organização de segurança até 1990.

Convém, ainda, ressaltar que as duas instituições apresentadas não eram as únicas no Canteiro de Obras, existiam outras ligadas à segurança, mas de atribuições restritas à guarda patrimonial em locais isolados, por isso, não comporão objeto deste estudo.

O conjunto de normas organizacionais das agências, objeto deste estudo, trouxe consigo elementos que potencializavam a fiscalização dos trabalhadores, por meio de métodos coercitivos e de terror, que os colocavam como uma poderosa fonte de colaboração e reprodução da repressão imposta pela Ditadura Civil-Militar.

Nesse sentido, a Itaipu Binacional, no que diz respeito à fase de construção da barragem e no trato com os trabalhadores, pode ser comparada a uma “Instituição Total”,

visto que, no ambiente de trabalho, as equipes dirigentes, formadas pelas feitorias e pelos Guardas de Segurança (GS), organizavam institucionalmente a vida dos trabalhadores da barragem.

O trabalho de Erving Goffman (2013) é apropriado para apoiar esta pesquisa, da perspectiva de que o autor pontua, em sua obra, “Manicômios, prisões e conventos”, cinco modelos de instituições, as quais reúnem características para sustentar a denominação “Instituição Total”; dentre essas, estão as que pertencem ao grupo, que segundo o autor, são “instituições estabelecidas com a intenção de realizar, de modo mais adequado, alguma tarefa de trabalho, e que se justificam através de tais fundamentos instrumentais” (*idem*, p. 17). No entanto, Erving Goffman (2013) não estabelece um limite considerado único e referencial de modelo para caracterizar essas instituições. Ao deixar de lado estas observações, consideradas propriamente das instituições totais clássicas, pode-se, também, considerar o grande Canteiro de Obras da Itaipu e as áreas destinadas à residência dos trabalhadores como pertencentes a essa estrutura. Sendo assim, tangenciando o tema que é “o aparato repressivo durante a construção de Itaipu”, haverá uma apropriação desse conceito para análise do Canteiro de Obras, onde pode ser observado, por meio dos relatos dos entrevistados e nos documentos analisados, o enclausuramento de trabalhadores que, embora “livres” para ir e vir nas vilas residenciais, era no interior do Canteiro de Obras que se maximizavam a produção e a cobrança pela superação de metas, sob intensa fiscalização.

Essa ruptura, que retira do indivíduo o poder de decisão sobre onde se pode dormir, brincar e trabalhar, faz com que essas três esferas da vida sejam reguladas para que se consiga, a qualquer custo, maior produção e melhor controle social. Tudo estava restrito a uma fiscalização; no Canteiro de Obras em especial, as limitações ocorriam para organizar o trabalhador de maneira que o dormir, o brincar e o trabalhar fossem adequados aos diferentes turnos e plantões. Assim, os trabalhadores deveriam seguir determinados padrões de comportamento, definidos por uma equipe que, nos termos de Goffman (2013), pode ser entendida como *equipe dirigente*, a qual era composta pelos altos comandos da Itaipu e também pelos seguranças da Itaipu e da UNICON que, em última instância, eram responsáveis por vigiar, fazer cumprir e reprimir os comportamentos que, de algum modo, infringissem a esses padrões. Neste caso, o trabalhador vigiado por uma autoridade dimensionava seu tempo por meio de uma imposição. Na recreação, quem determinava o início e o término dos jogos e dos filmes era o chefe de setor; nos alojamentos, os seguranças da empreiteira determinavam o comportamento dos trabalhadores de folga para que não

houvesse prejuízos àqueles que iriam trabalhar no turno seguinte. Nas vilas residenciais, também estava presente o controle das esferas apresentadas por Erving Goffman (2013), embora em menor grau: controlava-se o ir e o vir, no sentido de que o dormir, o brincar e o trabalhar não atrapalhasse o outro. Tais aspectos eram regulados pelo Serviço Social e pela Segurança da Itaipu. Se o homem não se adequasse a esse modelo, era então sugerida a sua demissão. Neste sentido, apresentamos uma ocorrência relatada por um membro da equipe dirigente sobre um trabalhador que desrespeitou as regras institucionais no interior da vila residencial:

Em 31 de março de 1984, o morador da casa – 07, Q.85, Rua – 103, Sr. (...), Soldador de Raios-X, por motivos não esclarecidos, desentendeu-se com a sua esposa Sra.(...), inclusive fazendo ameaças de separação, e também querendo levar consigo sua filha menor de 02 anos de idade. Devido ao estado do Sr.(...), que encontrava-se com sintomas de ter ingerido bebidas alcoólicas, apenas acalmei o casal, e orientei-os para que ambos compareçam oportunamente a CS, para melhor esclarecimentos dos motivos que os levam a entrar em constantes atritos (CDI 9195F, 2015).

Para além dos problemas oriundos da embriaguez do trabalhador, que por si só era um agravante, estava também o fato, na percepção do policial da Itaipu, de saber detalhadamente as origens das sucessivas brigas. O Serviço Social auxiliava a segurança nesse sentido, promovendo, também, uma segunda intromissão nas particularidades dos casais, fazendo com que, às vezes, uma união desaconselhável fosse mantida, para que também se mantivesse o emprego e as normas da empresa. Caso, por exemplo, dos trabalhadores Joaquim e Paulina, ambos os funcionários da UNICON, obrigados a declarar que: “comprometemo-nos com a Segurança ITAIPU e Serviço Social, a conciliarmos e não mais ter atritos enquanto estivermos residindo no Conjunto ‘C’, sob pena de demissão da empresa por conduta Incompatível no Acampamento residencial” (*sic*) (CDI 9188F1519). Portanto, não eram bem-vindos, tampouco aceitos aqueles que não se sujeitassem às normas institucionais e fizessem com que a regularidade, obrigatória nas instituições totais, fosse descumprida. Em outras palavras, esta intromissão era coroada como uma norma prevista no próprio contrato assinado pela UNICON e pela Itaipu, ou seja, o 108/75:

O contratado deverá manter uma equipe especializada em matéria de assistência social, para a devida orientação do seu pessoal sobre direitos, obrigações e disciplina que o mesmo deverá observar durante todo o tempo de execução das obras. Ficará a cargo da ITAIPU a fiscalização do cumprimento de tais serviços (*idem*, 108/75, p.12).

A apresentação das Cláusulas contratuais e das ocorrências neste tópico deixa claro que havia um grupo organizado de pessoas, submetido a uma determinada liderança responsável por regular a vida dos trabalhadores e respectivas famílias. Todas as instituições consideradas totais precisam estar organizadas de forma a lidar com os conflitos que definem a sua existência enquanto instituição. No caso apresentado anteriormente, por ter cometido um ato considerado fora do padrão, ambos tiveram que confidenciar as suas particularidades conjugais a um ex-capitão da Marinha de Guerra. Não havia o direcionamento adequado para cada situação. Guardada as proporções, seria o mesmo que um católico fervoroso ir ao confessorário e, ao invés de se confessar com o padre, contar todos os segredos de sua vida a um general.

Quanto aos problemas familiares, era rotina, nesse tipo de ocorrência, encaminhar para o Inspetor de Segurança, Capitão João Cyriaco de Souza Filho, tomar as providências quanto aos envolvidos, partindo dele a sugestão de remeter o caso para apreciação do Serviço Social ou para a demissão. Neste sentido, Cyriaco conclui o caso de um casal, com o resultado da oitiva ao Coordenador da Segurança da Itaipu Coronel Sydney Zanon, apontando:

O casal compareceu nesta CS [*Coordenação de Segurança*], na oportunidade foram advertidos pela Chefia principalmente o Sr. (...), o esposo que constantemente gosta de tomar seu aperitivo e fica agressivo: o mesmo prometeu deixar de beber e voltar a conviver em harmonia com sua família (CDI 9195F, 2015).

Todo e qualquer ponto de discórdia entre familiares, trabalhadores e seguranças estavam restritos a serem resolvidos pelo setor de segurança e pelo Serviço Social. Na documentação consultada, não encontramos menção à participação do serviço psicológico, se é que existia disponível, denotando o uso da imposição de regras para a resolução de conflitos: retiravam ou concediam regalias, a fim de se manter a harmonia como ocorre nos estabelecimentos penais. As pessoas que não tivessem um comportamento considerado adequado nas vilas e alojamentos poderiam ser demitidas ou obrigadas a deixar o imóvel; a demissão era o caminho comumente usado pelas empresas para equacionar os conflitos.

Luiz Carlos da Silva, recém-demitido da UNICON, foi entrevistado em 1982 pelo Jornal Nosso Tempo. No relato do ex-empregado, aparecem evidências desse controle sobre a rotina dos trabalhadores e de seus familiares:

*A intromissão na vida do peão chega a um ponto insuportável. Um operário que está sempre trabalhando dobrado, com dezesseis horas de trabalho, sem sombra de dúvidas acaba perdendo o seu desejo sexual. Sei de casos, e*

*... muitos de que mulheres insatisfeitas são induzidas a tomar calmantes para aplacar a fome de sexo (JORNAL NOSSO TEMPO, Ed. 29/04/1982, p. 10).*

Os casos extraconjugais apareceram como um grande problema para as equipes dirigentes, visto que muitas atividades profissionais, aliadas a jornadas extenuantes, contribuíram, de alguma maneira, para a efetivação da ausência do desejo sexual apresentada na entrevista do trabalhador<sup>17</sup>. Aos operários alojados, as saídas frequentes para os bairros onde funcionavam as casas de prostituição favoreciam o uso de álcool e de outras drogas ilícitas em grande escala, desencadeando o enfrentamento com os GS. Rompiam-se, neste sentido, os limites da “Instituição Total”, levando o interno a esquecer-se de que ainda estava sujeito ao controle e às normas da empresa, mesmo nos períodos de descanso. Quando isso ocorria, tomavam-se todas as providências para que se fizessem valer os atributos, os quais o serviço de segurança estava proposto a realizar como equipe diretiva. A ocorrência de 19 de fevereiro de 1980, apresentada a seguir na íntegra, exemplifica a postura dessas equipes:

Do: Fiscal de Segurança/GC<sup>18</sup>/ CO<sup>19</sup>

Ao: Coordenador de Segurança/FI<sup>20</sup>

**Assunto: Embriaguez alcoólica.**

Anexo: Recibo de Pessoa.

Às 04:00 horas do dia 19 de Fev. 80, na Barreira de Controle, o Sr. (...), funcionário da Unicon, crachá nº 37950-6, feitor de Armadores, foi impedido de entrar ao CO, pelos meios legais, em virtude do mesmo apresentar visíveis sintomas de embriaguez alcoólica, sendo conduzido a esta CS, posteriormente a AU-VI<sup>21</sup>, conforme Recibo de Pessoa em anexo (CDI 9188F 1545, grifo meu).

Duas situações emergem nessas circunstâncias: a primeira, pelo teor apresentado na redação dessa ocorrência, sugere que houve algo mais grave (do interno em questão) pela emissão do “Recibo de Pessoa”<sup>22</sup>. Nos horários de folga, a embriaguez era tolerada, desde que não se manifestasse em atitudes que afrontasse a equipe dirigente, principalmente na Barreira de Controle que funcionava como divisão entre o mundo interno do Canteiro de Obras e o externo do restante da cidade. Neste contexto, ou o trabalhador entrava pelos meios legais, identificado-se e sendo submisso às determinações institucionais; ou à força, como descreve o autor da ocorrência: algemado e preso. Assim também acontecia com as Guaritas de Controle

---

<sup>17</sup> Esse assunto será analisado no Terceiro Capítulo dessa Dissertação.

<sup>18</sup> Guarita de Controle.

<sup>19</sup> Canteiro de Obras.

<sup>20</sup> Nessa época, o Coordenador era o Coronel Sydney Zanon Machado.

<sup>21</sup> Acampamento Unicon e Vigilância: AU – VI.

<sup>22</sup> Sobre o Recibo de Pessoa, haverá uma análise detalhada no II Capítulo deste estudo.

das vilas residenciais, lugar em que as exteriorizações dos internos motivadas pelas insatisfações ou pelo uso de drogas não eram toleradas. A segunda questão foi o encaminhamento do trabalhador mediante um recibo à Segurança da UNICON, o que sugere a prisão em termos administrativos que poderia até culminar com uma demissão.

Na parte externa da hidrelétrica, o Serviço Social administrava o tempo de todos, por meio da promoção de cursos e de atividades para mulheres e crianças, de maneira que as pessoas, naquele espaço, sentissem-se úteis e, ao mesmo tempo, que fossem controladas, ou seja, as atividades ligadas aos familiares, além de ser parte de um cerimonial, quando nas visitas ao Canteiro de Obras, objetivavam aproximar as famílias com o local de trabalho. Na verdade, as visitas dos familiares à Usina serviam também para ajudar a desconstruir boatos acerca dos efeitos do trabalho ao homem, e até sobre as refeições e o efeitos destas na libido do trabalhador. Apresentar o refeitório às mulheres dos trabalhadores objetivava mostrar que, na fabricação das refeições, não era adicionado o salitre, um conservador de alimentos que, de acordo com os trabalhadores, tirava o apetite sexual, deixando-os exclusivamente voltados para o trabalho. Esta era uma característica do Serviço Social, a promoção de eventos de forma amigável, que visavam obscurecer os problemas da construção. As assistentes sociais faziam parte de uma equipe diretiva e na qual, de certa forma, os internos acreditavam, pois, diferentemente das Agências de Segurança, tentava amenizar os conflitos dessa natureza. Por outro lado, o serviço de segurança diferenciava-se por ser uma equipe diretiva composta pela cultura militarista. Neste sentido, as ocorrências e outros procedimentos conduzidos por estas agências ganhavam rigor adicional, sendo tendenciosas no sentido de prejudicar quem fosse alvo das mesmas.

Apesar de o tema “repressão no contexto próprio da Itaipu” ter sido estudado por outros autores, tais como Aluizio Palmar (2012); Juvêncio Mazzarollo (2003); e Jussaramar Silva (2010), tais características militares ficaram dispersas ou resumidas apenas às agências de informações. Sendo assim, a proposta deste trabalho é desenvolver o tema, contemplando as atividades do cotidiano, uma vez que o fato mais comum adotado nos estudos que fizeram menção acerca dos setores de segurança talvez seja o problema relacionado em tê-los sempre como idênticos. Algumas análises tendem a considerar as atividades desses setores como análogas; nos trabalhos de Palmar (2012) e de Silva (2010), por exemplo, homogeneizaram-se todas as atividades dessas agências, os quais apontavam a Segurança da UNICON também como participante nas ações de “espionagem internacional”, aos moldes das verificadas pela AESI da Itaipu Binacional. De acordo com Palmar (2012, p. 83):

De 1973 a 1988, a AESI foi um reduto de militares e policiais torturadores que pertenciam ao esquema repressivo da ditadura. Alguns desses agentes atuaram dentro de uma estrutura paralela que era mantida pelo consórcio de construtoras Unicon e outras empresas que prestavam serviço à Binacional. Tanto a estrutura formal (AESI) como a clandestina possuíam suas similares no Paraguai. O aparelho de espionagem e repressão da Itaipu Binacional estava espalhado por diversas cidades do Brasil e suas principais bases operacionais estavam situadas no Rio de Janeiro, Brasília, Curitiba e Assunção, além de Foz e Ciudad Del Este (na época Ciudad Presidente Stroessner).

Nas considerações elaboradas por Jussaramar Silva (2010), ao fazer referência à SFU, a autora esclarece “que alguns desses agentes (das AESI,s) atuaram num aparelho paralelo que era mantido pelo consórcio de construtoras - Unicon” (*idem*, p.122). Novamente, retoma suas análises, usando o termo: “os guardas da Binacional”, trazendo a SFU como sendo a mesma da Itaipu naquele cotidiano. Continua a autora: “quando os funcionários da obra iam ao refeitório, ao entrarem nos ônibus que os conduziam nesse lugar, havia sempre guardas da Binacional<sup>23</sup> para acompanharem as filas de forma que não houvesse tumulto” (*idem*). Em outro caso, por exemplo, temos o relato de um homem, um trabalhador, que passou por todos os cargos possíveis, atingindo a autoridade máxima no âmbito operacional da SFU. Ele descreve o setor apenas como uma agência de manutenção da segurança física e patrimonial, que também concentrava suas atividades no levantamento de dados junto aos acidentes de trabalho, quando existissem funcionários da empreiteira envolvidos em tais acidentes. Nas palavras do entrevistado:

*Acompanhei todos os acidentes ocorridos dentro do canteiro de obras. Sempre era informada primeiramente a Segurança do Trabalho e, posteriormente, a Segurança Física da UNICON pra fazer o acompanhamento no local onde houve o acidente para verificação se houve intencional ou foi mesmo um acidente de trabalho (CHARLES, 2013).*

Os fatos históricos que envolveram eventos traumáticos como os dos campos nazista de concentração, ou até mesmo os crimes mais recentes promovidos pela Ditadura brasileira e dos outros países latino-americanos são exemplos das distorções e da omissão dos acontecimentos. São poucos os autores de crimes que chamam a responsabilidades dos fatos para si mesmos. Não seria diferente este fenômeno que envolveu as pessoas ligadas à segurança durante a construção de Itaipu. Por outro lado, já é esperado, em se tratando de

---

<sup>23</sup> Guardas da Binacional: Esta comparação só pode ser atribuída aos pertencentes a CS e não da SFU. Este serviço de vigilância nos refeitórios era uma exclusividade da SFU.

Itaipu, que determinados narradores, devido à própria importância, quer por ser um militar, quer por exercer cargos de liderança de pessoal em algum momento histórico distorcerem os fatos propositadamente, atenuando os acontecimentos traumáticos, ou até mesmo os omitindo, tendo em vista o que determinados acontecimentos representaram no passado ou continuam representando no presente:

Atos considerados legítimos e mesmo normais ou necessários no passado podem ser vistos agora como inaceitáveis e literalmente posto fora da tradição. Nestes casos, a informação mais preciosa pode estar no que os informantes escondem e no fato que os fizeram esconder mais no que eles contaram (PORTELLI, 1997, p. 34).

Assim, não podemos esperar que a narrativa de um líder cuja equipe estava em seu comando e quando o assunto a ser tratado se refere à repressão, possa trazer os acontecimentos próprios daquele momento, referentes às ações repressivas, de maneira diferente, como frisam os entrevistados. Em outras palavras, aqueles seguranças que sempre estiveram em condição de subalternos às frentes de trabalho da grande construção e em lugares de grande concentração de trabalhadores, entendidos principalmente como alojamentos, vilas residenciais, refeitórios e as denominadas chapeiras.

Mostrando essa contradição entre a visão do chefe e do subordinado, no que tange ao tratamento dispensado pela segurança ao barrageiro, os subalternos deixam evidente, nas entrevistas, que realmente era apresentado um tratamento demasiado desumano aos trabalhadores. Cabe, aqui, a fala de Beto, trabalhador entrevistado por meio de história oral, o qual descreve a coerção realizada pelas agências. Beto aponta que “*muitas vezes ele [o trabalhador braçal] era oprimido através de pancadas e prisão. Havia prisões, quartos que aprisionavam as pessoas embriagadas, as pessoas que desobedeciam muitas vezes alguma ordem, ou que tivesse de repente agitando ou instigando os outros barrageiros contra a segurança*” (BETO, *idem*). Quanto à fala relativa ao poder opressor e ao perfil militar da organização da segurança física, tanto no período vivido pelos entrevistados quanto na atualidade, pode-se observar que há uma discordância entre os dois entrevistados. Este fato pode ser relacionado à educação continuada relativa às mudanças políticas da própria instituição Itaipu Binacional, após a Promulgação da Constituição Federal de 1988. O entrevistado Charles desenvolveu parte da sua vida profissional fora da instituição; enquanto o entrevistado Beto continuou na instituição até a aposentadoria, recebendo treinamento educacional relativo ao progresso político que se inclinou para a democratização.

Todavia, para a época, a realidade era a de que todas as informações de atos subversivos, não só os referentes aos acidentes de trabalhos que envolviam os trabalhadores da UNICON ou posteriormente de qualquer outra empresa, deveriam chegar à Coordenação de Segurança da Itaipu para serem checadas. A vida pessoal do trabalhador era totalmente vasculhada, e era primordial saber dos últimos locais de residência, de trabalho, onde ele estudou, para se produzir um arquivo, a fim de que este documento servisse de suporte e, que, ao ser enviado ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), produziria um ponto de partida para que as investigações de cunho policial ficassem resumidas, ganhando, com isso, mais agilidade. Em termos gerais, havia, nessa ficha pessoal, a “mortificação do eu”, conforme sugerida por Goffman (2013), processo que consiste em uma pessoa que, ao se tornar um interno, é despida do apoio que a mantinha na vida civil, sendo disposta a outros controles verticalizados. Ainda de acordo com Goffman (2013, p.24), o interno “começa a passar por mudanças radicais em sua carreira moral, uma carreira composta por progressivas mudanças que ocorrem nas crenças que tem a seu respeito e a respeito dos outros”. Desta forma, o homem, ao ser incluído como construtor da maior hidrelétrica do mundo, declinava dados que facilitavam ao aparato repressivo da Itaipu o acesso a informações pessoais que conduziam aqueles que analisavam as fichas a ter acesso até a intimidade e a orientações sexuais da pessoa<sup>24</sup>. Assim, em uma primeira ficha, eram colocados os dados referentes à filiação, a documentos pessoais e à origem da pessoa, conforme apresentado a seguir na Figura 4, e que ficava arquivada no Escritório Central da UNICON. Em seguida, outra ficha era preenchida de forma mais sintética e, posteriormente, encaminhada à Itaipu para que seu órgão de inteligência [AESI], por meio dessas informações, solicitasse, junto ao DOPS, o histórico da vida pregressa do trabalhador. Esses documentos eram enviados à Itaipu via escritório central da UNICON; neste caso, não havia o envolvimento da SFU, embora possa ser sugerido este direcionamento.

---

<sup>24</sup> Em uma prisão, pode ser considerado comum quando, no ato de implantação, perguntar ao interno suas opções sexuais, a fim de que seja dado um destino e uma melhor adequação ou mesmo com a intenção de direcioná-lo para exames de saúde específicos e não sugeridos aos outros. Quando esse papel está ligado a uma equipe dirigente pública, tende a ser mantido o sigilo pelo qual o servidor deve resguardar: ao menos, é assim que se deve agir.

**Figura 4 - Ficha de admissão na UNICON-1978 – 1ª Parte: Dados Principais<sup>25</sup>**

UNICON		FICHA INDIVIDUAL			DATA
DADOS PRINCIPAIS	1	NOME			Ref.nº
	2	DATA	CIDADE	ESTADO	PAIS
	3	FILIAÇÃO			
	4	IDENTIDADE Nº	ORGÃO EXPEDIDOR	ESTADO	DATA
	5	TÍTULO ELEITORAL Nº	ZONA	ESTADO	DATA
	6	CARTEIRA PROFISSIONAL	SÉRIE	ESTADO	C.P.F. Nº
	7	CARGO			
	8	CERTIFICADO DE RESERVA Nº			
	9	CIDADE	ESTADO	PAIS	POSTO DE GRADUAÇÃO
	RESIDÊNCIA ATUAL	BAIRRO	TELEFONE		
	CIDADE	ESTADO			
	ESTADO ONDE RESIDIU OU TRABALHOU (ÉPOCAS APROXIMADAS)				
	REFERÊNCIAS BANCÁRIAS				
	REFERÊNCIAS COMERCIAIS				

<sup>25</sup> **Nota:** Na primeira parte da Ficha Individual, havia nove itens denominados “Dados Principais”. Neste, eram marcados os dados sobre a qualificação civil do empregado, sendo mais importantes os dados correspondentes ao item oitavo, onde estavam descritos os lugares onde ele trabalhou e residiu no momento anterior a sua contratação. Por meio dessas informações, a Itaipu, por meio da AESI, encaminhava ao DOPS para a melhor checagem da vida pregressa do trabalhador. Detalhar-se-á o referido aspecto no Segundo Capítulo desta Dissertação.

## 2ª Parte: Dados Complementares

RESIDÊNCIAS ANTERIORES (TRÊS ÚLTIMOS ENDEREÇOS COMPLETOS)	
DADOS COMPLEMENTARES	10 Última firma: - <u>BRCSIA</u> Parente: Nada consta.
	ESCOLAS E UNIVERSIDADES QUE FREQUENTOU (NOMES E DATAS)
	11 4ª série do 1º grau
	ATIVIDADES QUE EXERCEU
12	
13 ESTADO CIVIL <input checked="" type="checkbox"/> CASADO CÔNJUGE	
TERMO DE RESPONSABILIDADE	
DECLARO, SOB MINHA INTEIRA RESPONSABILIDADE, SEREM EXATAS E VERDADEIRAS TODAS AS INFORMAÇÕES PRESTADAS NESTE FORMULÁRIO	
ASSINATURA DO SINDICADO	
DATA 78	

400.014 300 x 100 x 1 03/78

Fonte: UNICON, 2013.

O controle das informações pessoais sobre a intimidade do trabalhador alcançava níveis extremos; se houvesse suspeita ou se assumisse sua homossexualidade, os passos do trabalhador eram sujeitos a ser controlados. Na verdade, nos casos óbvios em que o indivíduo assumisse sua orientação sexual era também solicitado a demissão dele. A ocorrência anotada em 26 de março de 1978 ilustra esse entendimento da ASF e da SFU. Naquele dia, um ajudante de serviços gerais da UNICON procurou a SFU para relatar que estava sendo assediado, no alojamento do Canteiro de Obras, por outros trabalhadores, pelo fato de ele ser homossexual (CDI 9181F 1767). No momento seguinte, a SFU, por meio de um Recibo de Pessoa, entregou o trabalhador à ASF para os encaminhamentos legais. Não será analisado aqui o teor da ocorrência, contudo vale chamar atenção para as observações contidas na solução dada ao caso pelo Coordenador de Segurança da Itaipu. Nas suas anotações, ele indica: “Encaminhar a UNICON, para dispensa do funcionário, pois não é aconselhável sua permanência na obra” (*idem*). Da mesma forma, o termo de queixa nº 14, apresentado à segurança da Itaipu em 09 de dezembro de 1981, ajuda a exemplificar esse entendimento:

**Assunto: Proposta para relações homossexuais no alojamento**  
SINTESE DO FATO RELATADO

- a) Há aproximadamente um mês o queixoso estava consertando chuveiros no Alojamento B – 11, quando foi abordado pelo Sr. (...), Aux. Adm. da Unicon requisitado pela Itaipu Binacional, residente no citado alojamento, quarto 19, o qual o convidou para manter relações homossexuais em seu quarto oferecendo-lhe uma quantia de Crs. 5.000,00 (...).
- b) Segundo o queixoso a maioria dos alojados naquele pavilhão tem conhecimento de que o Sr. (...) é homossexual (*idem*, Termo de queixa nº 14, grifo meu).

A partir da elaboração do termo de queixa, havia dois encaminhamentos que poderiam ser estabelecidos. O primeiro, por meio de intimação, convocar o trabalhador em caso suspeito de ele ser homossexual a se apresentar na Coordenação de Segurança, a fim de explicar os fatos declarados. No entanto, isso dependia da função do acusado, pois poderia ocorrer de este pertencer também a alguma equipe diretiva o que requereria mais sigilo ao assunto. O segundo poderia ser determinado para que se abrisse uma sindicância; nesse caso, a “mortificação do eu” ganharia conotação dupla, pois, em primeira instância, este mesmo trabalhador passava por um interrogatório; e numa sindicância, depois de repetir tudo novamente, ainda deveria responder acerca dos problemas relacionados à acusação que fora imputada a ele. Ao se referir a essas mesmas técnicas de admissões e à coleta de dados de um interno, conforme se apresentou anteriormente, Goffman (2013, p. 25 e 26) esclarece:

Geralmente, o processo de admissão também leva a outro processo de perda e mortificação. Muito frequentemente verificamos que a equipe dirigente emprega o que denominamos processos de admissão: obter uma história de vida, tirar fotografias, pesar, tirar impressões digitais, atribuir números, procurar e enumerar bens pessoais para que sejam guardados, despir, dar banho, desinfetar, cortar os cabelos, distribuir roupas da instituição, dar instruções quanto às regras, designar um lugar para o internado.

As considerações apontadas por Erving Goffman (2013) sobre a admissão não se distanciam, em muitos aspectos, das vivenciadas durante a contratação de funcionários para a construção de Itaipu. O que difere, neste sentido, são as diversas equipes dirigentes que mantinham controle sobre os internos, e todas as demais equipes se distanciavam das equipes diretivas dos Guardas de Seguranças. Ao feitor da UNICON, ligado às frentes de trabalho, eram atribuídos simbolicamente outros aparatos coercitivos: ameaça de demissão, trocas de turma, estigmatização e o assédio moral. Por sua vez, às Agências de Segurança eram atribuídas, mas desta vez oficialmente, as investigações e as sindicâncias, com a finalidade de manter a tranquilidade e dar sustentabilidade ao ofício militarizado.

Além das diferenças operacionais entre as Agências de Segurança da Itaipu, essa diferença estendia-se à hierarquia, em partes empresariais, e à cor dos uniformes, os quais proviam estigmatização, identificavam e determinavam sentido coercitivo comum às instituições totais. O marrom, chamado marrom glacê pelos trabalhadores, era destinado aos guardas da Itaipu que, de acordo com Maria de Fátima Ribeiro, “era por causa da cor da roupa e também à novela que a televisão exibia na época” (RIBEIRO, 2002, p. 68). Já, o azul era a cor do uniforme padrão da Segurança Física do UNICON. A estigmatização pode ser exemplificada com o tom pejorativo da expressão atribuída à Segurança Física da UNICON cujos integrantes eram cotidianamente denominados “mata-cachorro” (URSI, 1987). Não há registros sobre a origem deste apelido conferido à SFU, porém alguns Guardas de Segurança atribuem o fato de eles não portarem armas de fogo, tal como os da Itaipu, mas cassetetes, daí a origem do estigma.

A cor do uniforme e a classificação hierárquica a ele identificada tinha estabelecido um determinado “capital cultural”, ou melhor, era a representação simbólica da estrutura de organização e de hierarquia característica dos setores de segurança e da Itaipu como um todo (BOURDIEU, 2010). Desta perspectiva, esse tipo de diferenciação atuava no sentido de fazer com que aquele que portava o uniforme de determinada cor e modelo deveria se comportar e agir de acordo com sua posição na estrutura da Itaipu. Da mesma forma, o reconhecimento da vinculação da cor do uniforme a uma determinada função possibilitava àqueles que não portavam o uniforme, independentemente da posição que ocupavam, saber a forma adequada com a qual deveriam lidar, dirigir-se e se comportar diante daqueles que portavam o uniforme. Isso, como veremos, não significa que os critérios embutidos no simbolismo dos diferentes uniformes, crachás, cores e outros, fossem cumpridos *ipsis literis*, mas eram pontos de partida importantes nas relações estabelecidas entre os trabalhadores da Itaipu e a equipe dirigente, bem como eram fontes de conhecimento e de constituição de visões e representações de mundo que, dependendo da situação, poderiam ser mobilizados, respeitados ou desrespeitados pelos envolvidos na relação.

Caracterizadas as diferenças e semelhanças entre as duas instituições quanto à operacionalidade, convém trabalhar com o conjunto de saberes próprios dos ocupantes dos cargos de segurança. A diferenciação de atribuições ora apresentadas não tem o objetivo de distanciar o setor de segurança da empreiteira UNICON das atividades repressivas que exercia junto aos trabalhadores. Importa, nessa avaliação, separar o refinamento conseguido pela Coordenação de Segurança da Itaipu, com a AESI e suas ramificações, e com isso reiterar as

atribuições de cada agência naquele período. Em outros termos, trata-se de complexificar relações e atribuições que, a um olhar desatento, parecem simples e óbvias, mas que, na verdade, não o são, visto serem atravessadas pelas contradições sociais das quais são resultado e às quais estão intimamente vinculadas.

O Quadro 1, a seguir, expõe as funções hierárquicas, número de agentes que trabalhavam na agência de segurança da Itaipu e as observações e requisitos para cada atividade, tendo como base o final da década de 1970, período em que o Canteiro de Obras apresentou o maior número de trabalhadores. Esta apresentação também cumpre a finalidade de exemplificar o quadro da segurança da UNICON, o qual deveria obrigatoriamente ser apresentado à Itaipu, trimestralmente no “Mapa da Força”, conforme previa o contrato apresentado no início do texto, incluindo neste a listagem de contratações e demissões:

**Quadro 1:** Equipe diretiva da Assessoria de Segurança Física da Itaipu Binacional<sup>26</sup>

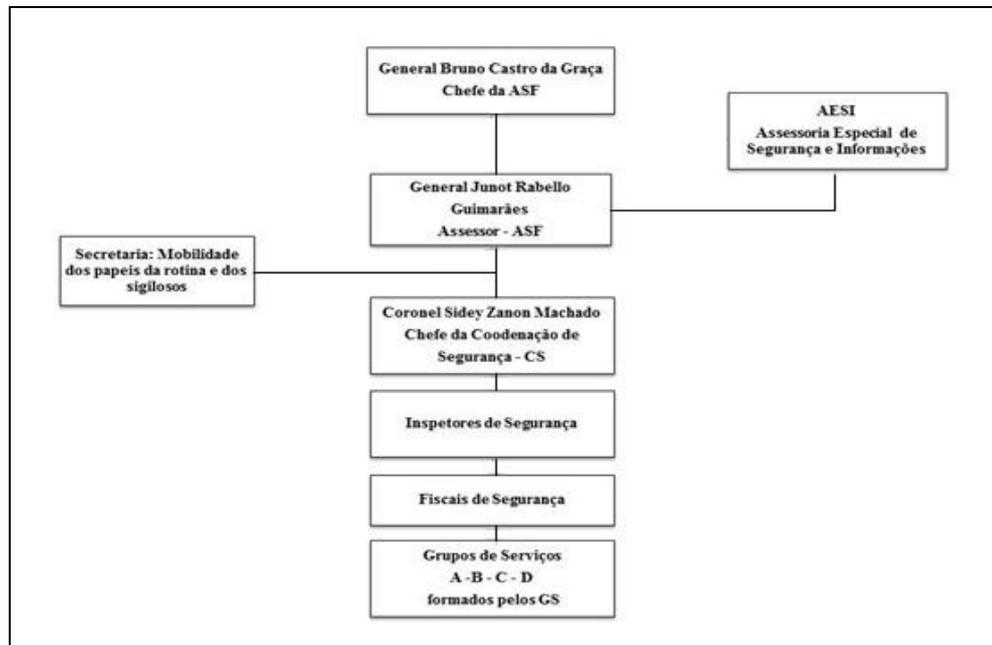
FUNÇÃO	NÍVEL	QUANTIDADE	OBSERVAÇÕES
Chefia	Superior	02	Assistente Chefe ASF/AESI <sup>27</sup> General Bruno Castro da Graça
			Assessor da ASF General Junot Rabello Guimarães
Secretaria	Administrativo	01	Pasta ocupada por um Fiscal e dois Guardas de Segurança.
	Serviços	02	
Chefe da Coordenação de Segurança / CS	Superior	01	Coordenador de Segurança Coronel Sydney Zanon Machado
Inspetores de Segurança	Médio	05	Para ocupar esta Pasta era necessários que fosse oficial ou graduado da reserva das Forças Armadas. (Ver Quadro 4)
Fiscais de Segurança	Administrativos	13	
Guardas de Segurança	Serviços	157	ITAIPU: 42
			CAEEB <sup>28</sup> : 115
Todos estavam separados por Grupos de Trabalhos em escala de 08 horas ininterruptas: 08h00 às 16h00 – 16h00 às 00h00 – 00h00 às 08h00. Um Grupo ou Subunidade estava sempre de folga.			GRUPOS A – B – C – D Tempos depois foi inserido o Grupo D que funcionava como apoio.
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>181</b>	

<sup>26</sup> Fonte consultada para elaboração dessa tabela: **Centro de Documentações da Itaipu.**

<sup>27</sup> Quanto ao número de funcionários da AESI, será destacado quando, no Segundo Capítulo desse trabalho, serão abordados assuntos propriamente relacionados aos aparelhos das Agências de Segurança.

<sup>28</sup> Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras, entidade que se mantinha vinculada ao Ministério das Minas e Energia e que prestava serviços a estatais como à Itaipu. Boa parte do funcionalismo da Itaipu era, na época, contratada pela referida empresa.

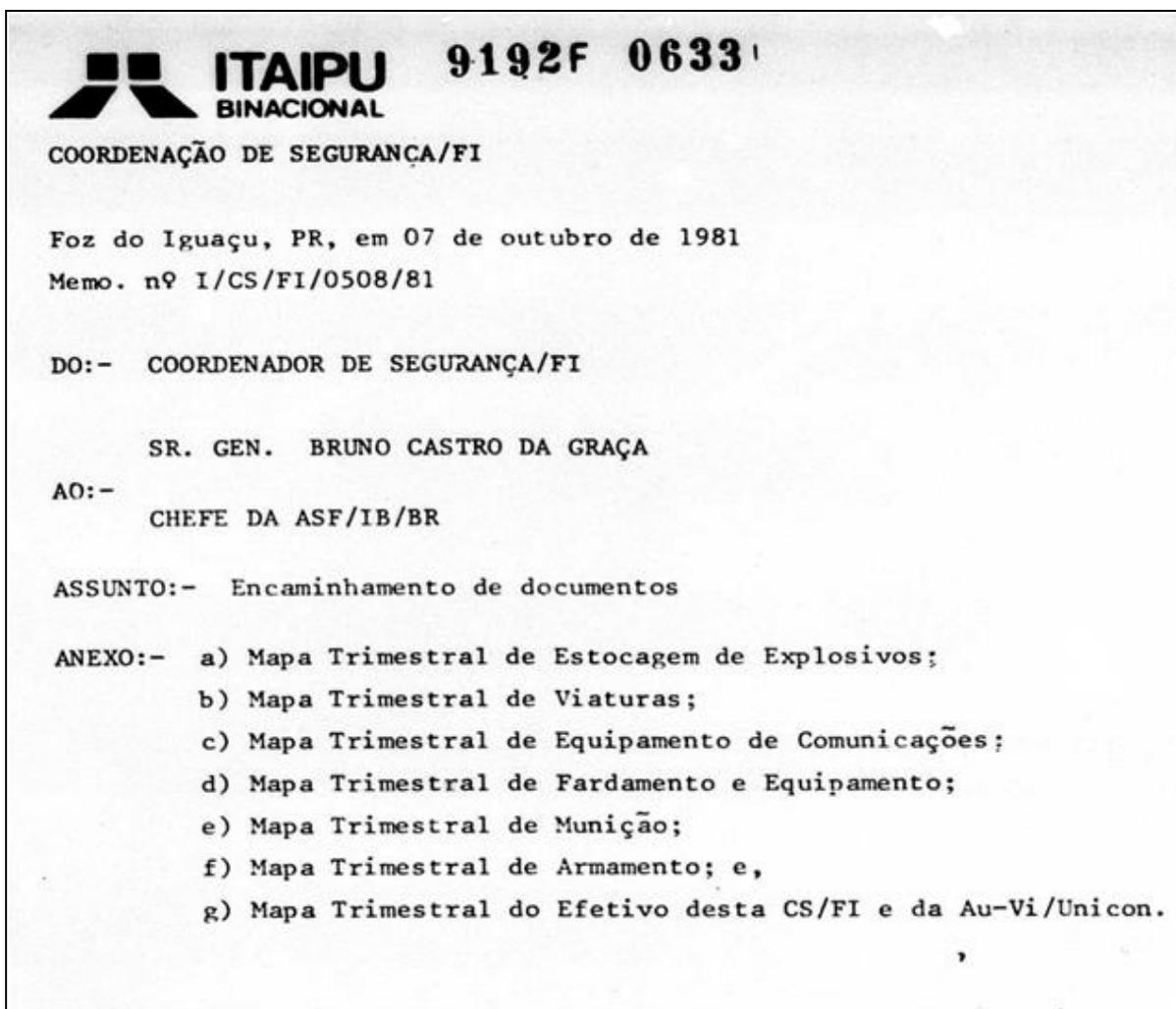
**Figura 5:** Organograma Hierárquico da Assessoria de Segurança Física da Itaipu



**Fonte:** Narrativas e documentos do CDI.

O modelo de demonstrativo [Mapa da força], apresentado na Figura 6, visava manter os generais da Itaipu informados acerca da disposição dos efetivos das duas organizações de seguranças aqui apresentadas e que mantinham o serviço policial na grande área da construção. Este mapa também contemplava a descrição do armamento e os constantes em depósitos, inclusive a quantidade de munições de diversos calibres em uso e em estoque, conforme exemplificação na Figura 6. Da mesma forma, o Mapa da Força na letra (g; AU-VI/Unicon) deixa evidenciada a subordinação da SFU (AU-VI) à CS, quanto à obrigatoriedade de encaminhamento de dados, no que se refere ao seu efetivo, expresso no Contrato 108/75.

Figura 6: Mapa da Força



Fonte: CDI 9192F 0633.

Dando seguimento a essa perspectiva, no primeiro plano do quadro, aparece a chefia composta pelos generais Bruno Castro da Graça e Junot Rabello Guimarães, enquadrados no nível superior, não apresentado, aqui, pela escolaridade, mas pela autoridade que ocupavam naquele contexto. Ao General Bruno ainda estava a responsabilidade pela AESI. Tal cuidado se consistiu numa acumulação de cargo necessária para que a responsabilidade de investigar, ao lado do Serviço Nacional de Informações, não ficasse dispersa aos outros setores. Ademais, esse general ocupou este mesmo cargo no Ministério do Interior, antes de vir para a Itaipu, tendo como chefe o próprio General José Costa Cavalcanti, Diretor Geral da Itaipu Binacional (1974-1984).

Praticamente, na mesma hierarquia do General Bruno, ao General Junot cabia fazer a mediação entre a Coordenação e o General Bruno. A ele, estava a incumbência de receber e de filtrar os informes direcionandos, de acordo com a ordem de prioridade e de importância. A ficha de serviço de Junot favorecia-o administrar grande quantidade de homens e gerenciar os embates contra os trabalhadores e os próprios pares. Como já foi mencionado, Junot tinha passagem pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná e, portanto, comandava toda a polícia (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Pasta: 1662.199). Da mesma forma, isto ocorreu no exército também, quando Juno Rabello estava no Posto de general de brigada.

Vale-se, aqui, da breve comparação de uma situação atual de comando de uma Brigada Militar para facilitar o dimensionamento do poder de comando atribuído ao General Junot, quando de sua passagem pela Assessoria de Segurança Física de Itaipu. A 15ª Brigada Militar, sediada na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, é comandada por este posto apresentado [general de brigada] e composta por cinco batalhões. Se tomados esses demonstrativos por regiões, seria o mesmo que (quando no serviço da ativa do exército) Junot ter sob seu comando Unidades Militares do Oeste, Sudoeste, Centro Sul e Norte Central do Estado do Paraná, localizadas nas cidades de Foz do Iguaçu, Cascavel, Apucarana, Guarapuva e Palmas. A responsabilidade, assumida quando estava na Itaipu, possibilitou a Junot ser posto à frente das negociações com os agricultores desalojados em razão da formação do lago da barragem, os quais acamparam no “trevo da BR 277, em 1981”, promovendo reivindicações (JORNAL NOSSO TEMPO, p.18). As ações das chefias superiores também estavam condicionadas a planejar e a fiscalizar os trabalhos além de assessorar o Diretor Geral em todos os assuntos relacionados à segurança.

Entre as duas chefias de níveis superiores (generais Bruno e Junot e o coronel Sydney Zanon), apresentados anteriormente no Quadro 1, estava a Secretaria cuja atribuição era redigir e difundir os informes produzidos durante a rotina diária. A este setor, também, destinava-se as tarefas de “organizar e manter em dia e em ordem o protocolo e o arquivo de documentos ostensivos e sigilosos” (ARQUIVO NACIONAL, Cx. 25/A2). A secretaria está localizada no organograma próximo às chefias de níveis superiores, de maneira a garantir a comunicação segura entre as chefias e as lideranças de grupos, no caso, os Inspetores e Fiscais de Segurança.

Os demais aspectos que se referem especificamente às funções de Chefe de Coordenação, Inspetores de Segurança, Fiscais de Seguranças e Guardas de Segurança ocuparão, nessa leitura, uma análise global. O conjunto de atribuições e lideranças,

apresentados visivelmente aos moldes de um Batalhão do Exército, possibilitava a consideração da organização da instituição como uma pequena Unidade Militar. Isto também contribui para considerar este setor policial análogo a uma força *militar*, considerada formalmente organizada por aqueles integrantes.

Uma das tarefas que um coronel do exército está sujeito a executar é o comando de uma Unidade Militar [batalhão], composta basicamente por três companhias operacionais e uma de intendência, com um total aproximado de 500 homens, divididos entre oficiais, graduados e praças. Nota-se, pela tabela apresentada no organograma da Figura 5, que tal organização foi pensada desta perspectiva: um coronel responsável por quatro grupos de segurança (A, B, C e D), comandados por inspetores e fiscais. No Exército, organismo do qual fez parte o Coronel Sydney Zanon da segurança da Itaipu, as companhias ou as subunidades são comandadas por capitães ou tenentes. Além disso, todas as suas tarefas são norteadas pelo Boletim Interno, como um “documento que contempla todas as ordens emanadas das autoridades superiores relacionadas aos serviços diários, instrução, assuntos gerais e administrativos, de justiça e disciplina” (RISG, *op.cit*, p.55). Nas agências estudadas, também os grupos que entravam em serviço deveriam passar pela formatura, momento em que o fiscal de segurança lia as determinações vindas dos oficiais de “Níveis superiores”. Em outras palavras, essa formatura, pela sua importância, punia o indivíduo que não estivesse presente antes de assumir qualquer tarefa no plantão. A formatura tinha, então, enquanto principal finalidade, padronizar as determinações, de modo que ninguém pudesse alegar o desconhecimento das ordens e das obrigações a serem cumpridas ou alegar ignorância ao responder uma possível sindicância. No exército, também há punições, quando um soldado falta na “Parada Diária” (*idem*, p.82) ou na leitura do Boletim Interno, antes de as atividades se iniciarem.

Pode-se transpor a importância da formatura diária nas Forças Armadas para o caso em questão, a Coordenação de Segurança que também atribuía grande importância à formatura, o que pode ser observado na ocorrência publicada em 13 de outubro de 1981, que dava a solução para o caso de falta à formatura matinal e à escala seguinte de serviço. A resolução ficou a cargo do Coronel Sydney Zanon e traz as seguintes conclusões:

**Assunto: Sansão Disciplinar**

Em solução ao expediente acima referenciado e tendo em vista as Ordens Particulares relativas ao serviço da Guarda de Segurança, resolvo aplicar a seguinte sansão disciplinar:

“GSC<sup>29</sup> (...), Ref. (...), por faltar o serviço do dia 06 de out. 81, turno das 00:00 às 08:00, e por faltar a formatura matinal no dia 09 de out. 81, sem justificativa, fica suspenso por 02 (dois) dias a contar de 15 out.81”.

Face à punição acima, solicito-lhe as seguintes providências:

- a) Dar ciência da mesma ao empregado.
- b) Fazer o respectivo lançamento na ficha disciplinar da CS.
- c) Encaminhar cópia para a Chefia do Escritório Regional da CAEEB, para fins de registro e arquivo no prontuário do empregado (CDI 9192F, 0666, grifo meu).

Esse formato de ocorrência assemelha-se às publicadas em instituições que justificam as repreensões; em primeiro lugar, para ajustar o interno às normas da instituição; e depois, para que servisse de exemplo aos demais, pois, não raro, a solução era lida na formatura diária como acontece nas Forças Armadas. Com a Promulgação da Constituição Federal de 1988 e com o direito da ampla defesa, isso não ocorre atualmente, pois a leitura em público de tal despacho provavelmente acarretaria em processo contra a empresa, em virtude do constrangimento que poderia causar ao indivíduo. Contudo, no período em questão, não havia tais direitos reconhecidos.

**Figura 7:** Ficha disciplinar

CONDUITA PESSOAL	
DATA	ANOTAÇÕES
05.06.78	Por faltar ao sv, motivo doença na família - compensou na folga
18.01.79	Por deixar de arrumar sua cama em 11.01.79
10.03.79	Por faltar a revista dia 07.03.79, motivo sua esposa doente
01.06.79	Advertido verbalmente com relação ao uso de armas, por ter causado inquietude a moradores da Vila "C"
08.03.81	Por faltar o sv. sem justificativa - compensou
25.05.82	Por faltar a formatura matinal em 20.05.82
05.03.81	Por faltar ao Sv,

**Fonte:** CDI 9196F 0931.

<sup>29</sup> Guarda de Segurança CAEEB.

Existem dois ângulos a serem considerados acerca da organização dessa pequena Unidade Militar: sua atuação e os entendimentos para os assuntos diversos e formas internas de coerção. O primeiro é a inevitável aproximação com universo simbólico da Forças Armadas e a apropriação desse simbolismo pelas lideranças até agora apresentadas e brevemente problematizada no início desse trabalho. Isso quer dizer que o mesmo trajeto para se chegar aos diversos cargos foram percorridos e alcançados de forma diferenciada, mas a maneira de ver o mundo e de tomar decisões eram precedidas de um consenso, com raras diferenciações. Isso implicaria em dizer que não seria possível salcançar um determinado nível de intimidação, a não ser pela crença nos atributos ao que os militares são sujeitos e que, de certa maneira, todos possuíam. O convencimento do poder simbólico, por exemplo, considerando que faltar a uma formatura seria “crime”, esclarece porque todos aprenderam isso nas Unidades Militares pelas quais passaram e porque justificavam a sua punição. Neste sentido, todos os responsáveis pela aplicação da pena tinham, em si próprios, a mesma realidade: os postos ocupados não foram adquiridos de forma impostora ou inventada, mas por instituição legítima, que outorgou a patente de capitão a José Cyriaco e, de general, a Bruno Castro da Graça. Apropriando-se das definições de Pierre Bourdieu (2008), de que “tudo estava fundamentado na crença coletiva garantida pela instituição que lhes concedeu os títulos e materializada pelos símbolos, galões, uniformes e outros atributos” (BOURDIEU, 2008, p. 105), o segundo ângulo a ser debatido refere-se à considerada equipe dirigente da pequena Unidade Militar na segurança da Itaipu. Decorre disso a consideração de que, dentro dessa mesma organização, havia também os internos, ou seja, aqueles Guardas de Segurança que se sujeitavam, embora de forma voluntária, a permanecer aquartelados no interior da Coordenação de Segurança, submetidos, portanto, à administração das suas tarefas, mesmo no período de descanso.

O homem da segurança estava propenso à “mortificação do eu” da mesma maneira que qualquer indivíduo dos outros setores de produção e que, no interior do quartel, ou quando de folga fora da corporação, deveria manter-se, como nas Forças Armadas, reproduzindo aquilo que foi instruído a ele, quando incorporado naquela instituição. Racionalizava-se, para manter o controle da vida e da autoridade sobre os indivíduos, **com a** evidência de que as ordens repassadas ao pessoal alojado são as mesmas apresentadas em outros tipos de instituições desse gênero:

**Entre outras coisas, há a necessidade de se observar o seguinte:**

- 1) A arrumação de camas deve ser feita conforme instruções anteriormente transmitidas.
  - 2) Os pertences pessoais de cada elemento devem ocupar única e exclusivamente os armários distribuídos. Os excessos não podem permanecer na área dos alojamentos.
  - 3) Fica terminantemente proibido fumar nas áreas dos alojamentos.
  - 4) Os alojados devem ser conscientizados a colaborarem com a limpeza das instalações, não jogando ponta de cigarro e cinza no chão, não se encostando com as mãos ou com o corpo nas paredes, limpando convenientemente os pés ao entrarem na área coberta, não pisando em grama ou canteiros, etc.
  - 5) Toalhas e peças de roupas não devem ser penduradas nas portas dos armários.
  - 6) Ventiladores portáteis, rádios, televisão, toca-discos e geladeira também não são permitidos usar nas dependências dos alojamentos.
- À primeira vista pode parecer difícil acatar normas dessa natureza, porém há necessidade urgente de criarmos em grande parte dos componentes da CS o hábito da organização, higiene e limpeza (CDI 9188F 2078).

Todas as observações determinadas pelo Inspetor aos componentes da segurança não necessitavam de treinamento para a obediência; elas derivavam do *ethos*: Todos os soldados recebem essa mesma determinação, quando são alojados no exército. Os internos de uma instituição religiosa, ou os presidiários também incorrem nessa determinação. Entretanto, a chave da nossa abordagem sugere uma equipe diretiva e opressora para com os trabalhadores braçais, mas que também tinha sobre seus membros uma administração que, em termos gerais, deveria funcionar como exemplo aos demais trabalhadores:

Em muitas das outras instituições totais, as mortificações são oficialmente racionalizadas com outros fundamentos, tais como, por exemplo, higiene (no caso do uso do banheiro), (...), capacidade para o combate (no caso de regras do exército para a aparência pessoal), “segurança” (no caso de restrições em regulamentos de prisões) (GOFFMAN 2013, p.48).

No caso das agências de segurança, aplica-se a “aparência pessoal” que desencadeava, por si só, um diferencial, afinal esta era um segmento civil pensado para agir dentro de suas estruturas como um braço das Forças Armadas. Assim sendo, foi proposta uma abordagem única do Chefe de Coordenação ao Guarda de Segurança, considerando que essa análise global seja necessária por ter significados análogos ao organograma de uma Unidade Militar das quais saíram a grande maioria dos membros do setor apresentado. Diante disso e para dar seguimento às próximas observações e estudos acerca desse aparato de segurança da barragem, apresenta-se um breve exemplo de como é formada uma unidade ou batalhão do exército, podendo-se, assim, compreender as conclusões que consideraram a segurança como uma pequena Unidade Militar.

O organograma a seguir, reproduzido no Quadro 2, a seguir, também servirá de exemplo para o estudo da equipe diretiva da SFU que, ao se espelhar na organização perpetuada na Itaipu, formou também a sua estrutura organizacional. Entretanto, diferente da ASF Itaipu, não houve um general que ocupasse lideranças. A SFU ficou subordinada, durante quase todo o tempo de atuação, a um coronel da reserva do exército.

**Quadro 2:** Estrutura de uma Unidade Militar de exército: Nível de comando

<b>FUNÇÃO</b>	<b>NÍVEL</b>	<b>QUANTIDADE<sup>30</sup></b>	<b>OBSERVAÇÕES</b>
Tenete Coronel	Superior	01	Comandante de Unidade
Major	Superior	01	Subcomandante
Capitão	Superior – Estado Maior	01	Chefe da 1ª Secção S/1
Capitão	Superior – Estado Maior	01	Chefe da 2ª Secção S/2 <sup>31</sup>
Capitão	Superior – Estado Maior	01	Chefe da 3ª Secção S/3
Capitão	Superior – Estado Maior	01	Chefe da 4ª Secção S/4
Capitão	Superior	04	Subunidades
<b>Total</b>		<b>10</b>	

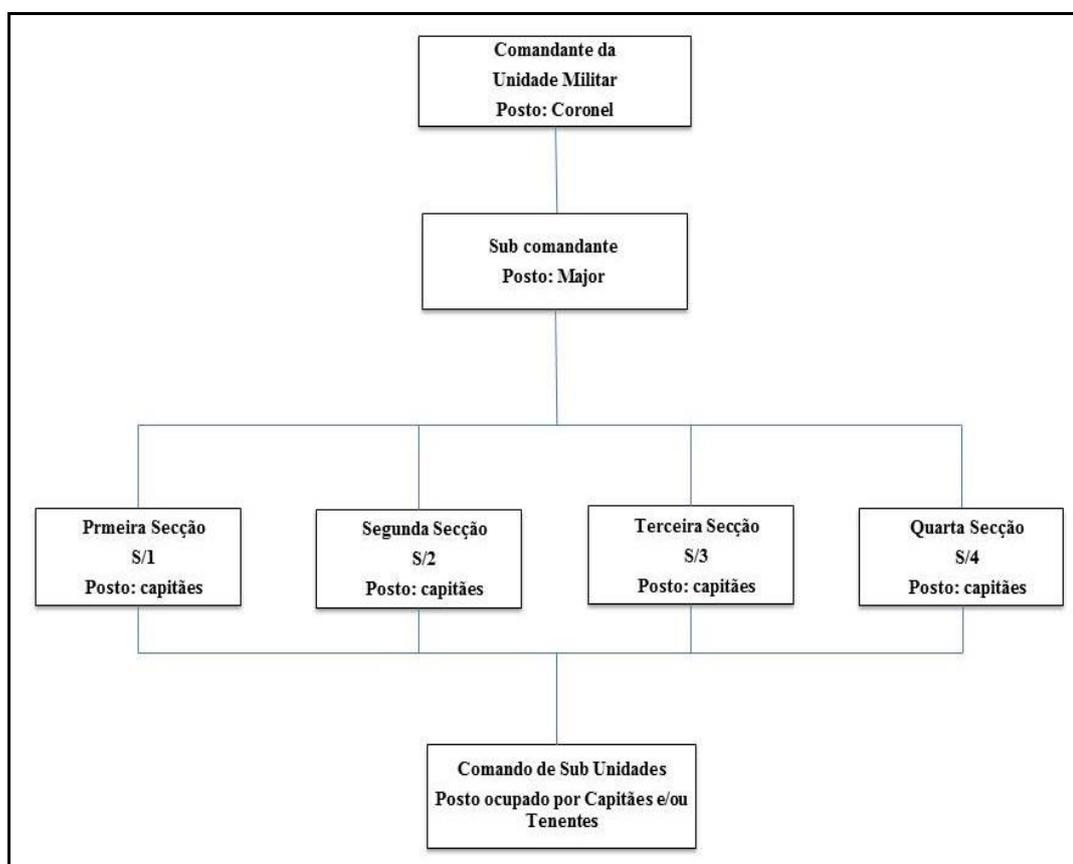
**Nota:** Este quadro demonstrativo foi elaborado, tendo como referência o conhecimento da hierarquia militar, oriundo das Forças Armadas, na qual o pesquisador desse trabalho atuou em 1986.

Da mesma forma, o organograma, representado na Figura 8, esboça, em termos mais amplos, a dissolução dos comandos por níveis de companhias. Assim, ficará mais evidenciado a adequação que as equipes diretivas superiores davam, ao emitir e exigir a manutenção do Mapa da Força, apresentado anteriormente.

<sup>30</sup> Nessa observação, não está contido o total de militares que trabalham nestas Seções, apenas o comando, o qual também está condicionado à disponibilidade de oficiais nas Unidades Militares, podendo, por exemplo, um tenente ocupar a pasta de Chefe de Seção e de comando de Subunidades.

<sup>31</sup> Responsável pelas atividades relativas à Inteligência e à Contra-Inteligência. Na Polícia Militar, denomina-se esta Secção de P/2.

**Figura 8:** Organograma da Estrutura de uma Unidade Militar do Exército<sup>32</sup>



Fonte: (idem, op. cit).

O organograma anterior (Figura 8) representa, de forma hierárquica, a maneira como se organiza uma Unidade Militar composta por um batalhão. Se olharmos para o quadro hierárquico da segurança da Itaipu e, mais adiante, o da UNICON, a atenção volta-se ao fato de que estas se mantiveram na mesma perspectiva de uma Unidade Militar. Aos inspetores, cabia desenvolver as atividades de “Estado Maior”, ao passo que, aos fiscais, cabia o comando dos grupos de serviços (A, B, C e D) na segurança de Itaipu e (A, B, e C), na Segurança da UNICON, como se fossem Subunidades.

No exército, cada Secção tem uma atribuição específica e autônoma [Estado Maior], cuja função é auxiliar o comandante nos diversos serviços aos quais uma Unidade está sujeita. Este tipo de organização, mas com outros postos, apresenta-se também no comando de uma

<sup>32</sup> Os postos de comando estão sujeitos a variações, conforme a disponibilidade de oficiais em cada Unidade Militar. Exemplo disso é o comando de uma Unidade Militar ser conferida a um Tenente Coronel. No caso de haver a igualdade de hierarquia, terá preferência aquele oficial cuja formação seja a mais antiga. Destaca-se, também, que existem peculiaridades de organização na Marinha, no Exército e na Aeronáutica. Estuda-se, nesse caso, o Exército, por ser este o lugar da maioria das lideranças das Agências de Segurança e que serviu de espelho para sua implantação.

Brigada Militar e numa Divisão de Exército, lugares de origem dos Generais José Costa Cavalcanti, Bruno Castro da Graça e Junot Rabello Guimarães. Assim, no âmbito operacional e disciplinar, havia a mesma linguagem, desde o Diretor Geral, como militar, até o Guarda de Segurança no que se refere ao policiamento e à ordem.

Contudo, o fato de todos os ingressantes da assessoria serem reservistas das Forças Armadas ou da Polícia Militar estimulou a continuidade, por exemplo, no caso do arranjo da Assessoria de Segurança Física e de sua atuação que transformou esta agência em uma expressiva força repressora que se apropriou e deu continuidade àquilo que seus integrantes assimilaram como ideologia nos quartéis. Toda e qualquer atividade ilícita ou subversiva deveria ser combatida preferencialmente por ela, que contava com o auxílio de um bem equipado e comandado serviço de espionagem. Além deste recurso, a assessoria obtinha também informações do discreto serviço secreto da UNICON, que, entre outros aspectos, realizava interrogatórios, fazendo a vez da Polícia Judiciária, e encaminhava-os à Itaipu.

Da mesma forma que o campo de atuação dessas agências demonstra diferenças, o modelo de se produzir provas contra os deslizes dos trabalhadores também apresentava elementos de diferenciação. O profissionalismo da Segurança da Itaipu consistia em um importante diferencial, pois seus interrogatórios quase sempre eram conduzidos pelo Inspetor Capitão João Cyríaco de Souza Filho. Já, na UNICON, o mesmo procedimento era conduzido por um Inspetor reservista como Tenente do exército. Este evento pode ser considerado eficaz para o sucesso dos interrogatórios, devido à qualificação do interrogador. Por outro lado, a possível falta de experiência do responsável pelas sindicâncias na UNICON possibilitava a ocultação das informações, consideradas por eles criminosas: uma realidade seria lidar com interrogatórios aos considerados presos políticos ou àqueles aos quais eram denominados subversivos; outra era interrogar um trabalhador que entrou embriagado na Barreira de Controle, ou discutiu com a esposa, ou ainda que tivesse furtado cobre, pois cada momento demandava uma suposta especialização, e estas adaptações prejudicavam sistematicamente os trabalhadores demitidos pelo fato da perpetuação da mesma burocracia dos quartéis em um empreendimento que tinha como base a construção civil.

Partindo desse princípio, apresenta-se a seguir as peculiaridades da Segurança Física da UNICON e o seu quadro diretivo a qual conduzirá à consideração de que esta agência se constituía também numa pequena Unidade Militar, já que, no seu quadro, estava também presente a figura do Coronel, do Inspetor de Segurança e do Fiscal de Segurança, sugerindo o enquadramento, tal como a Itaipu, nesse mesmo esquema operacional.

## 1.2 AS DUAS AGÊNCIAS DE SEGURANÇA: ALGUMAS DIFERENÇAS, CONFLITOS E FUNCIONALIDADES

No decorrer desse estudo, procurou-se apresentar aproximações e distinções no âmbito operacional das duas Agências de Segurança: Itaipu e UNICON. O acesso às fontes do centro de documentação da Itaipu possibilitou considerar estas agências em esferas diferenciadas, mesmo que, em alguns aspectos, parecessem comuns, como, por exemplo, os interrogatórios promovidos pelas sindicâncias, o recrutamento de pessoal, as detenções e os recibos de pessoas<sup>33</sup>.

Este tópico aborda as contradições entre o discurso da chefia de segurança da empreiteira que, em determinado momento, apresentou este setor como uma entidade de apoio ao trabalhador, mas que, em outros momentos, mostrava-se opressora.

Reproduzindo o discurso não só dessas agências, mas de todos os dirigentes do Consórcio e da Itaipu estava o Jornal Informativo UNICON. Explicitamente, este veículo noticiava apenas os fatos prazerosos, omitindo aqueles cujas características tinham o poder de alterar a conduta do trabalhador e o andamento da construção. Seu objetivo era, segundo Mascarenhas (2011, p. 124), “o de atuar na qualificação da opinião, sendo essa mais esclarecida, ou seja, o objetivo era de dizer para os funcionários qual opinião deveriam ter sobre as atuações da empresa”. A autora indica que o jornal da empreiteira trazia informações com o intuito apenas de fazer com que os trabalhadores se contentassem com aquilo que era ofertado a eles. Nisto se incluem a infraestrutura, a remuneração diferenciada e a repressão que se assentaria no decorrer dos trabalhos. Para tanto, quando se falava em segurança, levava-se em conta a estrutura militar montada para a realização desse tipo de serviço na barragem. Na visão dos editores, considerando-se tais aspectos ao produzir uma matéria sobre as seguranças, seria de fundamental importância reproduzir a imagem do guarda amigo e protetor, não a do opressor, mesmo diante de denúncias acerca das opressões.

Para ilustrar essa visão, temos a reportagem publicada pelo Informativo ora em destaque no ano de 1979, primeiro ano da gestão do Coronel Alésio da Silva Lima como Chefe de Departamento de Segurança da UNICON. A notícia apontava para a existência de

---

<sup>33</sup> Documento trocado geralmente entre os órgãos policiais e penitenciários, quando da entrega ou recebimento de presos por estas instituições. Em geral, não se movimentam presos entre autoridades diferentes, sem este recibo, no qual devem ser observadas as características físicas do preso, bem como o porte de documento pessoal ou objetos de valor.

um “Breviário”<sup>34</sup> da segurança, onde estaria contido o regulamento que norteava a conduta do homem lotado nessa agência e o comportamento que este deveria dispensar ao trabalhador da construção. Como veremos, o conceito de segurança tinha, nas palavras do Coronel Alésio, segundo o jornalista do Informativo UNICON, uma definição pronta e adequada do meio militar para o civil. O Breviário enfatizava a irmandade e o respeito ao trabalhador, por parte dos seguranças, mas também pregava a postura rígida de quem deveria vigiar. Ao reproduzir a fala do Coronel Alésio, o jornalista acrescenta:

A fiscalização é indispensável e a correção, muitas vezes, uma obrigação. Quando se fizer necessário, aqueles que apresentarem comportamento inconveniente em determinados lugares, perturbando colegas, pondo em risco sua própria segurança ou comprometendo o bom nome da empresa e seu patrimônio, deverão sentir a enérgica e serena presença do vigilante (Informativo UNICON, Ed. 18 de out. de 1979, p.5).

Tais considerações são próprias de uma instituição voltada à realização de tarefas específicas, conforme assinalou Erving Goffman (2013). Não havia, como escrito anteriormente, uma diferença quanto à origem militar dos guardas de segurança; existiam determinadas posturas que, obrigatoriamente, deveriam ser seguidas, e uma subordinação e fiscalização operadas pela Itaipu nos serviços da UNICON .

A segurança Física da UNICON (SFU), como vimos, não era o todo no ramo policial dentro do Canteiro de Obras, entretanto a representatividade desta ganhou importância, à medida que seus integrantes passaram a desempenhar um papel próprio da SFI. Seria, neste caso, a tão importante função militar pela qual se chamou atenção no decorrer do capítulo e apresentada brevemente na Figura 9, na voz de seu próprio comendante, Coronel Alésio da Silva Lima.

---

<sup>34</sup> Livro com os ofícios que os sacerdotes devem ler todos os dias; O próprio ofício; Leitura habitual, predileta; Ler pelo mesmo breviário, ter as mesmas ideias que outrem. **Fonte:** [www.dicionariodoaurélio.com](http://www.dicionariodoaurélio.com). Acesso em 07 de jun. de 2014. 11h30min.

**Figura 9:** Segurança Física da UNICON:Formatura matinal



**Fonte:** Informativo UNICON. Edição 15 de out. de 1979.

Em outras palavras, a segurança da Itaipu Binacional poderia fazer tudo no ramo da segurança e não tinha ninguém, além das próprias inspetorias, para fiscalizá-la, consolidando, desta maneira, uma postura corporativista, no sentido de punições aos seus Guardas de Segurança.

Na Segurança da UNICON, ao desempenhar as tarefas do cotidiano, além da fiscalização dos seus chefes de grupos, os Guardas ainda estavam expostos às determinações, às sanções e às explicações, as quais deveriam ser repassadas à Coordenação de Segurança da Itaipu, com as devidas providências. Diante do exposto, considera-se a SFU também como uma instituição fechada e diretiva cujos integrantes fiscalizavam e oprimiam, apesar de também estarem sujeitos a incorrer nesse mesmo procedimento por parte da Coordenação de Segurança da Itaipu. Por outro lado, os Guardas de Segurança da UNICON estavam subordinados hierarquicamente à Coordenação de Segurança da Itaipu, assim como os outros trabalhadores. Os dois segmentos submetidos ao controle interno e externo em relação à SFI, eram, desta forma, considerados da equipe de internos. O Breviário tinha apenas valor simbólico, sem força de lei, sem difusão pública, diferentemente, por exemplo, da Resolução 59/74 que criou a ASF. Por um lado, havia essa necessidade de supremacia da estatal no controle intenso por meio de barreiras e outros trabalhos. Em oposição a isso, ocorria entre as duas Agências de Segurança um conflito proporcionado pelo *habitus*, fazendo com que todos os processos de aprendizagem (militarizado) desses homens desencadeassem numa competição institucionalizada, e ao mesmo tempo se voltavam contra os trabalhadores comuns, vindos de outros campos sociais e, portanto, detentores de diferentes costumes e

saberes. Justamente como define Lopes (2009), ao afirmar que *habitus* pode ser compreendido como:

(...) um sistema de disposições duradouras que os agentes adquirem por meio de suas inserções nos mais variados espaços sociais – seja ele, por exemplo, o ambiente familiar ou profissional – e que constituem uma matriz de percepções, de apreciações e de ação que se realiza em condições sociais análogas as quais essa matriz foi adquirida (LOPES, 2009, p. 396).

Nos estabelecimentos penais, como no meio militar aqui estudado, o *habitus* faz com que os indivíduos sejam apresentados a uma “educação duradoura”, isto é, àquela apresentada de forma institucional por meio das regras ou da pedagogia do próprio crime, estabelecida entre os internos. De forma análoga, pode-se considerar que os homens da Segurança Física da UNICON e da Coordenação de Segurança da Itaipu estiveram expostos a um *habitus*, ou seja, aos costumes do meio militar, por exemplo, com instruções intensas, voltadas à repressão do inimigo interno, no caso em questão, os subversivos. Neste sentido, não havia distância das agências no âmbito cultural, mas o corporativismo na segurança da UNICON, em alguns casos, neutralizava o teor dos informes produzidos pela estatal nas ocorrências envolvendo os agentes da UNICON. Entretanto, isso foi uma construção ocasionada pelo amadurecimento da SFU, ou seja, havia, neste sentido, dois mundos: o da Itaipu e o outro, da UNICON. No decorrer do tempo, as relações que foram sendo construídas estavam sendo mediadas por diferentes saberes, ocasionando, assim, a constante relação de forças. Como se observava, ocorria “uma relação pendular”, mas esta sempre favorecia a ASF, por ter todas as características de uma instituição militar pública. Assim, o público sobressaía-se em relação ao privado, no caso a SFU. Em outros termos, na relação de forças, só quem tinha a perder era o trabalhador, pois, a este, como será destacado no próximo capítulo, restava apenas responder às sindicâncias, sem o auxílio de um defensor. Este fato demonstra as imposições destinadas aos extratos mais baixos das categorias presentes no Canteiro de Obras de Itaipu.

Essa busca pela legitimação da autoridade na área da construção e no seu entorno fez com que, aos poucos, a SFU assumisse também o seu lugar no espaço, sobretudo porque passou também a elaborar pequenos inquéritos policiais, comandados pelos Inspectores. As sindicâncias eram, por vezes, solicitadas pela Coordenação de Segurança, ou mesmo pelo Coronel Alésio, para reunir elementos que possibilitassem a punição ou absolvição do trabalhador comum envolvido em delitos. O mesmo procedimento era adotado, quando se objetivava punir um Guarda de Segurança. É possível que, em determinado momento, os

chefes da Segurança Física da Itaipu, em virtude da demanda de ocorrências, tivessem atribuído à Segurança da UNICON algumas tarefas que eram próprias da primeira, a fim de desafogar e dar agilidade principalmente à coleta de depoimentos. Desta forma, a ASF ficaria com os que demandavam sigilo e aqueles que envolviam os funcionários próprios da estatal, deixando, para outro momento, os inquéritos mais simples, envolvendo os funcionários da UNICON, por conta da segurança desta mesma empresa.

Uma das medidas adotadas para levar adiante o poder opressivo presente neste esquema de segurança da Usina foi a separação entre barrageiro e o homem da segurança, aproveitando-se da classificação de categorias de trabalhadores, adotada durante a construção por todas as empresas presentes no empreendimento. Todos os cartões de identificações [crachás] tinham em destaque uma classificação de (A a D), de acordo com a função do trabalhador. Seguindo esta ordem, os níveis (C e D) eram aqueles com menor qualificação profissional e, assim, habitavam as residências mais inferiores, faziam as refeições em refeitórios superlotados, com o alimento servido em bandejas; nesta categoria, estavam os Guardas de Seguranças das duas agências no início da construção da Itaipu. Houve, nesse sentido, uma reorganização, e o Guarda de Segurança passou a não se mesclar com a maioria dos trabalhadores nos refeitórios considerados de níveis (C e D). Sendo conferido a estes o nível (B), eles mantiveram-se, portanto, distantes daqueles que seriam a grande massa de trabalhadores. No entanto, a entrada dos mesmos não era autorizada no pavilhão de nível (A) para fazer as refeições, espaço que era reservado exclusivamente à categoria mais elevada das equipes diretivas superiores. Uma das medidas para fiscalizar essa separação foi anotar o nível nos cartões de identificação. Neste cartão, além das informações referentes às questões pessoais do trabalhador, estava inserida, também, à direita, a letra em maiúsculo (Figura 10), que designava o respectivo nível e cuja importância servia para adentrar no melhor refeitório e morar na melhor vila residencial. Esta categorização, presente nos crachás, servia também como demonstração de *status* no universo daqueles trabalhadores:

**Figura 10:** Hierarquia por níveis de crachá (A a D)



Fonte: Acervo do pesquisador.

A outra medida, e talvez a mais eficaz, foi a criação de um quartel próprio para os seguranças, onde poderia funcionar discretamente as seções de interrogatórios para a elaboração das sindicâncias. Da mesma forma, as formaturas diárias teriam a privacidade necessária para as leituras dos Boletins Internos. O quartel da Segurança Física da UNICON, tal como o da Coordenação de Segurança da Itaipu, foi construído propositalmente em um local cercado pela mata e, por este motivo, apelidado de “cascavelão”. Esta separação se justificava, de acordo com os relatos dos Guardas de Segurança, pela necessidade de promover o distanciamento de onde ocorria as grandes movimentações. Note-se que, apesar do discurso imagético do “guarda amigo”, apregoado pelo Coronel Alésio e o dito Breviário da Segurança Física UNICON, na prática, o objetivo era o distanciamento e o rompimento do vínculo de amizade entre a segurança e o trabalhador comum. Para Beto, cujo tempo de serviço exclusivo na área de segurança na hidrelétrica de Itaipu e nas duas empresas em questão foi de 34 anos, esta separação estava para além do operacional. Nas palavras dele, mantinha-se, por meio dessa, a distância entre os setores de produção e todos os Guardas de Segurança, intensificando-se os antagonismos presentes nessas categorias:

*Como vigilante o meu crachá era “C”. Só que como eu ia trabalhar lidando com o pessoal mais humilde, pessoal menos favorecido eu não poderia almoçar junto com os mesmos, nem ser transportado junto com os mesmos, então por esta razão concederam um crachá “B”, pra que a gente pudesse almoçar lá com o pessoal do nível “B” (BETO, 2012).*

Observa-se, nas palavras de Beto, que os membros que compunham o quadro da segurança, segundo as regras da Itaipu, eram portadores do chamado crachá “C”<sup>35</sup>, ou seja, o mesmo nível do trabalhador comum; entretanto, por meio dessa adequação arranjada, todos os GS fizeram parte de um grupo reduzido e seletivo de trabalhadores, embora vistos também com repúdio pelos barrageiros do nível “B”, conforme mostra a Figura 11 na sequência:

---

<sup>35</sup> Níveis dispostos aos trabalhadores: A; B; C; e D.

**Figura 11:** Crachá de GSI nível “B”



Fonte: Acervo do Pesquisador.

O cuidado em observar os efeitos que as aproximações com os trabalhadores poderiam causar era justificado pelas orientações comuns às do campo militar. Não seria possível imaginar oficiais e graduados, compartilhando o mesmo pavilhão de alojamentos com soldados de níveis mais baixos. De acordo com Goffman (2013, p.84), “quando entre a direção e os internados, ocorrem relações e intimidades extraordinárias, sabemos que podem seguir-se ciclos de participação e tende a haver todos os tipos de repercussões desagradáveis, uma subversão de autoridade”.

Não obstante às tentativas de distanciamento, sempre houve momentos em que os trabalhadores, considerados internos da perspectiva de uma “Instituição Total”, tiveram uma aproximação da Segurança Física da UNICON. Isto ocorria principalmente naquilo que Goffman (*idem, op.cit*) denominou “Cerimônias Institucionais”<sup>36</sup>; no caso de Itaipu Binacional, as Olimpíadas dos Trabalhadores, breve espaço de tempo designado para as competições quando se juntava uma pequena fração de trabalhadores comuns com os homens da segurança, no intuito de se formar uma equipe diversificada, a qual competia contra as outras empresas. Pode-se perceber, nessa atuação em duplo sentido, que o primeiro seria a busca pela supremacia da SFU nas competições, inclusive na tentativa de superação da própria CS nas primeiras Olimpíadas no Canteiro de Obras. O segundo seria a valorização que se atribuía à Olimpíada pela equipe diretiva superior civil, formada pelos engenheiros e diretores da Itaipu e da empreiteira. Tal valorização aparecia amplamente divulgada pelo Informativo da UNICON<sup>37</sup>, elemento difusor dessas cerimônias. Atenuavam-se, desta

<sup>36</sup> Tal noção, apesar de importante neste contexto, não será aprofundada neste trabalho, por apenas tangenciar o assunto principal e cujo detalhamento, devido à complexidade da noção, exigiria um novo estudo.

<sup>37</sup> O Informativo UNICON tinha como protagonista, em suas reportagens, sempre o barrageiro e suas atividades. Entretanto, o protagonismo não necessariamente dava ao homem simples e rude o poder sobre a equipe diretiva; e as próprias reportagens deixavam isso em evidência. Na prática, a imagem que os internos tinham da equipe

maneira, intensos conflitos, acidentes de trabalho e perseguições entre trabalhadores, fatores e principalmente os Guardas de Segurança, recorrentes durante a construção.

Dessa mesma perspectiva, foram usados artifícios atrativos para os barrageiros como, por exemplo, a presença de grandes personalidades do esporte e da música da época. Na primeira olimpíada (1979), além da cantora Fafá de Belém, que fez o show de encerramento, estiveram no Canteiro de Obras para a entrega das premiações aos competidores “o presidente da FIFA João Havelange, o Ministro Wilson de Souza Aguiar e o Diretor presidente da UNICON Gabriel Paes de Carvalho” (Informativo UNICON, Ed. Nº. 26 de 1979, p.8). Decorridos nove anos da primeira olimpíada, já caminhando para o encerramento da construção pesada, aconteceu uma breve competição interna que se encerrou com a apresentação do Trio Los Angeles; sempre no espaço do Cine Teatro do Centro Comunitário, como lugar importante de confraternização para os trabalhadores durante o período da construção: “A homenagem musical aos trabalhadores agradou. O Trio relembrou seus maiores sucessos que também descrevem a trajetória artística do grupo desde a sua formação” (*idem*, Ed. nº 133 de maio de 1999, p.4). Ninguém pode ser considerado superior, no que se refere às “Cerimônias Institucionais”, a união é parte principal que torna o ambiente com um mínimo de descontração, tal como aconteceu durante as olimpíadas na construção de Itaipu. De acordo com Kunze (2009, p. 180):

Para que a manutenção da moral da instabilidade e dos objetivos da instituição seja garantida a equipe dirigente utiliza a impermeabilidade – negação das influências – com o discurso de ruptura com o passado e supressão das distinções sociais externas do internado dando um caráter democrático ao seu tratamento.

Os limites de relações, quando quebrados nessas aproximações, são toleráveis, pois o “teatro institucional”, nos termos de Goffman (2013), tinha também a função de aliviar as tensões das duras jornadas de trabalho e manter a harmonia dos diversos setores. A chamada do Informativo UNICON, de 12 de abril de 1979, traz esse exemplo:

O cenário já está montado para a grande festa do esporte de Itaipu. Entretanto, antes que as forças sejam medidas no campo das competições, as 20 equipes inscritas prometem vitória e reagem esportivamente à pretensão

---

diretiva não mudava pela existência desse Informativo e de suas reportagens. Goffman (2013, p.85 e 86) esclarece que “uma das formas mais comuns de cerimônias institucionais é o órgão de divulgação – geralmente um jornal semanal ou uma revista mensal. Usualmente, todos os colaboradores são recrutados junto aos internados, de que resulta um tipo de paródia de hierarquia enquanto a supervisão e a censura são exercidas por uma pessoa da equipe dirigente [...]”.

lançada pela equipe do Concreto, em nossa última edição. É o caso da Segurança Física da UNICON, que na pessoa do treinador do time de futebol do AU-VI, Almiro Bencke, está pagando para ver o "passeio" anunciado pela equipe de futebol do Concreto. Enquanto isso Lourival Monteiro, (...), não ficou atrás e confirma a disposição do companheiro: "Se a equipe do concreto garante, nós garantimos do mesmo modo. A nossa vitória será certa no atletismo e pedestrianismo. E tem mais. Não será nada fácil superar-nos também, nas modalidades de vôlei e basquete" (Informativo UNICON, 12 de abr. 1979, p.1).

O jornalista apresenta, em tom de descontração dissimulada, as mensagens dos competidores, sugerindo ameaças que não perpassavam, no entanto, o campo das competições, mas que poderiam ter efeitos próprios dessa separação perpetuada nos momentos anteriores à Olimpíada. De modo geral, a primeira Olimpíada realizada no âmbito do Canteiro de Obras foi o grande marco das "Cerimônias Institucionais".

Na III edição das Olimpíadas em 1979, materializou-se, também, como parte dessas Cerimônias Institucionais, o mito do *robô* "atleta de ferro", posteriormente chamado de "Barrageiro homem de aço"<sup>38</sup>. Este símbolo foi criado pelos próprios trabalhadores, mas idealizado pelas equipes diretivas, a fim de justificar os esforços dos homens que se submetiam ao duro trabalho na construção da barragem. Neste sentido, todos os presentes nas Olimpíadas, atletas ou não, identificavam-se com a imagem de "um atleta de ferro e luminoso, trazendo a tocha olímpica numa das mãos" e irradiando um sentimento que se tornava comum ao oprimido e ao opressor (*idem*, 15 de mar. de 1981, p.3).

A idealização do "homem de aço", apresentado na Figura 12, ainda está presente no imaginário dos trabalhadores que se consagraram aposentados na estatal e na mente daqueles tomados pelo ressentimento de construtores da barragem. Assim, a sua manutenção como símbolo da resistência, coragem e determinação dos trabalhadores se sustenta nos restos de peças e ferragens que deram ao *robô* a rigidez e a ternura que faltou ao homem oprimido e ao Guarda de Segurança e feitores opressores.

---

<sup>38</sup> Sobre o homem de aço, este estudo trará mais considerações no Terceiro Capítulo.

**Figura 12:** Homem de Aço -1979

---



**Fonte:** Arquivo do pesquisador. Ver, logo abaixo, junto aos anéis a inscrição: “Barrageiro Homem de Aço”.

No esporte, as diferenças políticas e ideológicas podem aparentar-se esquecidas, entretanto o barrageiro oprimido torcia pela equipe de atletismo formada por seguranças, pedreiros e carpinteiros. Importava, naquele contexto, a vontade de ser vencedor e a superação diante dos competidores das outras empresas, presentes também no Canteiro de Obras. Neste sentido, Erving Goffman (2013, p. 95) esclarece que “a equipe dirigente pode, não apenas dar instrução às equipes de internados, mas também ocasionalmente delas participar e, durante o período de jogo, apresenta esse notável esquecimento de diferenças sociais que é criado pelos esportes”. Após a Olimpíada, o mesmo técnico poderia, sem prejuízos de consciência, ser o responsável por uma sindicância contra o barrageiro.

A análise da primeira Olimpíada dos trabalhadores da Itaipu permite evidenciar o papel dado à Segurança Física da UNICON; neste caso, não só como uma equipe de competição, mas de alto valor no pêndulo que estavam todos os competidores. O homem de aço não apenas era o sinônimo do trabalhador rude, mas também daquele que suportava o ferro e o fogo dos feitores e dos Guardas de Segurança, não obstante no campo da produção serem oposição nos jogos, compartilhavam o desejo de vitória comum. Ironicamente, o

barrageiro homem de aço poderia ser o melhor atleta da equipe, porém não escaparia da opressão. No dia seguinte, estaria nas filas dos refeitórios e dos elevadores, controlados e oprimidos pelos GS, ante seus amigos e membros de equipe nas competições. Para Ribeiro (2002, p. 71):

Foram muitas as estratégias utilizadas na divulgação do projeto da hidrelétrica, tais como festivais, olimpíadas e palestras. Nas páginas do *Informativo Unicon* era reproduzida a imagem do trabalhador ideal, o melhor companheiro, aquele que ultrapassava seus limites, em nome de uma causa nobre, pois eram responsáveis pela construção da obra do século.

A Figura 13, a seguir, reproduz a fotografia de uma equipe de atletismo da UNICON, formada por sete trabalhadores de diversos setores da produção e por cinco Guardas de Segurança da UNICON, dentre eles, estava Charles, o treinador dessa equipe, na época, Inspetor de Segurança:

**Figura 13:** Equipe de atletismo da Segurança Física da UNICON



**Fonte:** Acervo particular de Charles (*in memoriam*).

Ao narrar sua participação como técnico, o ex-fiscal de segurança acrescenta: “*Fui designado pela chefia da UNICON, pela diretoria da UNICON, pra comandar a parte de atletismo das Olimpíadas e eu tive muita sorte e muito sucesso e no período de três anos eu comandeí, e através do atletismo nós fomos campeões os três anos*” (CHARLES, 2013).

O Informativo da UNICON teve papel importante na estratégia de difusão das cerimônias institucionais mais amplas. Em suas colunas, barrageiros ou seguranças poderiam deixar seus reclames, mas sempre com objetivo de manter a aproximação, às vezes,

inexistente entre as equipes diretivas e os internos. Aliás, o jornal servia intencionalmente mais às equipes de produção da construtora e à Direção Geral da Itaipu Binacional, pois era ali que estavam as equipes dirigentes do complexo industrial que manipulavam e orientavam os editores sobre o que seria adequado e ignorado em nível de informação. Na primeira edição, em 4 de fevereiro de 1978, ao apresentar a matéria inaugural do Informativo, o jornalista destaca:

Suas páginas retratarão, fielmente, esperanças e certezas dos diretores, chefes, encarregados, capatazes, peões, etc., porque estamos plenamente certos de que, absolutamente todos, somos indispensáveis na construção desta Usina, onde homens e máquinas, músculos e argamassa, se fortalecem ao calor de duras jornadas de garra e sacrifício, dando a exata dimensão do temperamento vigoroso de duas nações irmãs, que, no mesmo ideal, uniram seus destinos, para conjugar o verbo do trabalho e o verbo do progresso: Paraguai e Brasil (Informativo UNICON, Ed. 4 de fev. de 1978, p.2).

A notícia inaugural deixa evidente a proposta editorial de evidenciar a produção e distorcer as informações contraditórias acerca das ocorrências no Canteiro de Obras, como aquelas apresentadas pelo Jornal Nosso Tempo na cidade de Foz do Iguaçu e que foi destacada no início deste capítulo. O colunista do Informativo UNICON, José Melquiades, dedicava quase uma página do jornal para descrever o “Barrageiro” como um ser *sui generis* para o trabalho, mas nem uma linha sequer para falar da opressão às quais os homens e a família deles foram expostos. Como em qualquer Estado movido pela ditadura, a imprensa do Canteiro de Obras tentava conciliar o horror com a normalidade. Pelas reportagens apresentadas, objetivava-se fazer dos trabalhadores aquilo que o Estado queria, ou seja, tratá-los como seres sem consciência e sem senso crítico. O mesmo trabalhador que via seu amigo morrer em um acidente de trabalho, lia uma reportagem produzida pelo Informativo, elogiando os serviços de segurança, a inexistência ou a redução do número de acidentes de trabalho com óbitos e as boas condições de trabalho.

Apesar do sucesso da missão do corpo editorial do Informativo, essas contradições foram amplamente combatidas pelo Jornal Nosso Tempo, semanário local de Foz do Iguaçu. Na edição de 04 a 11 de outubro de 1981, o jornal traz reportagem acerca do trabalhador Miguel Matias, demitido, segundo o jornalista, “por ter contraído doenças e defeitos físicos dentro das condições desumanas em que foi mantido durante vários anos”. A manchete destacava: “Itaipu é um campo de concentração” (*idem*). No decorrer da entrevista, o trabalhador apontou uma série de irregularidades que presenciou no tempo em que esteve trabalhando na UNICON. Dentre elas, estão as relacionadas aos acidentes de trabalho, as

quais, segundo seu relato, eram tratadas dentro da mais possível normalidade: “Eu vi algumas mortes. Mas eles escondem. Se alguém se acidenta desce uma caçamba pelo cabo aéreo<sup>39</sup> levam o acidentado embora e ninguém fica sabendo que fim levou – se morreu ou não. Às vezes saem três ou quatro na mesma ambulância” (*idem, op.cit*). Esta foi a primeira matéria com relativa profundidade acerca das relações de trabalho durante a construção, no entanto os noticiários apresentados pelo jornal Nosso Tempo não se pautavam apenas nos problemas da construção da barragem e da mobilidade social. As reportagens estavam relacionadas, de igual maneira, à política local, principalmente às questões do prefeito nomeado para a cidade de Foz do Iguaçu, Coronel Clóvis Cunha Vianna, e à política do município como um todo.

Para dar seguimento ao estudo dessas particularidades, será apresentado no Quadro 3, aos moldes do que foi exposto no Quadro 1, a formação da equipe diretiva da Segurança Física da UNICON, desvinculando-a do mundo esportivo, volando ao lugar de “aparato repressivo”, proposta deste trabalho. Desta maneira, será possível problematizar o motivo pelo qual esta agência não era comandada por um general, como chefe de departamento de segurança na referida empreiteira:

**Quadro 3:** Quadro da equipe diretiva da Segurança Física da UNICON

FUNÇÃO	NÍVEL	QUANTIDADE	OBSERVAÇÕES
Chefia	Superior	01	Coronel Alésio da Silva Lima
Secretaria	Auxiliar Administrativo	01	Pasta ocupada por dois Guardas de Segurança
	Escriturário	01	
Chefe de Setor de Segurança	Superior	01	Tenente Lourival Pedro Monteiro
Inspetores de Segurança	Médio	02	Para ocupar essa Pasta, era necessário preferencialmente que fosse oficial ou graduado da reserva das Forças Armadas
Fiscais de Segurança	Administrativos	02	
Guardas de Segurança	Serviços	32	A SFU ainda contava com uma pequena fração de homens no Paraguai, estes comandados por um Inspetor e um Fiscal
Vigilantes	Serviços	65	

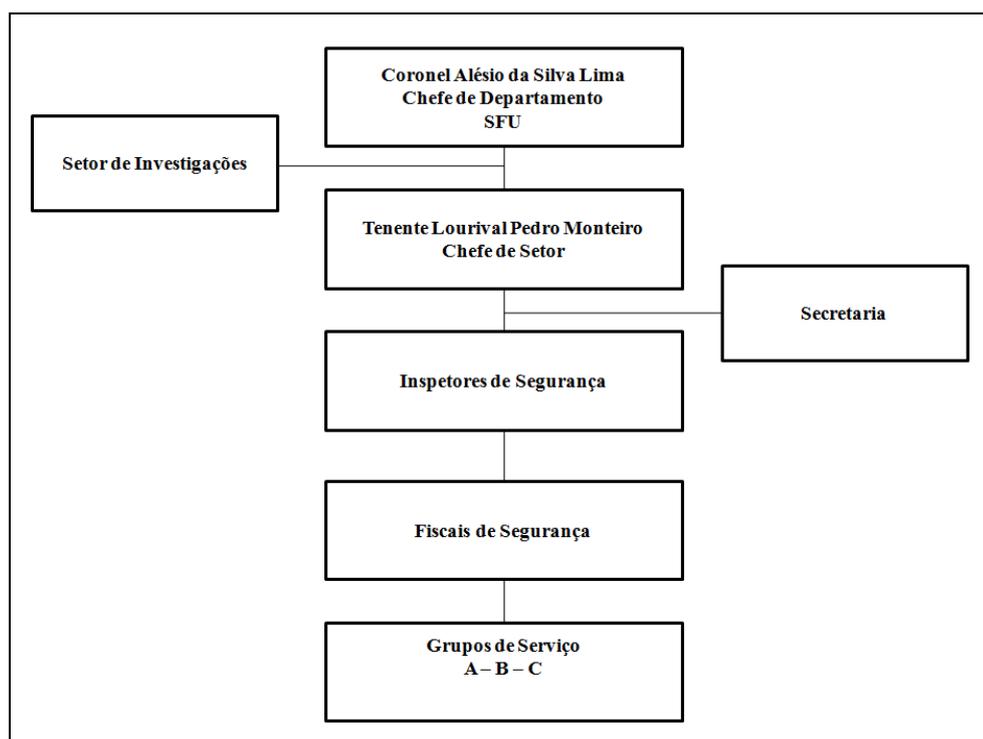
<sup>39</sup> Cabos que atravessavam o Rio Paraná (Brasil / Paraguai) e que serviam para levar equipamentos e concreto à construção da Barragem Principal. No que se refere à fala do trabalhador Matias, foram organizadas adaptações, de maneira que enfermeiros eram levados em caçambas próprias para este fim, e resgatavam acidentados em lugar de difícil acesso. Para saber mais sobre esse equipamento, ver a Figura 33, nessa Dissertação.

Vigias	Serviços	26	de Segurança oriundo daquele exército
Todos estavam divididos em quatro grupo de trabalho: Três formados por Guardas e vigilantes e um composto só por vigias, em turnos de 12:00 horas.			Grupos A – B – C
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>131<sup>40</sup></b>	

A elaboração dessa tabela tem base nos dados do mesmo período em que foi produzida a da ASF e exposta no (Quadro 1), ou seja, 1980. Embora outros Mapas das Forças tenham sido difundidos, optou-se por tomar este como exemplo, principalmente porque, na elaboração do Quadro 1, também se optou por esta época. Assim, considera-se este tempo um momento importante nos aspectos de ocorrências envolvendo os dois grupos de trabalhadores.

**Nota:** Demonstrativo colhido a partir dos dados apresentados no Mapa da Força, elaborado pela ASF. No Organograma a seguir, reproduzido na Figura 14, haverá uma melhor demonstração da organização e das chefias.

**Figura 14 - Organograma Hierárquico da Segurança Física da UNICON**

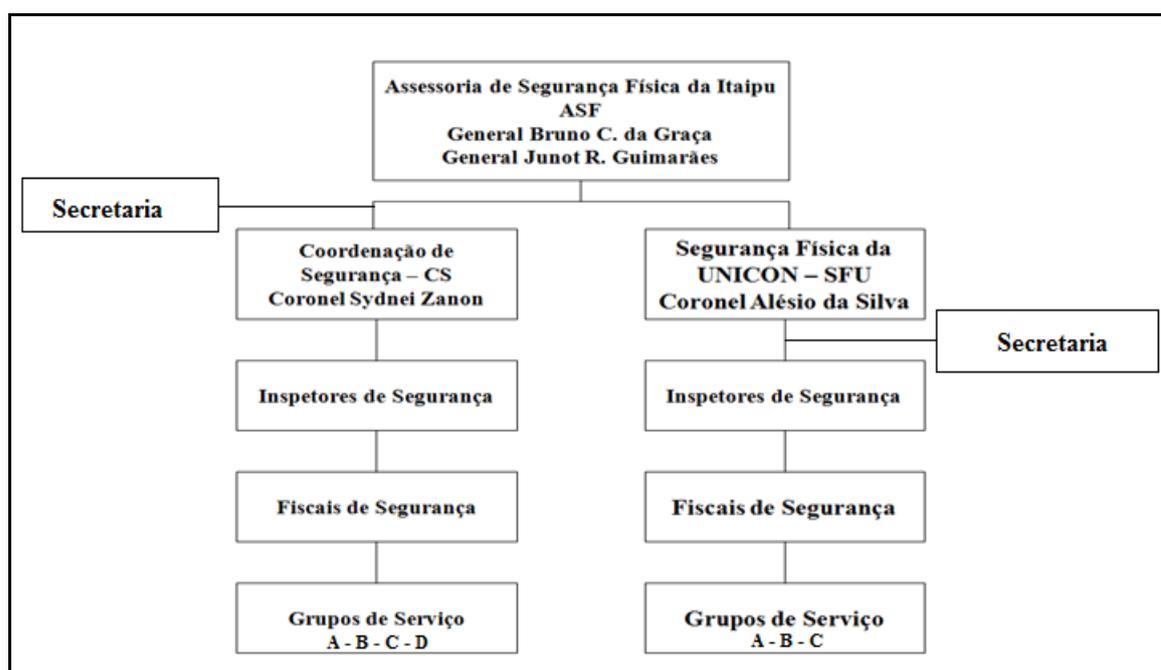


A partir das análises do organograma anterior, é possível verificar a existência de critérios importantes para o distanciamento operacional das duas Agências de Segurança apresentadas nesse estudo. Essas diferenças foram, por várias vezes, apontadas no ramo operacional como características idênticas. Entretanto, uma semelhança atribuída às duas

<sup>40</sup> Esse número oscilava de acordo com a evolução da construção. Em agosto de 1979, apresentava um total de 249 (CDI 9186F 2287).

agências diz respeito à figura do coronel nos organogramas hierárquicos apresentados. Considerando-se uma pequena Unidade Militar, pode-se afirmar que o poder das respectivas agências se tornavam iguais ao nívelá-las, tomando por base o posto de coronel, conforme será apresentado a seguir na Figura 15:

**Figura 15:** Organograma hierárquico e comparativo entre as Agências de Segurança da Itaipu e UNICON



**Nota:** Apresentação da submissão da SFU à ASF, por meio do Contrato 108/75.

Sendo assim, houve um certo nível entre ambas as Seguranças, mas o Coronel Alésio da Silva Lima, quando à frente da agência da UNICON, mantinha-se subordinado à ASF, conforme estabelecia o Contrato 108/75, ou seja, esta agência tinha que se reportar, quanto às atividades que realizavam, ou iriam realizar, aos generais Bruno Castro da Graça e Junot Rabello Guimarães, mantendo, neste sentido, a disciplina e as prerrogativas do campo militar.

A rigor, haviam distribuído, no Canteiro de Obras, na responsabilidade delegada à SFU, uma quantidade de postos de serviços, que, de maneira geral, cobrava postura dos Guardas dessa empresa. O principal era o relacionado aos hospitais Madeirão (extinto), localizado no Conjunto Habitacional “C”, e o Madeirinha, construído no Conjunto Habitacional “A”, atualmente denominado Hospital Ministro José Costa Cavalcanti. Neste último, todos os que faziam a segurança eram da categoria dos GS, e era necessário esse

conceito para atender aos diferentes públicos, inclusive aos moradores do Conjunto Habitacional “B”, destinado à categoria dos gerentes e caracterizado pelo senso comum, na época e atualmente, como Vila dos engenheiros. Outros postos importantes eram os paióis de armazenamento de explosivos que, pelas peculiaridades, eram fiscalizados nas rondas pela CS, no intuito de flagrar abandono de posto pelos Guardas de Segurança da UNICON, ou até mesmo, surpreendê-los, dormindo no período noturno ou mesmo diurno. Exemplificando: no desenrolar das atividades, ou nos horários de folga, todos os membros da equipe diretiva da SFU estavam propensos às sanções da Coordenação de Segurança, independente das funções exercidas. No dia 06 de março de 1979, o Fiscal de Segurança da Itaipu relata ao Coordenador de Segurança a seguinte queixa:

Chegou ao meu conhecimento através de comunicação do GS (...), que quando de serviço nos paióis de explosivos, turno das 00 às 08 de 05 de março de 1979, surpreendeu os vigilantes da UNICON (...) e (...), dormindo em seus postos de serviço, paióis 03 e 04 respectivamente (CDI 9185F 0588).

As cobranças feitas pela agência de segurança da Itaipu à UNICON necessitavam de um retorno com a solução dada ao caso, mas esta atitude não poderia ser cobrada em relação à Itaipu. Neste caso, dependendo das circunstâncias, não havia corporativismo, quando se tinha que punir algum membro da equipe diretiva da SFU, se fosse assim solicitado, porém havia a tendência em beneficiar o GS em detrimento ao barrageiro. As ocorrências disciplinares internas tinham esta inclinação tendenciosa. Em inúmeros casos envolvendo homens da Segurança da UNICON, foram elaboradas sindicâncias, cobrando-se providências ao Coronel Alésio por parte da CS. No entanto, foram visivelmente direcionadas à absolvição do GS envolvido, mesmo se observando, no desenrolar dos fatos, alguns crimes previstos no Código de Processo Penal Brasileiro. Assim também ocorria com relação aos problemas envolvendo Guardas de Segurança das duas agências, em relação ao público externo.

Em 15 de julho de 1979, os Guardas de Segurança da Itaipu, destacados na região do Conjunto Habitacional “C”, receberam a denúncia de que um Guarda da UNICON, no seu período de descanso, havia adentrado na residência de um trabalhador, no intuito de fazê-lo baixar o volume da televisão. Tratava-se do vigilante Gabriel. O denunciante relatou aos componentes da CS que, dentre outras coisas, o acusado ainda proferiu palavras de “baixo calão”, ameaçando a vítima de que, se não fosse atendido, ou em caso de alguma denúncia sobre o ocorrido, “iria lhe acertar o passo”, em outras palavras, iria liquidá-lo (*idem*). Diante

da gravidade do ocorrido, e mostrando a diferença de tratamento em relação ao trabalhador comum, foi solicitado à SFU, pela CS, a abertura de uma sindicância, para que fosse apurada a veracidade dos fatos, pois, afinal, o autor deveria, como foi apresentado no Breviário da Segurança da UNICON, zelar pela integridade do homem barrageiro e da família deste. Além disso, o Coronel Alésio enfatizava que o tratamento que se deveria dispensar ao trabalhador deveria ser o mesmo dispensado a um irmão. Neste sentido, a atitude do GSU Gomes demandava uma punição exemplar e severa.<sup>41</sup>

Na prática, o instrumento da sindicância não era considerado uma rotina, dependia muito do fato a ser apurado e sua repercussão, isto é, a apuração existia quando havia a necessidade de se chegar aos superiores com um relato detalhado daquilo que inevitavelmente chegaria por meio de conversas paralelas. Neste sentido, o presidente da sindicância da Segurança da UNICON, seguindo a burocracia reservada à qualificação civil do interrogado, e seguindo os mesmos padrões das repartições policiais, pergunta o seguinter à testemunha principal da vítima sobre o problema da invasão de domicílio e das ameaças:

Nome, nacionalidade, idade, estado civil, residência, naturalidade, referência, função e firma<sup>42</sup>, respondeu que se chama (...), brasileiro, 34 anos, solteiro, Conjunto Habitacional C, Linha São Francisco, casa n. 32, Caité – PB, Operador Fora de Estrada, 3599, UNICON (*idem*, 1327).

Continua, o sindicante:

Perguntado qual é o comportamento do Vigilante (...), respondeu que já faz um mês que reside na Vila C, e até o momento não houve problema, e soube através da vizinha da casa 28, que a esposa do Vigilante sempre se queixa que é muito maltratada por (...), principalmente quando ele bebe, chegando às vezes, a ameaçar verbalmente de atirar em sua boca. Segundo informou (...) ao depoente, minutos antes de pedir para que fosse desligada a TV escutou um tiro dado por (...), ainda dentro de sua casa, porém o depoente não escutou o tiro (*sic*) (*idem*).

No depoimento ao Inspetor de Segurança da UNICON, o trabalhador apresenta um misto de defesa do amigo e do próprio acusado pela autoria da agressão [GS], demonstrando *a priori* que estava sofrendo alguma coação, pois não possuía um defensor, e as testemunhas

---

<sup>41</sup> Não será abordado aqui o teor geral da sindicância, objeto de análise no segundo capítulo desse estudo. Entretanto, far-se-á uma breve introdução para se aperceber da lógica corporativista como eram conduzidos os casos dessa natureza e em que se envolviam diariamente os trabalhadores.

<sup>42</sup> Note que, se que o responsável pelo inquérito trabalhava na mesma instituição que o interrogado, ele já tinha estas informações acerca deste trabalhador. Tal procedimento pode ter sentido na formação militar do sindicante ou nas formalidades dos meios policiais.

eram próprias do setor de segurança ao qual estava prestando o depoimento. Entretanto, independente do teor, importa, para este estudo, demonstrar o desdobramento do inquérito, ao ser comparado com outros em que estariam envolvidos os trabalhadores comuns, já apresentados neste estudo. Observa-se, no decorrer das análises e interpretações desses inquéritos produzidos pelas sindicâncias, que havia um direcionamento e uma insistência em se produzir depoimentos favoráveis aos guardas de segurança. Num caso semelhante a este de invasão de domicílio, no período noturno, por um GS da Itaipu, o Capitão Cyriaco apresenta a sua conclusão: “O GS (...) pediu desculpas ao morador queixoso; no caso houve imprudência, mas existe uma demonstração de *amor ao serviço* (...)” (*idem*, 9185F 0145). Desta maneira, pode-se esclarecer o direcionamento tendencioso nas apurações que visava beneficiar algum indivíduo da segurança, até pelo que talvez ele representava no desenvolvimento das atividades do cotidiano. O “amor ao serviço” justificava, por exemplo, a invasão de domicílio em período noturno.

Quando da análise da primeira ocorrência apresentada nesse estudo, foram expostas as circunstâncias pelas quais passou um trabalhador, pelo fato de ter, em determinado momento, entrado em atrito com a própria esposa. Não seria o caso também de esse homem ter passado pela avaliação da equipe diretiva da própria empresa, tal como o Vigilante em questão? O trabalhador comum que empreendesse desordens nas áreas residenciais teria que passar pela agência de segurança da Itaipu e não da UNICON. Comprova-se, nesse caso, a hipótese do corporativismo levantada anteriormente. O GSU, que adentrou de arma em punho na residência do trabalhador, representava algo a mais; a natureza de seu comportamento era a ideal naquele cotidiano, o mesmo pode-se dizer do Inspetor que presidia o inquérito e ao datilógrafo responsável pela transcrição do depoimento. Em termos mais concretos, gastavam-se papel e tempo para se chegar ao óbvio, isto é, inocentar o pertencente ao grupo dominante e tentar passar a visão de que sempre a atitude daqueles que detêm o poder seria considerada a verdadeira. Assim, na maioria das vezes, eram apresentadas as soluções das sindicâncias.

As abordagens comportamentais e punitivas às quais se lançaram as equipes diretivas evidenciam um propósito que desencadearam, no mínimo, três tipos de elementos de tratamento: O primeiro refere-se às ocorrências que envolveram os trabalhadores comuns. A estes, a questão do sigilo não era, de fato, atendida por esta segurança, ou seja, todos os comunicados eram encaminhados, sem o caráter confidencial, conforme já descrito anteriormente. O segundo refere-se aos informes envolvendo os membros das equipes

diretivas ligadas à produção e dos escritórios (engenheiros, contadores etc.) que, de certa maneira, não poderiam ter seus nomes envolvidos em conflitos, o que produziria uma descrença e possíveis insubordinações na área de produção, além da publicidade que poderia ter o fato. Neste caso, o documento poderia seguir um protocolo que o tornasse mais seguro; assim, a fonte também se asseguraria do seu sigilo e não entraria em um possível conflito pelo vazamento de informações. Esta era uma maneira eficaz de as equipes diretivas manter seus problemas em um determinado nível, sem que estes interferissem na imagem deles e que, durante a jornada de trabalho, os mesmos não fossem estigmatizados pelos demais trabalhadores.

Como veremos na análise a seguir, esse processo descrito foi imposto a um engenheiro que, por algumas vezes, solicitou atendimento no hospital da empresa para suas acompanhantes que se apresentavam sempre embriagadas, tal como ele próprio. Como membro de uma equipe diretiva e, portanto, com acesso a determinados ambientes, o engenheiro extrapolava o poder que possuía, mesmo nos momentos em que estava de folga. Porém, essa insistência de atendimento, feita pelo engenheiro, a fim de favorecer uma pessoa que não era ligada à construção e por motivo de embriaguez, precisava ser comunicada aos superiores para possíveis providências. Da mesma forma, como se tratava de alguém com cargo de chefia, o comunicado deveria seguir os padrões pelos quais foram feitas as análises anteriormente, ou seja, padronizado, para que outros trabalhadores, que não fossem ligados à área de segurança, ficassem sabendo, conforme expõe a citação com o documento de fevereiro de 1982:

UNICON – UNIÃO DE CONSTRUTORAS  
SETOR DE VIGILÂNCIA – AU-VI  
INFORME 001/82

1. DATA: 10 de Fevereiro de 1.982
2. ASSUNTO: Ocorrência com Eng<sup>o</sup> ITAMON<sup>43</sup>
3. ORIGEM: AU-VI
4. REFERÊNCIA:
5. DIFUSÃO ANTERIOR:
6. AVALIAÇÃO: A-1<sup>44</sup>

---

<sup>43</sup> Consórcio Brasileiro Itaipu de Montagem formado pelas empresas: A. Araujo Engenharia e Montagem; Empresa Brasileira de Engenharia EBE; Montreal Engenharia; SADE – Sul Americana de Engenharia; SERTEP – Engenharia e Montagem; TECHINT. Cia Técnica Internacional; TENENGE – Tec. Nacional de Engenharia; ULTRATEC Engenharia; CIE – Consorcio de Engenharia Eletromecanica (RAUTEMBERG, 2011, p. 325-326).

<sup>44</sup> De acordo com Carlos Fico (2001, p.95), os militares, por meio dos órgãos de informações, classificavam seus informes, e “cada informação recebia uma classificação que distinguiu sua confiabilidade. A fonte da informação era classificada de “A” a “F”, de acordo com a fidedignidade. Do mesmo modo, a veracidade do

7. ANEXOS:

8. DIFUSÃO: SICI<sup>45</sup>/AESI/IB/BR/FI

No dia 16 de janeiro de 1982, aproximadamente as 23:45, horas, (...), engenheiro da ITAMON, apresentou-se ao Hospital Itaipu, em companhia de (...), paraguaia, solicitando atendimento para a mulher. Esta se achava em visível estado de embriaguês (*sic*). Foi atendida. (...).

Podem ser incluídos, a estes modelos, os informes envolvendo os casos de trabalhadores homossexuais das equipes diretivas ou dos trabalhadores internos. Retomando o assunto da invasão de domicílio, o terceiro aspecto seria aqueles informes nos quais está sendo observado o caso em questão, o do vigilante, que além de ser mantido o sigilo, era direcionado para se produzir um efeito favorável aos Guardas de Segurança. Em termos gerais, quando havia culpabilidade do homem da segurança, tentava-se a aproximação, de maneira que o conflito fosse dissolvido entre as partes. Em outras palavras, não havia a intencionalidade em se chegar aos culpados, se estes fossem Guardas de Segurança. Por exemplo, o caso da invasão e dos disparos feitos na casa do trabalhador, o Coronel Alésio, ao analisar os termos da inquirição solicitada para apurar o comportamento do vigilante com relação aos seus vizinhos, remete a solução ao também Coronel Sidney Zanon da Coordenação de Segurança, com as seguintes conclusões:

2- Examinando-se os depoimentos obtidos, verifica-se: que não houve invasão de domicílio que o acusado e o queixoso declaram; que não houve palavras de baixo calão nem ofensas de qualquer espécie – enquanto o pseudo ofendido declara que o vigilante começou a desacatar” (*op.cit*, 1325).

Por mais que se sustentasse em argumentos sólidos, dificilmente haveria uma vantagem do inquirido; se assim fosse, tiraria a autoridade dessa equipe diretiva. Os argumentos apresentados pelo delegado de polícia ao promotor público e ao juiz de direito poucas vezes são contestados, pois é o delegado quem tem a função de fazer o primeiro julgamento do suposto criminoso, declinando os artigos pelos quais este foi enquadrado. Assim, podemos incluir os casos envolvendo não só os membros da Segurança da UNICON, mas da Itaipu também e que foram resolvidos de forma tendenciosa. Entretanto, houve casos de ampla repercussão, externamente ao Canteiro de Obras; nestes casos, é possível verificar uma mobilização maior e a ação mais enérgica dos generais, em virtude até do envolvimento

---

conteúdo da informação era classificada com notas de 1 a 6. Portanto, uma informação tida como verdadeira e oriunda de fonte altamente confiável recebia a classificação “A1”.

<sup>45</sup> SICI – Serviço de Informação e Contra informação.

de outros órgãos de segurança. Aliás, esta problemática, em específico, será estudada mais detidamente no Segundo Capítulo desse estudo.

Esse modelo de tratamento dispensado aos trabalhadores, acampados ou residentes em vilas residenciais e em Canteiros de Obras, não foi propriamente só da Itaipu. Em outra grande construção, a da barragem de Ilha Solteira<sup>46</sup>, foi montado um aparato tão repressor pela estatal, tal como o apresentado até aqui sobre a Itaipu. Esta obra em questão teve seu encerramento em 1974, ano em que se iniciava praticamente a binacional, fazendo com que milhares daqueles trabalhadores migrassem também para a região do Oeste do Paraná, em busca de emprego, ou até mesmo convidados pelas chefias para fazer parte do quadro de empregados da UNICON. Ao ser analisado o cotidiano daquele empreendimento, da perspectiva de Vieira (2001, p. 114-130), não ficaria difícil manter a aproximação com a Itaipu em vários aspectos. No campo da segurança, por exemplo, o autor traz algumas recomendações feitas pela equipe diretiva da segurança, também vinculada aos conceitos militares. A organização dos trabalhadores foi interpretada pelo autor não como inclusos em uma “Instituição Total”, conforme este estudo propõem realizar. Segundo Vieira (2011), na construção daquela barragem, houve a intervenção na vida das pessoas por meio de elementos disciplinares. Neste aspecto, o autor chama atenção para o conceito de biopoder, elaborado por Michel Foucault. As pessoas expostas àquela construção foram controladas não pela estrutura montada pelo complexo, mas, de acordo com Vieira (2011), pelas ingerências constantes no cotidiano, por meio da disciplina, ou seja, o caráter disciplinador em detrimento ao estrutural:

Neste sentido, fora implementado um forte aparato de vigilância que extrapolava em muito as funções padrões de segurança pública. Isto por sua vez só era possível pelo fato desta função ser feita pela AEIS (Administração Especial de Ilha Solteira), órgão criado pela própria CESP, e ter a sua frente, por muitos anos, um administrador que era militar (VIEIRA, 2011, p. 119).

Sobre a composição do setor de segurança e a formação desta na Ilha Solteira, a obra estudada não traz um detalhamento exclusivo, mas procura entender, conforme apresentado anteriormente, que se tratava de um aparelho análogo ao da SFU; não em números, mas no controle interno e externo da barragem e na repressão. Se, na Itaipu, conforme foi estudado, havia duas empresas para manter a ordem; na Ilha Solteira, o serviço era executado por uma

---

<sup>46</sup> Usina Hidrelétrica situada na divisa dos Estados de São Paulo a Mato Grosso do Sul. Antes de Itaipu, era a maior do gênero no país. Teve sua conclusão em 1974, ano de início da construção de Itaipu.

só, no entanto os modelos de intimidações eram idênticos, porque havia lá também um segmento militarizado em sua organização que possibilitava este entendimento.

O estudo das relações dos setores de segurança da Itaipu e UNICON, como entidades idênticas no cumprimento de ordens e deveres, levaria a uma análise demasiada errônea: seria o mesmo que comparar cidades do interior em relação às mais desenvolvidas, chegando ao cabo de tê-las como idênticas em todos os aspectos. Enquanto que a estrutura da estatal no ramo de segurança atingia um nível internacional, mantendo trocas de informações com outros órgãos de segurança; as equipes de Guardas de Segurança da empreiteira tinham tarefas definidas. Ainda assim, estavam à mercê de duras críticas e fiscalização. Alguns membros da segurança da UNICON, conforme assinalado pela Itaipu na ocorrência a seguir, tinham um comportamento desviante e atribuíam isso às relações da chefia exercida com o alto escalão do Consórcio. Argumentavam, segundo a ocorrência, que a baixa produção e a desatenção no trabalho era fruto de como eles eram vistos pelos superiores.

No dia 10 de outubro de 1978, um Fiscal de Segurança da Itaipu Binacional comunica os seus superiores sobre o serviço prestado pela segurança da empreiteira. As críticas apresentadas colocam o relacionamento das instituições em evidência, destacando um espaço entre ambas e um provável processo hegemônico que estava em construção naquele momento:

**Assunto: Serviços prestados pelos Guardas da UNICON:**

1. Observando os serviços prestados pelos Guardas da UNICON, é notório que os mesmos destoam da maneira com que os Guardas de Segurança desta Coordenação executam suas tarefas.
2. O não enquadramento à doutrina existente nesta Coordenação de Segurança tem ocasionado diversas falhas no bom andamento do serviço tais como: a) displicência constante durante o turno de serviço; b) o não cumprimento as ordens para que os Guardas cumpram nas áreas sob sua responsabilidade; c) a não observância aos horários para passarem o serviço ao seu substituto; d) e o notório desinteresse para desempenhar suas funções.
3. Esclareço que os fatos acima descritos são observados no procedimento geral daquela Guarda de Segurança.
4. Justificam-se os Guardas da UNICON, em determinados momentos, que os mesmos são obrigados agirem assim, por não terem o apoio da chefia, e também, ressaltam que a Direção daquela guarda é desprestigiada pelos engenheiros do Consórcio e pela Diretoria que subordina (...) (SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA EMPRESARIAL DE ITAIPU, 10 de out. de 1978, grifo meu).

A rigidez proposta na análise do Fiscal de Segurança possuía, pelos argumentos apresentados, o objetivo de desqualificar a outra agência de forma generalizada,

evidenciando, portanto, que não havia uma sintonia, mas a luta aparente em busca de uma liderança impulsionada pela maior hierarquia presente na ASF. No caso específico estudado em Itaipu, este atingia inclusive o setor da empreiteira, cujo posto máximo era o de coronel, subordinando-a automaticamente à ASF. A verticalização das ordens, neste sentido, deixava a segurança UNICON limitada; talvez este seja o principal motivo pelo qual a referida empresa nunca teve um general como chefe de setor de segurança que, em grande medida, poderia organizar esses conflitos, nivelando a hierarquia entre as duas instituições.

As empresas que formavam o consórcio eram as maiores do Brasil no ramo da construção civil; com este diferencial e os altos salários oferecidos para os níveis de chefia nas Agências de Segurança, facilmente este cargo seria preenchido. No entanto, à luz de uma estrutura hierarquizada, ter um oficial com patente acima de um coronel na UNICON provavelmente tornaria sua fiscalização dificultada, nesse caso haveria um conflito no que se refere ao recebimento de ordens. Nesse mesmo processo, estão as polícias militares de todo o Brasil em que a patente mais elevada é a de coronel: ao atingi-la, depois de certo tempo, o oficial deverá ir para reserva; diferentemente do exército, cuja patente poderá chegar até a de general. Esta diferenciação ocorre pelo fato de as polícias militares serem uma força auxiliar das Forças Armadas, e em tempos de crise, subordinadas a estas. Seguindo este mesmo pensamento, a Constituição Federal de 1967 apresenta, no Artigo 13, Parágrafo 4, a seguinte observação:

As polícias militares, instituídas para a manutenção da ordem e segurança interna nos Estados, Territórios e no Distrito Federal, e os corpos de bombeiros militares são considerados forças auxiliares, reserva do Exército, não podendo os respectivos perceber retribuição superior a fixada para o correspondente pòsto ou graduação do Exército (...) (CF, 1967, p. 426).

Assim, se houvesse uma patente superior à de coronel, provavelmente poderia ocorrer crises de hierarquia produzidas pela peculiaridade das atribuições e da formação específica, tal como se ocorresse o mesmo processo com a segurança da UNICON, caso fosse comandada por um general. Manter a subalternização dessa agência era necessário para a organização do Mapa da Força e da hegemonia empresarial.

Assim, o Coronel Alésio da Silva Lima, cujo capital social e cultural, no que se refere à hierarquia e à disciplina estavam na trajetória dele desde a década de 1940, pelas forças dos estatutos militares e contratuais, deveria prestar obediência aos Generais Junot Rabello Guimarães e Bruno Castro da Graça. Eles eram superiores a ele, e as palavras destes

carregavam um convencimento próprio da instituição onde todos estiveram, embora em épocas diferentes. Todos passaram pelo mesmo processo de formação, porém o acesso ao poder e a diferença de instituição tornaram a SFU e a liderança desta, em todos os tempos, sempre inferiores técnica e administrativamente à Itaipu, isto é, uma característica pensada até mesmo na elaboração do Contrato 108/75; caso contrário não fazia sentido haver, na ASF, dois generais para coordenar os serviços policiais dentro e fora do Canteiro de Obras. Eles ocupavam aqueles postos, porque havia a necessidade não só de fiscalizar os trabalhos da empreiteira, mas também de ser a linha de frente organizacional e militar, diante das outras autoridades<sup>47</sup> da cidade de Foz do Iguaçu e diante de qualquer circunstância que envolvesse o policiamento e a ordem nas áreas destinadas ao Canteiro de Obras e nas vilas residenciais.

Objetivou-se, até aqui, por meio de exemplificações separadas, estabelecer as diferenças entre as duas Agências de Segurança em questão. A partir disso, mais adiante, serão apresentadas, de forma única, as características que deveriam ter os integrantes do quadro ASF e da AESI.

Para tanto, não será necessário problematizar quais características que deveriam ter aqueles que queriam ser GS da UNICON, pois, como preconizava o Contrato reproduzido anteriormente, cabia à Contratada seguir as resoluções estabelecidas pela Itaipu nas questões de segurança. Assim, no tópico a seguir, haverá a abordagem única para tais requisitos, de maneira que os mesmos elencados para fazer parte da ASF serviam de espelho para o recrutamento da SFU, sendo esta talvez a única característica comum entre essas agências.

### 1.3 QUALIDADES E ASPECTOS INERENTES À FUNÇÃO DE GUARDA DE SEGURANÇA E AGENTES DA AESI

Neste último tópico do capítulo, serão demonstradas quais as características deveriam nortear o recrutamento desses agentes, mais precisamente daqueles que formaram o corpo da segurança da Itaipu Binacional. Partindo sempre das Resoluções que deram poder à recém-criada Itaipu Binacional, já apresentada anteriormente, o estudo a seguir não fará menção direta aos requisitos necessários para o quadro da Segurança Física da UNICON, pois esta

---

<sup>47</sup> CDI 9186F 1508, 15/02/1979. A ocorrência solicita para que o General Junot tome providência junto ao comando da Polícia Militar de Foz do Iguaçu, no sentido de haver a punição a um sargento que não obedeceu à ordem de parada na Barreira de Controle da entrada da Itaipu. Neste sentido, afirmava o Coroel Zanon: “A fim de evitar que atitudes como esta possam redundar num incidente de sérias proporções solicito providências [...]”.

surgiu seguindo o processo a que estavam submetidos aqueles que se apresentavam para ser da Coordenação de Segurança, em meados de 1975.

Muitas atribuições apresentadas como próprias da agência da Itaipu foram apropriadas da UNICON, caracterizando a flexibilização das atividade cuja responsabilidade era tão somente da Itaipu: toma-se, como exemplo dessa observação, a segurança dos refeitórios, desenvolvida a partir de 1976 pela SFU. Com isso, aos poucos, houve a transferência de compromisso; então, em decorrência disso, surge a necessidade de os requisitos serem iguais para as duas entidades, principalmente nas questões das origens militares. Uma outra questão se refere- ao “Mapa da Força”, apresentado quando da elaboração dos quadros demonstrativos, em que foram exemplificadas a formação das equipes diretivas. Na SFU (Quadro 3), não foi mencionada qualquer referência a um setor idêntico à AESI – Itaipu, e sim pontuado que, na UNICON, foi simplesmente adequado um setor de inteligência, cuja responsabilidade estava em investigar atos subversivos, tráfico, furtos e roubos, além de efetuar prisões de trabalhadores acusados de crimes fora da barragem, quando solicitado por meio da ASF. Já, na Itaipu Binacional, o aparelho de investigação alcançou um nível nacional em termos de atuação e cooperação, e nas palavras de Aluizio Palmar (2012), internacional.

Em meados da década de 1970, eram feitas as primeiras contratações para o preenchimento de vagas na chamada Coordenação de Segurança Física da Itaipu Binacional, e na UNICON respectivamente, sendo pré-requisito ao candidato ser reservista das Forças Armadas. A razão disso estava na doutrinação prévia do indivíduo às normas militares nos aspectos disciplinares, bem como no uso de armamentos, poupando, dessa maneira, o tempo disponibilizado para ensinar alguém que não tivesse passado por tais etapas. Outro ponto importante é o fato de que, agindo nestes termos, provavelmente o gestor ficaria isento da fiscalização exigida pelo DOPS, órgão que controlava estes seguimentos profissionais e que, posteriormente, encaminhava os dados ao SNI<sup>48</sup>. Enquanto que para as outras empresas privadas de segurança, seja empresarial ou de valores, exigia-se curso na referida Delegacia, inclusive com dados atualizados das armas e de seus gerentes; na Itaipu, havia a anuência que se justificava em partes pelo perfil e as competências que deveriam ter seus membros. Em sua narrativa, Matheus aponta uma série de itens que o colocaram como um candidato supostamente ideal, na visão dos coordenadores que estavam trabalhando na fase inicial de montagem do referido setor. Com relação ao exposto, acrescenta Matheus:

---

<sup>48</sup> Fonte: Arquivo Público do Paraná. Pasta 2374-27A.

*Depois de ter servido o exército em Brasília, como soldado, eu fui convidado, através de uma correspondência, já depois em retorno ao meu período do exército, fui convidado pra fazer parte do quadro de Segurança Física da Itaipu Binacional. Esse convite surgiu devido à dificuldade de se encontrar mão de obra especializada na época, na região, e eu acredito que, através de militares, do General Bruno, do General Juno, eles pegaram meu nome e meu endereço, como o de muitos outros em Brasília, onde nós tínhamos acabado de servir, procurando principalmente PE<sup>49</sup>, e BGP<sup>50</sup>, onde existiam elementos com uma boa estatura pra fazer a segurança em Itaipu (MATHEUS, 2013).*

Nas pontuações apresentadas, fica claro que o entrevistado não tinha nenhum vínculo com aqueles líderes; seu alcance foi obtido pelo acesso ao cadastro da Unidade Militar pela qual ele havia passado e porque a própria organização exigia um perfil diferenciado para ser admitido, ainda que fosse o Serviço Militar de cunho obrigatório. Estes padrões são passíveis de observação em outros depoimentos. Outros guardas que fizeram parte das duas agências foram também arregimentados na região Sul do Brasil para servir ao exército na Capital Federal, em face da compleição física exigida para o ingresso naquelas Unidades Militares. Tais características foram absorvidas pelas Agências de Segurança, tendo, assim, um mesmo padrão exigido nos Batalhões de Guardas e de Polícia do Exército, conforme as especificações apresentadas no estatuto que criou a agência de segurança da Itaipu. Em outras palavras, cada função tinha uma série de requisitos com mais ênfase naqueles que pretendiam ser agentes da AESI, conforme será apresentado na tabela a seguir, representada no Quadro 4:

**Quadro 4:** Requisitos necessários para o ingresso na Segurança Física de Itaipu

<b>ASSESSORIA DE SEGURANÇA FÍSICA – ASF</b>	
<b>Função</b>	<b>Qualificações necessárias</b>
Guarda de Segurança	Ser considerado apto em exames médicos e psicológicos <sup>51</sup> ; Mínimo de 1,70 m de altura e boa compleição física; Idade entre 19 e 28 anos; Primário completo, e se possível, conhecimento do 1º Ciclo do Ensino Médio; Reservista de 1ª Categoria das Forças Armadas, preferencialmente originário de Unidades de Guarda, Polícia ou de Fronteira;
	Mínimo de 1,70 m de altura e boa compleição física; Idade até 35 anos; Conhecimento equivalente ao 1º Ciclo completo do Ensino Médio; Reservista de 1ª Categoria das Forças Armadas como soldado, Cabo ou Sargento, preferencialmente originário de

<sup>49</sup> Polícia do Exército.

<sup>50</sup> Batalhão da Guarda Presidencial: Brasília – DF.

<sup>51</sup> Esse item era uma exigência para todas as categorias que compõem este Quadro.

Fiscal de Segurança	Unidades de Guarda, Polícia ou de Fronteira; Conhecimentos adquiridos em cursos nas Forças Armadas, Polícia ou no Serviço Nacional de Informações;
Inspetor de Segurança	Mínimo de 1,70 m de altura e boa compleição física; Idade até 35 anos; Conhecimento equivalente ao 2º Ciclo completo do Ensino Médio; Oficial ou Sargento da Reserva das Forças Armadas ou experiência de 5 anos na Polícia Militar, Polícia Civil ou outra entidade semelhante; Conhecimentos adquiridos em cursos nas Forças Armadas, Polícia ou no Serviço Nacional de Informações.
<b>ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES – AESI</b>	
Auxiliar Técnico de Segurança e Informações	Idade até 35 anos; Conhecimento equivalente ao 2º Ciclo completo do Ensino Médio; Experiência de 5 anos em Órgão de Informações ou Segurança; Conhecimentos adquiridos em cursos nas Forças Armadas, Polícia ou no Serviço Nacional de Informações;
Analista de Segurança e Informações	Possuir curso de nível superior civil ou militar; Experiência de 5 anos em Órgão de Informações ou Segurança; Conhecimentos adquiridos em cursos nas Forças Armadas ou no Serviço Nacional de Informações; Bons antecedentes comprovados através de pesquisa.

**Nota:** Estes requisitos, em parte, foram também estendidos às contratações na SFU.

Se o desenvolvimento dos serviços de segurança por parte da Itaipu tinha como característica fundamental proporcionar o policiamento ostensivo em todo esse complexo industrial, não seria estranha a preocupação com o seu quadro funcional, conforme os requisitos apresentados anteriormente no Quadro 4. Enquanto que, para esta (ASF), havia a exigência de uma série de testes de aptidões físicas e intelectuais para o futuro integrante, na UNICON o ingresso estava basicamente resumido a duas observações: a primeira era também a questão de a pessoa ser reservista de primeira categoria; e a segunda, ter o nome aprovado após a passagem pelo crivo do DOPS. Os ritos que acompanhavam a formação do Guarda de Segurança da Itaipu não eram idênticos aos da UNICON, assim como todas as suas atribuições naquele cotidiano. Sobre esta diferenciação, o Informativo UNICON, edição de 18 de março de 1981, destaca a formatura de incorporação de novos guardas pela Coordenação de Segurança de Itaipu: “Em solenidade realizada no largo fronteiro da Coordenação de Segurança Física da Itaipu – ME<sup>52</sup>, às 7h30 do dia 10 de março foram incorporados aos quadros 21 novos guardas. Selecionados dentre mais de duzentos candidatos” (Informativo, UNICON, Ed. 18 de mar. de 1981, p. 2). O Informativo destacava que os referidos candidatos passaram por exames físicos, médicos e psicológicos. Já, para a Segurança da UNICON, embora tivesse características *militaristas*, não havia cerimônias e testes eliminatórios tal como na Itaipu. O processo para o ingresso na SFU era mais simples. Neste caso, geralmente um indivíduo indicava o outro pela amizade conseguida, principalmente nos tempos de quartel, de maneira que, após uma simples entrevista com o chefe de setor, o candidato, se

<sup>52</sup> Margem Esquerda do Rio Paraná (Brasil).

aprovado, poderia dar seguimento à contratação. Em seus relatos de experiências, Charles aponta como conseguiu trabalho na referida agência, em 1976:

*Eu estava em Cascavel e vim a Foz do Iguaçu pra visitar as Cataratas, e quando cheguei aqui em Foz, no terminal rodoviário, encontrei com um amigo meu que serviu em Brasília e aí ele me chamou porque ele já estava trabalhando na UNICON, na construção da barragem de Itaipu. Ele me levou no chefe dele que era o Capitão Glous, que era chefe da segurança da UNICON. Na época, em 1976, ele me apresentou, e aí o Capitão avaliou as condições e pediu pra que eu ingressasse também na segurança. E assim eu fiz (CHARLES, 2013).*

Assim como Matheus e Beto, Charles também tem sua origem militar no Distrito Federal, entretanto, o ingresso dele e de outros na instituição foi conseguido por meio do seu capital social diferente do primeiro, cuja investidura foi conseguida por etapas de cunho eliminatório, embora, neste caso, conforme teoria de Bourdieu (2010), também estivessem presentes as questões “simbólicas”. Este elo organizacional que mantinha um padrão na fala e nas determinações só foi conseguido, porque houve a preocupação no sentido de nunca haver o distanciamento do campo civil para o militar, isto é, o homem da segurança era, segundo uma doutrinação e naquele contexto, sempre um militar.

O campo aqui exemplificado, embora com a presença de características ambíguas “civil-militar” para a formação do corpo de segurança, tornava-se massificado, pois a ideologia militar ainda estava inculcada nos reservistas, isto é, todos eles passaram pelo campo militar e, de alguma forma, concorreram para a aquisição de um determinado capital cultural. Por conseguinte, o homem permanecia atrelado ao militarismo cinco anos após a saída das Forças Armadas, relacionado para o contingente especial, obrigando-se a participar do exercício de apresentação do pessoal da reserva; isso tornava o civil, por meio de simbolismos e ritos, ainda um militar. Em decorrência dessa postura, o *habitus* do campo militar ganhou continuidade nas patentes, graduações e na forma de tratamento utilizada naquele contexto.

Se o exército é, na sua essência, uma “Instituição Total”, lugar de padronização de ordens e costumes, o indivíduo que se desliga de uma instituição e entra em outra organizada nos mesmos padrões, esta mesma pessoa tende a dar seguimento àquela ideologia: pelo menos era o que pensavam os gestores de segurança da Itaipu. Quando um soldado cumpre seu tempo em uma organização militar, dependendo de seu comportamento, ele é agraciado com um diploma, intitulado “honra ao mérito”, destacando os seguintes dizeres: “Para que sejais úteis à Pátria deveis manter como cidadão comportamento semelhante a que mantiveste como

militar”. Tais comportamentos eram, de maneira geral, exigidos aos candidatos ao cargo de seguranças no Canteiro de obras, independente do setor em que iriam atuar.

Para tanto, e seguindo esses quesitos, as comparações entre os grupos serão necessárias, à medida que alguns estudos tendem a atribuir as atividades dos mesmos de forma a torná-las idênticas, usando-se os termos: os guardas da barragem, ou ainda, os seguranças da Usina.

De acordo com Ribeiro, “os seguranças da Usina ficaram conhecidos como marrons-glance, devido à cor da roupa e também à novela que a televisão exibia naquela época”. Em outro estudo bastante abrangente sobre a construção de Itaipu (MANARIN, 2008), foram elaboradas diversas considerações acerca do serviço de segurança, bem como às áreas de atuação desta. Todavia, a tendência é entender que se tratava de uma única entidade que atendia a todas as áreas passíveis de serem vigiadas ou entendidas como estratégicas naquele período:

Os vigilantes que trabalhavam dentro da barragem controlavam os trabalhadores em pontos estratégicos, principalmente onde havia a maior concentração de operários reunidos (...). Também, na guarita principal que dava acesso ao canteiro de obras da Itaipu, onde era realizada a fiscalização da entrada e saída de veículos e dos trabalhadores da barragem (MANARIN, 2008, p. 90).

Quanto às observações do referido autor, importa dizer que o monopólio da segurança da Barreira de Controle era da Coordenação de Segurança da Itaipu, e seus homens eram denominados Guardas de Segurança que passaram por intensos treinamentos e exames para serem admitidos. Além disso, estes não interferiam em situações de embarque e desembarque nos meios de transportes no interior do Canteiro de Obras, tampouco cuidavam das filas de refeitórios; todas estas atribuições foram delegadas à Segurança Física da UNICON, ainda no ano de 1976, quando houve a criação deste setor.

As duas figuras apresentadas a seguir (Figura 16 e Figura 17) exemplificam, por meio dos uniformes, as diferenças até o momento apresentadas no que se refere ao ofício de ambas as agências. Desta maneira, os trabalhadores poderiam se dirigir ao Guarda de Segurança, de acordo com a necessidade. Por outro lado, o fator “uniforme” era exigência do próprio órgão SNI que, em conjunto com o DOPS de cada região, controlava as ações das seguranças denominadas privada. Voltamos a frisar: no Canteiro de Obras, embora estas incorressem nesta fiscalização, elas tinham o *status* de empresas públicas, movidas por uma série de relações, tornando-as inócuas a possíveis fiscalizações e multas, exceto quando esta

fiscalização se restringia à apresentação do Mapa da Força, mais precisamente quanto ao armamento e munições.

**Figura 16:** Guarda de Segurança da Itaipu (Vigilância do Passe P)<sup>53</sup>, na Ponte Internacional da Amizade, no Rio Paraná

---



**Fonte:** Sarcófago<sup>54</sup> da Segurança Física de Itaipu.

Uma análise, ainda que breve das imagens congeladas em determinadas épocas, pode proporcionar “um processo de criação de realidade”; a partir delas, cada observador poderá tirar sua conclusão acerca do momento fixo e imutável. Não obstante, cada análise dependerá evidentemente das origens e *habitus* de quem analisa, provém desse aspecto a observação de elementos importantes que, no caso, podem exemplificar as características de cada indivíduo, em um determinado momento histórico (KOSSOY 2002, p. 132).

Dessa forma, tanto na apresentação da Figura 16, quanto na Figura 17, está composta a diferença quanto ao tipo de uniforme, sendo possível retomar, nessas imagens, a inobservância de estigmatizá-los por apenas um apelido, pois os uniformes não possuíam as características genéricas exemplificadas por Maria de Fátima Ribeiro (2002), em sua obra “Memórias do concreto”. Uma diferença substancial que não poderia ser padronizada principalmente pela forma de seleção. Um agente contratado pela Itaipu Binacional passava por diversas etapas, e uma hierarquia de um organograma militar fazia deste uma peça importante no processo de segurança na cidade de Itaipu. Acrescenta-se a isto a possibilidade de manter a estabilidade no emprego, diferente, por exemplo, da rotatividade que estava

---

<sup>53</sup> Passe exclusivo na Ponte Internacional da Amizade, destinado aos funcionários da Itaipu e das empreiteiras cuja finalidade era dar agilidade ao trânsito e ser vigiado por seguranças da Itaipu.

<sup>54</sup> Trata-se de uma página onde os antigos GS mantêm as fotografias dessa Agência de Segurança.

presente no quadro de funcionários da segurança da UNICON cujos funcionários eram mantidos no emprego de acordo com o andamento das obras de edificações. Quanto mais operários contratados, demandavam-se mais de seguranças, isto representava também o aumento nas ocorrências nos lugares onde a aglomeração se apresentava com mais intensidade.

**Figura 17:** Guardas de Segurança da UNICON



**Fonte:** acervo doado ao pesquisador.

Outro fator importante e que sugere aproximação entre as duas corporações é o fato de que ambas mantinham frações recrutadas para investigar e manter o SNI abastecido com dados de trabalhadores considerados subversivos e capazes de comprometer o bom andamento da construção. Não seria novidade haver as denominadas AESI's<sup>55</sup>, necessárias para ligar estas aos órgãos repressivos, tendo em vista que era um trabalho considerado necessário para a época e uma política de Estado nas empresas estatais, aos moldes da Itaipu Binacional, como na Petrobras, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e na Rede Ferroviária Federal.

A UNICON, nesse sentido, não era uma estatal, mas, conforme explicitado anteriormente, era empreiteira de uma estatal e, nos documentos arquivados do extinto DOPS, não consta, por exemplo, a contratação junto à UNICON, de “agentes para prestarem serviços ao SNI”, fato comum as outras empresas citadas (APP, Pasta1785 a.214). A vigilância da

<sup>55</sup> Assessorias Especiais de Segurança e Informações.

UNICON atuou, às vezes, de forma repressiva junto aos trabalhadores, promovendo atos inclusive que desrespeitavam os Direitos Humanos, mantendo trabalhadores detidos ou promovendo interrogatórios violentos a suspeitos<sup>56</sup>. Estas ocorrências faziam parte das duas Agências de Seguranças em razão do contexto político pelo qual o país passava, aliado sobretudo, à militarização dos setores e à possível anuência do poder público.

As informações dos trabalhadores da UNICON eram encaminhadas obrigatoriamente, via Escritório Central, à Cordenação de Segurança de Itaipu para serem averiguadas junto aos órgãos de informações. De acordo com a entrevista de Matheus (2013), todos os concorrentes a emprego na estatal passavam por uma averiguação; quanto aos concorrentes da UNICON e das outras empreiteiras, este procedimento funcionava por meio de uma triagem prévia, tendo em vista o número elevado de trabalhadores que eram contratados à época.

Portanto, as duas organizações de segurança presentes na construção da barragem de Itaipu possuíam características similares, mas que não passavam da origem militar de seus integrantes e dos aspectos referentes à coerção. Assim, não é possível tratá-las como entidades que caminhavam *pari passu* com as agências de informações.

A UNICON tinha função meramente coadjuvante no sentido de que atuava na vigilância patrimonial, com mais ênfase, e física, o que não era o caso da segurança da Itaipu que além de primar pela seleção de pessoal diferenciada, contratava agentes nas capitais para o serviço nas AESI, quando não realocava funcionários que atuavam na rotina para a Agência Central do SNI. Desta maneira, resultava em uma demonstração de superioridade desse setor em relação à empreiteira, gerando sucessivos informes acerca dos guardas da UNICON no seu horário de serviço: fiscalização que colocava em evidência o relacionamento que seria importante dado quanto ao tipo de trabalho e à educação militar dos seus componentes.

Nesse capítulo, foram expostas as principais diferenças entre as Agências de Segurança física a patrimoniais presentes no Canteiro de Obras de Itaipu e suas atribuições. Procurou-se apresentar quais eram as principais atividades e quais eram os objetivos de suas determinações, a fim de que, no capítulo a seguir, não surjam dificuldades até agora vistas em outra interpretações acerca de qual agência fazia parte as AESI e se a SFU possuía também um setor de espionagem desse nível.

Todos os trabalhadores que empreenderam parte de suas vidas, por que não dizer a própria vida, na construção daquela que se convencionou chamar de “maior hidrelétrica do mundo”, concorreram também para passar por um processo de subalternização e

---

<sup>56</sup> Estes interrogatórios serão demonstrados mais detidamente no II Capítulo deste estudo.

“mortificação do eu” de forma continuada. Para as observações que levam o aparato de segurança da Itaipu na época da Ditadura Civil-Militar como repressor, estes possuem a clareza estampada nos documentos já públicos os quais apontam para isto. Entretanto, nunca é demais pensar também na UNICON, não somente de forma genérica, pois pelo regime de trabalho montado, já estava assim caracterizada, isto é, um aparato repressivo.

No entanto, para além do regime militarista, as Agências de Segurança do Canteiro de Obras obtiveram, no decorrer desse tópico, as separações no campo operacional. Esta exposição deve-se ao fato de que, nos próximos capítulos, o aparato repressivo presente nessa estrutura seja de mais fácil compreensão, levando-se em conta os documentos que serão apresentados mais adiante, cujo conteúdo, critérios e objetivos se comprovam por ser um importante elemento de análise do conjunto operacional das Agências de Segurança e sua ligação íntima com o militarismo, conforme apresentado.

Se a Itaipu tinha a AESI, a UNICON tinha um setor de investigação denominado, nas narrativas, como sendo o S/2, uma apropriação malévola que remetia àqueles que faziam parte deste, ao mesmo setor do exército denominado S/2. Assim, poderiam também usar dos mesmos atributos aos barrageiros e que foram empregados contra os presos políticos. Não obstante ter em seu bojo todas estas características, ainda submetiam a pessoa a ser transformada em uma espécie de mercadoria que, sendo trocada entre as corporações policiais, produzia-se o “Recibo de Pessoa”, ou seja, a comprovação cabal de que havia alguém preso, o qual era trocado entre as forças de segurança e policiais locais e internacional (Segurança da Itaipu da Margem Direita).

Estima-se que a ASF – MD<sup>57</sup> foi tão opressora quanto a sua coirmã da Margem Esquerda: as demonstrações estão na troca de “Recibo de Pessoa” e pelo modelo operacional junto aos trabalhadores brasileiros que gerava uma preocupação aos gestores. À medida que o Paraguai foi sendo consumido pelos intermináveis documentos produzidos pela geopolítica, os medos e o repúdio decorrentes dos problemas históricos das duas nações foram descontados nos operários brasileiros, ora alojados naquele lado da construção, ora como empregados das empresas paraguaias. Aliás, isso tornou-se uma preocupação logo que tiveram início os trabalhos, a ponto de se ter a necessidade da presença de seguranças brasileiros na Barreira de Controle do Paraguai, segundo Matheus (2013), para conter estes problemas considerados constantes.

---

<sup>57</sup> Assessoria de Segurança Física da Margem Direita, ou do Paraguai.

Portanto, no próximo capítulo, serão apresentados, de forma mais detalhada, os encaminhamentos que faziam da Binacional uma instituição total por fatores que irão se somar àqueles já apresentados neste capítulo. No entanto, aqui os papéis produzidos pela burocracia irão ter outros contextos, mas não sairão dessa esfera e tampouco se distanciarão do militarismo e da incorporação dos preceitos da Ditadura Civil-Militar para o núcleo dessas organizações de segurança do Canteiro de Obras.

O estudo elaborará um histórico da criação da AESI por dois motivos: o primeiro é pelo fato de esse órgão de investigação estar presente em vários momentos do texto. Todos os documentos que sugeriam investigações partiam da AESI com ênfase àqueles em que as fichas dos trabalhadores eram enviadas ao DOPS para averiguação, logo no início das grandes contratações. Por outro lado, usava-se também o *bom nome* da AESI, quando se necessitava de investigações internas, usualmente contra os trabalhadores que estavam em plena atividade. Em segundo lugar, esta apresentação tem como pano de fundo esclarecer que havia, também no Paraguai, a AESI daquele país. Basta recordar os acordos internacionais que exigiam igualdade de decisões para as *duas partes contratantes*. Como poderia haver troca de notas ou de *recibos de pessoas*, se não houvesse linearidade entre as duas instituições? Neste caso, então, houve equívocos em alguns estudos quanto às análises de documentos, como, por exemplo, o estudo de Silva (2008, p. 4), do qual se transcreve o seguinte trecho:

Não há comprovação de que existissem duas Assessorias – uma brasileira e outra paraguaia. Se existiram, parece-nos que inter-relacionaram tanto suas funções que não é possível perceber qual é a origem primeira das informações que trocam sobre as pessoas suspeitas ou sobre cuidados a serem tomados na fronteira, ou sobre turnos de trabalho, etc.

O que existia era uma autonomia dos dois órgãos setoriais. A AESI da Itaipu – MD ocupava-se com os problemas inerentes àquela ditadura; e a do lado brasileiro, mais refinadamente, transitava nas mais diversas comunidades de informações. O serviço secreto incorporado pela AESI não tinha a atribuição de prender e de emitir recibos, como expressam os documentos e ocorrências, além de ser uma exigência do próprio SNI. Entretanto, este segmento tinha uma logística que acompanha basicamente o mesmo serviço secreto da Polícia Militar P/2. Guardas de Segurança com melhor desenvoltura, e que, após passar por cursos na Escola Nacional de Informações (EsNI), atuavam nas investigações gerais, desde aquelas voltadas para o trabalhador até o monitoramento de aumento de preços nos supermercados locais, a fim de regular a concorrência com os supermercados estatais, construídos nas vilas

residenciais “A” e “C”. Em outras palavras, era um mundo complexo de siglas e direcionamentos que atendia a qualquer tipo de solicitação. Matheus (2013) lembra:

*(...) neste ramo, produzia desde informe, informações... Informe é aquele documento em que eu tô te falando aqui alguma coisa que pode ser verdadeiro ou falso. Falso ou verdadeiro. Ele precisa ser confirmado. Uma informação é uma informação confirmada. São documentos diferentes. (IN) é uma informação necessária, que é uma exigência do SNI. Uma das que eu recorde hoje era o levantamento de custo de vida que eu sempre fazia, mensalmente percorria vários mercados, supermercados da região prá poder fazer um levantamento do custo de vida em Foz do Iguaçu. Um documento, por exemplo, muito levado a sério, principalmente na área para os empregados da área de segurança que era um pedido de busca, onde se fazia um levantamento de antecedentes dos empregados (ENTREVISTA, 2013).*

Com essa atitude, a Assessoria de Segurança de Itaipu chamou para si mesma uma tarefa que seria das polícias e auxiliou o governo federal nas espionagens complexas solicitadas nesta fronteira.

Todos aqueles que passaram pela hidrétrica de Itaipu foram alvo dos organismos de segurança e informações e também das Agências de Segurança. Ninguém estava imune a uma investigação por parte destes aparelhos, nem mesmo aqueles que almejavam uma vaga nas agências de segurança. Neste sentido, o capítulo a seguir trará a forma como se organizavam estes núcleos e os alinhamentos com as outras estruturas estatais. Assim, junto com esta análise, pode-se trazer à luz o início da estrutura que se seguiu durante todo o processo de construção da Itaipu.

## CAPÍTULO II

### O MUNDO POLICIAL NO CANTEIRO DE OBRAS DA ITAIPU: INSTRUMENTOS E AÇÕES REPRESSORAS

*A atividade de Informações iniciou-se na ITAIPU BINACIONAL em 03/10/74, com a criação das ASSESSORIAS DE SEGURANÇA no BRASIL e no PARAGUAI, consubstanciando o que preconizava o Art 59 do Regimento da Entidade naquela data.*

(CDI 9201F 0957)

Com a deposição do Presidente João Belchior Goulart pelos militares, em 1964, iniciou-se um momento ímpar nas Forças Armadas, isto é, o de policialização e de parceria com os órgãos repressivos que se cristalizavam para conter os movimentos de esquerda, denominados “subversivos”. Os pensadores do governo ditatorial, coordenados por Golbery do Couto e Silva, necessitavam urgentemente criar aparelhos de informações e contrainformações que dessem sustentação aos militares golpistas na tomada do Estado. “Os militares consideravam o momento como sendo de uma guerra revolucionária e ideológica, ou seja, todos que faziam oposição ao regime eram considerados inimigos” (RESENDE 2013, p. 209)<sup>58</sup>. Mas, isto não quer dizer que, no período anterior a este momento de ruptura política, não houvesse serviços de investigações e informações nas empresas públicas, privadas e nas Forças Armadas. De acordo com Fico (2001, p.40), “Golbery estudava a necessidade de um órgão desse tipo desde 1950 e, durante a conspiração, montou uma rede de informações que preparou dossiês sobre mais de 400.000 pessoas”. Este empreendimento, voltado ao ramo das informações, tinha, durante o período da Ditadura Civil-Militar, uma característica especial. As Forças Armadas, os ministérios civis e as empresas públicas necessitam deste expediente para se organizarem, formando a Comunidade de Informações. Sobre esta mobilização em rede, Carlos Fico (2014) lembra que a manutenção estrutural dessa Comunidade de Informação não passava de uma “Utopia Revolucionária”, que estava para além da “Doutrina de Segurança Nacional”. Uma necessidade de se manter interligado para buscar e repassar

---

<sup>58</sup> RESENDE, Pâmela de Almeida. “En todas las dictaduras siempre hay espacios de resistencia frente a la opresión”. A atuação dos movimentos pela anistia e o controle e vigilância do regime civil-militar (1975-1983): Revista Tempo e Argumento. UFSC 2013, p. 207-233.

informações sobre um inimigo, cujo perigo não estaria à altura de comprometer o regime autoritário que se instaurou com o Golpe de 1964.

De outra perspectiva, as empresas privadas também executam essas atividades, visando a questões relacionadas à concorrência comercial e ao sentido policial do termo. Neste caso, consistia em um serviço de informações distinto, embora dotado da mesma filosofia, não raro efetuado por agentes remanescentes de órgãos estatais.

Na verdade, as entidades públicas e vinculadas à “Comunidade de Informações” tinham metodologia própria, que seguia determinado protocolo de acordo com os programas de ensino da Escola Nacional de Informações (EsNI), órgão máximo de formação e atualização de agentes, localizada no Distrito Federal. Como veremos em seguida, todos os dados a serem produzidos com relação às investigações relacionadas à pessoa física ou jurídica era rotulado de “pedido de busca”, e este sempre desencadeado por meio das informações colhidas pelos agentes em campo, ou pelos informantes ligados à repressão. Em termos gerais, essa era uma ferramenta importante para as agências de informação ligadas aos ministérios civis, como a AESI da Itaipu Binacional. Em outras palavras, os órgãos públicos se inter-relacionam para dar mobilidade à Comunidade de Informações, ao passo que, nas grandes corporações privadas, estes serviços tinham objetivos restritos. Estas empresas eram dotadas do mesmo caráter policial repressivo, quando solicitavam apoio aos órgãos de repressão e informações sobre os empregados que mantinham vínculos trabalhistas com elas, ou estavam em vias de ser contratados. Neste sentido, Gaspari (2014, p.230), explica que “Grandes montadoras do ABC paulista submetiam ao DOPS nomes de funcionários que contratavam”. Esta consideração acerca da aproximação entre o “público e o privado”, visando à busca de antecedentes dos trabalhadores pelas grandes montadoras está disposta numa nota de Fabrício Marques, publicada pelo Jornal do Brasil, em 25 de dezembro de 1994:

No dia 21 de abril de 1971 a Volkswagen consultou a delegacia do ABC a respeito de nove empregados admitidos no seu *Departamento de Segurança Industrial*; a delegacia, por sua vez, remeteu o pedido ao DOPS. A Chrysler também encaminhou esse tipo de pedido, entre 1970 e 1971 (MARQUES 1997 *apud* GASPARI, 2014, p.230, grifo meu).

Como vimos, se as corporações multinacionais tinham esse tipo de setor de inteligência, nada impediria que existissem também nas grandes empresas da construção civil, como as formadoras do Consórcio UNICON e da Itamon. Na verdade, esse Departamento

para o qual chamou atenção Marques, seria o campo ideal para inserir ou plantar agentes, cuja responsabilidade consistiria em investigar os trabalhadores e os negócios das empresas.

No entanto, a instituição pública tem a seu favor a prerrogativa de ser a guardiã de muitos segredos de Estado, que não devem ser acessíveis às outras esferas, esta observação está disposta, conforme mostra a Figura 18, nos próprios carimbos que acompanhávamos documentos produzidos por tais comunidades:

**Figura 18:** Tipos de carimbos



Fonte: APP, Pasta 1606.195.

Assim, no período das grandes contratações, não seria possível imaginar, em se tratando da Itaipu Binacional, que um *informe*, uma *informação necessária* ou até mesmo um *pedido de busca* emitido pela sua AESI, fosse também encaminhado à inteligência da montadora Ford, da Construtora Camargo Correa ou da Mendes Junior, objetivando colher informações acerca de algum candidato à vaga de trabalho na Itaipu Binacional ou empreiteiras. Nesta situação, o pedido de busca seguiria via DOPS e outras agências, como será demonstrado no Capítulo Três, nos casos dos pedidos de busca a que foram submetidos o médico Ramillo Salles e o dentista Lauro Consentino Filho<sup>59</sup>, contratados pela UNICON, no final da década de 1970.

---

<sup>59</sup> No capítulo III, serão apresentados mais detalhes acerca de Salles e Consentino, tendo como referência a obra de Palmar (2012, 4. ed.).

Por outro lado, tal iniciativa ganhava outro direcionamento, se um ex-funcionário dos Correios, da Petrobrás e de outras estatais fosse contratado na Itaipu. Estas empresas públicas, como vimos, possuíam as respectivas Agências de Informações, porque estavam vinculadas a um ministério civil. Todos os ministérios possuíam sua Divisão de Segurança e Informações (DSI), que, por seu turno, vinculavam-se automaticamente ao Sistema Nacional de Informações (SISNI).

Dessa forma, considerar-se-ia pouco provável que o Consórcio União de Construtoras (UNICON) tivesse uma AESI ou algo do gênero. Mas não se descarta a possibilidade de que pode ter havido agentes dos órgãos de informações infiltrados nesta e em outras empresas como trabalhadores comuns. Eles passavam naturalmente pelo centro de recrutamento e, depois de contratados, permaneciam colhendo dados por certo período. Aliás, esta era uma prática comum em todos os segmentos orientados pela repressão. Se no seio dos movimentos revolucionários havia aqueles denominados infiltrados, mantê-los nas empresas públicas e privadas parecia ser bem mais fácil por conta das relações de trabalho que descartaria uma possível suspeição do indivíduo estar atuando como delator.

Quando, no capítulo anterior, foram abordados os assuntos referentes às Agências de Segurança, a menção à AESI não foi suficientemente debatida. Quanto à UNICON e sua segurança, procurou-se demonstrar que esta não possuía um aparelho repressor aos moldes daqueles sujeitos ao SISNI. Isto porque a dinâmica do Serviço Nacional de Informações é que conduzia o funcionamento, não só na Itaipu Binacional, mas em todas as empresas públicas, restringindo a possibilidade de empresas privadas, tal como a UNICON, ter serviço de informação vinculado às demais agências da Comunidade de Informações.

Da mesma forma, proibia-se o desempenho de outras atividades do cotidiano àqueles que atuavam no ramo da produção de informações e contrainformações, no qual a AESI seria uma extensão na itaipu Binacional. Neste caso, não se poderia contar com estes investigadores para outras atividades, “pois aos Órgãos de Informações foi proibido executar tarefas de segurança física (bens ou pessoais) e nem o pessoal nelas lotado, ser designado para integrar comissões de inquérito ou de sindicâncias” (CDI 9201F 0935).

Não obstante a isso, como pode ser verificado mais adiante na narrativa de Américo<sup>60</sup>, apesar de este ex-Guarda de Segurança da Itaipu ter participado de um curso na EsNI, relacionado à área de informações, não era, de acordo com as palavras dele, membro da AESI, e que apenas integrava um serviço de investigação na Coordenação de Segurança. Inclina-se,

---

<sup>60</sup> AMÉRICO. Entrevista concedida em 24 de julho de 2014, na Cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná. Acervo do pesquisador.

assim, para a hipótese da existência de serviços distintos de investigações: o primeiro, ligado estritamente ao Sistema Nacional de Informações; e o segundo, voltado, tal como na UNICON, às investigações mais simples, oriundas dos conflitos entre os trabalhadores e as relações destes com as diversas empresas. Entretanto, nada impediria de haver, dependendo da natureza do caso, a intervenção da AESI nesses problemas, de acordo com as suas peculiaridades. A rigor, quando o assunto era contra o funcionário, principalmente os da Itaipu Binacional ou das empreiteiras, a chefia de segurança acionava a AESI. Havia, também, a atuação desses agentes em outras cidades, como uma espécie de adidos militares, ou seja, uma necessidade para a defesa de interesses pessoais e a manutenção de cargos e *status*. Nesta dinâmica operacional, pode-se considerar que a AESI não tinha uma função específica, mas cíclica, atuando de acordo com as necessidades da Assessoria de Segurança e Informações<sup>61</sup>. Para Jussaramar Silva (2008, p.4):

A extensão e a função social que estas Assessorias cumpriram ainda não foram completamente elucidadas, embora funcionassem em órgãos públicos, em empresas públicas e autarquias. Por exemplo, ao que se sabe embora negado pela Reitoria daquele período, a Universidade de São Paulo também possuiu sua AESI. Sua função ia desde a coleta de informações acerca de professores, alunos e funcionários, até a decisão de arquivamento de contratação de professores para aquela casa.

Para os militares que controlavam a “Comunidade de Informações”, este assunto de informações e contrainformações demandava sigilo. Assim, não se poderia supor que alguém oriundo da UNICON, ou Itamon pudesse frequentar um curso na EsNI, juntamente com oficiais das polícias militares e das Forças Armadas, agentes da Polícia Federal, ministérios, além de empregados selecionados de outras empresas públicas.

Na verdade, havia, na grade curricular daquela escola, conteúdos de natureza sigilosa, conforme a narrativa de Américo, que teve sua contratação deferida na empresa Itaipu Binacional, em 1976. Ex-militar da Marinha, Américo participou dos primeiros estudos de sondagens para a construção da hidrelétrica, como funcionário da IECO ELC<sup>62</sup>, empresa em cuja responsabilidade estava a coordenação do projeto arquitetônico da barragem. Por todas estas características, e por ser ex-militar, logo foi contratado como Guarda de Segurança da

---

<sup>61</sup> Havia por parte de outros órgãos setoriais de informações a solicitação junto a AESI para que se fizesse a segurança de autoridades quando nas visitas na cidade de Foz Iguaçu.

<sup>62</sup> Em 1970 o consórcio de empresas Industriais Electric Company (IECO) dos Estados Unidos e Electroconsult (ELC) da Itália venceu o concurso internacional para a construção de estudos de probabilidade e preparação do projeto da obra.

Itaipu, após ser entrevistado pelo Capitão Roberto Henrique Hebling, o primeiro Coordenador de Segurança, conforme destaca nas suas explicações:

*Fui apresentado ao Capitão Roberto e, de pronto, eu falei para ele quem era eu. Fiz um breve currículo da minha vida. Falei que eu fui o pioneiro em Foz do Iguaçu. Eu fui o primeiro funcionário a chegar na obra de Itaipu nacional. Eu sou considerado o 001 do consórcio Itaipu, aí a IECO ELC, a empresa americana e uma empresa italiana, eu fui o primeiro brasileiro que montou o escritório. O Capitão Roberto, sabedor disso, ficou muito interessado na minha contratação (...) (AMÉRICO, 2014).*

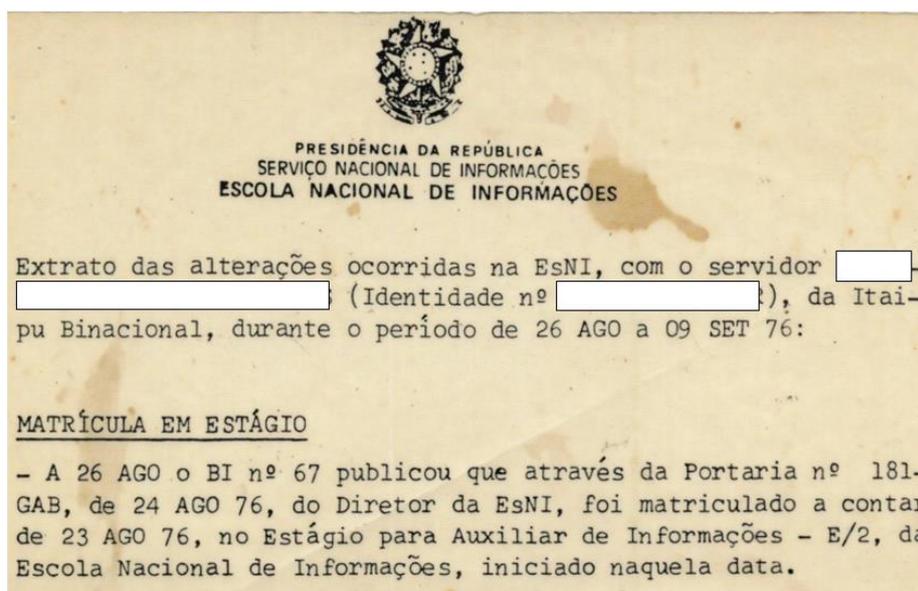
Na narrativa, Américo apresenta sua breve passagem pela EsNI, em Brasília, no mesmo ano em que fora contratado na função de Guarda de Segurança, em meados de 1976, conforme a sua “Ficha de admissão”, demonstrada na Figura 19. De acordo com seu relato, ao chegar naquela escola, o aluno entregava todos os seus pertences, inclusive os documentos pessoais, e recebia um novo nome, a fim de se acostumar com a rotina de espionagem que estava por vir. Segundo Américo (2014), “eram quinze dias trancadinho dentro da escola sem sair para lugar nenhum. E a gente usava codinome (...) quando a gente foi para lá a gente entregou tudo: carteira de identidade, CPF, tudo. Você recebe tudo documento novo”. Mesmo que houvesse conhecidos naquele ambiente, o uso do codinome deveria ser respeitado, porque era o papel institucional e a lógica da EsNI, como um centro de formação e de treinamento de espões. Américo também explica que o uso do codinome, durante o curso na EsNI, fazia parte do treinamento para facilitar e dinamizar a comunicação, além de não empregar o nome verdadeiro nas operações futuras de rua e outras; numa demonstração da prática, ele afirma que ,numa determinada operação, seu codinome era Pedro e o do Capitão Roberto era Rogério:

*Tanto é que quando eu estava com o Capitão Roberto no serviço de investigação lá em Guaira, eu não podia chamar ele jamais de Capitão Roberto. A gente estava em uma lanchonete, assim eu chamava ele de Rogério, e ele me chamava de Pedro. Eu digo: ‘mas olha, Rogério’, eu chamando ele de Rogério. Nós éramos dois amigos! No entanto, ele era o Capitão Roberto (AMÉRICO, 2014).*

Este era um momento importante, pois à medida que se padronizava a turma que faria o curso, delimitavam-se possíveis desigualdades estruturais, tendo em vista as diferentes organizações que mandavam seus integrantes àquela instituição. Desta forma, o agente da Polícia Federal se tornaria, por meio disto, igual ao Guarda de Segurança da Itaipu e a um

Delgado de Polícia. Todas as diferenças institucionais eram padronizadas, para que novos saberes fossem inculcados aos alunos; assim, quando de volta às suas origens, o caráter repressivo era potencializado, em vista ao novo processo educacional aos quais eles eram expostos.

**Figura 19:** Ficha de admissão na EsNI – 1976



**Fonte:** Acervo particular do entrevistado, Sr. Américo.

Nas Forças Armadas, ocorre o mesmo processo, quando o civil se torna um militar. Ao ser incorporado às fileiras, este recebe um *nome de guerra*, além de passar por um período denominado quarentena, cujo objetivo é manter a tropa fragmentada em pelotões e companhias, sob uma intensiva instrução. Assim, conceitos do meio militar, incluindo gírias, são incorporados a este novo homem. Neste primeiro momento na caserna, ocorre a desvinculação com o meio civil e a mortificação do *eu*, explicitando a distinção de mundos do “interno e da equipe dirigente” (GOFFMAN, 2013).

Dessa mesma forma, naquele espaço da EsNI, o assunto era voltado às atribuições pelas quais a AESI e o Serviço de Informações e Contra Informações (SICI) da Itaipu deveriam zelar. Além disto, os integrantes da AESI aprendiam sobre a padronização de todos os documentos que circulavam nas redes de informações. Havia, por isso, a necessidade de se mesclar os alunos, a didática e a pedagogia estabelecida pelo SNI, aliada a uma ideologia

policialesca, as quais deveriam ser instaladas nas empresas. Sobre esta mobilização, Carlos Fico (2001, p. 82) afirma:

Para implementar as atividades de informações, cabia ao SNI incentivar a especialização do pessoal, bem como “promover a formação de uma correta mentalidade de informação entre os integrantes do SISNI”<sup>63</sup>. Em 1971 foi criada a Escola Nacional de Informações (EsNI), frequentada não apenas por militares, mas também por civis, na medida em que se planejava a transformação paulatina do SNI numa agência de civis, como a norte-americana CIA.

Ao longo do período em que frequentavam a escola, os alunos recebiam uma avaliação de acordo com o desempenho alcançado. O documento, apesar de simples, possibilitava ao portador a mobilização de inúmeros saberes e contatos que, ao retornar às suas origens e iniciar as atividades, geravam “constrangimentos inerentes à função” (FICO 2001). Não raro, estes procedimentos tinham o caráter confidencial. A ausência do empregado por um determinado período ensejava a desconfiança, fato natural em função do número de funcionário que fizeram o curso. O comunicado de conclusão de curso que segue exemplifica este entendimento referente à mobilidade:

**Ofício:** 0580/GAB/436 Em 12 de julho de 1985  
**Do:** Diretor da Escola Nacional de Informações  
**Endereço:** Setor de Áreas Isoladas Sudoeste – Área 5 – Quadra 1- Brasília – DF  
**Ao:** Exmo<sup>o</sup> Sr. Chefe da AESI/ASF/ITAIPÚ-BINACIONAL  
**Assunto:** Conclusão do Curso “B”, desta Escola  
**Referência:** Telex TE/AESI/ASF/011/84, 06 de dezembro de 1984  
Com referência ao expediente supramencionado, informo a V. Exa. Que o aluno (...), desse Órgão, concluiu, com aproveitamento, no dia 12 de julho de 1985, o Curso de Informações Categoria “B”, desta Escola (...). (CDI 9196F, 2470) (*SIC*), grifo meu).

Num período anterior ao do comunicado, Américo narra que seus companheiros, ao avistar a sua passagem pela Barreira de Controle, “desconfiavam” quando de sua permanência naquele Posto de Controle, pois essa atividade de informações não se resumia apenas à área externa. Isto também poderia ocorrer pelo fato de a Assessoria efetuar investigações àqueles que eram seus pares, em outras palavras, os Guardas de Segurança. Incluía-se, nisso, de igual maneira, todos os problemas advindos também do núcleo empresarial, conforme apresentado anteriormente.

---

<sup>63</sup> Sistema Nacional de Informações.

Se a convocação para desempenhar funções na DSI era mal vista, provavelmente, no interior da Itaipu Binacional, isto também era perceptível, conforme aponta Américo. De acordo com Fico (2001, p.88), “funcionários de carreira dos ministérios, convocados a atuar na DSI, ficavam estigmatizados pelos colegas”. Cabe ressaltar que a Itaipu pertencia ao Ministério das Minas e Energia e, desta forma, sua AESI seguia o organograma do referido Ministério.

Em outro caso, o de Matheus, apresentado no Primeiro Capítulo, embora não deixe claro que tivesse passado também pela EsNI, descreve a atuação ativa na Assessoria Especial de Segurança e Informação. Isto sugere que poderia haver cursos de natureza interna. Alguns funcionários lotados nestes setores e com formação especializada ministravam cursos aos demais, a fim de que alguma necessidade urgente fosse suprida. Aliado a isso, pode ser listado o problema dos levantamentos de dados na região de Santa Helena e em outras cidades do Oeste paranaense, quando os agricultores se mobilizavam para não entregar suas terras à Itaipu. Na sua narrativa, Matheus explica que não estava ainda lotado na AESI, mas fez parte de um grupo que permaneceu naquela cidade, realizando levantamento de dados nos momentos mais tensos das negociações com os agricultores:

**Valdir:** (...) outro momento interessante da Segurança de Itaipu foi aquele problema com os colonos que foram desalojados por conta das terras que seriam alagadas. O senhor lembra quando eles chegaram onde é o trevo da Avenida Paraná?

**Matheus:** Eu lembro desse fato, mas eu poderia falar pra você com muito mais facilidade, que eu fui várias vezes enviado pra Santa Helena, onde havia uma base dos agricultores insatisfeitos com a desapropriação de terras; esse seria um local que eu tive mais conhecimento do problema.

**Valdir:** O senhor foi enviado, então, a Santa Helena, como um Agente da AESI, ou em que circunstâncias o senhor foi enviado?

**Matheus:** Na ocasião, eu trabalhava na área de Segurança Física, porém eu fui emprestado pra Segurança de Informações. Vamos dizer assim: pra AESI, pra ir a Santa Helena **fazer levantamento de dados** quanto à insatisfação dos colonos, quanto do valor pago por Itaipu nas indenizações, principalmente **por conhecer o idioma alemão**, e a região existia ali muitos alemães (MATHEUS, 2013).

As circunstâncias que fizeram com que Matheus fizesse parte do pessoal da informação na região de Santa Helena têm dois motivos: o primeiro trata-se daquilo pontuado em outro momento nessa dissertação e que se refere à falta de pessoal. A Itaipu não previa a insurgência dos agricultores contra as indenizações, e a defasagem do seu quadro pessoal de informações parecia ser uma realidade. O outro, mais óbvio, é que o agente em questão

dominava o idioma alemão, assim poderia se infiltrar nas reuniões ou até mesmo conversar com os colonos descontradamente, sem levantar suspeitas.

A AESI, tal como ocorreu com a Segurança Física, também passou por momentos de mobilidade em relação à chefia do Serviço de Informações e Contra Informações (SICI) (Ver Figura 22). Esta Secção da AESI foi sempre comandada por um coronel licenciado do exército, no entanto sua direção cabia ao General Bruno Castro da Graça e ao General Junot Rabello Guimarães. Apesar de Américo apontar, na narrativa, que não havia vínculos desse organismo de informações (AESI) com a Assessoria de Segurança Física, os documentos estudados sempre apontam para um relacionamento intrínseco entre ambas as organizações. Esta aproximação era intensa e contava com a transferência de Guardas de Segurança para a ocupação de cargos em outras cidades brasileiras junto à Assessoria de Informações.

Quando não havia um escritório na cidade, a chefia da AESI estimulava a criação deste, a fim de realocar agentes de sua confiança para aqueles locais. Todas estas normativas estavam sustentadas na resolução constante na epígrafe e ganharam força na Determinação nº Det/DG<sup>64</sup>/0020/78. No documento encaminhado pelo General Junot Rabello Guimarães, em fevereiro de 1988, ao General Ney Aminthas de Barros Braga, à época, Diretor Geral da Itaipu e sucessor do General José Costa Cavalcanti, Junot estabelece uma espécie de relação entre o passado e o presente da Assessoria de Segurança e Informações da Itaipu. Esmiuça sua história, a fim de deixar o Diretor Geral ciente das atribuições desse órgão, com um objetivo específico: o de estabelecer um contato em Brasília e, para isso, a necessidade de implantação de um agente naquela capital. No dizer do General Junot:

A Assessoria mediante autorização do Diretor-Geral, poderá manter elementos de sua estrutura sediados nos escritórios de BRASÍLIA, RIO DE JANEIRO, SÃO PAULO E CURITIBA, bem como em outras localidades que, de acordo com as necessidades do serviço, venham exigir idênticas medidas (*idem*, 9201F 0958).

Mediante essa constatação, se um Guarda de Segurança, durante o desenvolver de suas atividades normais, apresentasse determinadas habilidades, poderia atuar na AESI e até ser transferido para outras localidades. Neste caso, a hipótese levantada por Aluizio Palmar, ao afirmar que a “AESI possuía agentes lotados nas principais capitais brasileiras”, ganha sustentação no documento elaborado pelo General Junot, no qual está sendo ancorada esta análise. Assim, Junot explica que a atuação dessa Assessoria estava para além dos aspectos

---

<sup>64</sup> Diretor Geral.

relacionados aos trabalhadores do Canteiro de Obras. Embora seja duvidoso que esta tivesse, no seu início, acesso a documentos sigilosos do DOPS e do Sistema CODI, as palavras do General sugerem o relacionamento no ramo da Segurança e Informação com as demais comunidades ativas nessa área. Neste sentido, vale questionar qual seria a necessidade de se explicar as obviedades inerentes a este tipo de serviço? Nas palavras do General Junot:

[...] Considerando que a AESI liga-se diretamente à Agência Central do SNI em BRASÍLIA, situação idêntica das Divisões de Segurança e Informações (DSI) dos Ministérios civis, que é frequente a ligação com as DSI e com a Escola Nacional de Informações (EsNI) e alguma vezes com o Departamento de Polícia Federal (DPF), que para Busca e Coleta de Dados (ostensiva e sigilosa) na Capital Federal a Assessoria não possui empregado ali sediado, proponho a criação, naquela cidade, da REP-BSB/AESI/IB/BR<sup>65</sup> (*idem, op.cit.*).

De acordo com a proposta encaminhada por Junot ao General Ney Braga, a presença de apenas um agente em Brasília poderia até parecer inócua. Vale questionar o motivo de o general insistir na abertura de novos escritórios, como é o caso do posto da AESI, no final da década de 1980, em Brasília, uma capital de alta complexidade. Tal ação era divergente da tendência naquele momento, pois este tipo de serviço de inteligência e segurança de informações estava sendo reestruturado. A iniciativa de Junot confirma a ideologia e cultura da repressão, inerentes nas ações e decisões dos dirigentes, como foi o caso da Comunidade de Informações da Itaipu Binacional. Esta conjectura poderá ser evidenciada mais adiante, na questão do levantamento de dados sobre as greves e seus possíveis efeitos.

As declarações feitas pelo General Junot Rabello Guimarães, cujo objetivo era inaugurar uma extensão da AESI na capital federal, fazem suscitar algumas indagações importantes sobre tais escritórios e transferências de agentes para outras localidades. Por que a cidade do Rio de Janeiro teve os primeiros escritórios, em detrimento da Capital Federal, considerando que esta era a sede do próprio SNI, da EsNI e de outros? Havia um escritório na capital que, posteriormente, fora fechado? Por meio da narrativa de Matheus e Américo, bem como das declarações do próprio general no memorando, havia uma ligação entre a AESI e as outras forças de repressão. Pode ser que, em determinado momento, o escritório do Rio de Janeiro tivesse funcionando de forma mais próxima ao SNI, tendo em vista que este endereço se faz presente em uma circular datada de 1974, ano da criação da Assessoria de Segurança Física, a qual foi encaminhada pelo General Bruno Castro da Graça ao Chefe de Gabinete da

---

<sup>65</sup> Representação de Brasília/Assessoria de Segurança e Informação/ Itaipu Binacional/ Brasil.

Secretaria do Conselho de Segurança Nacional. Naquela apresentação, tomaram a referida cidade (Rio de Janeiro) como sede, listando Brasília, Curitiba e Foz do Iguaçu na condição de “outros contatos” (AN, Cx. 25/A2). Entretanto, todas as explicações que compuseram o memorando foram direcionadas, com a finalidade de convencer o General Ney Braga sobre a manutenção de um escritório da AESI em Brasília, e aparentam arranjo prévio. No mesmo momento em que Junot apresentava os problemas, elencava as sugestões para equacioná-los:

(...) Caso esta preposição [**do agente em Brasília**] seja aceita por V.Sa. e visto que o efetivo da Assessoria encontra-se com cerca de 50% do previsto, indico o empregado (...) para a nova Representação, pois julgo-o possuidor dos requisitos necessários para integrar a AESI, já pertenceu a órgão do Sistema Nacional de Informações e concorda com sua transferência para BRASÍLIA (*idem*), grifo meu).

A narrativa de Junot acerca da história da AESI, a fim de justificar a transferência de um Inspetor<sup>66</sup> de Segurança para Brasília, não exclui a probabilidade de tal manobra ter outros objetivos além da aproximação desta agência do SNI. Assim, a presença de um agente ou de agentes que facilitassem, de forma rápida, uma aproximação com os outros departamentos revela a intenção que o próprio general deixou clara no pedido feito ao General Ney Braga ao afirmar “que para Busca e Coleta de Dados (ostensiva e sigilosa) na Capital Federal a Assessoria não possui empregado ali sediado” (*idem, op.cit.*). Esta solicitação materializou-se no memorando encaminhado pelo chefe do Serviço de Informação e Contra Informação (SICI), no dia 28 de março de 1988. Tal solicitação foi encaminhada para o representante diretor geral brasileiro da Itaipu, em Brasília, e tinha o seguinte teor: “1 - Apresento à V.Sa., o empregado (...), da Assessoria Especial de Segurança e Informações – AESI/IB/BR, o qual ficará destacado em BRASÍLIA/DF e adido ao escritório da Entidade nessa cidade como integrante da Representação da AESI (...)” (CDI, Filme: 9201F 0937). Isso demonstra que os generais não mediam esforços para colocar seus prepostos, amigos, parentes e aconchavados no interior do Estado. Com isso, garantiam benefícios próprios, quer econômicos, quer políticos, uma vez que os indicados seriam fiéis informantes e defensores de quem os indicou.

No aspecto mais amplo, a Itaipu estava subordinada ao Ministério das Minas e Energia e à Eletrobrás, assim deveria ter um relacionamento mais próximo com a Comunidade de Informações desses órgãos e juntando-se num mesmo nível da Petrobrás. Nesta estrutura, os informes eram encaminhados, de acordo com as conveniências e urgências. Se um funcionário lotado na Petrobrás estivesse concorrendo a um cargo na Itaipu Binacional, o

---

<sup>66</sup> Com a justificativa de manter o sigilo da publicidade, absteve-se, aqui, de citar a identidade do segurança.

“*pedido de busca*” sairia daquele viés burocrático (DOPS, SNI e Polícia Federal, e outros). Bastariam os dados ser encaminhados diretamente, via AESI/Itaipu, para AESI/Petrobrás, em um documento secreto, e todos os dados pessoais, bem como as ocorrências do pretendo candidato seriam entregues de forma rápida e segura. Esta era a grande diferença dos pedidos de busca quando das contratações de trabalhadores comuns, para os quais se recorria primeiramente ao DOPS. Sobre este efeito, Matheus (2013) assinala que a:

*AESI se relacionava com os órgãos de informações do Batalhão de Fronteira, da PM com os órgãos de informações. A segurança empresarial se relacionava com as outras áreas de segurança pública. A AESI se relacionava com as secretarias, com a Petrobrás, com os órgãos de informações da Petrobrás (MATHEUS, 2013).*

Mas, no caso da Itaipu Binacional, a manutenção de um escritório da AESI, em Brasília, poderia sair da esfera das informações, cujo propósito parece ser óbvio. Muitas solicitações não sigilosas, mas que poderiam trazer constrangimento àqueles cujo nomes estavam nos enunciados, ganhariam esta personalidade simbólica do sigilo, ao serem endereçadas a alguém dotado desse profissionalismo para fazer, quem sabe, uma ponte entre a origem e o destino de uma correspondência sigilosa ou não. Por exemplo, um simples pedido de porte de armas de fogo aos funcionários da Itaipu, feito à Superintendência da Polícia Federal em Brasília, já poderia demandar a ação de um agente ali sediado.

Entretanto, pode-se, neste aspecto, analisar esse aspecto por meio de um duplo viés. Para tanto, retoma-se o caso do assassinato do jornalista e colaborador da Ditadura militar, Alexander Von Baumgarten, em outubro de 1982, na Cidade do Rio de Janeiro. Não se trata de esmiuçar a história desse acontecimento, mas de orientá-lo no sentido de entender a mobilidade dos agentes lotados no SNI, período em que se caminhava para a abertura política e, assim, poder avaliar estas transferências de funcionários por outro viés.

Dentre os envolvidos no caso apontado pela Revista ISTOÉ, em reportagem do dia 2 de abril de 1986, está o agente Mozart Gouveia Belo da Silva, que teve expressiva participação nos serviços operacionais da Segurança da Itaipu Binacional, logo no seu início. Como fazia parte dos arrolados no “Caso Baumgarten”, Gouveia, segundo a mesma reportagem, teria declarado, quando interrogado, que passou a integrar a “Agência do SNI em 1981”, podendo, dessa maneira, ter sido cedido àquela organização pela Itaipu Binacional. Outra possibilidade é de ele ter sido definitivamente desligado da Binacional, após determinado período na Assessoria de Segurança Física (ASF).

Numa outra demonstração dessa mobilidade de servidores entre os órgãos de informações, está a transferência do funcionário da Itaipu Binacional, Paulo Renato Cavalli Zimmer, para o Serviço Nacional de Informações. Com atuação diferente de Gouveia, Zimmer iniciou suas atividades na Itaipu como requisitado da Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL), em 1975. Neste período, trabalhou sempre nos serviços burocráticos, ou seja, na Secretaria onde transitavam os documentos sigilosos e os comuns, mas que, de certa forma, passavam pela clivagem dele.

Em 1985, porém, Zimmer foi colocado à disposição do SNI, num processo provavelmente idêntico ao de Gouveia. No documento, descoberto pelo Jornalista Aluizio Palmar, quando realizava pesquisas no Departamento de Polícia Federal de Foz do Iguaçu, constava o “Aviso Ministerial” que dava conta dessa transferência, embora o mesmo aviso não aponte este funcionário como desligado da Itaipu Binacional. No documento assinado pelo Ministro da Minas e Energia, à época, Cesar Cals, está destacado: “(...) outorizei fosse colocado à disposição daquele Órgão, em Curitiba, nos termos da legislação vigente, o servidor dessa Itaipu Binacional (SIC)”<sup>67</sup>, fazendo alusão ao Auxiliar Técnico Paulo Renato Cavalli Zimmer. Contudo, em um documento de 18 de janeiro de 1985, o General Bruno Castro da Graça faz uma espécie de carta de apresentação; nesta, coloca Zimmer à disposição do SNI, mais precisamente, aos serviços do Coronel Walter da Costa Reis, chefe daquele escritório na cidade de Curitiba. Nas suas consideração sobre Cavalli Zimmer, o General Bruno pontua:

O Auxiliar Técnico RENATO iniciou sua atividades na então Assessoria de Segurança da ITAIPU em 02 de MAI 75, vindo como requisitado da COPEL/PR. Posteriormente desligou-se daquela Companhia, passando a integrar os quadros da ITAIPU, em JUN 78, como Auxiliar Técnico, Nível 12-A, lotado no escritório de Curitiba da Entidade e pertencente à equipe Chefiada pelo Gen. Div. R/1 JUNOT RABELLO GUIMARÃES, da Assessoria de Segurança da ITAIPU. (...) Cumpre ainda lembrar que o Auxiliar Técnico RENATO, no período de 21 de MAI 76 à 04 JUN 76, esteve na Escola Nacional de Informações, em Brasília, onde frequentou, com aproveitamento, o Estágio para Auxiliar e Informações E/2 (...). (ARQUIVO CEPEDAL, UNIOESTE).

Vale lembrar que, nessa época, o Serviço Nacional de Informações, além dos órgãos institucionais, contemplava uma imbricada rede de informantes que poderiam ser “usados” em empreendimentos complexos, onde àqueles militares não deveriam, ou não podiam, aparecer. Além disso, esses informantes assentavam-se nas empresas e municavam as

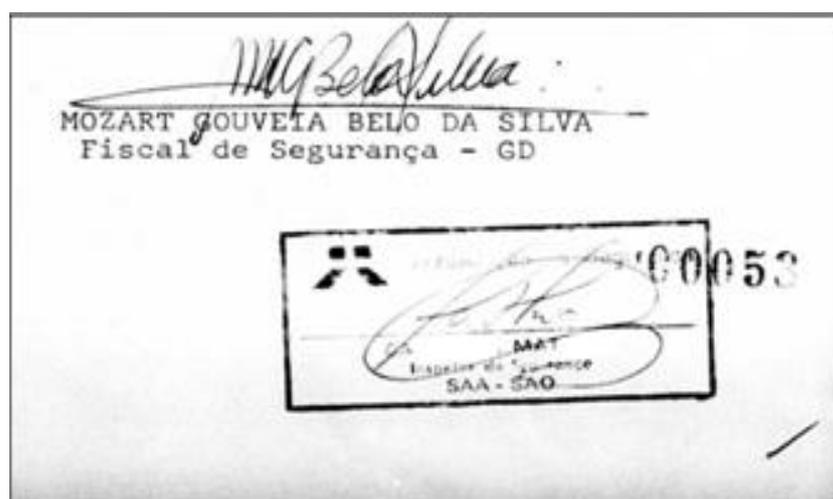
---

<sup>67</sup> Disponível: <http://www.documentosrevelados.com.br>. Acesso em 15/11/2014.

pessoas ligadas à repressão com informações, institucionais e pessoais, relevantes e motivadoras. Desta forma, estabeleciam-se os “pedidos de buscas”, como um gatilho para qualquer espécie de investigação; e neste aspecto, a Itaipu Binacional, por meio do seu setor de inteligência, cumpriu seu papel. Nesta breve demonstração, comprovou-se que Gouveia e Zimmer pertenceram à Assessoria de Segurança Física, sendo que a ligação destes com o Serviço Nacional de Informações pode corresponder à própria história de vida profissional de cada um deles.

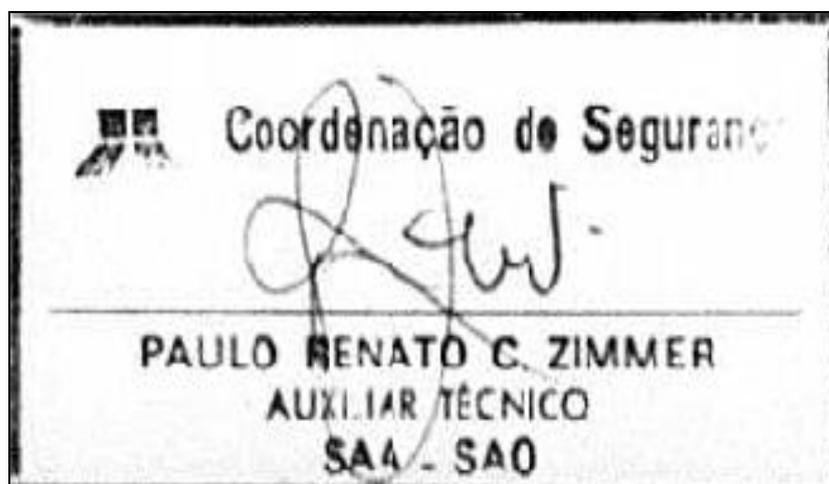
As Figuras 20 e 21, seguir, caracterizam essa vinculação entre servidores da Itaipu, e pelas quais poderão ser levantadas questões acerca de que muitos agentes poderiam ter tomado o mesmo caminho, mostrando um movimento inverso. No início da edificação da barragem, a estatal trazia para seus quadros os agentes dos órgãos repressivos. Já, para a fase final das obras, os generais mobilizavam-se para relocar este pessoal aos órgãos de informações, à medida que a abertura política se acentuava. Isto comprova que alguns setores insistiam na metodologia ora abordada, contrariando este processo político, ou se desvincilhavam daqueles que, em um período da construção, foram importantes para a manutenção da ordem estabelecida pelos militares.

**Figura 20:** Ocorrência assinada por Gouveia, na CS em 1981



**Fonte:** *idem*, Filme: 9191F, 0743.

**Figura 21:** Carimbo pertencente a Cavalli Zimmer, na CS em 1983



Fonte: CDI 9195F 0254.

A narrativa de Matheus (2013) indica que o agente Gouveia teria pertencido ao serviço de informações da Marinha, antes de ser da segurança da Itaipu Binacional. Assim, pode-se considerar que o mesmo nunca teria se desvinculado da repressão, e sua passagem pelo Canteiro de Obras está ligada intrinsecamente a outras circunstâncias próprias do interesse que esta região e a própria Itaipu tinham para o governo ditatorial. De acordo com Matheus, “o Mozart Gouveia Belo da Silva veio para trabalhar na Segurança de Itaipu do Cenimar: o órgão de informações da marinha” (ENTREVISTA, 2013). Surge, deste contexto, o retorno do mesmo à Agência Central do SNI no início da década de 1980, culminando com a suspeita de ter participado do assassinato do jornalista Von Baumgarten, juntamente com outros integrantes daquela agência, de acordo com as reportagens da Revista ISTOÉ (*op.cit*) e O Globo (Ed. 05/06/1985). Em outros termos, tanto a ASF, quanto a AESI auxiliaram os órgãos de informações, por meio da troca de informações e pela mobilização do capital social acumulado na trajetória dos agentes envolvidos, quando disponibilizavam agentes para a institucionalização do sigilo e das ações daqueles que não queriam o retorno da democracia.

Dessa forma, os generais denominados “linha dura”, dentre eles o General Newton Cruz, chefe do SNI naquele período, além de se mobilizarem para que não houvesse a transição para a democracia, formavam um círculo, às vezes, mais poderoso que aqueles ligados diretamente à presidência da república. Tal grupo detinha a autonomia advinda das relações pessoais construídas ao longo de anos nas diversas organizações militares, bem como

da consumação do Golpe Militar. Da mesma forma, este grupo de pessoas, nos termos de Bourdieu<sup>68</sup> (1998), mobilizavam um:

(...) conjunto dos recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizada de interconhecimento e de inter-reconhecimento mútuos, ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns, mas também que são unidos por ligações permanentes úteis (BOURDIEU, [n.d.] *apud* NOGUEIRA & CATANI, 1998, p.67).

Em outras palavras, um policial pode não ser um ótimo investigador, mas, ao longo de sua vida, pode adquirir, por meio de relações profissionais, excelentes contatos políticos. Neste sentido, estas relações de “interconhecimento e inter-reconhecimento mútuos” possibilitarão aos seus participantes usufruir de benefícios diversos a partir da capacidade que têm de acioná-las. Assim, não só seu relacionamento profissional será melhorado, mas, junto a isto, seu capital econômico e cultural. Pode-se assentar, nesta análise, o caso em questão do agente Mozart Gouveia, Paulo Renato Zimmer e outros. Da mesma forma, é possível desconfiar que a pessoa que o General Junot indicava para ocupar um cargo no novo escritório a ser criado em Brasília também participava desse complexo jogo de relações, sendo que esta participação era elemento seguro a atuar na decisão de quem seria o indicado.

Outro documento importante para trazer à tona a história da AESI, é o *memorando*, datado de 09 de março de 1988. No seu bojo, o chefe do Serviço de Informações e Contra Informações (SICI) elenca os principais acontecimentos que organizaram a Assessoria de Segurança e Informações na Itaipu Binacional. No entanto, tal como aquele apresentado pelo General Junot que visava à criação de um escritório, este memorando tratava de questões referentes a “cargos e funções da AESI” (CDI 9201F 0934).

Endereçado ao Vice-Superintendente de Recursos Humanos (RH) da Itaipu Binacional, o documento priorizava informar e instruir aquele setor de pessoal para adequação dos cargos aos quais a AESI estava vinculada. Pelo teor das informações, parece que, na Itaipu, os programas referentes às normas estabelecidas pelo SNI quanto ao pessoal de informações não estavam sendo cumpridos em alguns pontos, como, por exemplo, o cadastro de profissões próprias dos órgãos ligados a informações. De acordo com o enunciado do referido memorando de 1988:

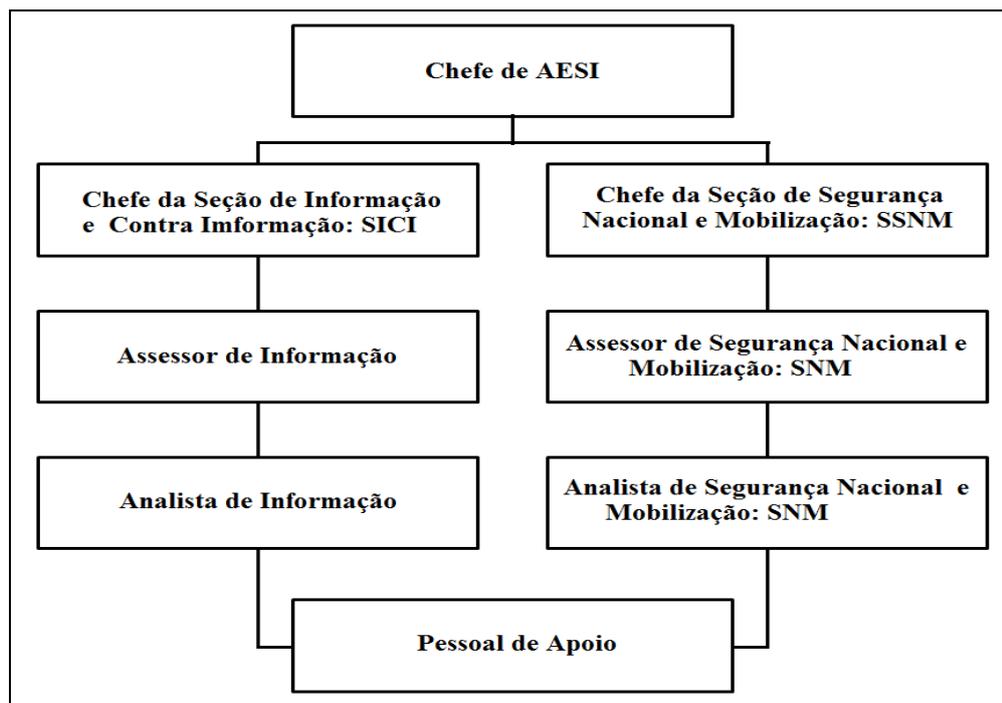
---

<sup>68</sup> BOURDIEU, Pierre. Classificação, desclassificação, reclassificação. In: \_\_\_\_\_. **Escritos de educação** (Orgs.) Maria Alice Nogueira, Afrânio Mendes Catani. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. (8ª ed. 2005), p. 145-184.

(...) Nestas condições, a ITAIPU já a partir de 18.08.78 deveria ter adaptado seu quadro provisório de lotação, já que não existe no Sistema Nacional de Informações (SISNI), do qual a AESI/IB/BR é integrante, o cargo (ou função) de “Analista de Segurança e Informações”, como dispõe o Dec. nº 75.639/75 e complementa a (...) nº 178, de 24.04.75. Estas duas funções são privativas de órgão de Informações, conforme estabelece o Art. 1º do Dec nº 75.639/75 e complementa o Ofício Confidencial nº 054/ANC/AC/87, de 18.12.87, da Agência Central do SNI. Logo, não pode haver em outro órgão da Entidade a função (ou cargo) de Analista de Informações ou de Segurança Nacional e Mobilização (*idem, op.cit*).

Na prática, o memorando orientava o reescalamento das profissões para ficar em compasso com o que preconizava as determinações do SNI. Entretanto, se para a AESI a manutenção de algumas seções foram consideradas necessárias, por exemplo, as “Seções de Segurança Nacional e Mobilização” (SSNM), para outras DSI eram desnecessárias, pois seus objetivos eram restritos à mobilização para uma guerra interna. No entanto, a partir de 1986, ou seja, dois anos antes deste memorando, cogitou-se a implementação dessa seção. Entretanto, Fico (2001, p.87) considera que “em muitas DSI a existência dessa seção era meramente formal”.

**Figura 22:** Esquema hierárquico AESI/Itaipu



Fonte: CDI 9201F 0934.

Os documentos apresentados foram redigidos na fase final da Construção de Itaipu. Ao que parece, os chefes procuravam adequá-los para as demissões, incentivos ou aposentadorias. No primeiro, o General Junot Rabello Guimarães solicitava a percepção do adicional de periculosidade, mesmo trabalhando em um escritório, com serviço burocrático. Mostra-se, com este pedido, que a corrupção combatida incansavelmente pelas Comissões Gerais de Inquéritos (CGI)<sup>69</sup> nos primeiros momentos do Golpe Militar estava presente em outros momentos da carreira militar de Junot, a qual era norteadada, segundo o viés dos golpistas pela legalidade. Ora, se Junot endereçou o regulamento para o Diretor Geral, General Ney Aminthas de Barros Braga, seu provável conhecido do meio militar, desviando-o da área dos Recursos Humanos, oficialmente responsável pela autorização, é porque havia, com esta manobra, melhor possibilidade de autorizar o pagamento do benefício. Considerando que “Receberá o Adicional o empregado da ITAIPU, que preste serviço nas áreas de risco” (*idem*, 0961), é bem provável que alguns desses investigadores resumiam suas atividades nas áreas de risco, e assim tinham que receber este adicional como qualquer outro trabalhador. Mas, ao colocar o próprio nome nessa proposição e, em seguida, dizer que “esta chefia foi transferida para o Escritório Regional de CURITIBA, em 22.09.86” (*idem*), Junot não só compactuava com os problemas da desproporcionalidade e com o fosso que existia entre as equipes diretivas e os internos, como também passava por cima daqueles trabalhadores que tinham o direito e não recebiam tal adicional.

Aliás, foram os casos de corrupção no meio militar que causaram a morte do jornalista Alexandre Von Baumgarten e a saída do governo do Estado do Paraná de Haroldo Leon Peres, ainda no início da década de 1970. Militar licenciado, Peres foi nomeado pelos golpistas para o governo e, em seguida, destituído em vista do seu envolvimento com empreiteiras que realizavam obras para o governo do Estado do Paraná. De acordo com Heller (1988, p.81), Peres teria dito, ao assumir o governo, em 15 de março de 1970, que “finalmente a revolução chegava ao Paraná”; “Agirei com mão de ferro contra a corrupção e a subversão se constatar a sua existência no Estado” (*idem*), afirmava insistentemente. Depois de ser delatado pelo empreiteiro Cecílio do Rego Almeida do qual tinha exigido pagamento de propina, ouviu do Ministro da Justiça Alfredo Buzaid: “ou renuncia, ou ouvirá a sua destituição pela *Voz do Brasil*” (*idem*).

---

<sup>69</sup> Comissão Geral de Investigações.

Esses são pequenos exemplos demonstrativos que apontam para o fato de a improbidade administrativa estar presente em todos os tempos em que perdurou a Ditadura militar. Introjavam a cultura dos bons costumes, mas, nos bastidores, a prática era outra; e como será demonstrado nas próximas páginas, só se tomava providência, quando o fato se tornava público.

Assim sendo, nesse tópico, almejou-se apresentar um breve estudo sobre a Assessoria Especial de Segurança e Informações, utilizando alguns fatos que fizeram desta a representação dos serviços de inteligências da Polícia Militar e do Exército. Não é de estranhar que, em algum momento da construção da Itaipu, os componentes dessa Agência tivessem, ou gozassem de melhor conceito e prestígio que aqueles das outras entidades que podem decorrer das facilidades proporcionadas pela rede de relacionamento com os altos escalões. Vale ressaltar, neste caso, que os dois generais que inauguram a Assessoria de Segurança Física e que, posteriormente, encaminharam a AESI a um patamar mais elevado, tinham em suas bagagens uma história voltada para este fim. Por isso, foi possível o sucesso e o manejo dos contatos e dos problemas que necessitavam ser equacionados junto às demais autoridades ligadas à segurança e à informação.

Portanto, no próximo tópico, será apresentado um histórico dos papéis originados no setor burocrático das Agências de Segurança, os quais, em muitos casos, não tinham relação com a AESI, mas carregavam os risquícios dos métodos e hábitos das delegacias e quartéis. Isto porque, em suas redações, os encaminhamentos seguiam o mesmo organograma dos papéis produzidos pelos órgãos policiais e EsNI. Aqueles que frequentavam esta escola, além de receber novos conhecimentos, provavelmente passariam a orientar, de forma organizada, outros membros da Segurança Física.

## 2.1 OS RECIBOS DE PESSOA: OS TRABALHADORES DA BARRAGEM COMO MERCADORIA

Em qualquer instituição pública como a Itaipu Binacional, a prática de Sindicâncias para a apuração de algum problema de caráter interno é considerada procedimento normal.<sup>70</sup> A Itaipu Binacional, enquanto instituição pública, tinha estatuto que legitimava tais práticas.

---

<sup>70</sup> Não é parte deste estudo tecer considerações acerca desse instrumento administrativo, necessário como parte da burocracia e que visa punir ou absolver determinados funcionários lotados nas mais diversas repartições: foi assim no período da Ditadura militar e ainda continua sendo.

Já, a UNICON, enquanto empresa privada, amparou-se nas normas que regiam a Itaipu e passou também a elaborar as suas sindicâncias quando ocorriam crimes contra o patrimônio da empresa.

Dessa forma, neste estudo, preteriu-se o resultado das investigações iniciadas com as sindicâncias, em primazia do desenrolar dos interrogatórios e a manutenção de trabalhadores detidos durante os procedimentos, aspecto este que assume importância nas análises dos referidos documentos. Assim, aqui, o importante é trazer as diversas conclusões a que chegavam estas Sindicâncias e estabelecer as diferenciações entre as produzidas pela Coordenação de Segurança da Itaipu e a Segurança Física da UNICON, em períodos distintos da construção da barragem.

Esse conjunto de instrumentalizações, presente nas sindicâncias e recibos de pessoa (Figura 23; 24; e 25) que se materializou na estrutura da Itaipu Binacional e da UNICON, acompanhou, em escala ampla, um modelo esquematizado de instâncias e ritos. Os dominados (na perspectiva da Itaipu, internos) eram consumidos e obrigados a se submeter, além das jornadas de trabalho, a procedimentos que os faziam se adequar àquilo que as equipes dirigentes queriam, ou seja, à submissão primeiramente na produção aos feitores e encarregados. Num segundo momento, à junta formada por seguranças, para esclarecer dúvidas ou culpabilidade em determinados atos, considerados crimes no âmbito do Canteiro de Obras e das áreas residenciais, de forma autônoma e sem a presença das polícias.

Por outro lado, os GS também estavam sujeitos aos recibos e a sindicâncias: As chefias da ASF ou da SFU não hesitavam em abri-las contra seus agentes e puni-los de igual maneira, se assim o caso exigisse. No capítulo anterior desse estudo, ao menos dois desses casos foram destacados, mas sem a análise detalhada e ilustrada com fontes, a qual se fará nesta parte.

Portanto, antes de iniciar os estudos acerca dos papéis produzidos pelas equipes de seguranças como um todo, faz-se necessário abordar os próprios papéis elaborados pelas entidades policiais do Estado, que têm como normativa a apropriação da violência simbólica ou da força no seu sentido mais amplo. Para estas instituições, o uso do recibo de pessoa, por exemplo, faz parte da rotina, igualmente às referências aos inquéritos que, de alguma forma, assemelham-se às sindicâncias produzidas no âmbito do CO. Assim, como veremos a seguir, as Agências de Segurança fizeram uso das mesmas atribuições recorrentes nos órgãos policiais para dinamizar seu aparelho repressor no interior de uma empresa pública.

Analisando por esse viés, as discrepâncias ocorridas no Canteiro de Obras contra os trabalhadores ganharão melhor entendimento e potencializarão ao se entender aquela dinâmica e estrutura como a de uma instituição de cunho total. Em outras palavras, não havia diferenças entre o público e privado: tanto a UNICON quanto a Itaipu se apropriaram dos recibos de pessoa, das sindicâncias e dos inquéritos.

Nesse sentido, os recibos de pessoa terão caráter importante como fonte confirmatória da repressão, pois, em muitos casos, a partir deles se dava a instauração de procedimentos como as sindicâncias ou as transferências de trabalhadores detidos para a Polícia Civil.

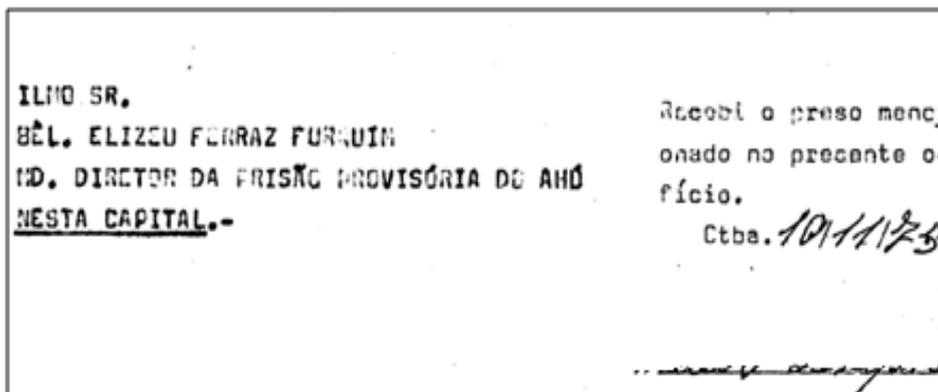
Não foi possível verificar, na documentação até agora estudada, alguma determinação em que o preenchimento e a troca desse recibo fossem regulares. Com efeito, pode-se considerar que, conforme surgiam os problemas internos, os responsáveis pelas duas Agências de Segurança foram obrigados a lançar mão desse documento. Ora, pela lógica, parece que tal recibo era, de fato, uma necessidade. Como alguém, após deter uma pessoa, entrega-a à outra pessoa, sem ter um comprovante dessa ação? Neste caso, o recibo de pessoa era uma forma de se resguardar de qualquer problema que tal prisão poderia gerar como, por exemplo, lesões corporais provenientes de tortura, ou, em última instância, a morte do indivíduo. Assim, após o recebimento e a assinatura do documento, a outra parte passaria a ser responsável pela integridade do indivíduo, dando sentido à coisificação do homem.

Na prática, esse método nunca deixou de ser aplicado nas instituições policiais e nas realizações de troca de indivíduos presos. Àqueles considerados presos políticos que em determinadas épocas foram levados para as prisões, por exemplo, não se aplicavam tais práticas, possivelmente devido à clandestinidade das operações. Este pode ter sido o caso do Deputado Rubens Paiva. Sabe-se que ele foi detido pela repressão, mas como ele foi manejado dentro das repartições consiste em um mistério, pois não se produzia documentos neste tipo de evento, tampouco com este tipo de prisioneiro.

Entretanto, para presos políticos e outros cuja importância não exigia tal rigor e sigilo na sua maneabilidade, os recibos eram trocados normalmente entre as carceragens e departamentos policiais, mais precisamente entre aqueles que recebiam e os que conduziam os internos. No exemplo a seguir (Figura 23), datado de 10 de novembro de 1975, o Delegado do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) da cidade de Curitiba Paraná encaminha um interno, acusado de pertencer ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), para a prisão provisória do AHÚ, localizada na mesma cidade, provavelmente após ser interrogado naquelas dependências do DOPS. De acordo com as palavras do Delegado, no Ofício nº

558/75: “Senhor Diretor: Com o presente, encaminho a Vossa Senhoria o Senhor NEWTON CANDIDO, o qual deverá permanecer preso nesse órgão” (APP<sup>71</sup>, Pasta: 1493b, 175).

**Figura 23:** Recibo de entrega do preso para implantação

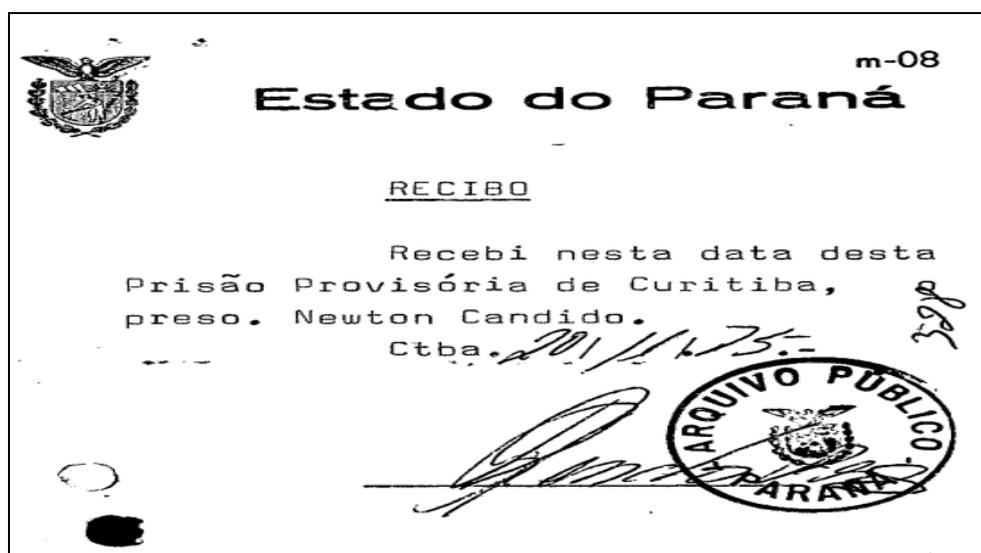


Fonte: APP (*idem*).

Como se tratava de um estabelecimento de prisão provisória, os internos deveriam seguir diversas vezes à Delegacia em questão para serem interrogados, visando instruir o processo, antes de este seguir para as autoridades judiciárias. Tanto que, no dia 20 do mesmo mês (Figura 24), Candido foi retirado da prisão para ser escoltado novamente ao DOPS, mediante autorização da referida Delegacia, conforme o ofício encaminhado pelo Delegado: “Senhor Diretor: Devidamente custodiado pelo portador do presente, solicito a Vossa Senhoria que seja encaminhado a esta Delegacia Especializada o preso NEWTON CANDIDO” (*idem, op.cit*, 179).

<sup>71</sup> Arquivo Público do Paraná.

**Figura 24:** Recibo de entrega de preso: AHÚ



Fonte: APP, *op.cit.*

A cada saída e retorno, gerava-se um novo recibo. No caso em questão, o Carcereiro da Prisão Provisória do AHÚ estava protegido, caso algo viesse a ser cometido contra o interno no trajeto e no provável interrogatório ao qual este provavelmente seria submetido. Numa outra medida, poderia se recusar a assinar o recibo, ou ainda assinar com restrições, se, no retorno do interno Candido, fossem observadas lesões não presentes anteriormente a entrega deste para a escolta.

O exemplo anterior ilustra a ação regular do Estado naquele período. Diferentemente do caso das empresas do Canteiro de Obras de Itaipu, nas quais a entrega do interno (trabalhador) a determinados órgãos policiais, mediante recibo, provavelmente não era precedido de uma devolução deste. Ou seja, não se solicitava a SFI para buscar o trabalhador novamente; assim, o elo era rompido, e a polícia, como já explicitado, não devolveria um preso a uma empresa cuja lógica e sob a ótica policial não era detentora desses protocolos. Neste caso, a demissão do trabalhador era inevitável, tendo em vista as circunstâncias pelas quais se originou o documento: por mínimas que fossem, eram intoleráveis, ou ainda, se fosse apenas para uma averiguação, o trabalhador seguia normalmente à polícia para prestar suas declarações de maneira informal, sem o recibo de pessoa, e sem ser intimado via ofício. Este fato inclusive deixava-o em condição de ausente na frente de trabalho. Nestas situações, não havia a preocupação nem da ASF nem da polícia para a emissão de um comprovante que desoneraria o indivíduo de uma falta no expediente. Pode ser que, no caso específico da

polícia, a falta de emissão de recibos estivesse ligada aos problemas de extorsão ou tortura, por exemplo, o “termo de queixa”, produzido em 26 de fevereiro de 1979 (CDI 9188F 1099).

No termo de queixa, apresentado em 1979 à SFI por um empregado da UNICON, está presente essa orientação criminosa de alguns agentes de polícia. No relatório, elaborado com quatro tópicos, o empregado da UNICON, além de se declarar vítima, aponta outro funcionário da UNICON que, ao ser preso pela Segurança Física de Itaipu por tentativa de homicídio a seu vizinho na Vila “C”, teria sido liberado após pagar uma quantia de Cr\$ 3.000,00, à época, aos policiais da 6ª Sub Divisão Policial de Foz do Iguaçu, Paraná (*idem*).

Havia a ligação estreita entre a polícia e a SFI, mas a admissão de funcionários da Usina da Itaipu na Delegacia, mesmo não sendo um caso da esfera policial, pode estar ligada aos fatores apresentados anteriormente. Ao que parece, não havia uma triagem, e a condução à polícia funcionava como válvula de escape para a resolução de alguns conflitos internos. Por exemplo, no dia 10 de abril de 1981 (Figura 25), um trabalhador da Itamon foi conduzido à Delegacia de Polícia, e a descrição do motivo da prisão expressa que ele “tentou se jogar-se debaixo dos veículos que passavam na Barreira de Controle, às 00:00 hora de hoje: Motivo: Falecimento da mãe (*sic*)” (CDI 9191F 0066). E quanto às condições físicas do preso descritas no recibo de pessoa na hora da entrega à Delegacia, o Guarda de Segurança afirmava que estavam “normais” (*idem*).

Figura 25: Recibo de Pessoa-ASF/ME

 ITAIPU BINACIONAL 9191F 0066  
DIRETORIA GERAL  
ASSESSORIA DE SEGURANÇA FÍSICA  
COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA

RECIBO DE PESSOA

RECEBI DA COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA/ME, DA ITAIPU BINACIONAL, A PESSOA ABAIXO ESPECIFICADA:

NOME: \_\_\_\_\_  
NACIONALIDADE: BRASILEIRA FIRMA: ITAMON  
FUNÇÃO: AUX. SOLD. DM034 CRACHÁ: 132  
IDENTIDADE: \_\_\_\_\_ OUTROS DOC: CNH  
OCORRÊNCIA: TENTOU JOGAR-SE DEBAIXO DOS VEICULOS QUE PASSAVAM NA BARREIRA DE CONTROLE, ÀS 00:00 HORA DE HOJE.  
MOTIVO: FALECIMENTO DE SUA MÃE.

OBJETOS PESSOAIS QUE ACOMPANHAM: R\$ 406,00 (QUATRO CENTOS E SEIS CRUZEIROS) - UMA CORRENTINHA DE OURO.  
CONDIÇÕES FÍSICAS: NORMAIS

CONDUTOR: GSC  
ORÇAO A QUEM FOI ENTREGUE: DEL. POL. CIVIL F1  
DATA: 10/04/81 HORAS: 00:30

ASSINATURA DO RECEBEDOR: \_\_\_\_\_  
Odair Vitor da Silva 00082  
(NOME LEGÍVEL - FUNÇÃO)  
Agente.

Fonte: op.cit, 0066.

A despeito disso, muitos trabalhadores moravam nos alojamentos, ausentes de suas famílias, e os contatos eram por meio de cartas e, de forma mais difícil, por telefonema. Deste modo, a Segurança Física estava diariamente diante dessas dificuldades, mas não tinha suporte, tampouco equipe especializada para tratar desse tipo de problema relacionado aos surtos dos quais eram acometidos os trabalhadores. Eram fatores que, de certa maneira, contribuíam para se pensar os casos de acidentes de trabalho e de outros problemas relacionados às reações midiáticas dos internos. Em outras palavras, para tentar resolver esse tipo de problema, as equipes diretivas contavam com a intervenção imediatista do Capitão Ciryaco. Porém, com a mesma visão militarizada de mundo, tanto que, na elaboração do

relatório sobre o ocorrido o Fiscal de Segurança, ele acrescenta que “não tendo parentes em Foz do Iguaçu, sendo Alojado, e por não existir meio de contê-lo, foi encaminhado à Delegacia de Polícia Civil de Foz do Iguaçu para a sua própria segurança” (*idem*, 0065). Estabelecer um critério, relacionando polícia e segurança na época em questão, seria demasiadamente insatisfatório. Assim como os Guardas de Segurança da Itaipu entenderam o caso como sendo de polícia, a polícia poderia entendê-lo como sendo de segurança pública e dispensar o mesmo atendimento dado aos presos que cometiam crimes comuns.

Parte-se, aqui, do pressuposto de que a troca de recibos entre as Agências de Segurança era uma prática ilegítima, se levarmos em consideração a significação desses procedimentos pelos órgãos envolvidos diretamente com a segurança pública. As agências UNICON e ASF não tinham atribuições oficiais de emissão destes documentos e troca de presos internamente. Neste sentido, mesmo que a legislação não desse às Agências de Segurança o poder de polícia, no Canteiro de Obras elas exerciam tal poder.

Dessa forma, o recibo funcionava apenas para resguardar quem entregou e quem recebeu o interno; e como ocorria no DOPS, a integridade do indivíduo supostamente criminoso era passada de instituição para instituição. Com efeito, nestas circunstâncias, pensando em Canteiro de Obras, fica caracterizada a presença da arbitrariedade disposta nos seguintes termos: uma coisa seria a entrega do suspeito à polícia, e exigir dela um recibo; a outra seria a entrega e o manejo deste suspeito entre as agências (UNICON e ASF), mantendo-os detidos, a fim de se apurar problemas internos, por meio de sindicâncias, como veremos mais adiante.

Embora o período fosse de exceção, a Constituição de 1967, que vigorou até 1988, no Capítulo IV, Inciso 12, explica que “ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita da autoridade competente. (...) A prisão ou detenção de qualquer pessoa será imediatamente comunicada ao Juiz competente, que a relaxará, se não for legal” (CF, 1967, p. 405). A autonomia e responsabilidade de inquirir e produzir inquéritos era da Polícia Judiciária, dentro de regularidade e pressupostos da lei. Seguindo esta perspectiva, se alguém fosse surpreendido em flagrante delito no Canteiro de Obras (CO), este deveria ser entregue à autoridade, com a queixa para que esta produzisse as provas a serem encaminhadas ao judiciário, que seria notificado sobre a prisão. Isto em tese, pois o que se observava, no entanto, era uma repetida tomada de posição das agências, que, em tais aspectos, faziam o

papel de Polícia Judiciária<sup>72</sup> no âmbito interno e externo do complexo, sendo que o recibo de pessoa dava sustentabilidade a todas essas características repressoras autônomas.

Mas, como se sustentou, por tanto tempo, essa autonomia das Agências de Segurança com um aval implícito das outras autoridades da área de segurança? Uma das hipóteses pensadas seria o próprio efetivo das agências em relação ao efetivo da Polícia Militar. Num determinado momento, só a Segurança Física da UNICON tinha, no seu efetivo, uma quantidade duas vezes maior que a Polícia Militar que, durante os anos de 1975 a 1984, contava com, aproximadamente, 140 policiais<sup>73</sup> para atender à demanda cada vez mais crescente de habitantes. A outra hipótese seria a formação e a capacitação desses agentes, contrapondo-se à formação da força policial vigente no município. Enquanto para ser agente de segurança, no Canteiro de Obras, exigia-se uma série de requisitos, a polícia carecia de efetivo e sua manutenção de quadro acontecia por meio de concursos que atendiam apenas a necessidades básicas. Isso, pelo que vimos no Primeiro Capítulo, não era uma característica endossada pelos generais que compuseram o estatuto e a Resolução da ASF. Neste documento, os critérios de contratação eram para atender a uma demanda diferenciada daquelas enfrentadas pelas polícias no cotidiano das cidades. No Canteiro de Obras, lidava-se com problemas de toda ordem, e ainda havia a preocupação de que, por mais que os trabalhadores fossem criminosos ou cometessem algum crime, estes tinham uma Carteira de Trabalho e estavam vinculados à construção de Itaipu. Além disso, esta empresa era regida por protocolos internacionais, daí a necessidade de certos mecanismos de controle que eram legais, mas que uso destes, na Itaipu Binacional, causava um choque com a Constituição Federal de 1967: os mecanismos atendiam as suas necessidades no sentido de torná-la autônoma e gerenciar as contradições internas. A Determinação assinada em junho de 1979 pelo General José Costa Cavalcanti chancela essa autonomia pela qual se chamou atenção.

Esse documento tinha a finalidade de instruir a SFI no sentido de melhorar a atuação policial, além de reafirmar quais seriam as atribuições da mesma nas áreas residenciais da Margem Esquerda (ME). Esta determinação é importante, pois, por meio dela, é possível visualizar, por exemplo, a mesma atuação a ser empregada na parte interna, ou seja, no Canteiro de Obras. Na determinação proposta pelo General Costa Cavalcanti, está escrito que

---

<sup>72</sup> Esse assunto será retomado quando da análise de um estupro, ocorrido no Conjunto Habitacional “B”, do qual foram vítimas duas empregadas domésticas, uma com 14 anos e a outra, com 24 anos. As domésticas foram violentadas por filhos de pessoas influentes. Por isso, o caso não foi encaminhado, segundo eles, à apreciação da Polícia Civil de Foz do Iguaçu.

<sup>73</sup> Informações obtidas pelo Sistema Integrado para Gestão de Ouvidorias: Controladoria Geral do Estado do Paraná. Solicitada em 02 de fevereiro de 2015 pelo pesquisador.

era da competência da SFI, além do controle do trabalhador e da família deste, estabelecer ainda que, implicitamente, um vínculo institucional com as demais polícias para fazer valer o controle a que o general determinava. Neste sentido, os três itens principais do documento elaborado em junho de 1979 estabelecem que a Segurança Física deveria, quando em serviço nas vilas residenciais e suas imediações:

- 1-Identificar todas as pessoas não moradoras dos Conjuntos que desejarem ingressar nos mesmos: (...)
- 4-Recolher a Delegacia de Polícia de Foz do Iguaçu pessoas que perturbem a ordem e o sossego público, especialmente após às 22:00 horas.
- 5-Fiscalizar o cumprimento da lei na venda e consumo de bebidas alcoólicas a menores, bem como qualquer atentado à moral e aos bons costumes, recolhendo os infratores à Polícia Civil (SIC) (CDI 9191F 1377).

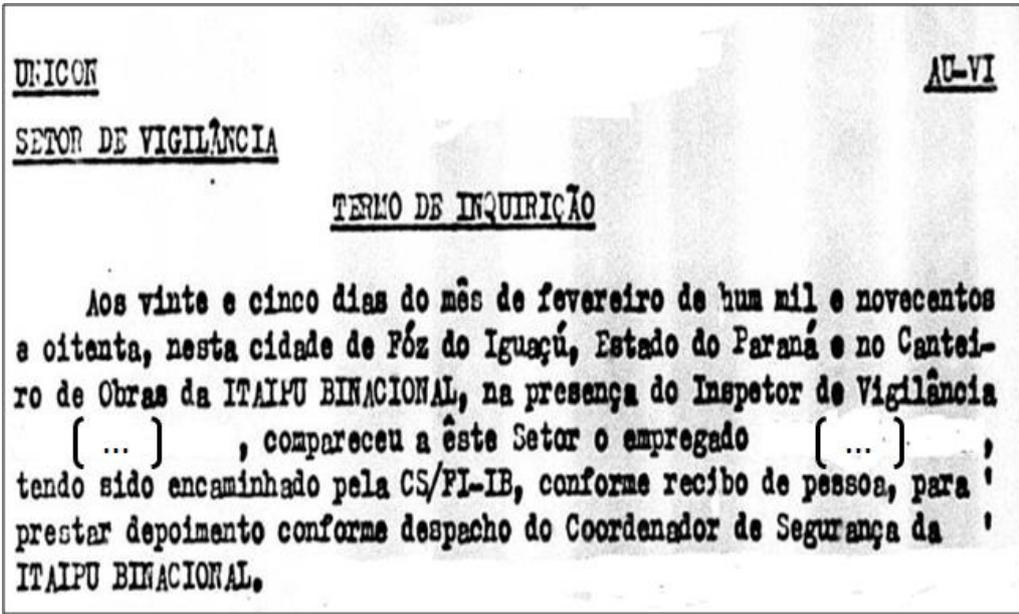
Seria bem provável que esse documento também fora encaminhado aos outros órgãos de segurança, a fim de deixá-los cientes dessa normatização e por que não dizer do poder de polícia encampado pela SFI naquele momento. Eram esses tipos de determinação que sustentavam as prisões, as sindicâncias e os recibos de pessoa em todo o âmbito do projeto de Itaipu? Parece que sim, porém, na área interna, ainda se demandavam outros protocolos que alinhassem o trabalhador, os GS e os altos escalões diretivos àquele universo.

O estudo de uma sindicância, elaborada no início da década de 1980, que fora repassada à Segurança Física da UNICON pela Segurança Física da Itaipu, traz todos os elementos pontuados anteriormente. Trata-se da desarticulação de uma suposta quadrilha de funcionários, na sua maioria, que furtavam cobre (metal) para depois revender nas empresas de sucatas da cidade de Foz do Iguaçu. Para a análise do caso, foi eleito um dos trabalhadores suspeitos e incluso na lista de depoentes, devido ao fato de ele não ter sido convidado, mas conduzido e entregue à SFU pela SFI, após a troca de recibos. Numa situação análoga, seria o mesmo que policiais militares, após denúncia ou durante as rondas, surpreenderem uma quadrilha de ladrões e conduzi-los à Polícia Civil para a lavratura do auto de prisão em flagrante. As polícias militares, cujo policiamento consiste no modelo ostensivo, prendem, mas não realizam inquéritos, daí o encaminhamento à outra esfera policial. Assim, entre as agências, os internos eram trocados de acordo com o tipo de apurações a se realizar, como no caso exemplificado.

Na abertura da sindicância apresentada, o documento inquisitório feito na UNICON apresenta algumas distorções acerca do termo “compareceu”. Entende-se por este termo que o trabalhador teria comparecido, de livre e espontânea vontade. Contudo, em seguida, o

documento afirma que o mesmo teria sido encaminhado e entregue por meio de um recibo, conforme apresentado a seguir na Figura 26. Ora, onde estava o trabalhador no ato da detenção? Independentemente do resultado da sindicância, vale ressaltar, aqui, a burocracia e as possíveis ilegalidades dessas autuações. Nestes termos, podem-se notar a coesão e a compactuação com a finalidade de impor um aparto repressor, por meio de maneiras e conveniências, atuando em outra dimensão jurídica, notadamente avalizadas pelos diretores.

**Figura 26:** Termo de Abertura de Sindicância – SFU em 1980



UNICOR AU-VI

SETOR DE VIGILÂNCIA

TERMO DE INQUIRIÇÃO

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de hum mil e novecentos e oitenta, nesta cidade de Fóz do Iguaçú, Estado do Paraná e no Canteiro de Obras da ITAIPU BINACIONAL, na presença do Inspetor de Vigilância [ ... ], compareceu a êste Setor o empregado [ ... ], tendo sido encaminhado pela CS/FL-IB, conforme recibo de pessoa, para prestar depoimento conforme despacho do Coordenador de Segurança da ITAIPU BINACIONAL.

Fonte: CDI 9188F 1828.

No decorrer do interrogatório ao qual foi submetido esse trabalhador, e assistido somente por funcionários do setor de segurança, que também serviram de testemunhas, apareceram algumas contradições sugestivas das coações ou tortura, as quais fizeram com que estes mudassem suas declarações. Demonstra-se, de forma aparente, que o depoimento foi encerrado, sendo tomadas as assinaturas dos presentes e depois retomado, já de início, tendo o suspeito aceitado as acusações a ele imputadas. Isto fica evidenciado no detalhamento presente no segundo depoimento, no qual, de forma sintética, o acusado apresenta todos os dados do produto furtado, negado anteriormente, e com quem negociava este. Outra parte importante consiste na delação dos outros companheiros, o que não é esperado numa ação de quadrilha, como em uma das perguntas formuladas pelo sindicante:

Perguntado quem recebia do outro lado da cêrca, respondeu que era JOÃO com o seu carro marca Dodge 1800, ou então era o DAGOBERTO, com o veículo marca Opala. Perguntado para quem vendia, respondeu que vendia no dia seguinte no Ferro Velho, na Vila Iolanda, a um tal de Luiz (...). Perguntado a que preço vendia o cobre, respondeu que Cr\$ 35,00 sujo, e Cr\$ 45, 00 limpo. Perguntado quem é o chefe das operações, respondeu que era o feitor DAGOBERTO (*idem, op.cit*).

Entretanto, o mesmo ocorre também em situações quando se observa um acordo entre as partes, como uma espécie de delação premiada, sendo que o acordo deverá estar presente na redação do interrogatório. Num caso de sindicância para apurar o porte ilegal de arma de fogo por um vigilante da SFU, o escrivão da SFI declara que “antes do encerramento de seu depoimento, o vigilante (...), perguntou se teria garantias caso relatasse a verdade, pois o que acabara de dizer não era verdadeiro. Dada a garantia, o vigilante (...) prestou novo depoimento” (CDI 9188F 1049). Diferentemente do primeiro caso, do furto de cobre realizado pelo operário, neste segundo caso houve um acordo, provavelmente sem violência física direta. Isto pode ter ocorrido devido à relação profissional, isto é, os envolvidos, embora sendo de empresas diferentes, pertenciam ao mesmo esquema de repressão e controle.

No primeiro caso, parece ter havido uma pressão para que o inquirido confessasse a participação no fato criminoso. contrariamente ao segundo caso, no qual a mesma garantia para não ser penalizado não foi mencionada. Desta forma, no encerramento do interrogatório constante na folha 2, o sindicante conclui: “E como nada mais disse e nem lhe foi perguntado deu-se por finda a presente inquirição, que depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo depoente, pelo Inspetor de Vigilância encarregado da Sindicância e por mim (...) que datilografei” (*idem, 9188F 1828*). Em seguida, em uma nova folha, o escrivão acrescenta: “Continuação da declaração de (...)” (*op.cit*). “Perguntado se está realmente implicado no furto de fios de cobre, respondeu que sim. Perguntado se nesta noite participou juntamente com (...), na tentativa de furto de material, respondeu que sim, que tudo o que tinha declarado anteriormente não é verdade” (*op.cit*). Em termos gerais, o trabalhador estava concordando com sua entrega para a Polícia Civil, por meio de provável tortura física e psicológica, e com a sua demissão sumária por justa causa. Neste caso, vale questionar o seguinte: quais fatos ocorreram ali no escritório do serviço secreto da UNICON, no período entre o término da primeira parte da inquirição e o início da segunda parte? Por que o inquirido, no primeiro, apresentou resistência em delatar os companheiros, bem como a negativa de participação no evento criminoso e, de forma abrupta, expressa no documento, passou a fazê-lo na segunda parte?

Essa prática de tomada de depoimento a que se apropriaram as Agências de Segurança tinha, nas suas características, o que havia nos organismos policiais e militares. Os responsáveis pelos interrogatórios, na maioria dos casos, tinham qualificações e conhecimentos prévios, adquiridos nas Forças Armadas. Este era um diferencial que dava validade para o que se produzia em termos de interrogatórios na área do Canteiro de Obras, a exemplo deste apresentado anteriormente.

Os mais duros interrogatórios para aqueles que eram considerados criminosos políticos, noção tão em voga na época, também se estendiam aos trabalhadores e a outros que afrontassem o processo de institucionalização do espaço da barragem. Num trecho da reportagem inaugural do Jornal Nosso Tempo, em 1980, o Jornalista Juvêncio Mazzarollo afirma:

As autoridades policiais já se convenceram de que são incapazes de investigar com sucesso sem torturar e querem confissões a qualquer preço, sejam elas verdadeiras ou fabricadas na hora pelo torturado. Munidos dessas informações, dão o seu trabalho por bem sucedido. É a demonstração final da burrice, da maldade e desonestidade dos aparelhos de segurança (EDIÇÃO 1ª, de 03 a 10 de dez. de 1980, p.3).

As análises junto aos recibos de pessoas e as prisões de trabalhadores durante a construção de Itaipu demonstram que houve também momentos em que a instituição do corporativismo se assentou principalmente nas esferas da Itaipu. Nem sempre o retratado no recibo condizia com a realidade de entrega do interno à outra força policial. Neste caso, ou se tinha total certeza da impunidade, ou, na hora de assinar o documento, não se dava a devida importância para a melhor verificação dos aspectos do indivíduo detido. Em termos concretos, após o recebimento, não há a menor possibilidade de imputar culpa àqueles que entregaram, ou algo que talvez tenha passado despercebido. A ocorrência publicada no dia 11 de abril de 1978 exemplifica bem esta observação:

**Do:** Fiscal do Grupo “C”

**Ao:** Coordenador de Segurança/FI.

**Assunto:** Funcionário brasileiro detido pela ASI-PY<sup>74</sup>

No Ancoradouro-ME, às 20h e 20min, recebi do funcionário da ASI-PY, o Sr. (...), ajudante de carpintaria da Montreal, (...) em virtude de ser detido na Guarita de acesso ao CO-MD<sup>75</sup>, por estar embriagado e haver promovido desordens. (...) Ao chegar na CS, o Sr. (...) disse que os GS do PY haviam agredido-o com cassetete, atingindo seu pulso direito, bem como já não

---

<sup>74</sup> Assessoria de Segurança e Informações – Paraguai.

<sup>75</sup> Canteiro de Obras: Margem Direita.

podia movimentar a mão, sendo então conduzido ao Ambulatório Médico (...) (CDI 9182F 0076, grifo meu).

Houve, por parte do Guarda de Segurança que recebeu o trabalhador preso no Paraguai, uma possível desatenção. Faz parte da rotina, nos órgãos policiais, principalmente nos presídios, a realização de um breve interrogatório junto ao preso, anteriormente à assinatura do recibo, o que não significa que, na Itaipu, também ocorresse esse procedimento como regra, entretanto a existência do recibo induz a isto. Este antecede a visualização de âmbito físico e serve para que o interno, por meio das próprias palavras, esclareça se foi ou não molestado ou torturado. Consiste numa parte importante, sobretudo porque antecede a assinatura do recibo e a liberação daqueles que, até então, estavam responsáveis pela sua guarda. Neste caso, observa-se que, na própria ocorrência elaborada pelos GS, foi assumido o risco, retirando a culpabilidade dos Guardas de Segurança da Itaipu-MD, no ato da assinatura do recibo (ver Figura 27, Seta 2). Em uma palavra, a culpa poderia ser imputada aos Guardas que o receberam, sem notar os ferimentos que o detido em questão apresentava, quando não observaram o quesito que declarava as “Condiciones físicas del remitido” de normal (ver Figura 27, seta 2) (*idem*, 0077). Neste e noutros casos de troca de recibo de pessoa, a coisificação do trabalhador aparece de maneira análoga ao mundo dos negócios, no qual, para a empresa, o recibo é parte fundamental para a execução de uma determinada transação de mercadoria.

Dessa forma, pode ser que variáveis relativas à humanidade das pessoas não tivessem sido observadas, pois o foco era apenas o documento em si. Voltamos a frisar: na prisão, o interno encontra-se com seus direitos limitados, ele (o interno), quando na prisão, sua integridade passa a ser de responsabilidade do Estado, assim também quando a polícia dá a voz de prisão a um indivíduo. De certa forma, a emissão do recibo de pessoa pelos Guardas de Segurança criava uma situação peculiar, pois, nos momentos em que o recibo estaria vigente, as normas trabalhistas às quais o operário estaria sujeito ficariam dispostas em um precipício. Neste caso, tinha-se não um trabalhador, “mas um suspeito” passivo a seguir para o mundo dos criminosos.

Figura 27: Nota de remision<sup>76</sup>- ASI-PY

**ITAIPU BINACIONAL** 9182F 0077

JEFATURA DE SEGURIDAD ITAIPU S.D.

NOTA DE REMISION

FECHA: 11-10-1988 HORA: 19:00

Remito conducido por el funcionario: Juan Miguel Fontana e Cincero Ruiz al Señor: Enrique Jose de Oliveira de Nacionalidad: Brasileño funcionario de: Montreal que se desempeña en el cargo de Ayudante de Carpinteria según tarjeta de identidad N°: 737, por haber estado de ebriedad, Obstruciendo todos trabajos en la casita Acceso "Cowari".

Se adjunta: 1 placueta de identidad

Condiciones físicas del remitido: Normal

Recibí conforme: [Firma]

FECHA: 11/10/88 HORA: 20:20

Funcionario: [Firma] G. S. I. - M. I.

1 ←

2 ←

3 →

Fonte: *idem*, 9182F 0077.

Diante disso, a análise da prisão do operário brasileiro será realizada por meio das observações numeradas e presentes no documento supracitado. Conforme apresentado, os

<sup>76</sup>No Paraguai, o *recibo de pessoa* ganhava a denominação “Nota de Encaminhamento”, mas em nada diferenciava daqueles produzidos pelas Agências de Segurança brasileiras.

dois tipos de recibos de pessoa (do Presídio do AHÚ, ASF-ME e da ASI-MD) são próprios de instituições reguladoras, em que a presença e os possíveis deslocamentos do interno necessitavam ser documentados, tais como se fosse um preso comum.

Ocorre que, nos setores policiais, ditatoriais ou não, o indivíduo encontra-se com seus direitos civis, em grande medida, restritos. Embora com os mesmos propósitos, os dois modelos de recibo apresentados tinham características diferenciadas. Frisou-se, anteriormente, que não haveria possibilidades de o interno detido no Paraguai ser novamente disponibilizado para um interrogatório naquela chefia de segurança da Itaipu-MD. Não era este o fundamento do recibo, conforme exemplificado, tendo como base os presos que circulavam no âmbito do DOPS. O que há de fundamental, nesta análise, é a troca de notas e o teor do cabeçalho do referido documento, o qual será analisado em seguida.

Foi explicitado, no caso do trabalhador brasileiro preso no Paraguai e entregue aos GS no Brasil, que houve dois momentos numa mesma ocorrência que gerou dois documentos de recibo. Desta forma, apresentou-se, primeiramente, o recebimento do preso pela segurança da Itaipu-ME (Figura 27) e, posteriormente, na ocorrência, CDI 9182F 0076, a reclamação de tortura, ou agressões sofridas no ato da prisão pela equipe dirigente de segurança. No segundo momento, apresentou-se a íntegra do documento que foi assinado e devolvido aos Guardas de Segurança paraguaios, afirmando que as condições do preso em questão estariam “normais” (Ver Figura 27, seta 2). Por meio dos documentos, pode-se pensar que houve posterior agressão ao trabalhador por GS brasileiros. Se esta reclamação fosse feita em uma instituição penal, não haveria sentido, pois o recebedor arcaria com o ônus da culpa. Afinal, o documento tem o objetivo de “inocentar o condutor e o recebedor do preso”, prevenindo-os de futuras reclamações. No caso da ocorrência citada, o recebedor brasileiro não atentou para os ferimentos, ou estes ferimentos foram ocasionados posteriormente. O GS paraguaio não poderia ser acusado de tortura, conforme a ocorrência (*idem*,0076). À luz da lógica desses documentos, a reclamação e a queixa aberta, segundo a qual o trabalhador havia sofrido agressões no Paraguai, não poderia proceder, caso fosse para produzir provas contra a ASI-MD.

Ainda sobre os encaminhamentos envolvendo os trabalhadores da barragem, é importante salientar, com base nas próprias ocorrências, que não havia o envolvimento das instituições policiais em casos que pareciam óbvios essa ação. Embora se estude o caso do complexo da Itaipu Binacional como uma organização administrativa, que, aos moldes de uma instituição privada, baseada em normas e controles que objetiva o alcance de metas,

existem casos de crime, por exemplo, que não podem ser dissociados da burocracia e das normas do Estado.

Nesse caso, mesmo tendo o controle institucional, as atividades diárias do indivíduo não podem fugir de alguns estatutos obrigatórios em determinadas circunstâncias. Existem encaminhamentos que, mesmo próprios de uma instituição total, necessitam de regulamentação de outros núcleos, a fim de que as autoridades judiciárias possam ter subsídios necessários para analisar a culpabilidade ou a inocência dos envolvidos em ocorrências no manejo com os internos. Entretanto, parece que, na Itaipu, não havia a observação dessa questão. Aparecem, nos casos apresentados até aqui, a monopolização de algumas questões administrativas que impulsionava a Itaipu para um grau maior de fechamento em relação ao mundo exterior, incentivando a ocultação de determinados crimes praticados pelos seus agentes. Desta perspectiva, pode ser considerado o não encaminhamento do trabalhador que sofreu agressão no Paraguai para o Instituto Médico Legal para um exame, mas, sim, para o ambulatório da própria empresa, conforme a “ocorrência de 11 de abril de 1978” (*op.cit*). Naquele contexto, havia divergências que custavam a ser digeridas pelos agentes, quando estes se deparavam com tais situações e exigiam a emissão de laudos dos serviços médicos.

Em 12 de setembro de 1977 um trabalhador, que prestava serviço como motorista nas escavações se desentendeu com seu feitor, provocando no mesmo uma reação inesperada. Devido à complexidade do caso, ele será retomado no Terceiro Capítulo desse estudo. No entanto, menciona-se o ocorrido brevemente aqui neste capítulo, em virtude da acepção do caso pelo médico de plantão, quando da exigência de um laudo de lesões corporais. Neste sentido, sobre a ocorrência de desentendimento entre feitor e interno, o Inspetor de Segurança informa ao Coordenador de Segurança que:

(...) ainda no decorrer do tiroteio recebi ferimento superficial no antebraço direito produzido pelos disparos do infrator, (...), em seguida fui medicado no Ambulatório da UNICON pelo Dr. (...) levando três pontos no antebraço direito, em conversação mantido com o citado Médico sobre a possibilidade do mesmo fornecer à Delegacia de Polícia Civil o Laudo de Exames de Lesões Corporais, o mesmo me respondeu em tom de ironia: como é que você tem certeza que foi projétil, vai ver que você caiu ou feriu-se em outro lugar (...) (Arquivo: SSF<sup>77</sup>, COMUNICAÇÃO, 002/77).

---

<sup>77</sup> Superintendência de Segurança Física. Acesso: 2013. Esta ocorrência será analisada no IV Capítulo dessa Dissertação.

O médico plantonista, nesse caso, restringiu-se às suas atribuições, declarando não poder fazer o trabalho de um médico legista, que seria a emissão de laudos desta natureza. Como alguém poderia assinar algo, sem conhecimento, afirmando que a lesão foi provocada por um projétil? Ou ainda, sem ter o relato detalhado, inclusive do autor dos disparos? Geralmente, o perito policial exerce a atribuição de ir a campo e colher os dados, justificando-se, assim, a dúvida e a recusa do plantonista. Outros fatos, os quais exigiam a presença de um perito policial para fazer o relatório detalhado a ser encaminhado para o judiciário, foram resolvidos pelas agências no próprio Canteiro de Obras<sup>78</sup>.

Considerando os eventos analisados até aqui, as circunstâncias imprevisíveis contribuíram nos casos em que profissionais de saúde emitissem laudos que suprimiram a verdade, atendendo aos interesses das Seguranças Físicas presentes no Canteiro de Obras ou simplesmente relatando o que a eles foi informado. Era do interesse da instituição que desentendimentos, tal como este, não saíssem daquela esfera: afinal havia uma imagem a ser mantida naquelas circunstâncias.

Assim, no Canteiro de Obras, novos mecanismos de controle foram criados, mas alguns apenas foram copiados e aprimorados dos existentes na esfera civil, a fim de atender à demanda que se mostrou complexa e talvez não pensada pelos gestores. Para a Segurança Física, conforme o relatório produzido pelo GS ferido, o Ambulatório Médico seria uma espécie de Instituto Médico Legal (IML) que ensejava a obrigatoriedade de emissão de laudos. Provavelmente, alguns laudos apenas eram ratificados pelo IML, por isso a insistência em sair do Canteiro de Obras, com este documento devidamente preenchido.

As normatizações, presente nos espaços sociais, existem para que o homem, no desenvolvimento de suas relações, saiba até onde vão seus limites. Logo, os recibos, as prisões e os laudos ocorriam num espaço e momento em que houve esta necessidade de dar àquelas equipes diretivas a autonomia, para, quem sabe, gerenciar os conflitos internos e, ao mesmo tempo, manterem-se em situação harmônica com as outras esferas públicas. No intramuros do Canteiro de Obras, além da manutenção da ordem, ainda havia os problemas relacionados ao trabalho; neste caso, era como se fosse uma cidade atípica em relação às demais, necessitando de automações e engendramentos para dinamizar o projeto que estava em curso.

Essa conjuntura não tirava as características de “Instituição Total” do complexo industrial que se montou para construir a Itaipu; pelo contrário, potencializava-as à medida

---

<sup>78</sup> Tais aspectos serão demonstrados mais detidamente no próximo tópico deste estudo.

que as normas existentes nas esferas civis eram dinamizadas neste espaço, isto é, um aperfeiçoamento da burocracia estatal, em virtude da capacidade de gerenciamento e da autonomia diante de outros organismos externos. Os interrogatórios demonstram essa capacidade de organização.

Assim, os recibos de pessoa e outros mecanismos fizeram parte da dinâmica operacional das Agências de Segurança. A emissão destes sustentava o caráter policial e controlador que se estabeleceu tempos depois da publicação da Resolução 59 de 1974, a qual foi detalhada no Primeiro Capítulo deste estudo. Quando as sindicâncias eram associadas aos recibos, geralmente o fato tinha ganhado repercussão pública e seu caráter confidencial era inexistente nos documentos. Por outro lado, observaram-se encaminhamentos contrários ao que previa a lei, ou seja, casos típicos da alçada criminal, mas que seguiam nas esferas da Itaipu Binacional, a fim de preservar a imagem que se buscava construir sobre a Itaipu e sobre a construção da mesma.

## 2.2 AGRESSÕES, PRISÕES E OUTRAS SINDICÂNCIAS

*O que eu falei foi o que vivi. Eu tive muito trabalho durante a construção dessa grande obra. Me arrependo muitas vezes de atitudes que tomei contra os barrageiros, mas que era obrigado pela chefia. Eram ordens que eu deveria cumprir. E demais eu peço perdão aos barrageiros que eu prejudiquei, e espero que eles me perdoem porque, na época, a gente, como menino novo ainda, saído do exército, feito uma lavagem cerebral lá no exército e posteriormente pelos coronéis que vieram do exército, talvez eu pequei sem querer.*

(BETO, 2012)

A produção documental acerca das ocorrências no Canteiro de Obras e nas vilas residenciais assume, neste estudo, importante dimensão por dois motivos: primeiramente, porque estes documentos consistem em fontes materializadas das características principais dos agentes da Ditadura, no interior do Canteiro de Obras. E, em segundo lugar, devido ao fato de os documentos expressarem a “dupla mortificação do eu” (GOFFMAN, 2013) do trabalhador, por meio da superexposição a interrogatórios e a intimações.

Por meio dos documentos, pode-se sugerir que a produção de declarações nos interrogatórios era realizada por meio da força coercitiva. O homem barrageiro, ou qualquer

outra pessoa, sabia que o resultado era a própria demissão, se funcionário da empresa. Contudo, contribuía com os sindicantes da mesma maneira que seria obrigado a colaborar com a polícia, fora do Canteiro de Obras, por meio das intimações.

As contradições internas no Canteiro de Obras se estendiam, para o trabalhador, até a residência e família deste. As três vilas residenciais da Itaipu-ME tinham diferentes populações e peculiaridades. A Vila “C”, além de ser onde residia a grande massa de trabalhadores, servia de lugar para agenciamentos de empregadas domésticas que serviam às Vilas “A” e “B”. Esta característica pode estar associada a um fator básico: as equipes diretivas superiores sabiam das necessidades dos trabalhadores das categorias mais baixas. Assim, a busca por empregadas domésticas, nessas regiões, associava-se “ao baixo nível cultural” dos moradores, conforme assinalou, certa vez, um Fiscal de Segurança, ao se referir aos intensos problemas entre os moradores do Conjunto “C” (CDI 9188F 2041).

Mesmo assim, não pode ser afirmado que todas as empregadas domésticas que se envolveram em problemas nas vilas tenham sua origem tão somente nas famílias dos trabalhadores da Usina. Havia outros bairros pobres e com disponibilidade dessa mão de obra. O que difere os dois segmentos é a dominação proveniente do Canteiro de Obras, isto é, o chefe de família, de forma natural, submetia-se ao engenheiro, ao encarregado e ao Feitor. De forma semelhante, se por ventura sua filha ou esposa fosse também empregada na residência destes, haveria a extensão da dominação que poderia, em caso de ruptura, causar prejuízos no campo profissional, refletindo no interior do Canteiro de Obras. Por outro lado, desta mesma perspectiva, utilizando-se das apurações e sindicâncias, as equipes diretivas atenuavam a participação em crimes graves por parte dos moradores dos campos e grupos mais abastados.

Pode-se, dessa forma, considerar que o prestígio era parte fundamental para a manutenção dos empregos, os quais eram destinados prioritariamente àqueles que faziam parte das equipes diretivas superiores. Seria mais fácil punir um motorista, com a demissão, do que um chefe de departamento. Por vezes, a mesma punição tinha formas diferentes de abordagem. Com efeito, isto causava incômodo até naqueles que, ao produzir seus relatórios, viam-nos em momentos seguintes, sem a aplicação das punições pelas quais desejavam. Em 2 de novembro de 1981, o Coronel Sidney Zanon Machado, decepcionado com a solução dada ao caso de engenheiros que frequentemente ultrapassavam os limites de velocidade no Canteiro de Obras, faz o seguinte comentário no memorando enviado ao Superintendente de Obras, Rubens Vianna de Andrade:

Em cumprimento ao item X do Art. 2º, do Capítulo II, do Regimento Interno desta Coordenação de Segurança, remeto a V.Sa. o constante do anexo, referente a excesso de velocidade na Rodovia de Acesso pelos Sr. (...) (7ª. vez<sup>79</sup>) e (...) (3ª. vez), o primeiro contumaz reincidente, como se verifica pela relação das infrações anteriores. Considerando-se que há poucos dias um motorista da UNICON, Sr. (...), foi sumariamente demitido por ter cometido apenas a primeira infração, parece-nos, que nos critérios adotados para um e outro caso, ressalta o excesso de rigor neste último (CDI 9192F 0718).

Intensificavam-se as fiscalizações por parte dos GS, principalmente aos internos, pois, para estes, não havia recurso às sentenças administrativas. No entanto, mesmo sabendo que não poderiam afrontar as equipes da superintendência, os GS o faziam. Desta forma, mostravam seu descontentamento como membros de maior *status* das equipes diretivas. Ao reclamar da postura de dois engenheiros, quando parados para fiscalização, o mesmo Coronel Zanon acrescenta que estes “julgam que os guardas têm obrigação de conhecê-los, identificando-se com visível má vontade, o que não acontece com o pessoal de nível mais baixo [carpinteiros, pedreiros, ajudantes gerais e outros], que demonstra maior compreensão da finalidade da Segurança Física e mais educação, apesar de menos instrução” (*idem*, 0476).

Dois fatores importantes aparecem na declaração do Coordenador de Segurança: o primeiro é a sustentação do estigma atribuído àqueles de “nível mais baixo”. Mesmo que estes trabalhadores não representassem a classe daqueles, conforme assinalou Goffman (1982), mais estigmatizados, por exemplo, portadores de “distúrbios, doenças, presidiários ou homossexuais”, os de baixa instrução se inseriam, a julgar pelas palavras do Coordenador, também neste campo. O segundo fator está no uso da imagem estigmatizada do trabalhador para a fundamentação de uma situação considerada desviante, ou seja, ele poderia ser, de acordo com o Coronel Zanon, de baixo nível cultural, mas entendia mais que os “normais” sobre o modo adequado com que deveria agir diante dos membros das equipes diretivas. Ou ele está mais sujeito às punições e, por isso, tende a se adequar às normas?

Todos que não eram do campo militar na Usina de Itaipu estigmatizavam os Guardas de Segurança, oferecendo certa resistência, mas as punições invariavelmente alcançavam, com êxito, apenas os integrantes das categorias “C” e “D”, e que não eram moradores da região da Vila “C”, ou alojados. Diante disso, era certa essa obediência pela qual chamou atenção o Coronel Zanon, Coordenador de Segurança da Itaipu.

Ora, havia generais e coronéis, mas esta instituição dependia de técnicos que se diferenciavam daqueles cujo campo era militar. Os generais e os coronéis eram importantes

---

<sup>79</sup> Refere-se ao número de vezes em que se cometeu a infração de trânsito.

para a manutenção da disciplina, mas os engenheiros eram responsáveis pela produção, os conhecimentos destes, naquele momento, eram mais importantes que os adquiridos nos quartéis. Surge, deste ponto de vista, a necessidade de mobilizar o prestígio para a manutenção dos empregos. Um coronel poderia ser facilmente substituído, diferentemente de um engenheiro com longa experiência em construções de barragens. Parece que era uma separação ideológica que se estendia também aos habitantes das três vilas residenciais (“A”, “B” e “C”). Em geral, todos estavam passíveis a uma fiscalização das Agências de Segurança, mas esta fiscalização seguia a dinâmica gradual e era potencializada quando tinha que atuar ou reprimir aqueles que residiam na Vila “C”.

De certa maneira, havia um desentendimento peculiar nas esferas das vilas residenciais. Mesmo sendo todos estabelecidos como moradores, construtores e deslocados de outras regiões, estas pessoas criaram laços de forma diferenciada entre si. Além disso, diferenciavam-se dos moradores das outras regiões de Foz do Iguaçu, entendidos aqui como pioneiros e não barrageiros. No que se refere à mobilização e às migrações, este mesmo processo foi demonstrado por Norbert Elias (2010), em sua obra “Os Estabelecidos e os *Outsiders*”. Nesta obra, Elias estudou a formação e as relações sociais que, no final da década de 1950, interferiam nos modos de vida e modificavam a sociedade, numa localidade inglesa denominada por ele pelo nome fictício *Winston Parwa*.

No entanto, os problemas observados na pesquisa de Norbert Elias (2010), na década de 1950, eram oriundos das relações que se cristalizaram a partir do início da Segunda Guerra Mundial, mediante a ocupação de um novo loteamento por pessoas estranhas em relação àquelas que já habitavam a comunidade de *Winston Parwa*. De acordo com Elias (2010, p.21), a “única diferença entre elas era a que já foi mencionada: um grupo compunha-se de antigos residentes instalados na região havia duas ou três gerações, e o outro formado por recém-chegados”. Tal ocupação, formada pelos recém-chegados, caracteriza-se pela migração para a manutenção dos esforços de guerra aos quais a Inglaterra foi submetida na década de 1940, em face aos bombardeios nazistas.

Nesse sentido, o estudo sociológico elaborado por Norbert Elias (2010) contribuiu para demonstrar os antagonismos que existem quando se tem uma determinada comunidade, cujas relações de vizinhanças são conectadas por anos; e que, num momento seguinte, outros grupos passam a concorrer nessa mesma relação, mas com outros modos de vida. Foi o que aconteceu em *Parwa*, e mais adiante com encaminhamentos diferentes para pensar as relações no contexto das migrações para construção de Itaipu.

Se em *Winston Parwa* tem-se uma organização definida, composta por estabelecidos, e posteriormente, uma ruptura promovida pelas migrações; em Foz do Iguaçu, no contexto das migrações de trabalhadores para as obras de Itaipu, acontecia uma relação paradoxal. Poderia ser pensado numa situação em que todos os que vieram para a Usina, ou de alguma forma passaram a residir na cidade, influenciados pela construção, eram, de fato, *outsiders*, ou recém-chegados nos termos de Elias (2010). Considera-se esta observação como a primeira realidade nesse processo relacionado à Itaipu. A segunda realidade consiste em separar o grupamento formado pelos trabalhadores da Usina que residiam nas vilas residenciais construídas para abrigá-los. Neste caso, daria para conceituar um novo grupamento de estabelecidos e *outsiders*, para assim pensar na forma com que aconteciam os problemas relacionados às relações de vizinhanças. Da mesma maneira como a comunidade de uma vila entendia os modos de vida da outra; assim, os moradores da Vila “A” e Vila “B” ganhavam os atributos da aldeia, enquanto os residentes na Vila “C”, bairro com maior número de problemas relacionados com seus moradores, teria a denominação de loteamento. Com efeito, essa caracterização tem uma única finalidade, ou seja, a de estudar as relações de forma mais sintética, diferente do caso apresentado por Norbert Elias (2010). No seu estudo, o sociólogo propôs uma consideração mais ampla, relacionando os aspectos profissionais dos moradores, além da importância que determinadas pessoas tinham em relação às demais e ao conjunto como um todo. Não que isto estivesse ausente no processo das ocupações das vilas residenciais da Itaipu, mas, com efeito, pode ser que seja até mais abrangente, pois a diferença salarial de uma vila para a outra era considerável, assim como as profissões de seus moradores.

Nas análises de Norbert Elias (2010), o loteamento, ou Zona 3, era onde se canalizavam todos os problemas, e mais, não bastasse serem estigmatizados pelos moradores da Aldeia quanto ao modo de vida, o loteamento era chamado de Beco dos Ratos:

Desde os primeiros tempos, os moradores do loteamento foram estigmatizados, na opinião pública da “aldeia” como classe inferior de pessoas. E, por mais que a situação houvesse modificado, sua rejeição e sua exclusão, continuaram a ser parte integrante da imagem que os “aldeões” de Winston Parwa e de si mesmos (ELIAS, 2010, p.112).

Não seria essa a visão das Vilas “A” e “B” de Itaipu em relação à Vila “C”? Assim, de forma equivocada, o significado da palavra cultura era distorcido, e as diversas visões de mundo daqueles moradores eram suprimidas pelos gerentes e técnicos das outras áreas

residenciais. Além da naturalidade da submissão às equipes diretivas, poderia estar ocorrendo, em termos de cultura, um processo hegemônico, de maneira que uma minoria fazia de sua cultura, ou daquilo que eles entendiam sobre cultura, uma referência idealizadora, que, ao ser comparada às ações oriundas dos extratos mais inferiores das equipes dos internos, servia de parâmetro para julgamento das atitudes. Se essa ação fosse legítima do ponto de vista de Zanon, no período em que foi Coordenador de Segurança da Itaipu), a barragem estava sendo edificada por uma legião de homens e mulheres inferiores culturalmente. Os seus saberes como sujeitos históricos, ainda que fosse do senso comum, ficariam diluídos em detrimento daqueles oriundos dos grupos que se consideravam superiores.

No entanto, na percepção de Gramsci (*apud* MENDONÇA, 1998, p.21), “cultura não é a erudição dos sábios, mas o conjunto de visões de mundo – valores, crenças e autopercepções de seu lugar na sociedade – desenvolvida por cada grupo social ou fração de classe”. Tomando por base estas afirmações, os indivíduos de alto *status* não levavam em consideração o homem comum e suas atitudes como sujeitos que contribuem para a transformação social e cultural do lugar. Em muitas situações, homogeneizavam-no, reduzindo homem e habitat ao estigma de baixo nível cultural, lugar onde estaria mais propícia a evolução das situações críticas combatidas pelas equipes diretivas dos seguranças e do Serviço Social.

Se, nessas áreas mais conflituosas, o Serviço Social da UNICON tinha maior atuação, é porque os casos vinham a público, tornando-os necessários ora para tentar solucionar o problema, ora para mascarar uma possível solução. Enquanto nas demais áreas, notadamente na Vila “B”, os problemas relacionados com seus moradores eram conduzidos de forma confidencial e prontamente atendidos, sem a interferência deste Serviço Social. Serão exemplificadas, neste texto, algumas denúncias graves, que ficavam resumidas em pequenos relatórios vagos e omissos. Na Vila “C”, como será visto mais adiante, o “maconheiro” e o suspeito deveriam ser presos e o pai deles, se o caso exigisse, demitido, ao passo que, nos outros lugares, os problemas eram dissolvidos entre os escritórios, por meio dos memorandos. A descrição de um Fiscal de Segurança da Itaipu, datada de 14 de janeiro de 1983, deixa clara a existência deste estigma em relação aos moradores. Nesta ocorrência, com o título “detenção de maconheiros na Vila ‘C’”, o Fiscal narra a conduta do filho de um trabalhador, entretanto, em suas observações, ele aponta como provável solução a retirada destes da área da empresa. Nas palavras do Fiscal: “Solicito a V. Sa. providências no sentido de que o Sr. (...) seja afastado daquele conjunto habitacional (*sic*)” (CDI 9194 1301). O afastamento

significaria isolar o problema de forma definitiva, pois geralmente viria com a demissão; o comportamento e os bons costumes na instituição não eram parte apenas do trabalhador comum, mas de toda família.

Essa conclusão será retomada após a apresentação de outro caso de igual gravidade, composto inclusive por um flagrante e que ganhou, na visão dos Guardas de Segurança e da Coordenação de Segurança, outros desdobramentos no desenrolar da sindicância. Ademais, nesta observação, ficará evidenciada a distância entre o tratamento dispensado aos moradores, temática central deste tópico.

Inicialmente, serão realizadas análises de reportagens policiais da época, em que a Segurança Física da Itaipu detinha cidadãos residentes ou transeuntes na cidade de Foz do Iguaçu. Estas análises fazem-se necessárias para compreender algumas questões referentes à tortura, prática tão presente nos organismos policiais da época, das quais muitos trabalhadores dos consórcios e filhos destes foram vítimas, muitas vezes esquecidas ou ocultadas.

Na contracorrente do esquecimento das torturas, diversas matérias denunciadas pelo Jornal Nosso Tempo foram produzidas. Em março de 1981, o noticiário do referido jornal destaca, na manchete, os dizeres: “Pelo Fim da Tortura” (Ed. 11/03/1981). Tratava-se de uma longa entrevista realizada com o Juiz de Direito da Comarca de Foz do Iguaçu cujo tema principal era a atuação da polícia e as práticas desta. Nas palavras do repórter: “Cansados de denunciar ocorrências de tortura nos organismos policiais em exercício em Foz do Iguaçu e região, os editores do Nosso Tempo decidiram mudar de tática para eliminar essa repugnante e insidiosa prática” (*idem*, p.6).

O contexto dessa matéria pregava o combate à tortura; tempos depois, o filho de um funcionário da UNICON, residente na Vila “C”, foi entregue à Polícia Civil de Foz do Iguaçu, como suspeito de roubo a um ônibus do transporte coletivo. O Conteúdo da matéria jornalística em relação ao que acontecia na cidade consistia em um problema de cunho insolúvel para aquele operador do direito. Na ocasião da entrevista, o Juiz de Direito da Comarca de Foz do Iguaçu solicitava que todas estas questões de arbitrariedade dos organismos de segurança chegassem ao judiciário para as providências. Era assim que insistia o magistrado, nas palavras ditas ao repórter. Contudo, a insegurança em denunciar tais fatos consiste em um problema recorrente em qualquer tempo histórico, mas não poderia se admitir, enquanto instituição, no caso da Itaipu e UNICON, a não observância, como veremos, da comunicação de torturas ao Poder Público. Na verdade, poderia até ser que as autoridades judiciárias almejassem por uma mudança no comportamento das polícias, porém suas

investidas tinham caráter simbólico e protocolar, pois, ao invés de reduzir os casos de torturas e mortes, aumentavam-nas em proporções. Aliás, no que tange a essa época, ousavam desobedecer a ordens judiciais. Foi o que aconteceu em 19 de outubro de 1982, com GSI, que foram intimados ao judiciário justamente para prestar esclarecimentos acerca de um evento em que eram acusados de terem cometido agressões a moradores da Vila “C” (CDI 9193F 1195).

No ofício encaminhado ao Juiz de Direito, o Coronel Zanon explica que os envolvidos não poderiam se apresentar naquela data em que foram intimados, em virtude de estar efetuando trabalhos fora do município. Neste sentido, ao invés de pedir sugestão, o coronel solicita ao Poder Judiciário para que remarque a data em consonância com a disponibilidade dos seus agentes:

Levo em conhecimento de Vexa que os Guardas de Segurança (...), (...) e (...), não poderão comparecer à audiência marcada para esta data, em virtude de estarem prestando serviço temporário em localidades situadas ao longo do Reservatório de Itaipu. Outrossim, informo a Vexa que o retorno dos Guardas acima mencionados está previsto para o início do próximo mês, razão pela qual solicito determinação no sentido de que seja marcada nova data para essa audiência (SIC) (*idem*, 1195).

Houve, nesse caso, demonstração de superioridade ou indiferença cometida pelo chefe da Coordenação de Sidney Zanon. Numa outra possibilidade, caberia até o enquadramento na “Desobediência”, composta no Artigo 330 do Código Penal, pois as audiências são, em geral, marcadas com antecedência. Esta em que os GS foram intimados não seria uma exceção.

Para melhor entender o descasos, estuda-se o caso de um menor (CDI 9194F 0050) que retornava, a pé, do centro da cidade de Foz do Iguaçu para o Conjunto Residencial “C”. Este evento expressa as divergências entre a existência de tortura e denúncia e a relação entre a ASF e as demais autoridades. Neste caso policial, mesmo não havendo prova concreta sobre o envolvimento do menor num roubo, a inexperiência daquela equipe de plantão, composta por GS, além de realizar a prisão considerada arbitrária, levaram-no, segundo o relato do Serviço Social, para ser reconhecido na “residência de um GS”, suposta testemunha do tal assalto a ônibus (*idem*). Coube, então, ao Serviço Social da UNICON noticiar o ocorrido com o filho de seu funcionário à Divisão de Recursos Humanos desta empresa. De acordo com o documento intitulado “relatório” e escrito em 1981:

O GS (...), meio dormindo, confirmou aos Guardas de Serviço que era aquele um dos assaltantes do ônibus. Foi levado para a Barreira de Controle da Obra onde foi interrogado pelos guardas que perguntavam onde estavam as joias roubadas. Respondeu que não estavam em seu poder e que o roubo não tinha sido praticado por ele, mesmo porque no dia do assalto ele estava em casa. Mesmo assim, os guardas o levaram até a 6ª Sub-Divisão Policial de Foz do Iguaçu onde os agentes que lá se encontravam começaram a enforcá-lo tentando obter outras respostas. Temendo maiores torturas e piores consequências, caso não confirmasse, disse que foi obrigado a mentir (*idem*, 0050).

Não seria o caso de haver também um encaminhamento dessas denúncias pelo Serviço Social ao Juiz que concedeu uma entrevista ao Jornal Nosso Tempo, conforme foi apresentado anteriormente? O relatório apresenta uma convivência à luz de um crime hediondo. Atualmente, as punições praticadas aos presos políticos que ousavam desafiar as instituições cristalizadas e ancoradas nos Atos Institucionais são consideradas torturas. No entanto, esquece-se, por exemplo, desses casos ocorridos contra aqueles que estiveram expostos a esta prática, no momento em que migravam a serviço das empreiteiras.

À luz daquilo que preconiza a Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos Humanos, não se pode dizer que a tortura dispensada a referido menor ou a qualquer trabalhador com a convivência de uma estatal seja diferente daqueles que lutavam pela democracia, ou seja, o limite nos dois processos é apenas a questão ideológica.

O Jornal Nosso Tempo, no que tange à tortura, mantinha uma relação conflituosa com os órgãos policiais locais, e provavelmente com a Itaipu. Embora estes casos não chegassem à redação, pois dependiam de outros fatores, este veículo de imprensa denunciava, demonstrando que, no interior da barragem, a condução de muitos casos tinha outras conotações. Preocupado com as reportagens deste jornal relacionadas à obra, em 12 de fevereiro de 1981, o General Bruno Castro da Graça, Chefe da ASF/AESI, escreveu ao Chefe da Coordenação de Segurança Coronel Sidney Zanon Machado:

Remeto a V. Sa em anexo a matéria publicada pelo jornal “NOSSO TEMPO” – Foz de 11 a 18/02/1981, intitulada: - “ESTAMOS SENDO TRANSPORTADOS COMO ANIMAIS”. Apesar do caráter sensacionalista e irresponsável que caracteriza o referido pasquim, é interessante uma verificação para constatar a existência ou não da referida insatisfação. Aguardo, dentro da possível urgência, INFORME a respeito do assunto (*SIC*) (CDI 9192F 0001).

Essa reportagem, chamada por Castro da Graça de sensacionalista, refere-se aos procedimentos de transporte a que os trabalhadores estavam submetidos e os quais o Jornal

identificava, em entrevistas aos trabalhadores, como desumanos. Nos ônibus e nos papa-filas, os trabalhadores eram amontoados, a fim de reduzir o número de veículos. Nesta operação, quando no interior do Canteiro de Obras, um Guarda de Segurança da UNICON ficava disponibilizado na porta, enquanto o outro entrava no interior, a fim de organizar e fazer os espaços vazios serem preenchidos<sup>80</sup>. Assim, os carros saíam e retornavam durante as jornadas de trabalho para os bairros da cidade de Foz do Iguaçu e para as cidades vizinhas, com a máxima lotação possível. Na sua narrativa, Edegar, ex-GS da UNICON, afirma:

*(...) aborrecia muito é ter que entupir aqueles ônibus e papa-filas. Colocar muita gente dentro daqueles ônibus sabendo que os trabalhadores saíam do serviço cansado. Colocar acima do permitido, do que o ônibus sustentava. Lotar demais, e as pessoas sendo tratada não como gente. Isso me aborrecia muito (EDEGAR, 2013).*

Parece, então, que, ao comparar o teor do memorando do General Bruno à narrativa de um Guarda de Segurança cuja responsabilidade era de lotar os veículos, não havia o acompanhamento da rotina por parte do general; tampouco este era informado fielmente sobre as ocorrências policiais de sua jurisdição.

Retomando o caso do menino detido por GS e torturado na Polícia Civil, foi um esquema arbitrário que o fez ser preso e mantido sob tortura, gerando, em todas as equipes envolvidas no caso, o descumprimento da lei, à medida que avaliaram e concluíram o caso sumariamente. De acordo com continuação do relatório do Serviço Social da UNICON:

Na parte da tarde – continuou [L.A.S] – o guarda (...) foi até a Delegacia de Polícia para reconhecer ou identificar o menor e disse aos agentes que aquele não era o mesmo que praticou o assalto, mas, mesmo assim continuaram a sufocá-lo por asfixia, alegando que em menor não podiam bater. No dia seguinte (...) foi posto em liberdade na presença do pai. Orientamos o menor e todos os familiares sobre a forma de conduta na Vila Residencial, bem como fora da mesma para evitar tais acidentes e dissabores (CDI 9194F 0050, grifo meu).

O medo de possíveis represálias por parte das equipes de Guardas de Segurança da Itaipu e UNICON pode ter colaborado para que muitos casos de tortura e prisões ilegais, no Canteiro de Obras, não viessem a público. Esta era uma das atribuições simbólicas do Serviço Social. Agindo, por vezes, com a anuência dos militares de níveis superiores e depois com a

---

<sup>80</sup> Ver mais sobre este assunto em “Peões da Barragem”: MANARIN, 2008.

dos próprios órgãos policiais, conforme a ocorrência acima, os trabalhadores e suas famílias se adaptavam a isto, porque a necessidade assim exigia.

Na prática, as notícias sobre esses eventos traumáticos só tinham repercussão após a demissão do trabalhador, se este procurasse auxílio, ou aqueles cujo vínculo de trabalho não fosse com as grandes empreiteiras, ou ainda quando o fato ocorria no horário fora do expediente dos Guardas de Segurança. Nestes casos, e até pelos locais dos fatos, a resposta dessas chefias parecia ser imediata. A conduta militarizada, e tida como um exemplo, não poderia ser colocada em evidência, pois as posturas eram cobradas junto aos internos e a outros. Assim, não era admissível que um membro das Agências de Segurança se envolvesse em distúrbios que pudessem abalar o conceito e a deferência desse campo.

Tomam-se, como exemplo, as organizações de formaturas militares: uma formatura, em frente a uma Unidade Militar, não retrata o que ocorre no interior desta; da mesma forma, os desfiles de Sete de Setembro. Em épocas distintas e em diferentes lugares, em diferentes comemorações, dezenas de presos políticos eram assassinados ou torturados, enquanto, nos quartéis de todo o Brasil, marchavam pessoas, aludindo às glórias que faziam do Brasil um país Grande. A formatura representa, então, uma homogeneização; tudo aquilo que o comandante fala à tropa, carrega seus significados institucionais mais distintos que se referem à obediência e à submissão àqueles costumes e regras. Atualmente, e, sobretudo, nos cárceres e nos discursos informais, ensinam-se as formas mais complexas de lidar com a vida e a morte. Isto não pode e não deve ser posto ao público. Nos tempos em que se combatiam os movimentos de resistência à Ditadura no Brasil, algumas das canções ensinadas nos quartéis para os soldados também demonstram esta ambiguidade: Dizia o refrão de uma dessas canções: “o infante<sup>81</sup> é o guerreiro que mata o guerrilheiro” (...). Assim, quando alguns desses eventos escapam aos olhos da instituição total por algum de seus membros, necessita-se de punição para que se justifique a lealdade às instituições e se mantenha o continuísmo do crédito a elas dispensado.

A informalidade que ajuda a manter uma instituição total não diz respeito ao público, inclusive lança-se mão da ética para mantê-la. Ela dinamiza seu funcionamento repressor e ajuda a criar regras, de acordo com a dinâmica de seus serviços. Um padre ou uma irmã de determinado convento pode ser pedófilo naquele âmbito e sem o conhecimento da justiça. Ao serem perdoados pelo bispo por esta prática, exercem seus papéis religiosos normalmente até serem alcançados pelas regras jurídicas, se o forem.

---

<sup>81</sup> Soldado oriundo dos batalhões de infantaria, ou seja, aquela cuja a forma de deslocamento, no campo de batalha, é a pé.

Esse mesmo processo se materializava nas conduções das punições aos Guardas de Segurança e a outros profissionais mais abastados, que, no entender daqueles chefes, afrontavam as regras da empresa e dos preceitos militares, quando nas Agências de Segurança. A publicidade do fato justificava a punição do mesmo, conforme a sanção disciplinar proferida pelo Coronel Zanon a um GS, “por ter usado de violência desnecessária e humilhante contra funcionário da Unicon, por ocasião de seu envolvimento em briga no interior da Lanchonete Chororó, no Centro comunitário da Vila ‘A’, em 11 de Nov 81, fica suspenso por 03 (três) dias (...)” (CDI 9192F 0794).

Para o Chefe da Coordenação de Segurança, a “violência desnecessária e humilhante” necessitava de punição não pelo fato em si, mas pela publicidade advinda do lugar em que se originou o acontecimento. Em alguns casos, até diziam: “por denegrir o bom nome da CS”. A punição, neste caso, ocorrera em primazia pela manutenção do bom nome da corporação e não pela violência contra o trabalhador, naquela oportunidade. Com efeito, esta mesma solução talvez não fosse dada nos interrogatórios aos quais eram submetidos os trabalhadores nas sindicâncias, em virtude de que estes eram sigilosos.

O corporativismo, que em primeira instância funciona como freio para reduzir ou retirar os efeitos de uma punição cometida por um servidor público ou por aqueles que trabalhavam nas seguranças da barragem, assenta-se em duas dimensões: a primeira diz respeito ao *status*, ou seja, os propósitos do autor e as consequências que geraram os fatos a serem apurados. Enquanto que, para a segunda, além das consequências, está a repercussão. Neste caso, quando não se têm meios de absolvição completa devido à publicidade do evento, aqueles que apuram os fatos tentam os atenuar, fazendo um jogo duplo, de maneira que uma pequena punição sirva como consolo ao público para não se dar o perdão completo ao criminoso ou agressor.

No dia 6 de março de 1979, Guardas de Segurança da UNICON estiveram no alojamento de um funcionário, em busca de uma “Nota Promissória”, a qual era supostamente produto de furto, sendo este operário delatado como suspeito do fato. Na síntese do relato feito à Coordenação de Segurança da Itaipu, e enumerado em seis tópicos, o operário descreve que “*um deles o GS (...) perguntou ao queixoso, onde estava a Nota Promissória do Sr. (...)*” (CDI 9188F 1101). Continua o queixoso: “*Que, por estar sentado o GS (...), mandou que o mesmo levantasse, ao levantar o GS UNICON, lhe acertou dois socos no estômago e um tapa na altura do ouvido, em seguida revistou seu quarto*” (*idem*).

O serviço de investigações da UNICON, entendido também como serviço secreto, não tinha, a julgar pelos papéis estudados, estrutura hierarquizada e dividida por equipes. Muito diferente da AESI, e até mesmo sem nenhum vínculo com esta, este serviço realizava, de forma compacta, todas as atividades pelas quais era solicitado. Aliás, quanto à AESI, esta nem realizava sindicâncias. E, neste contexto, está a atuação demonstrada anteriormente. No entanto, este serviço que atuava no interior da SFU gozava de autonomia, uma vez que era por este setor que passavam as sindicâncias e as ocorrências que necessitavam de melhor apuração, quando solicitada pelo Coronel Alésio da Silva Lima, ou no período anterior a este.

Assim, pode-se dizer que tal equipe possuía blindagem suficiente para agir em qualquer lugar e em qualquer tempo, em nome do coronel. Inclusive, se fosse o caso, solicitar a demissão de trabalhadores suspeitos ou indesejados. Não por acaso, o quarto do queixoso foi invadido, sem a autorização deste para ser revistado. Nota-se, então, que há uma diferença substancial nos dois eventos: no primeiro, o caso de violência se deu em uma lanchonete, na área residencial da empresa, por um GSI. Ao passo que o segundo foi no alojamento, longe dos olhares do público, e o envolvido era um GSU.

Na sequência da queixa prestada à CS, o acusado afirmava que o GS da UNICON, após constatar que este não tinha envolvimento, acrescentou que “se alguém mais falasse em Nota Promissória iriam todos apanhar e seriam presos” (*idem*). (...) “Que após o acontecido, o queixoso está tendo problemas de saúde não podendo fazer suas refeições direito, estando passando mais a base de vitaminas” (*idem*).

Esse caso foi relatado à Coordenação de Segurança da Itaipu Binacional pela vítima. Estranhamente, conforme se apresenta na íntegra, não poderia ficar sem o conhecimento do Poder Público, considerando as possíveis lesões físicas deixadas e relatadas pelo trabalhador em questão. Toda denúncia feita pelo agredido, no entanto, resumiu-se a um carimbo, no qual o Coordenador de Segurança da Itaipu encaminhou ao “Chefe AU-VI [Coronel Alésio] para conhecimento e providências julgadas cabíveis” (CDI 9188F 1102).

Por meio dessas observações, retoma-se o caso das sindicâncias e lançam-se as seguintes indagações: Seriam também usadas estas práticas nos interrogatórios tomados nas sindicâncias até agora apresentadas onde não havia testemunhas? Ou talvez este fosse um caso esporádico de exaltação à barbárie?

Analisando, de forma conjunta, as duas Agências de Segurança, pode-se perceber que não havia grandes diferenças em termos operacionais entre ambas. A diferença apresentava-se, e não poderia ser diferente, na forma organizacional dos interrogatórios, o que se deve à

seleção e à preparação do pessoal da SFI que coordenava as sindicâncias. A da SFU era rústica e imprevisível; ao passo que a segunda era equipada hierarquicamente e preparada, provavelmente segundo os próprios ensinamentos da (EsNI) no que tange a este campo. Por outro lado, se alguém fosse torturado ou constrangido em algum depoimento prestado à CS, não havia ninguém a recorrer, exceto ao Serviço Social que tinha atuação limitada, subordinada e, como vimos no caso do menor preso e torturado na Vila “C”, manipulada.

No caso apresentado anteriormente, a Coordenação de Segurança demonstrou certa indignação quanto ao fato relatado pelo trabalhador que sofreu as agressões. Certo de que seria demitido, este teria retornado à SFI após ter sido chamado à inspetoria do AU-VI para esclarecimento sobre a violência e sobre o fato de ter procurado a Itaipu e não a UNICON para as denúncias de tortura sofridas no seu alojamento. Segundo relatório, o mesmo trabalhador afirmava na CS:

b-Que alguns dias foi chamado por um dos Inspectores da AU-VI, o qual disse ao queixoso que o mesmo não deveria ter reclamado na Segurança Itaipu, pois na AU-VI também tem chefe, e que o mesmo resolveria o seu problema.

c-Que nesta oportunidade foi dito ao queixoso que seria pedida sua demissão, face a sua atitude.

d- Que no dia 29 de março de 1979, recebeu do Chefe do Transporte o aviso verbal de que sua quitação havia sido pedida pela AU-VI, sob alegação de **baixa produção** (*op.cit*, 1108, grifo meu).

Podem-se considerar duas importantes observações nesta ocorrência. Neste documento analisado, está presente a autonomia da Segurança Física da UNICON, enquanto aparato policial da empreiteira, ao solicitar a demissão dos trabalhadores, julgando-a necessária, entre outras coisas. Ora, neste caso em específico, o envolvido foi inocentado, ainda durante o interrogatório superficial ocorrido no seu quarto. Seu companheiro fez isso, ao assumir ser o proprietário de tal “Nota Promissória” que gerou este constrangimento. Neste sentido, o pedido de demissão foi atendido em vista à evolução do caso, quando saiu das esferas da empreiteira, ou seja, saiu da informalidade a qual se discutiu anteriormente. No segundo momento, as próprias conclusões do Coronel Zanon parecem favoráveis ao trabalhador, mas este não tinha autonomia para reverter o caso. Entretanto, acenava no seu encaminhamento para, ao menos, saber o motivo da solicitação da demissão feita pela SFU ao Setor de Transporte da UNICON. No parecer do Coordenador: “Apurar no Transporte UNICON qual o motivo da despedida do funcionário” (*idem*).

Afinal, a baixa produção era um termo subjetivo, tipicamente empregado pelos feitores e encarregados dos trabalhadores. Em outras palavras, usavam-no quando tinham que reduzir drasticamente uma equipe ou ainda para se ter um motivo plausível para a demissão. Na prática, aquele trabalhador não poderia ser demitido por ir denunciar um GS, assim a baixa produção seria um termo ideal para a dispensa, empregada pelo seu chefe imediato. Estes chefes, tal como os feitores de engenhos, sabiam se o homem sob seu comando trabalhava o suficiente ou não, se mereciam ser levados ao tronco ou não. Assim, quando o assunto era baixa produção, dificilmente o enquadrado no tal termo arranjará uma testemunha para provar o contrário, e a voz do dirigente se sobressaía na solicitação, não importando se esta era solicitada por outro setor, como apresentado neste caso. Percebe-se, dessa forma, que a “baixa produção” era um termo genérico que regulava as “distensões” políticas e profissionais, geradas no campo onde atuavam os trabalhadores.

Ainda tangenciando as sindicâncias e os métodos de se produzir provas, estes aspectos eram inerentes a todos que ousavam contra os setores policiais, às suas estruturas e às normas institucionais. Não importava quem deveria ser inquirido, importava, como citado anteriormente, a origem, o carisma, o capital social, cultural e simbólico dos envolvidos. Dentro destes quesitos, os encaminhamentos eram dados, e as providências tomadas, como veremos independentemente do tempo e das perspectivas históricas.

Nesse sentido, a análise que se seguirá terá, em partes, aproximação com as ponderações apontadas anteriormente. Para tanto, convém observar que, neste caso, ressalta-se o momento histórico próximo à Promulgação da Constituição Federal de 1988. Num determinado momento do texto, foi pontuado que as lideranças que compunham a Coordenação de Segurança, após a aposentadoria dos outros militares, insistiam em burlar e tomar iniciativas contrárias à legislação vigente. Estes, na ânsia de se legitimar como autoridades, acolhiam os casos da justiça, e, como num país sem leis, norteavam, sugeriam e davam seus pareceres, ainda que contrários à lei. Tal procedimento recrudescia o aparato repressivo e pretensamente autônomo, pois punia os menos favorecidos e, com perspicácia, ajudava os elitizados a saírem dos seus problemas.

E, assim, recorriam ao sigilo para a condução dos interrogatórios, omitindo nomes e funções dos altos empregados e dos familiares dos envolvidos com problemas internos. Isto tornava, por exemplo, àqueles pertencentes as categorias “C” e “D”, inferiores culturalmente, quando das exposições de fatos, diferentes das “A” e “B”, que daquela ótica necessitavam, por causa do seu tipo social, de se resguardar no sigilo.

Dessa forma, mostrou-se que poderia haver um modelo intencional de interpretação da legislação penal, corroborando a ocultação de crimes atualmente classificados como hediondos. E era esta mesma estrutura que absorveu a condução da repressão aos trabalhadores em todos os tempos, mas com uma diferença: no seu início, estava à frente o General Bruno Castro da Graça e outros, com maior desenvoltura e entendimento, embora houvesse igualmente as contradições. Ao passo que, nos anos finais, aos quais se refere este recorte de estudo, a Direção da ASF estava mergulhada, como se verá adiante, num determinado esquema onde não se vislumbraram mudanças de cunho democratizantes. Portanto, em todos os tempos, nas duas agências, houve este problema, mas se acentuou conforme finalizava a construção, demonstrando que nem mesmo os cursos de aperfeiçoamento e as convenções pelas quais passaram seus agentes suprimiam este desconhecimento.

Num determinado momento, todos os que participavam das elaborações de certas sindicâncias concorriam, de forma organizada, para a ocultação e o incentivo, estabelecidos por meio da impunidade de fatos que deveriam ser levados ao judiciário, ainda nas situações de flagrante. À frente disso, estava o Capitão Roberto Henrique Hebling, título que ostentava por ter passado pela Polícia Militar do Distrito Federal, antes de estar na ASF. De acordo com Aluizio Palmar, o Capitão Roberto articulou com a Direção Geral da Binacional para que 30 trabalhadores de uma empreiteira fossem demitidos em massa, logo no início da construção da infraestrutura no Canteiro de Obras de Itaipu.

Conforme será apresentado a seguir, como Chefe da ASF, o Capitão Roberto demonstrou, muitas vezes, distorção dos fatos, mas também soube articular, como afirmam os militares, uma linha defensiva durante os movimentos grevistas. Nestas ocasiões, ele trouxe para a Itaipu Binacional a responsabilidade logística para a manutenção das tropas federais nos arredores do Canteiro de Obras durante aquelas manifestações.

Uma dessas atuações ressaltada foi uma ocorrência, datada do dia 15 de outubro de 1987, no interior do Conjunto Habitacional “B”, ou a vila dos engenheiros, conforme ficou conhecido aquele lugar. O caso, em si, não difere dos outros apresentados, quando se afirma a necessidade de aviso do crime às autoridades para o início de uma investigação: algumas sindicâncias apresentadas campeavam este caráter de igual maneira. Neste caso, podem ser visualizadas as contradições referentes ao distinto tratamento dado aos moradores das referidas áreas residenciais.

Vale ressaltar que as interpretações errôneas do campo jurídico, por exemplo, no “termo de encerramento da Sindicância”, o responsável da Assessoria de Segurança Física denomina as vítimas de “indiciadas” naquele emaranhado de descrições. Por outro lado, não se tratava, conforme exposição nos papéis, nem de sindicância, tampouco de inquérito, mas de averiguação sumária, embora o relator se autointitule um sindicante.

Antes de refletir acerca dessa “Averiguação Sumária”, serão apresentadas as origens e o gatilho dessa averiguação, solicitada pelo Capitão Roberto Henrique Hebling em vista à denúncia de um estupro ocorrido no interior da Vila “B”, do qual duas pessoas, uma adolescente com 14 anos e outra mulher, com 24, foram vítimas e cujos autores eram filhos de pessoas ligadas à classe alta da construção. Tratava-se de duas empregadas domésticas que residiam na casa dos patrões, pessoas com influência, algo comum para a época. O trânsito das duas mulheres, na vila residencial, embora com algumas restrições, poderia ser considerado normal.

De acordo com o testemunho do Guarda de Segurança, a mulher e a adolescente, ao retornar de um clube, solicitaram ao GS que desse uma carona a elas, pois havia o receio de encontrar os rapazes que, pouco tempo depois, cometeriam o estupro. Arrolado na condição de testemunha, na sua declaração, o Guarda de Segurança responsável pelo posto de controle da Vila “B” afirmou ao sindicante:

No dia quinze do mês de Outubro do corrente ano, por volta de 00:30 horas, quando aguardava a rendição<sup>82</sup> para a suposta troca de serviço, no local de acesso ao Conjunto Habitacional da Vila “B”, foi abordado por (...) e (...), pois queriam uma “carona” até o interior do mencionado conjunto. Explicaram ao Depoente que temiam encontrar no interior da vila os elementos (...) e (...). Não sendo possível tal fato, (...) dirigiram-se caminhando em direção ao Conjunto Habitacional da Vila “B” (...) (CDI 9199F 0029)<sup>83</sup>.

Não serão tratados, nessa parte, os pormenores do fato como, por exemplo, o horror ao qual foram submetidas as vítimas que sofreram tal violência sexual. Nesta síntese sobre a notícia do crime, uma breve análise aponta, primeiramente, para a negligência do Guarda de Segurança, quando foi abordado com o pedido de condução da mulher e da adolescente às casas em que cada uma delas trabalhava como doméstica, dizendo às mesmas que “não era

---

<sup>82</sup>Termo recorrente no meio militar para denominar a troca de equipes de serviço como um todo, ou individualmente.

<sup>83</sup> Cabe ressaltar que os nomes dos agressores constam no documento original em posse do pesquisador, mas não expostos, ao menos até o parecer da Banca de Avaliação.

possível”, mesmo sabendo que elas poderiam ser alvo do suposto crime. Iludido, o sindicante esqueceu-se ou negligenciou tal fato, desconsiderando os suspeitos apontados pelas vítimas por eles serem filhos de membros das equipes diretivas.

Comparando a função da polícia à função do guarda, supondo que, ao transitar nas proximidades da respectiva casa, há que se considerar que algumas mulheres, sabendo das reais possibilidades de sofrer alguma violência, pedissem auxílio à polícia, esta se negaria a ajudá-las? Ocorre, neste caso, negligência punida na forma da lei. No caso aqui estudado, o Guarda de Segurança pode estar submetido como testemunha do caso, quando afirmou ao sindicante que as vítimas “temiam encontrar no interior da vila os elementos” (*idem*), ou seja, havia uma suspeita em curso, mas o GS nada fez para evitar a consumação do crime. Entretanto, apurar alguma responsabilidade do GS não estava em pauta, mas, sim, saber o óbvio, isto é, se houve um crime.

Não obstante essa inobservância da real aplicação da lei, todos que estiveram presentes, de alguma maneira, concorreram para a proteção dos envolvidos, ou seja, uma contradição do que acontecia na Vila “C”. Uns, com maior culpabilidade, pois tinham a obrigação de fazê-lo, independentemente do desejo expressado pelos familiares dos autores do crime. Outros, porque pensaram na evolução e repercussão negativa do ocorrido, pois se tratava de membros da equipe diretiva, e que, portanto, deveriam ter os nomes mantidos em sigilo e a integridade de cada um deles protegida, tal como seguia o protocolo de abertura da “Averiguação Sumária”.

Dessa perspectiva, quais providências deveriam ser tomadas, além da apuração dos fatos? Legalmente, o aviso imediato à polícia para que, ainda no flagrante, houvesse a detenção dos envolvidos e a apuração das responsabilidades criminais e administrativas dos pais dos jovens envolvidos no crime, tal como acontecia na Vila “C”, tendo em vista que a condução independe da procedência profissional, econômica e social dos envolvidos e de seus familiares. Da forma como parece ter transcorrido o fato, expressa-se a articulação consciente que privilegiava aqueles que detinham o poder, na forma de proteção e sigilo quando do arquivamento do caso; tudo isto, em detrimento da obediência e cumprimento da lei.

Para demonstrar tais contradições quanto às vilas e ao tratamento dispensado aos seus moradores, em 21 de janeiro de 1980, o Fiscal de Segurança anota uma ocorrência na região da Vila “C”, com o título de adultério. Embora houvesse, neste caso, igualmente um desconhecimento da lei, conforme determinação do Coronel Zanon, o caso seguiu para apreciação do Delegado de Polícia. Tratava-se de uma denúncia de abusos sexuais a uma

deficiente mental, sendo o caso relatado pela mãe da vítima à Segurança Física da Itaipu. De acordo com a ocorrência:

As 15:30 horas do dia 20 JAN 80, compareceu no Posto Policial da Vila “C”, a Sr<sup>a</sup> (...), viúva, residente na rua Campo Grande, casa 69, Conj. “C”, com seu filho (...), queixando-se que a sua filha (...), 23 anos de idade solteira, fora iludida pelo Sr. (...), feitor de Serv. Gerias, residente na rua Assunção casa 87. Segundo a Sr<sup>a</sup> (...), sua filha é deficiente mental, e faz mais ou menos (1) um ano que o Sr. (...) a procura (CDI 9188F 1784).

As duas comunicações de crime ganharam encaminhamentos diferentes na ótica daqueles que providenciaram cada uma das análises. Nesta conjuntura, pode-se discutir, além do lugar do crime, o período histórico, pois ocorreu na década anterior. Contudo, detém-se aqui a perspectiva de interpretação da legislação por ambos os coordenadores de segurança. Não se pode afirmar que tal fato ocorrido na Vila “B”, quase uma década após este último, se analisado pelo Coronel Zanon, teria o mesmo encaminhamento. No caso da deficiente mental, o Coordenador Zanon, pelo seu parecer, orienta: “Determinar que todos os envolvidos sejam encaminhados a DP/FI<sup>84</sup> p/registrar queixas (SIC)” (*idem*). Enquanto no caso da Vila “B”, na parte expositiva, o sindicante esclarece que: “Face ao exposto, os termos somente não tiveram acesso à esfera policial (Delegacia de Polícia Civil) devido a não concordância por parte do Sr. (...), patrão de (...), preferindo agir de tal forma” (*idem*, 0029). Ora, perante a lei, uma situação de crime não dá privilégios à outra. Contudo, no referido caso, o feitor que molestou e violentou uma deficiente mental poderia ter dito: “prefiro que o caso fique entre nós. Não quero que a polícia seja avisada”. Observa-se, neste caso, uma situação cômoda para o criminoso, na qual a família arcaria com o ônus do trauma.

Na discussão sobre a preservação e aplicação da lei, há uma importante situação. Não se pode querer que as pessoas, mesmo os sindicantes, soubessem manejar e aplicar o Código Penal devidamente. Não há demonstrações de tal esclarecimento. Se houvesse uma disputa no campo jurídico, por exemplo, Itaipu, UNICON e as Polícias, provavelmente estes erros de interpretação do Código viriam à tona. Nos casos da área de Itaipu, as tipificações dos crimes ficavam no âmbito da Segurança Física, ou seja, o Delegado de Polícia provavelmente não tinha acesso às apurações feitas pelas sindicâncias e ao resultado final destas.

De difícil acesso, o Campo jurídico não admite tais falhas, pois, neste espaço, produz-se o discurso jurídico, que deve ser consoante à aplicação da lei. Neste sentido, entre os seus

---

<sup>84</sup> Delegacia de Polícia de Foz do Iguaçu.

operadores não há unanimidade, mas diferentes interpretações, passíveis de discussões e recursos. A falta de habilidade, neste campo, fez com que distintos encaminhamentos fossem dados a crimes idênticos.

Na aplicação íntegra da lei, o delegado, após ouvir as vítimas e as testemunhas, tipifica o crime e aponta os artigos em que os autores foram enquadrados. Em seguida, encaminha o caso ao promotor que oferece denúncia, encaminhando-o para apreciação do juiz. A disputa passaria a existir, quando os advogados, por meio de sínteses, discursos e contestações, não aceitassem os argumentos da polícia, do promotor ou do juiz. E nesta dinâmica, mesmo que fosse desconsiderado o fato de o complexo da Itaipu Binacional ser, nesta análise, uma instituição total, todas as sindicâncias cujos objetos de investigações fossem considerados crimes deveriam passar pelos trâmites legais oficiais. Assim, perpetua-se a mobilidade e a atuação dos órgãos policiais e dos operadores do direito.

Diante dessa observação, pode-se chegar à seguinte conclusão: no crime de estupro do Conjunto Habitacional “B” e na interpretação da ocorrência relatada pela mãe da vítima no Conjunto “C”, não havia a possibilidade de se legitimar a validade jurídica das conclusões apresentadas, pois, corroborando nossas considerações, cita-se Bourdieu (2007, p. 212), no sentido de que:

O campo jurídico é o lugar de concorrência pelo monopólio do direito de dizer direito, quer dizer, a boa distribuição ou a boa ordem, na qual se defrontam agentes investidos de competência ao mesmo tempo social e técnica que consiste essencialmente na capacidade reconhecida de interpretar (de maneira mais ou menos livre ou autorizada) um corpus de textos que consagram a visão legítima, justa do mundo social.

Nos casos tratados e ora abordados, principalmente no primeiro, não aparece, nas empresas, a assessoria jurídica para diagnosticar os erros que poderiam ter lançado muitas pessoas a graves problemas econômicos, sociais e psicológicos. As duas empregadas domésticas, apresentadas como vítimas de estupro, sendo uma adolescente, com 14 anos, moravam longe de suas famílias. Reside aí um forte agravante do crime. Se estas observações são levadas à hipótese de o caso ter sido resolvido internamente, qual seria a perspectiva para o futuro da menor envolvida nessa violência? O depoimento da vítima carrega a forte probabilidade do trauma, quando ela dizia ao sindicante:

(...) foi atirado um cachorro contra elas; Que (...) pediu aos elementos que retirassem o animal do local; Que o cachorro só seria retirado se (...) e (...) fizessem o que eles mandassem; Que os elementos chamaram (...) e a

Depoente para irem até um local próximo ao mercado e quando retornaram (...) foi puxada pelo tal de “gordo” para o mesmo local; Que os dois elementos tiraram a roupa da Depoente e pediram que esta (...) os mesmos; Que (...) não quis realizar o tal fato e foi agredida; (...) (*op.cit*, 0027).

Para o sindicante, os problemas das agressões e ameaças ficaram dissolvidos. Parece que, na ignorância da interpretação do depoimento, levou-se em conta o resultado final, mas não os antecedentes e as circunstâncias. E isto está também explicitado na negativa do GS em conduzir as vítimas até as respectivas casas, e o fato de não ter enquadrado o acontecimento na tal “parte expositiva como culpado por negligência”. No caso da Vila “C”, o fiscal de segurança conclui não estupro, por ser um caso de adultério do feitor à esposa deste, quando ele seduziu a menina portadora de distúrbios mentais. Contudo, vigente naquele período, o Código Penal de 1940, Art.217-A, já descrevia isto como “estupro de vulnerável”. Como pode ser notado, uma pessoa com tal diagnóstico, ou menor, com 14 anos, não tem discernimento sobre seus atos. No Inciso 1º do mesmo Art., a lei atesta que: “incorre na mesma pena quem pratica as ações descritas no **caput**<sup>85</sup> com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência” (*idem*).

Nas elaborações daquilo que se chamou “Averiguação Sumária”, cuja utilidade jurídica demonstrou ser fútil, os destinos foram de igual maneira seguidos; as cópias foram disponibilizadas, sempre confidencialmente, aos diretores de áreas, a fim de que seus pareceres fossem dados, conforme a apreciação final do Chefe da Assessoria de Segurança Física, Capitão Roberto Henrique Hebling. Embora houvesse unanimidade para entender o caso como de violência sexual, nenhuma cópia foi encaminhada à polícia, sendo esta instituição a oficial responsável para a elucidação do caso. Aliás, havia esta disponibilidade, visto que, nas suas pontuações, o Capitão afirmava: “Assim sendo, o evento é de competência exclusiva da esfera policial, por configurar-se, s.m.j<sup>86</sup>, crime de ação privada” (*idem*, 0035). Na continuação das considerações, ele acrescenta:

Por oportuno, é necessário posicionar que o presente trabalho foi solicitado à Assessoria de Segurança Física pelos Senhores (...) e (...), o primeiro na qualidade de morador da Vila “B” e patrão da doméstica de nome (...), e o segundo na qualidade de Presidente da ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA “B” – VIBAM (*idem*).

---

<sup>85</sup>Refere-se ao enunciado do Art. No caso apresentado, trata-se do Art. 217-A do Código Penal.

<sup>86</sup> Salvo Melhor Juízo.

Para saber se esse evento foi levado à apreciação da justiça, demandaria uma busca nas Varas da Infância e Adolescência do Fórum local, mas não é esta a finalidade desta análise. A perspectiva do estudo de tais ocorrências consiste nos questionamentos sobre a real função dos serviços de segurança, durante a construção de Itaipu, e de sua metodologia e condução dos casos envolvendo trabalhadores. Assim, a proposta, neste tópico, consistiu em apresentar as diferentes abordagens: uns, sendo beneficiados; enquanto outros eram demasiadamente injustiçados. Problemas corriqueiros que se tornavam, conforme relatos, talvez um fator contumaz crônico na vida do homem e da mulher, barrageiro, barrageira, empregada doméstica ou dos filhos destes.

O atropelo dos trâmites legais poderia ser considerado normal pelos gestores da Itaipu, na época. Conforme já assinalado, todo este aparelho em que se acentuou as tomadas de decisões era uma característica proposta pelo primeiro Diretor Geral, o General José Costa Cavalcanti, que queria fazer do Canteiro de Obras uma organização isolada administrativamente. Por outro lado, alguns membros dos altos escalões, notadamente mais abertos para estas questões, não assimilavam algumas orientações vindas da SFI, justamente por não entender este modo intrusivo e impostor de resolver as coisas de outras esferas. Cabe ressaltar novamente que esta perspectiva ocorreu mais ao final da construção. O que deveria ser inverso, pois na democratização sugere-se mais publicidade e acesso às instituições. Foi o que ocorreu quando a resolução final do documento chegou às mãos do Vice-Superintendente de Recursos Humanos. Nas suas declarações, este Diretor manifestou discordância, quando analisa a participação da SFI no assunto referente ao caso da Vila “B”. No momento em que recebeu uma cópia do documento produzido sobre o crime, o chefe do (RH), entre outras ponderação, conclui: “A ASF deve limitar-se às ações preventivas, e se for o caso, ao auxílio à polícia” (*idem*).

Ao falar da condução dos trabalhos na Chefia de Segurança de Itaipu, feita pelo Capitão Roberto, parece que a inobservância que levava a abrir investigações de outras esferas não era unanimidade naquela organização, tampouco alguns que trabalhavam como chefes de equipes concordavam com o que determinava aquela chefia. Se alguns homens lotados nas agências acompanhavam as mudanças políticas, outra parcela talvez ficava inerte às novas perspectivas. Assim, principalmente na gestão do Capitão Roberto, a ASF não obteve avanços; continuava reprimindo a todo custo, demonstrando o seu poder policial autônomo. Sobre estas orientações empregadas pelo capitão, Matheus (2013) afirma:

*O Capitão Roberto tinha esse defeito. Ele, de vez em quando, dava força demais pra quem ele não devia, e essa equipe [grupo de serviço] começou fazer “cagada”. Não devia falar isso, mas começaram fazer besteira. E o chefe dessa equipe nunca estava. Ela [a equipe] era tipo assim, móvel. Trabalhava em horário que ele determinasse. Fazia uns horários diferentes. Faziam uns serviços na Vila “A”, Vila “B”, Vila “C”. Mas a solução do problema no final era pra ser do Técnico de Segurança do turno. Um dia, eu sendo esse Técnico de Segurança do turno, cheguei na minha sala, tinha um garoto algemado na minha mesa e um bilhete: “Para as suas providências”. Mas isso já foi meio, uma birra, porque eu controlava, eu não queria agressividade. Quando eu olhei esse garoto, dezesseis ou dezessete anos, comecei a perguntar pra ele (...). O cara não parava sentado. E tinha um Guarda de Segurança do meu plantão lá. Eu falei, (...) venha cá. (...) “Ah! Não sei bateram nesse guri”! Aí eu falei: Abra essa algema dele aí, tal. Senta! Por que você não senta? “Não! Tô com a bunda doída”. Baixa à calça, eu quero ver a sua bunda. O cara tava perdendo o couro da bunda, de tanto que deram nele (...) (MATHEUS, 2013, grifo meu).*

Essa conclusão sobre a inobservância aos pressupostos legais que, em alguns momentos, abateu-se sobre o Capitão e outros da UNICON, juntamente com o exposto na epígrafe, foram demonstradas neste tópico. Além disso, os depoimentos ajudam a explicitar, com maior clareza, os pontos levantados no texto, pois, no de um menor torturado, a única diferença está no período histórico. Os casos de desrespeito à lei não se extinguiram com a história da construção, o que pode sugerir que ocorreram tais casos já no final da construção, bem como um indicador de que, na fase inicial, podem ter sido ainda mais graves.

Dessa forma, tanto a UNICON, quanto a Itaipu foram protagonistas de eventos traumáticos e que demandam mais estudos. Alguns departamentos da UNICON almejavam denunciar as prisões e intimações pelas quais passavam os trabalhadores, mas as evocavam apenas na pretensão de se justificar a ausência do local de trabalho, e não pelas possíveis torturas nos departamentos policiais e de segurança. No seu relatório sobre a ausência no trabalho ocorrida pelas prisões, o chefe imediato de um trabalhador solicita ao seu engenheiro chefe:

Tendo em vista o exposto, solicito providências no sentido de que as convocações de funcionários para prestação de depoimentos por parte da Segurança Física da Itaipu Binacional ou a Delegacia de Polícia de Foz do Iguaçu, sejam efetuadas mediante intimação “POR ESCRITO”, para que as ausências ao trabalho tenham um fundo legal (CDI 9188F 1049).

Com dezoito tópicos, o referido documento apresenta uma síntese que ajuda a elucidar as seguidas prisões arbitrárias, acontecidas no Canteiro de Obras: aquelas muito recorrentes no período anterior à Constituição Federal de 1988 e denominadas prisões para averiguação.

No relatório, além da preocupação das sucessivas faltas, ele acrescenta sumariamente como os homens chegavam dos interrogatórios, mas ainda, culpado ou não, o trabalho e os recordes parecem que se sobressaíam sempre em primeiro lugar. Quanto ao trabalhador, acrescenta seu chefe imediato:

(...) após ter sido liberado pelas autoridades Policiais de Foz do Iguaçu por volta das 10:00 horas, alegando o mesmo, que ficou detido desde o dia anterior sem que lhe houvessem servido refeições e referindo-se a maus tratos (servícias) sofridas naquela Delegacia de Polícia, queixando-se de dores nas **regiões abdominal e escrotal**. Por seu desejo, eu o encaminhei ao Ambulatório Médico do Canteiro de Obras nesse mesmo dia, tendo em vista que o mesmo alegava que sentia dores nas regiões acima mencionada (*idem, op.cit, grifo meu*).

Contudo, de acordo com o relatório, a falta ao serviço foi homologada contra o trabalhador que, na ocasião, figurava apenas como suspeito de participação em furtos. A declaração acima, datada de 1979, pelo seu teor, estava de acordo com as preocupações dos Editores do Jornal Nosso Tempo, que, tempos depois, faziam incessantemente menção a isto.

Por outro lado, esse estudo não comunga com a teoria de que haja pessoas sob o concreto da Itaipu Binacional, mas os depoimentos e documentos possibilitam a hipótese de uma estrutura que tratava o trabalhador com descaso e com violência, não sendo oferecido a este auxílio jurídico, ou de qualquer outro tipo. Cabe, então, chamar a atenção para que, oportunamente, aqueles que investigam os crimes praticados aos presos políticos se manifestem acerca desses assuntos apontados até agora e que seguirão norteando a redação deste texto.

Da mesma forma, a proposta do próximo capítulo é, também, fazer um contraponto acerca da realidade à qual esses trabalhadores estavam submetidos. De um lado, a história oficial que, insistentemente, traz todos os trabalhadores como barrageiros, de forma generalizada, ou seja, todos que aqui estiveram ou vieram de outras barragens e se assentaram na UNICON e Itamon, e outras empresas, e que, portanto, fazem, segundo esta história, jus a esta denominação. Mas, no que tange ao capítulo a seguir, nunca é demais lembrá-los, pois foram eles que se depararam com um dos maiores Canteiros de Obras do mundo que, ao seu tempo, foi se moldando institucionalmente para reparar o que se oferecia e o que os contratados encontravam.

### CAPÍTULO III

#### **AS CONTRATAÇÕES E A MOBILIDADE NA CONSTRUÇÃO: ENTRE A FRAGILIDADE DO TRABALHADOR E O MITO DO BARRAGEIRO “HOMEM DE AÇO”**

A rotatividade dos trabalhadores do Canteiro de Obras e seus setores, bem como as migrações que se acentuaram em um período específico para a cidade de Foz do Iguaçu serviram como móvel para pensar o espaço da obra de Itaipu, não somente como espaço de *barrageiros*, que comumente se ouve falar, mas também pensar em toda esta região alcançada por diferentes trabalhadores e, de igual maneira, por diferentes formas. Muitos se aventuravam, sem nunca ter passado pelo mercado da construção civil; enquanto outros, embora tendo experiência, chegavam, mas não eram contratados por diferentes razões. Na verdade, somente quem tinha certeza de que seria contratado eram aqueles que as empresas buscavam na sua origem, auxiliando com as despesas da viagem e com a estada, até o contrato de trabalho se efetivar: estes eram os agenciados. Esse rápido e desorganizado processo migratório teve uma ação pendular. No primeiro momento, ajudou a aumentar a população iguaçuense, carente de mão de obra profissional para a construção de Itaipu. Já, para o momento seguinte, de forma paulatina, os que trabalharam nos consórcios passaram a se juntar aos desempregados locais, influenciados pelo término de cada uma das etapas das obras. Em outras palavras, a migração e, posteriormente, as demissões também representavam o aumento do exército de trabalhadores da reserva, estranhos à mobilidade habitual da cidade. Vale dizer, ainda, que, diferentemente de outros lugares em que foram construídas grandes barragens e onde se presenciou uma evasão, tendo em vista o investimento do governo no setor, na Itaipu o seu final foi marcado por um substancial declínio nas obras pesadas. Porém, em Foz do Iguaçu, havia a dinâmica da informalidade, de maneira que esta população flutuante aguardava, aglutinada nas favelas e loteamentos irregulares recém-abertos, às vezes, esperando, sem sucesso, uma nova contratação.

Somando-se a isso, em lugares estratégicos, crescia também o número de casas de prostituições estratificadas em todos os bairros de baixa renda do município. Embora houvesse o aumento substancial de casas de prostituição, isto não significa afirmar que a Itaipu, como instituição, influenciou tal comércio, com o objetivo de que a população de

empregados fosse atendida nesses lugares, nos períodos de folga. Os prostíbulos eram também móveis e assentavam-se nos lugares de grandes concentrações de trabalhadores. Afinal, este tipo de serviço depende, na maioria das vezes, de um público também móvel, tal como os alojados do Canteiro de Obras. De nada adiantava ter um público fixo, sem vencimentos. Assim, os pagamentos feitos pelas empreiteiras aos seus empregados, sempre em espécie, movimentavam estes lugares, porém, em contrapartida, o consumo de drogas lícitas e ilícitas conturbava as relações familiares e de trabalho. A relação da construção de Itaipu com o aumento e com a manutenção das casas de prostituição na cidade era tão próxima que, num momento de crise, a proprietária de uma casa, situada no Bairro de Três Lagoas, afirmou, em entrevista ao Jornal Nosso Tempo: “*Todo o dia de pagamento a gente faturava alto. Tinha peão que gastava todo o salário numa noite*” (Ed., Nº5, 07/01/1981).

Da mesma forma que as empreiteiras agenciavam os trabalhadores com as diferentes especialidades nos demais Estados, algumas casas de prostituição agenciavam também as mulheres em outras regiões do Brasil. Nesse negócio mórbido, que envolvia o tráfico, o favorecimento e o proveito dessa antiga profissão, tinha mais lucro a casa que conseguisse agenciar e manter as mulheres com as melhores características físicas e pessoais. Um exemplo disso foi o que ocorreu com o início dos negócios da “Casa da Tia Julia”, uma das mais famosas da época. A filha da Tia Julia “lembrava que sua mãe foi lá em Caçador. Trouxe mulheres lindas, isso formou um movimento estrondoso, e aí ela foi subindo, gradativamente” (MARLENE, 1997 *apud* RIBEIRO, 2002, p.94). Havia todo um cuidado dos proprietários nesse sentido, pois os clientes da barragem eram diversificados, variavam de engenheiro a peão, conseqüentemente os gostos também eram variados. Muitas mulheres que migraram para a prostituição para tirar proveito da mobilidade que se consumou por meio da construção de Itaipu tinham uma história de vida e de exclusão social. Pode-se dizer que milhares de barrageiros também tinham a mesma história. Neste caso, o município, como sede da barragem de Itaipu, foi apenas um vetor, que, pela sua história relacionada ao turismo internacional, ajudava a potencializar as desigualdades que se contrastavam com as denominações dadas à cidade de Foz do Iguaçu, como uma cidade turística.

Assim sendo, se no auge da construção as empreiteiras investiram demasiadamente para atrair e suprir as deficiências da mão de obra profissional, em outros momentos colaboraram para um aumento significativo dos problemas urbanos relacionados à infraestrutura em toda a malha municipal. Vale ressaltar que, pouco tempo antes de se iniciar as edificações, a população do município era, segundo Catta (2002, p.108), de “33.970 mil

habitantes”, aumentando em apenas cinco anos para “133.320 mil habitantes” (*idem*). Boa parte desses trabalhadores, após demitidos, tinha expectativa de concorrer a uma nova contratação, mas outros migravam para o mercado informal, conforme será exemplificado adiante.

Paralelamente a esse aumento populacional que acompanhou o processo de construção da Usina, mas que teve seu auge entre os anos de 1977 e 1978, houve o início das demissões em massa na construção civil da barragem e um avanço nas contratações ainda pelo Consórcio Itamon, que, por seu turno, não absorvia a mão de obra dos desempregados da UNICON. A indústria eletromecânica favorecia este fenômeno: as indústrias eram completamente diferentes, assunto que ficara mais evidenciado no Quarto capítulo dessa Dissertação, nos tópicos referentes às greves gerais de 1987. Desta forma, grande parte dos dispensados de Itaipu, a última grande barragem construída no Brasil, ficaram na cidade e passaram a fazer parte dos desempregados locais (SOTUYO, 1998). No município de Ilha Solteira, Estado de São Paulo, onde foi construída a barragem que recebeu o mesmo nome, considerando-se a mesma mobilidade que houve para a construção de Itaipu, ocorreu um movimento inverso com relação àqueles que estavam sendo demitidos na década de 1970, ou seja,

(...) a população de Ilha Solteira, no início de 1972, era de 32.111 habitantes, no final do ano seguinte a população tinha sido reduzida a 25.949, e no final de 1977 a população havia sido reduzida a 22.752. Esta drástica redução de quase 10 mil habitantes em pouco mais de cinco anos demonstra que o sonho de um polo de desenvolvimento regional fracassou juntamente com término da construção da Usina (VIEIRA, 2011, p.127).

As fases finais da construção da Usina de Ilha Solteira foram marcadas pelo início de outras grandes barragens, fato não observado em Foz do Iguaçu, posteriormente. Desta perspectiva, o primeiro momento (o das escavações) da construção de Itaipu, de 1976 a 1978, caracterizou-se pela procura de mão de obra em outros empreendimentos similares, semelhantemente ao que ocorreu nas Usinas de Ilha Solteira, Jupuíá, Salto Osório, Capivara, Marimbondo e Foz do Areia, entre outros que estavam em vias de serem encerrados. A partir deste período, observou-se a estagnação das contratações. No entanto, havia, no Brasil, “treze barragens em construção, três em operação e quatro estavam em estudo” (VEJA, Ed. 24 de mar. de 1976, p.68). De algum modo, os trabalhadores destas barragens foram alcançados pelos propagandistas de Itaipu, e, devido às ofertas apresentadas, passaram a se dirigir,

agenciados<sup>87</sup> ou com recursos próprios, para Foz do Iguaçu. Uns imbuídos pela característica que os tornava trabalhadores nômades, próprios das barragens (o barrageiro); outros, pela necessidade por causa o declínio de outros setores produtivos. Mas, todos eram alcançados pelos noticiários acerca da maior hidrelétrica do mundo, pois “o esquema de propaganda da grande obra funcionava como um chamariz para promover o orgulho de se trabalhar naquela que seria a maior hidrelétrica do mundo” (LIMA, 2006, p. 238)<sup>88</sup>. Outra diferença substancial em relação a outras obras pesadas reside no fato de que, na Itaipu, o prazo era maior para a entrega da obra, tendo em vista as próprias dimensões da construção, aspecto que nutria sempre a esperança de o trabalhador ser recontratado.

Os dois momentos apresentados demonstram o movimento migratório que colaborou para o crescimento populacional da cidade de Foz do Iguaçu. Além e juntamente com os trabalhadores possuidores do *know-how* (os barrageiros de profissão), também a esse empreendimento se aventuravam os homens sem experiência alguma. Eles eram, em sua maioria, oriundos do cenário de uma crise na agricultura, principalmente da região Norte paranaense, atingida por uma grande geada na década de 1970. Outros, ainda, eram provenientes de outros ramos do comércio. Apesar da distinção, eles foram erroneamente denominados barrageiros pela história oficial e pelo museu cooperativo da Itaipu. Neste sentido, o noticiário de 24 de março, produzido pela Revista Veja, esclarece:

[Em] julho, quando a geada destruiu milhões de cafezais no norte do Paraná, uma espécie de senha passou a ser crescentemente murmurada na região. Resumida numa palavra - Itaipu -, ela logo chegaria aos atentos ouvidos do migrante ucraniano Miguel Aranzu, no município de Apucarana (VEJA, 1976, p.64).

Odirlei Manarin (2008), já citado nos capítulos anteriores desse estudo, que será citado nesta etapa por outro viés, contribui para outra análise importante, quanto a esse aspecto, e que serve para diagnosticar o problema ora em questão. Manarin entrevistou alguns trabalhadores e pôde demonstrar, por meio das respostas deles, a diversidade de experiências e origens, as quais desqualificam contradições comuns na literatura e publicidade em que se determina que todos que contribuíram com a construção são também barrageiros. Ademar Casado Calicchio, por exemplo, na sua narrativa, retrata momentos de dificuldades pelos quais passou em 1977, antes de ser contratado: “*sofri muito, dormi em cima de caminhão*

---

<sup>87</sup> Aqueles que eram contratados por agenciadores e que tinham suas despesas pagas desde a sua origem.

<sup>88</sup> LIMA, Ivone Therezinha Carlleto de. **Itaipu: as faces de um mega-projeto de desenvolvimento, 1930-1984**. Tese de doutoramento em História. Niterói: UFF, 2004. 443p.

*toldo. Cheguei aqui, eu não tinha conhecimento, tinha um cara que eu conhecia ele aqui, mas até que eu fui encontrar com ele tudo, eu posei várias noites em cima do caminhão toldo (...)*” (CALICCHIO, 2007 *apud* MANARIN, 2008, p. 30). Mesmo àqueles com substancial experiência não era garantida a contratação.

Para entender as fases e consequências dessas migrações, vale considerar o próprio cronograma da construção da Itaipu. Inicialmente, as contratações destinavam-se, em grande medida, aos trabalhadores com profissões definidas e entendidas como as categorias anteriormente estudadas e denominadas de “B” e “C”. Para o migrante de origem ucraniana, citado na reportagem da revista *Veja*, cujo êxito não foi alcançado naquele momento da construção, havia poucas possibilidades de contratação, e, embora estivesse presente no recrutamento da empreiteira, a resposta soava provavelmente negativa:

Durante três dias “pagando 30 cruzeiros por um cantinho num quarto e tomando sol e chuva no lombo” -, Aranzu vagou em busca de um emprego. Inutilmente. Ao revelar que não sabia “lidar com máquinas”, invariavelmente ouvia, em resposta, que em lugar algum haveria vagas para um trabalhador desqualificado de 52 anos (VEJA, *op.cit*).

Se, para alguns trabalhadores, o cenário brasileiro com relação à construção de hidrelétricas era positivo; para outros, reforçava a própria condição de exclusão social ou de “transformação forçada” do homem do campo em um barrageiro. Desta forma, a demanda de mão de obra dos anos seguintes não acompanhou a vivenciada no período das escavações e dos grandes lançamentos de concreto.

Da mesma forma, os treinamentos oferecidos pela UNICON para a profissionalização dos indivíduos da categoria “D”, contratados no segundo momento da construção, estabelecida após a terraplenagem e partes das escavações, piorava ainda mais a situação para aqueles originários da categoria “C” e que estavam desempregados. Para o empregador, demitir e contratar outro trabalhador seria dispendioso. Neste sentido, treinava-se e promovia-se um indivíduo da categoria “D” para a “C”, com o salário reduzido, isentando-se dos encargos trabalhistas típicos de processos de demissão. Em seguida, contratavam-se dezenas de trabalhadores, conforme se abriam novas frentes de trabalho: “Ganha o empregador e ganha o empregado”, noticiava o Informativo da UNICON, sobre o treinamento oferecido naquele momento da construção (*idem, op.cit*, Ed. 4 de fev. de 1978, p. 4). Neste caso, o dispositivo de treinar trabalhadores supriu as necessidades da empresa, visto que, como se observará no gráfico sobre as contratações e demissões, apresentado na Figura 30 mais

adiante, e que aponta que o total de trabalhadores em 1978 era de quase 32.000. Entretanto, para o ano seguinte, 1979, o mesmo gráfico apresenta dados do declínio deste número, resultante das demissões por causa dos sucessivos recordes alcançados nas escavações e lançamentos de concreto.

O Consórcio formador da UNICON aproveitava os operários mediante os treinamentos, sem que fosse dada nova oportunidade àqueles que já faziam parte do rol local de desempregados, entretanto tal processo de aproveitamento de mão de obra não significava avanços para se diminuir o desemprego no canteiro e em seu entorno. Se, em um primeiro momento, havia uma estrutura, ainda que mínima, para atender àqueles que viriam para trabalhar na barragem, composta pela CETREMI<sup>89</sup> que orientava os recém-chegados, mediante encaminhamentos burocráticos e logísticos, no momento das demissões não havia nenhum órgão para assistir os desempregados que a obra produzia. Assim, os ajudantes de serviços que seguiam para o treinamento tinham a expectativa de ficar mais um tempo na construção; enquanto que muitos profissionais ficavam na cidade, na expectativa de abrir novas frentes de trabalho. Quanto aos treinamentos, o próprio noticiário do Informativo UNICON, de fevereiro de 1978, demonstra essa iniciativa do consórcio. De acordo com o jornalista,

[O] treinamento permite um retorno, quase que imediato, dos investimentos feitos pela empresa, permitindo a formação de mão-de-obra qualificada, aproveitando os próprios funcionários que já estão familiarizados com a empresa: e, sendo para estes, um incentivo para o seu aprimoramento profissional e para sua carreira dentro da empresa (*idem*, Ed. 4 de fev. de 1978, p.4).

Porém, esse aspecto não estava condicionado a todos os setores que compreendia o consórcio. No refeitório central da UNICON, que, em 1979, chegou a ter quase 400 funcionários divididos em dois turnos de trabalho, era demasiadamente difícil um indivíduo ser promovido. Em contrapartida, na carpintaria, no setor de armação ou entre os pedreiros, a mobilidade era maior. Neste contexto, um exemplo ilustrativo pode ser encontrado no caso do ajudante de cozinha Afonso<sup>90</sup>, que trabalhou treze anos na mesma função, somente no refeitório da UNICON. Diferentemente de Miguel Aranzu, não contratado, a situação de Afonso, alertado pelas propagandas, que chegou à Itaipu por volta de 1978, já para o segundo momento da construção, não foi a mesma. Afonso veio da cidade de Nova Aurora, Oeste do

---

<sup>89</sup> Centro de Triagem e Encaminhamento de Migrantes.

<sup>90</sup> AFONSO. Entrevista concedida em 11 de abril de 2012, na Cidade de Foz do Iguaçu. Acervo do pesquisador.

Paraná, caso idêntico ao de Wilson Batista de Aquino, citado no capítulo anterior, que, como ele mesmo afirma na narrativa, também veio movido pelos “tempos ruins na lavoura”. Naquele momento, a demanda por mão de obra em Itaipu havia sofrido uma reconfiguração.

Se, no primeiro momento, havia a necessidade de uma mão de obra qualificada; nos momentos seguintes, entrava-se na fase do trabalho braçal e misto, ou seja, as máquinas e os homens se harmonizavam nas jornadas de trabalho. Era o momento das escavações e lançamento de concreto, cuja demanda por ajudantes em todos os setores teve significativo aumento. Deste contexto, surgiu a necessidade da contratação de pessoas como Afonso e outros, sem escolaridade e qualificação, mas prontos para o trabalho, tendo em vista as necessidades da construção. Cabe lembrar que as duras jornadas ultrapassavam 17 horas de serviço e, segundo Catta (2008, p.194), “os brasileiros sem qualificação seriam contratados para os trabalhos preliminares, que exigiam muita força bruta”.

Ainda no primeiro momento, a classificação (promoção) não acontecia devido à ausência da mobilidade de trabalhadores que passaram a ter treinamentos com mais ênfase logo que se iniciou o período de rotatividade por causa das demissões. Isto aconteceu com mais propriedade após o término das obras do Canal de Desvio. Em 4 de fevereiro de 1978, o Informativo UNICON destacava: “Os trabalhos de escavação e concretagem do Canal de Desvio prosseguem em ritmo acelerado. Centenas e centenas de operários revezam-se em dois turnos, mostrando muito otimismo com relação à conclusão do Canal, até primeiro de outubro”. Forçosa e ingenuamente, milhares de trabalhadores quebravam os próprios records e depois se resignavam desempregados, atingidos pelo “facão”<sup>91</sup> das empreiteiras.

Mesmo com essa realidade impactante, alguns autores dedicam longos espaços, ou uma obra completa, enaltecendo a figura dos membros mais importantes das equipes dirigentes. Um desses autores é o jornalista Tão Gomes Pinto (2009) que, no capítulo 9, “A S.W.A.T chega a Itaipu”, parte da obra “ITAIPU: Integração em concreto ou uma pedra no caminho?”, refere-se justamente a esta superação, comparando, de forma fantasmagórica, a figura de um engenheiro e da equipe desde com um esquadrão de elite da polícia norte-americana, com sua desenvoltura na condução dos trabalhos e ações contra o crime. De acordo com Pinto (2009, p. 123):

Com a cheia, as águas alcançariam uma velocidade que impediria o trabalho. Então o pessoal de Itaipu, Cotrim, Rubens Vianna, muito preocupados, convocaram a chamada “tropa de choque da Mendes Junior”, comandada

---

<sup>91</sup> Termo atribuído pelos barrageiros às demissões em massa.

pelo engenheiro Ronan Rodrigues de Silva. **Esse cara era um monstro de produção, uma autoridade.** Ele chegava na obra às 6, 7 horas da manhã. Saía às 10, 11 da noite. De repente aparecia de madrugada. Itaipu rodava 24 horas. O Ronan e sua turma conseguiram recuperar o atraso (PINTO, *op.cit* grifo meu).

Seguindo a mesma ótica de Pinto (2009), observa-se a desqualificação da maioria daqueles que realmente estavam no “buracão”<sup>92</sup>, em primazia do feitor. Vale lembrar novamente que, nesse período, o Canteiro de Obras de Itaipu despontava como um dos maiores do mundo, com cerca de 32 mil trabalhadores.

Além disso, havia uma logística que determinava o funcionamento de todos os setores, ou seja, a lógica de uma instituição em que a harmonia e a racionalização, em termos de trabalho, era parte fundamental de todo o processo. Se não houvesse operadores de máquinas e ajudantes de serviço, o trabalho do engenheiro e da equipe de técnicos, apesar de importante, não se realizaria. Os técnicos superiores ganhavam por produção, enquanto que os demais trabalhadores recebiam apenas o salário mensal. Surge, deste contexto, a pressa pelo encerramento das etapas da obra, sobre as quais recai a atenção de Pinto (2009). Mesmo assim, os trabalhadores satisfaziam às vontades das equipes diretas e depois ficavam expostos às demissões: uns voltavam para suas origens; outros migravam para outras construções; enquanto os demais passavam a ser moradores definitivos do município de Foz do Iguaçu, compondo o grande comércio informal da Tríplice Fronteira.

Tal perspectiva pode ser encontrada também na obra de Wilson Quintela (2008), executivo da Camargo Corrêa, empresa que pertencia ao consórcio UNICON, cujo prefácio foi escrito por Antônio Delfim Netto, assim intitulado: “Memórias do Brasil Grande: A história das maiores obras do Brasil e dos homens que as fizeram”. Quintela (2008) descreve as ações da empreiteira à qual dedicou boa parte de sua vida profissional, no campo das concorrências e das construções. Para o autor, as grandes obras e suas edificações estavam resumidas apenas às figuras das equipes dirigentes às quais pertencia. Para ele, parece que as edificações das barragens de Itaipu, Tucuruí, Ilha Solteira e da Ponte Rio Niterói, entre outras, foram feitas apenas pela burocracia; ficando o trabalhador deslocado na história e no discurso. No referido livro, os trabalhadores das barragens não aparecem de forma mais concreta; a exceção ao ponto de vista de Quintela (2008) se em um pequeno trecho do referido prefácio,

---

<sup>92</sup> Escavações de grandes proporções. Os barrageiros assim denominavam os lugares de onde saíam as rochas resultantes das implosões.

em que Antônio Delfim Netto, político e ministro atuante no regime Militar brasileiro, escreve:

(...) a leitura das memórias de Wilson Quintella reavivou em mim o sentimento de que todos nós, brasileiros, temos uma dívida de gratidão para com a figura do “barrageiro”, tão pouca conhecida e, creio, até, muito pouco recompensada. Afinal trata-se de alguns milhares de homens e mulheres, de peões e engenheiros, de mestres de obras a cozinheiros, que, à maneira dos antigos exércitos, se deslocaram de barragem em barragem ao longo dos rios brasileiros, construindo as Usinas que mantiveram o país aceso, com energia limpa, durante meio século (DELFIM NETO *apud* QUINTELLA, 2008, p.14).

Na lista de empreendimentos em que a empreiteira Camargo Correa esteve presente, a Itaipu aparece como obra colossal, símbolo da organização, num momento em que nenhuma empreiteira brasileira, segundo Quintella (2008), tinha condições de levar sozinha o projeto desta barragem. Assim, toda a logística que se montou em torno dessa organização a qual deu origem à UNICON ganhou, no seu texto, um teor que se apresenta em todos os discursos proferidos pela história oficial. O concreto, os milhões de dólares e o desconhecimento da história produzem e, depois, reproduzem os mitos daqueles “barrageiros”, presentes no Canteiro de Obras, e que, de alguma forma, também ajudaram a modificar geograficamente a cidade de Foz do Iguaçu. Nas palavras de Quintella (2008), o empreendimento Itaipu Binacional não podia ter outra imagem senão a ideal aos olhos do mundo; devendo os trabalhadores ter do bom e do melhor, enquanto construíam e produziam. Entretanto, Quintella refere-se apenas ao Canteiro de Obras e às vilas residenciais. Parece que, para ele, a cidade de Foz do Iguaçu e os problemas ocasionados com a instalação do megaprojeto não existiam. Nesse sentido, Quintella (2008, p. 291) explica:

Como muitos financistas e fornecedores visitavam a Itaipu, não podíamos mostrar caboclos doentes trabalhando descalço, como observei em minha visita na barragem de Assuã, no Egito. No canteiro de Itaipu havia centros de treinamentos profissionalizantes e todo o equipamento urbano necessário: escolas, hospital, igrejas, clubes, piscinas, cinema. Desse modo tínhamos um menor índice de acidentes, menos falta ao trabalho, mais produtividade.

Pode-se perceber que, para esse autor, o universo era o de Itaipu, o institucional; os arredores e sua infraestrutura não faziam parte daquele contexto. Ele ainda aponta os benefícios (piscinas e clubes) recebidos pelos trabalhadores da Itaipu, contudo uma pequena porção de trabalhadores tinha acesso a tais confortos, ou seja, aqueles das categorias “A” e

“B”. Em partes, quando se produzem estudos sobre este “imenso e colossal” empreendimento, esquece-se da história dos homens e das mulheres comuns. Como frisa Delfim (*apud* QUINTELA, 2008) daqueles que vagavam de barragem em barragem, e de todos os outros que, ao se inserir nas comunidades locais, reorganizando-se sem planejamento, davam outras características à cidade como, por exemplo, os sucessivos recordes de violência, que contratavam com os comemorados recordes de lançamento de concreto.

Para se ter uma ideia da falta de organização e de planejamento, que não deveria acontecer em um empreendimento dessa natureza, em 1980 se cogitou o encaminhamento de uma pequena fração de demitidos para a construção do Polo Petroquímico de Montenegro, no Rio Grande do Sul. O noticiário produzido pela Revista Painei, órgão da imprensa local da cidade de Foz do Iguaçu, trazia a seguinte manchete: “Estado Gaúcho não quer saber dos operários dispensados das obras de Itaipu” (*idem*, Ed. 86, maio de 1980). De acordo com o noticiário, as autoridades gaúchas repudiaram veementemente a ideia de absorver esta mão de obra vinda de Itaipu, em virtude de já estar lidando com problemas semelhantes no próprio Estado.

Era um entendimento generalizado sobre um problema atual para a época. Não havia como a imprensa local e de outros estados ficarem de fora do caso dos desempregados resultantes do fim das etapas da construção. Na charge reproduzida na Figura 28, do chargista Chico Alencar, publicada no Jornal Nosso Tempo, em 1982, este problema aparece explicitamente e pode até ser objeto de futuros estudos, como questionamentos como: Será que a população carcerária de Foz do Iguaçu e dos municípios lindeiros, ao lago da barragem, de alguma forma não possuem laços íntimos com as migrações e o desemprego? Era uma visão crítica e considerada utópica para a época, mas passível de considerações, se realizado um estudo mais abrangente sobre os impactos da montagem do território binacional e dos consequentes efeitos.

**Figura 28:** Charge que demonstra a preocupação com desemprego após as demissões em Itaipu, 1982

**1ª Parte**



**2ª Parte**



### 3ª Parte



Fonte: Jornal Nosso Tempo, Ed. Nº 42 de 23/12/1981.

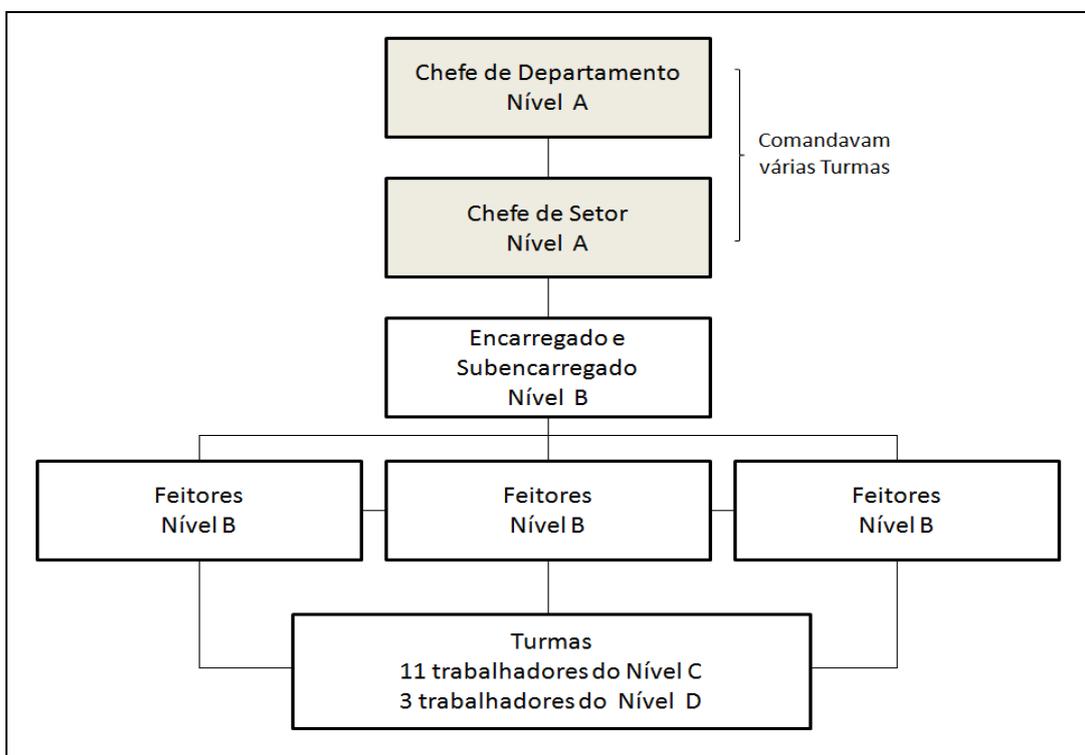
Dessa forma, pode ter ocorrido que outros Estados passaram, então, a prevenir-se contra os problemas de infraestrutura enfrentados por na construção da hidrelétrica no Estado do Paraná. Se, em determinados momentos, os trabalhadores eram contratados paulatinamente e de diferentes maneiras; em outros, eram demitidos a centenas. Ninguém, exceto aqueles cujos laços de amizade estavam consolidados com as chefias, ou aqueles cujas funções seriam indispensáveis, faziam carreira nas empreiteiras.

Em suma, seria muito difícil permanecer mais que cinco anos trabalhando na construção. E quando isso acontecia, os remanescentes das turmas dissolvidas davam origem às outras turmas. Sempre ao término de alguma etapa, uns eram removidos para outras equipes onde substituíam algum trabalhador considerado de baixa produção. Isto ocorria também com os membros das equipes diretivas (encarregados, subencarregados e feitores), mesmo que em menor escala. Já, para os trabalhadores das categorias “C” e “D”, não restava alternativa diferente a não ser o acerto de contas. Pode-se considerar, mesmo que em menor número, que as demissões afetavam também os trabalhadores paraguaios da UNICON, tendo em vista que a cláusula 18ª do Contrato 108/75 estabelecia que “na medida do possível e em condições comparáveis, a mão de obra, especializada ou não, disponível no Brasil e no Paraguai, deverá ser utilizada equitativa pelo Contratado”. Nestas condições, os trabalhadores

paraguaios, presentes nas centenas de turmas, quando não eram demitidos, ajudavam a formar novas equipes de trabalho. Seguindo esta dinâmica, muitos conseguiram chegar até o final da década de 1980 empregados nas empreiteiras. Em partes, isto se deve às relações profissionais daqueles considerados barrageiros que chegaram em Itaipu, vindos de outras barragens, juntamente com os chefes de setores, ou encarregados de turmas. O conhecimento e as relações pessoais era uma importante garantia de manutenção do emprego, no momento das grandes reduções de quadro na edificação da barragem.

Como veremos no organograma a seguir (Figura 29), geralmente quando se dissolvia uma turma, o impacto atingia basicamente até o nível de Feitor; os outros membros da equipe diretiva eram disponibilizados para outros lugares, onde substituíam outros, ou montavam outras equipes para dar seguimento à rotina da construção. Para exemplificar, toma-se o setor da carpintaria como parâmetro no qual havia o chefe de departamento, o chefe de setor, encarregado, subencarregado, feitor e os membros dos extratos inferiores que compunham a maioria do setor. Um setor que na sua retaguarda contava com desenhistas, topógrafos apontadores de custos e outros. Uma minoria, que não se mesclava aos demais operários ( não representada no organograma a seguir), estava vinculada sempre ao Chefe de Setor.

**Figura 29:** Esquema organizacional de uma Turma de trabalhadores da UNICON<sup>93</sup>



**Nota:** Um Encarregado ou Subencarregado comandava uma equipe com três feitores e catorze trabalhadores dos Níveis C e D. Na Itamon, o comando das equipes era realizado pelos Mestres e Contramestres.

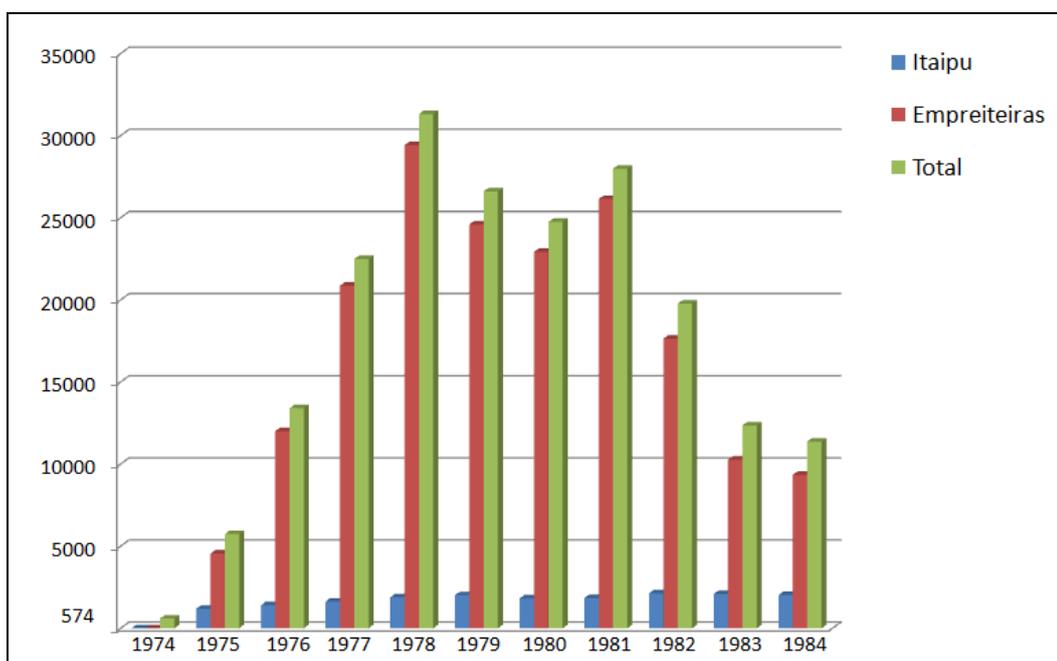
Aqueles que inevitavelmente saíam dos locais de trabalho para os refeitórios, ou para a própria casa, vestindo roupas e calçados sujos de concreto, recebiam no cartão de identificação, em geral, a denominação “C” e “D”. Por outro lado, foi estabelecido o mesmo arranjo empregado nas equipes de Guardas de Segurança aos que trabalhavam nas áreas técnicas quanto à categoria. Nos escritórios, mesmo sendo na carpintaria, o simples fato de se trabalhar na parte burocrática e não com ferramentas como picaretas, pás, martelos, além dos pesados equipamentos para agregar concreto, proporcionava aos trabalhadores melhor qualidade de vida e os tornavam diferentes dos demais, recebendo um *status* de membro das equipes diretivas.

Essa demonstração visa, além de exemplificar quem formava a maioria da mão de obra durante a construção de Itaipu, trazer um breve estudo sobre a mobilidade ocorrida no Canteiro de Obras. Para tanto, o gráfico representado na Figura 30, a seguir, demonstra a

<sup>93</sup> As funções de Chefe de Departamento e Chefe de Setor eram estáticas, com várias equipes à disposição, sempre a partir do Encarregado de Turma. A mobilidade era apenas nas demais frações, conforme se seguia o término das etapas da construção.

atividade de contratações e demissões ocorridas nos períodos compreendidos entre 1974 a 1984, no qual se acentuaram muitos conflitos entre os homens da segurança e os considerados barrageiros. Mesmo que em outros momentos houvesse problemas de toda ordem, o início e meados da década de 1980 foram marcados pelo aumento significativo de ocorrências policiais relativas ao Canteiro de Obras.

**Figura 30:** Total de trabalhadores no Canteiro de Obras: 1974 a 1984



Fonte: Itaipu Binacional *apud* Sotuyo, p. 25.

Os dados apresentados no gráfico anterior referem-se à Itaipu Binacional e às empreiteiras brasileiras e paraguaias como um todo e demonstram que, até o ano de 1980, a UNICON foi a empresa que teve o maior número de contratados, seguida da Itamon. Naquele momento, foram iniciadas as montagens das Unidades Geradoras, contribuindo para o declínio na construção civil e o aumento na montagem eletromecânica, cuja responsabilidade era da Itamon. Já, a Itaipu Binacional, a partir de 1975, mostrou uma regularidade no efetivo. Vale considerar que uma pequena fração dos funcionários da Itaipu estavam lotados em escritórios regionais, sediados em algumas capitais brasileiras, inclusive os pertencentes à AESI, entretanto estes se encontram entre os números da empresa. Neste sentido, a mobilidade acontecia naturalmente nas empresas que tinham por norma os sucessivos recordes e a agilidade nas entregas das medições que resultavam também em demissões e

acidentes. Em outras palavras, para a Segurança Física da UNICON e para a Coordenação de Segurança da Itaipu, nada mudava com as demissões ocorridas na aérea da produção. Em grande medida, os locais principais de vigilância para a Segurança Física da UNICON eram os hospitais, refeitórios, alojamentos, chapeiras, centro comunitário e os postos de pagamentos. Já, para a Coordenação de Segurança, os postos de trabalho mais importantes eram a Barreira de Controle e as vilas residenciais nos quais havia alto trânsito de pessoas e, por isso, necessidade da manutenção do controle. Isto tornava estes postos de trabalho importantes, de modo a não serem submetidos ao idêntico processo de demissões. Aliás, a Coordenação de Segurança alertava a chefia da Assessoria, quando o seu quadro necessitava de contratações. Observa-se, portanto, que houve alterações do seu efetivo, mesmo que não em demasia. Por outro lado, as demissões afetavam a agência da UNICON na redução dos postos de trabalho dedicados à determinada parte da obra entregue à Itaipu, não sendo mais necessário os serviços de segurança. Ao que parece, foi o que ocorreu no final do ano de 1983, quando as demissões apresentadas no “Mapa da Força” foram substanciais. Nesse período, conforme demonstrado no gráfico da Figura 30, houve a demissão de aproximadamente nove mil trabalhadores, afetando sistematicamente também a Segurança Física da UNICON. De fato, após este período, nunca mais foi observado aumento significativo na contratação de Guardas de Segurança<sup>94</sup>, pois as contratações não superaram a média de doze mil trabalhadores no aspecto geral.

Ainda seguindo com as discussões referentes à mobilidade de trabalhadores em Itaipu, o tópico a seguir abordará os aspectos de uma categoria esquecida pelos estudos realizados e que englobam o contexto da construção, porém importante por mobilizar o aparato repressivo em muitas ocasiões. Trata-se daqueles que foram denominados agenciados, ou seja, diferentemente daqueles que se aventuravam ao sair de suas cidades em busca de uma contratação nas obras de Itaipu e que, invariavelmente por não ter experiência no tipo de trabalho que era executado na Usina, não eram contratados. Os agenciados eram expostos à uma condição peculiar; a este trabalhador era disponibilizada uma série de benefícios que tinha início ainda na sua origem, logo após o aval do agenciador. Contudo, o fato de ser um agenciado não impedia essa fração de trabalhadores de passar pelo crivo das Agências de Segurança, tampouco os isentava de responder sindicâncias e outros procedimentos internos, destinados àqueles que afrontassem as normas do Canteiro de Obras.

---

<sup>94</sup> Sobre esse assunto, ver mais na apresentação do quadro da equipe diretiva da Segurança Física da UNICON, no Primeiro Capítulo dessa dissertação.

No tópico seguinte, serão demonstrados o funcionamento e os mecanismos das contratações; espera-se, com isto, elucidar algumas das ações dos agenciadores e das Agências de Segurança que deveriam atender ao lado operacional e policial daqueles que chegavam também de forma agenciada. De certa forma, ser agenciador das empreiteiras era uma função em que se deveria estar em sintonia com o processo de *marketing* e de chamamento de profissionais para as áreas onde a demanda se apresentava de forma urgente. Na Figura 31, percebe-se este tipo de investimento: primeiramente, providenciavam-se os anúncios; e em seguida, entravam em ação os agenciadores, com uma série de recursos disponibilizados para transportar os agenciados até o Canteiro de Obras.

### 3.1 UM HISTÓRICO DOS AGENCIADOS

**Figura 31:** Anúncio de recrutamento-1978<sup>95</sup>



**Fonte:** Informativo UNICON. Edição Nº 13, de 31 de agosto de 1978.

<sup>95</sup> Esse anúncio foi publicado nos jornais de São Paulo, Belo Horizonte e Curitiba. Na pretensão de arranjar profissionais com profissões de Mecânico de Máquinas Pesadas e Mecânicos de Equipamentos Industriais, o Consórcio UNICON e a Itaipu Binacional colocaram, no anúncio, os nomes dos Chefes de Setores e Encarregados de turmas. Tratava-se de uma estratégia, visto que estes senhores já tinham uma larga experiência em obras pesadas. Neste sentido, o noticiário explica: “A Superintendência de Manutenção, a qual já conta com a colaboração dos Srs. Urbano Venturelli, João Damaceno e João Marques (Fritz), e muitos outros elementos de gabarito, convida os profissionais ao lado para integrarem sua equipe: (*idem*)”.

No tópico anterior, foram apresentadas diferentes histórias de trabalhadores movidos pelo declínio das lavouras e que viam, na Itaipu, uma boa oportunidade para o recomeço diante das dificuldades que viviam. O tópico trouxe os grandes blocos que se erguiam na barragem central eram resultado da uma rotina de montagens de formas, armações de ferragens, concretagem e desmonte de formas. E, da mesma forma que, na fábrica francesa, na qual o trabalhador que aprende a colocar uma porta em um automóvel também aprende a dar um ponto de solda, nos ofícios da construção civil, o processo era semelhante. Portanto, nos dois momentos, estava presente o processo manual e o mecanizado, mas , na construção da barragem, não era estático como na linha de montagem; na barragem, vários homens executavam a mesma tarefa ao mesmo momento. Quando uma caçamba de concreto chegava ao bloco, dezenas de vibradoristas colocavam-se em posição para agregá-lo, chefiados sempre pelo seu feitor. Este mesmo efeito também ocorria na armação de ferragens, onde cada indivíduo amarrava o vergalhão e carregava na medida estabelecida pelo feitor. Não dependia de muito conhecimento, mas, sim, de força física e de agilidade. A ausência destes requisitos poderia classificar o trabalhador de “baixa produção” e elegê-lo para uma lista de possíveis demissões.

**Figura 32:** Secção de Armadores no pátio de treinamentos da UNICON-1982

---



**Fonte:** Acervo particular de Antonio Anajosa de Vieira Filho.

Opondo-se a isso, havia também profissões em que o indivíduo não teria como fugir dos saberes, pois estavam condicionadas a uma autonomia profissional, por meio da qual o trabalhador deveria mobilizar uma série de conhecimentos. Provavelmente para a seleção de trabalhadores para estes postos, eram utilizados testes que verificavam os conhecimentos e as habilidades daqueles a serem contratados. Desta forma, os topógrafos, eletricitistas, mecânicos além daqueles que pertenciam ao escritório central, são exemplos disso. Guardada as proporções, um sujeito que *esquentasse* a Carteira Profissional como topógrafo, em hipótese alguma conseguiria desempenhar funções na topografia, pois diferentemente de outros profissionais cujos saberes eram mais básicos e que podiam socializar as tarefas, o topógrafo deveria possuir conhecimento avançado em termos de cálculos matemáticos, aliados a uma linguagem técnica voltada para a engenharia.

Já, no corpo de segurança, a contratação de um indivíduo sem o conhecimento da disciplina militar causaria um descompasso em todas as ações de repressão e de disciplina interna. Por isso, tal quesito compunha o capital cultural no momento da seleção. É fácil compreender porque as incidências de falsificações estavam justamente onde se demandava maior quantidade de mão de obra menos qualificada, nas quais seria mais difícil a realização de testes com candidatos aos cargos. Desta forma, as considerações apontadas na primeira ocorrência de adulteração, na qual o acusado afirmou não ser o único a fazer este procedimento, podem suscitar dúvidas acerca da experiência profissional dos muitos que foram contratados naquele período da construção. Portanto, a necessidade de um emprego fazia o indivíduo optar por essa prática de falsificações de registros na Carteira Profissional.

Pouco tempo após a prisão do primeiro acusado, foi preso também um segundo trabalhador, sob a acusação de adulterar documentos e portar “tóxico”, sustentando a versão de que havia outras pessoas especializadas em adulteração de Carteiras de Trabalho. O auto de apreensão aponta que o indiciado, a julgar pelo material que possuía, havia adulterado inúmeros documentos, conforme a descrição sucinta do Fiscal de Segurança da Itaipu, que, na sua descrição dos fatos, relata:

Aproximadamente às 18h e 30min de 09 de Mai. de 78, foi entregue nesta CS, por componentes do CA-VI<sup>96</sup> o Sr. (...), crachá 210-HJ (...) sob acusação de adulteração de documentos e posse de tóxico. Ao ser inquirido o Sr. (...) confessou ter adulterado a CTPS<sup>97</sup> visando melhor colocação nas empresas em que pleiteava empregos, contudo negou ser proprietário da pequena

---

<sup>96</sup> Nomenclatura como ficou conhecido no início das obras de Itaipu a Agência de Segurança da UNICON: Canteiro Acampamento e Vigilância. Tempos depois passou a ser designado pela sigla AU-VI.

<sup>97</sup> Carteira de Trabalho e Previdência Social.

quantidade de maconha encontrada entre seus pertences (...) (CDI 9182F 0144).

Essa ocorrência foi também elaborada no ano de 1978, idêntica à anterior. Demonstra-se com isto que os adulteradores atuaram com mais ênfase no momento em que a demanda por mão de obra foi mais expressiva (1976 a 1978). Juntando-se a isto, havia maior dificuldade de conferência junto às empresas dos registros apontados na Carteira de Trabalho e Previdência Social pelos agenciados e por outros pretendentes aos cargos oferecidos. Contudo, cabe ressaltar que estas observações feitas acerca daquele momento histórico não têm o objetivo de levantar dúvidas sobre a qualidade dos serviços prestados. Tampouco se pretende duvidar do profissionalismo daqueles que ali estiveram e que até perderam a vida na construção de Itaipu, mas objetiva-se estudar a dinâmica do recrutamento e daqueles que chegavam pelas diversas vias e concorriam a um cargo na UNICON ou em outras empresas. Da mesma forma, objetiva-se estudar a atuação das Agências de Segurança e de suas sindicâncias na repressão à prática de falsificação adotada pelos trabalhadores para burlar os responsáveis pelo recrutamento, e, além disso, sobrepor-se ao mercado competitivo por meio das fraudes.

Nessa linha de pensamento, poder-se-ia relacionar alguns acidentes de trabalho em razão da falta de experiência da maioria dos trabalhadores em grandes obras; afinal, a necessidade básica, naquele momento, expressa-se nas urgências pela entrega das etapas da edificação. Sendo assim, o próximo tópico estudará justamente isto: os acidentes e acidentados, tendo como alvo não apenas os agenciados, mas todos aqueles que fizeram parte da construção.

### 3.2 “O POVO DO ABISMO” E OS *BARRAGEIROS* HOMENS DE AÇO

*Eu tava fazendo hora extra e devia tá cansado. Trabalhei dezessete anos na fiação e já tinha reparado que a maioria dos acidente acontece bem antes do apito da sirene. Aposto que acontecem mais acidentes perto da hora do apito que no resto do dia. Ninguém consegue ficar esperto depois de trabalhar firme tantas horas. Vi tanta gente de braço cortado, arrancado e esmigalhado que nem sei.*

(LONDON, 2003, p.46)

O “Povo do Abismo” foi o termo pelo qual Jack London, em sua obra “O Tachão de Ferro” (1907), definiu a população pobre e sem perspectiva que vivia às margens da pobreza e que, num dado momento, insurgiu-se contra a oligarquia, denominada por London “Tachão de Ferro”. Embora seja um romance, a obra traz algumas análises importantes acerca da opressão, da dominação e dos acidentes de trabalho. Da mesma forma, vale, também, para analisar o caso dos trabalhadores da usina de Itaipu que passavam a maior parte do tempo dentro de galerias frias e úmidas, abertas por enormes explosões.

Desta perspectiva, o estudo de “O Povo do Abismo” ganha outras conotações. Os trabalhadores da barragem não tinham cabeça seca, tampouco faces diabólicas como a descrição que London (2003) faz de seus personagens, sobre as características dessa categoria. No entanto, estes assemelhavam aos da ficção no sentido de não ter nada a perder, trabalhando em um ambiente em que a vida não representava muito, e os acidentes, como veremos, eram anotados com frequência.

Nesse sentido, quando o assunto é os acidentes que a construção da Itaipu produziu, existem muitas especulações baseadas no senso comum acerca de vítimas próprias da construção, além daquelas pelas quais a Ditadura Civil-militar produziu. Entre estas especulações, está a de que existem pessoas soterradas propositalmente pelo concreto. Neste caso, os grandes blocos da barragem (catedrais) representam o túmulo das pessoas contrárias ao regime Militar que sucumbiram, misturadas às gigantescas caçambas de concreto gelado (6°C), no período mais pesado da construção.

Cabe, então, ressaltar que, se houve realmente esse momento desencadeado entre os órgãos repressivos externos e os ligados a Itaipu Binacional, não foram encontradas nem fontes orais ligadas à Segurança Física da Itaipu, tampouco à Segurança Física da UNICON que pudessem trazer indícios acerca do referido acontecimento. Neste caso, a história daqueles que poderiam estar concretados nos blocos da barragem ganha, ainda que sem as devidas fontes, importância demasiadamente maior em relação a outras vítimas produzidas pela obra em si. E ao se fazer isto, outros sujeitos históricos, considerados alheios às lutas políticas, ficam esquecidos pela história oficial e, da mesma forma, deixam de ser inseridos na discussão da história dos mortos e dos desaparecidos na construção da obra.

Por outro lado, não cabe a esse estudo saber se os operários desaparecidos foram encontrados ou não; se a família de cada um deles recebeu a indenização devida ou não, embora reconhecida a importância deles e o mérito da questão. Cabe a esse estudo problematizar os acidentes e contrapô-los à história que se montou em torno da construção e

do que se oferecia aos trabalhadores. Assim, esse estudo apresenta contradições entre o senso comum, as narrativas e a história oficial da instituição Itaipu Binacional. Por meio de fontes (ocorrências e narrativas), pode-se observar que existiram vítimas fatais, mas estas seriam apenas os operários ligados à construção. Por mais que houvesse ligação da Itaipu Binacional com as Comunidades de Informações, o espaço da edificação da barragem poderia ser um entrave, no caso de forçar o desaparecimento de alguém, visto ser local público e de grande movimentação. Esta tese elaborada e sempre lembrada sustenta-se apenas em suposições.

Pelo viés da história institucional, por exemplo, ao atribuir o Espaço Barrageiro<sup>98</sup> como sinônimo do apogeu dessa categoria, tenta-se mostrar a situação ideal daqueles que trabalhavam na barragem. Contudo, tal viés precisa ser problematizado, por exemplo, pela diferença entre as narrativas de um engenheiro da Itaipu, de um trabalhador do concreto da UNICON ou de um montador da Itamon. Da mesma forma, ocorre com os atuais contadores de histórias, ex-barrageiros, contratados para guiar os turistas que visitam diariamente a barragem. Eles são incumbidos de relatar a história da construção da barragem, mas não de acordo com as experiências que vivenciaram. Estes “guardadores de memórias” pertencem ao mundo institucional, são ex-trabalhadores que veem, nas próprias narrativas, um meio de subsistência. Pode ser que alguns nem tivessem participado das escavações, mas pertencessem a setores mais burocráticos, e, assim, não presenciaram algo traumático, por exemplo, como a morte de um amigo na construção. Caso isso tivesse ocorrido, seria pouco provável que o narrador se propusesse a desempenhar tal atividade, distorcendo a realidade, gerando versões errôneas sobre um mesmo acontecimento. Em outras palavras, gerando uma “memória dividida”, isso é, de um lado os discursos oficiais que demonstram o valor, o heroísmo daqueles que ajudaram a construir a barragem. Por outro, a memória popular de alguns Guardas de Seguranças e trabalhadores braçais que demonstram outra realidade para o mesmo processo. Porém, a memória oficial dos “contadores de história” tende a suprimir e a solapar o que teve de mais ruim e reprovável nesse empreendimento hidrelétrico, posto em prática pelos ditadores militares. Geovanni Continni (*apud* PORTELLI, 2006) observa também essa dinâmica, expressa no duplo entendimento dos fenômenos históricos por meio das narrativas. Isto ocorreu, por exemplo, com os moradores do vilarejo de *Civitella*, em Toscana, na Itália, que fora ocupada pelos nazistas, em 1944. Naquele lugar, dezenas de cidadãos civis foram executados pelos nazistas em represália à morte de alguns soldados

---

<sup>98</sup> Pequeno espaço localizado onde eram os alojamentos dos trabalhadores. Neste, de forma linear, a Itaipu Binacional, por meio do seu Parque Tecnológico, tenta reproduzir o cotidiano dos trabalhadores.

alemães por membros da resistência italiana. Deste ponto de vista, Portelli (2006, 105) explica que Continni:

(...) identifica, por um lado, uma memória oficial, que comemora o massacre como um episódio da Resistência e compara as vítimas a mártires da liberdade; e, por outro lado, uma memória criada e preservada pelos sobreviventes, viúvas e filhos, focada exclusivamente no seu luto, nas perdas pessoais e coletivas. Esse memória não só nega qualquer ligação com a Resistência, como também culpa seus membros de causarem, com um ataque irresponsável, a retaliação alemã (PORTELLI In: AMADO & FERRERIRA, 2006, p.103).

Afinal, não seria essa mesma dinâmica presenciada atualmente por aqueles responsáveis pelas visitas à barragem? Parece que sim. Assim, somente os fatos que reforçavam a imagem institucional ideal são alinhavados com o conteúdo do filme passado aos turistas, antes da visita destes ao complexo da Itaipu. Ocorre, assim, a mutilação da realidade, coisa comum e artifício preponderante à história de caráter oficial. As histórias destes guias são diferentes daquelas narradas por Beto (2012), Afonso (2012), Aquino (2014) e outros que não possuem atualmente vínculo institucional com a Itaipu, e que, portanto, não dependem do teor de suas narrativas para sobreviver. Por outro lado, os contadores de histórias são empregados pela instituição, e quanto mais evidenciarem o processo de construção e a mobilidade como algo ideal, mais se sustentam no seu ofício, visto que o objetivo é gerar boa impressão sobre empreendimento e empreendedores.

Assim, quando um visitante chega ao Espaço Barrageiro, surpreende-se com um quarto bem arrumado e estruturado, com, por exemplo, rádio, aparelho de barbear, toalhas etc. Contudo, tal realidade difere da apresentada no Segundo Capítulo dessa dissertação, no qual se viu que alguns trabalhadores foram até torturados no próprio quarto e, depois, demitidos.

Da mesma forma é a história do General José Costa Cavalcanti, primeiro diretor da Itaipu Binacional. Muitos outros trabalhadores colaboraram para que Cavalcanti se consagrasse para além de um ministro que deixou sua assinatura no Ato Institucional nº 5, e para que ele tivesse seu nome em espaços públicos. No caso do General Cavalcanti, alguns trabalhadores foram oprimidos, sumiram, morreram em acidentes de trabalho, suicidaram-se, foram torturados ou vítimas de homicídios no Canteiro de Obras de Itaipu. E como a maioria não procedia do município, visto que eram agenciados e não agenciados oriundos de outros lugares, tornaram-se, assim, esquecidos, sendo lembrados apenas nas narrativas ou em documentos dispostos em arquivos de difícil acesso.

Não seria possível conhecer os detalhes da morte do feitor Zé Carlos, enquanto construtor de barragem, se não existisse a narrativa de Wilson Batista de Aquino (*op.cit*), segundo o qual este feitor foi esmagado por uma máquina pesada, quando era efetuada a terraplenagem nos dicks. Nas afirmações de Aquino, foram “80 toneladas de pedra em cima do feitor, e deixou ele espremido no piso. Trabalhava no dick. O dick é pura argila, compactada com água e passaram em cima, e espremeu. Chamava de Zé Carlos, o Feitor” (*idem*).

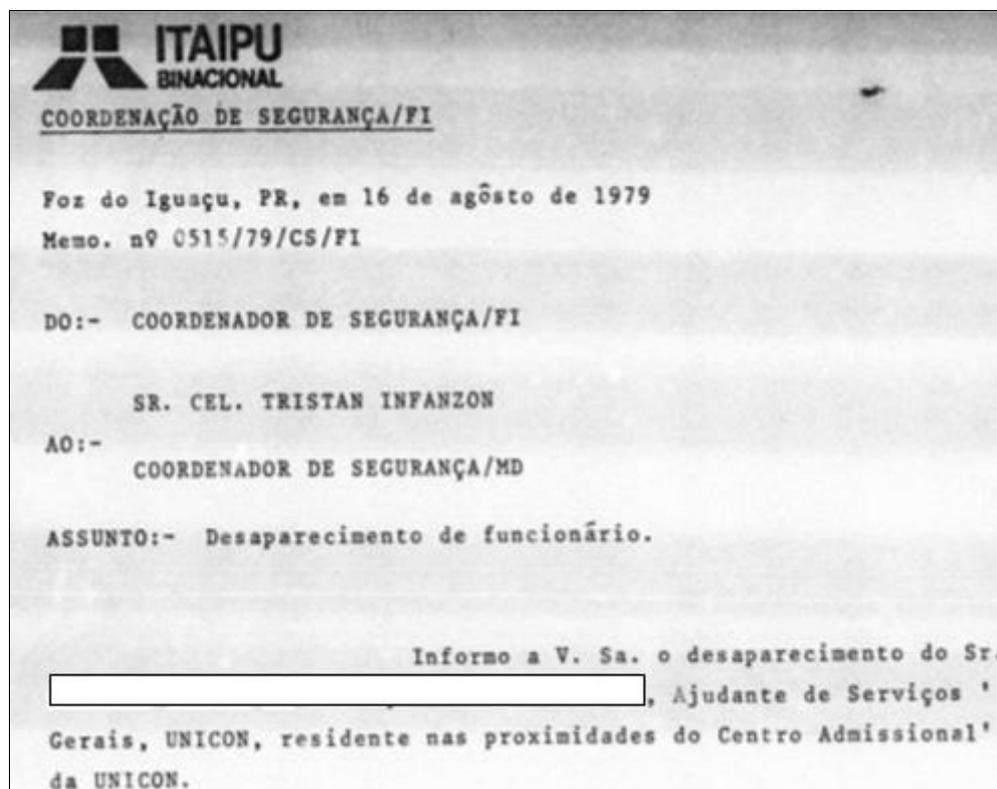
Assim como no acidente do feitor, narrado por Aquino, houve outros e em diferentes situações. Em outro exemplo, conforme documento reproduzido na Figura 33, datado de 1979 (CDI 9188F 2233), o Coordenador de Segurança-ME, Coronel Zanon, comunica ao Coordenador de Segurança da Itaipu do Paraguai, Coronel Tristan Infazonl, o desaparecimento de um funcionário do Consórcio UNICON, que trabalhava na Central e Concreto da Margem Direita (MD)<sup>99</sup>. Embora o local de trabalho seja sugestivo quanto a um possível desaparecimento, pode ser que o trabalhador da UNICON nem tivesse assumido seu turno. Como pode ser observado no mesmo documento apresentado a seguir (Figura 33), a ocorrência teve sua publicação em 16 de agosto de 1979, ou seja, havia três dias que o operário estava desaparecido, conforme teria dito seu amigo aos Guardas de Segurança, ou seja, “*que seu cartão ponto [do desaparecido] foi demarcado pela última vez às 07:00 do dia 13 de agosto de 1979*” (*idem*).

A ocorrência a seguir também esclarece o possível motivo por que se demorou tanto para que fosse tomada uma iniciativa com o objetivo de encontrar o empregado, assim tais ações podem ser a fonte da criação de mitos acerca de pessoas concretadas na barragem. Da mesma forma, o local de trabalho da vítima poderia gerar conflitos acerca do paradeiro dele, afinal era uma indústria de concreto. Por outro lado, sem vítima, não haveria indenizações. Como poderia ser provado que houve um acidente de trabalho? O relato do Coronel Zanon sobre o homem desaparecido é totalmente diferente do apresentado por Wilson Batista de Aquino sobre o feitor esmagado pelo caminhão carregado de pedras. Neste último, havia a materialidade, o corpo da vítima, de modo que o processo de indenização poderia ter certa agilidade. Com efeito, nos processos de desaparecimento do corpo, havia a movimentação dos setores burocráticos para atenuar os efeitos junto aos familiares sobre a pessoa desaparecida.

---

<sup>99</sup> Era o lugar onde se produzia o concreto. Havia duas centrais, uma, na Margem Esquerda-ME; e a outra, na Margem Direita-MD. Nestas, produziam-se centenas de metros cúbicos de concreto a uma temperatura de -6°C, e seu funcionamento era 24 horas por dia.

**Figura 33:** Ocorrência do desaparecimento de trabalhador



Fonte: *idem. op.cit*, 2233.

O fato de essa ocorrência ter sido encaminhada à ASI-MD justifica-se porque o trabalhador teria desaparecido em território paraguaio. Assim, aqueles protocolos estudados no primeiro capítulo da dissertação, quanto à autonomia das agências, deveriam ser respeitados. Era dessa forma que se estabeleciam os acordos bilaterais. Numa circunstância diversa, poderia ser pensada em uma Operação Condor interna entre as Agências de Segurança. Nestas operações, as ocorrências e os pedidos circulavam internamente, ganhando a mesma conotação utilizada pelos órgãos repressores do Cone Sul, quando empregavam essa dinâmica no trato com os perseguidos políticos (PADRÓS, 2005; FERNANDÉZ, 2011). No caso do desaparecimento apresentado anteriormente, parece que não existiu um aviso da Itaipu ao Consulado Brasileiro no Paraguai. Houve, no caso em questão, uma tomada de posição dos familiares da vítima que avisaram as autoridades policiais brasileiras sobre o acontecimento, tendo em vista que o trabalhador não havia retornado do trabalho.

Não seria o caso de a própria Itaipu ou o Consórcio tomar tal iniciativa, visto que o trabalhador poderia estar morto no interior da barragem? As palavras do Coronel Zanon, registradas na ocorrência, não convergem para isto. Ele informa ao coronel Enfazon: “(...)

informo-lhe que a queixa foi registrada pelo Sr. (...) [colega de trabalho], Ajudante de Serviços Gerais, UNICON, o qual declarou que o desaparecido trabalha na Central de Concreto MD, (...); familiares do Sr. (...) registraram queixa na Delegacia de Polícia Civil/FP' (*idem, op.cit*).

A queixa registrada na Polícia Civil tinha caráter protocolar. Como será apresentado, esta instituição policial não tinha acesso ao interior do Canteiro de Obras, não possuía autonomia nas averiguações de acidentes de trabalho e de outros problemas; porém, como Polícia Judiciária, os documentos deveriam circular no seu âmbito após o ocorrido. Assim, os documentos produzidos pela Itaipu Binacional e pelas empreiteiras tornavam-se legais, do ponto de vista jurídico, pois as autoridades não constestavam se o operário foi a óbito no local do acidente ou no hospital, se desapareceu após dar entrada para o trabalho ou posteriormente, ou se foi vítima de homicídio. Cada circunstância determinava um valor de seguro de vida, e assim como em qualquer empreendimento capitalista, a economia e a ocultação de acidentes fatais (no CO) poderiam ter real importância para aqueles que dirigiam as edificações. Mas, quanto a essas questões, tem que se admitir que havia uma complexidade: Como pagar a indenização, se não há uma Certidão de Óbito?

Em 29 de abril de 1982, um trabalhador, que havia sofrido um acidente, afirmava, em reportagem ao Jornal Nosso Tempo: “*Neste momento vivem lá na Vila*

*C vinte e Oito viúvas de operários que morreram na obra. Outras foram embora depois de esperarem inutilmente pela indenização. Itaipu só paga depois de aparecer o cadáver*” (*op.cit*, 1982, p.10). Pode ser que, nesta afirmação dada pelo trabalhador, estejam também aqueles que abandonavam a família ou aqueles que eram vítimas de outros crimes e permaneciam desaparecidos na área externa do Canteiro de Obras. A esses, eram dados também encaminhamentos idênticos, só que, nesse caso, acertavam-se apenas os dias trabalhados e os outros direitos trabalhistas.

Não havia outra escolha aos familiares. Para aqueles que ocupavam o imóvel e não tinham para onde ir, pois a maioria era de outros Estados, e a situação era precária. Uma das formas usadas para equacionar esta situação era o encaminhamento do que sobrou da família da vítima ao destino de origem, pois o imóvel ocupado por uma viúva deveria servir a quem estivesse na ordem para recebê-lo, dando seguimento à rotina das contratações e demissões. Afinal, a rotatividade, os acidentes e os desaparecimentos não poderiam comprometer a dinâmica da obra. Por isso, a Itaipu, juntamente com as empreiteiras, montou um eficaz serviço de controle, entre os quais estava a forma de se isolar os problemas relacionados à

família das vítimas que não eram encontradas. Como será exemplificado a seguir, isso poderia demorar dias, meses ou anos. Houve casos em que apenas os “ossos das vítimas foram encontrados juntamente como o cartão de identificação” (CHARLES, 2013). Justifica-se, assim, a preocupação em retirar aqueles que, de alguma forma, tinham parentescos íntimos com os desaparecidos. Na continuação da entrevista ao Jornal Nosso Tempo, o homem demitido da UNICON explica:

[Os] moradores da rua Belo Horizonte, do conjunto C, são testemunhas de uma viúva que, depois de esperar durante bastante tempo, começou a ter ataques e desmaios. A solução encontrada por Itaipu foi dopar a viúva com calmantes e mandá-la embora. Deve hoje estar em São Paulo mendigando, diz uma vizinha (*op.cit*, 1982, p.10).

Retomando o caso das concretagens de humanos na Itaipu, esta é uma das inquietudes que perpassa os anos, desde que a Central de Concreto da UNICON iniciou a produção, em ambas as margens do Rio Paraná. Neste caso, pergunta-se: Quem seria o responsável por levar a caçamba de concreto e acionar os vibradores sobre a(s) vítima(s)? No caso das vítimas dos militares, uma equipe só de militares poderia realizar tal atividade? Foi apresentada, no tópico anterior, a complexidade de uma equipe de trabalhadores. No lançamento de concreto, tal dimensionamento não era diferente, aliás envolvia mais trabalhadores que uma equipe habitual. Nesta, estavam envolvidos encarregados, feitores e os demais operários, juntando-se a eles o próprio fiscal de concreto da estatal. Além disso, um corpo, em meio ao concreto, poderia danificar a estrutura em face ao vazio que se concentraria no interior do bloco; só por esta via, o mito perderia a sua força de sustentação. Por outro lado, pode ser que tenha havido algum acidente de trabalho em que a caçamba tenha sido acionada de forma acidental sobre os trabalhadores, mas sem que estes ficassem definitivamente concretados, como afirma as suposições acerca dos presos e desafetos políticos. Aliás, esta foi uma das indagações feitas pelos Jornalistas do Jornal Nosso Tempo, em 1981, ao funcionário demitido da UNICON, Miguel Matias, que procurou o Semanário para denunciar o Consórcio. Em meio a outras denúncias, Matias diz aos jornalistas:

[Lembrava-se de] *uma vez em que um peão recebeu uma caçambada de concreto em cima, tudo por causa de má informação e uma ordem mal dada por um Feitor. Caiu o concreto e o homem desapareceu. Com picareta cavamos até que encontramos seus cabelos. Pelos cabelos o arrancamos de lá. Mas ele estava congelado, durinho. Notamos que o coração dele batia. Estava vivo! Veio a segurança e o levaram. Se não tivéssemos sido rápidos,*

*ele teria morrido porque o concreto congelado em questão de minutos vira uma pedra. (...) (op.cit, Ed. 04 a 11/03/1981, p.11).*

Pelo depoimento do trabalhador, percebe-se que havia a possibilidade de uma concretagem acidental, mas que não haveria probabilidade de o trabalhador permanecer ali, esquecido pelos companheiros. No entanto, em se tratando de desafetos do regime militar, foram muitos os lugares em que os presos políticos foram sepultados após serem mortos nos interrogatórios, ou até mesmo quando foram vítimas de emboscadas, organizadas pela repressão. Tais assuntos foram debatidos, ainda que não se tivesse obtido um consenso acerca de onde estariam os restos mortais de dezenas de militantes políticos, tendo em vista a falta de vestígios devido à organização das equipes que trabalhavam para a repressão e que eram responsáveis por tal atividade. Neste caso, a Itaipu Binacional não sairá tão fácil dessa espécie de ilusão de que, ao se manter ativa, como já pontuado, faz com que a história dos comuns, dos “los de abajo”, seja suprimida pelas questões políticas mais amplas e importantes relativas às ditaduras no Cone Sul. Dissociar estes dois momentos permite não cair nas contradições sobre os mortos em acidentes de trabalho e os supostamente levados e enterrados no Canteiro de Obras pelas Forças Armadas e outros. Portanto, apesar das indagações e das especulações do senso comum, as ocorrências e narrativas não confirmam a existência de mortos sepultados no concreto da construção da Itaipu.

Estudar os acidentes de trabalho articulados aos depoimentos dos Guardas de Segurança de ambas as agências, juntamente com os demais trabalhadores, servirá também para demonstrar a autonomia das empreiteiras e da própria Itaipu Binacional, aspecto que se mostrou comum nos capítulos anteriores deste estudo. Se nos assuntos referentes à Segurança Física, ou no sentido policial do termo, houve autonomia das instituições, como vimos com as prisões, sindicâncias, entre outros procedimentos; quando havia um acidente de trabalho, os estudos das fontes apontam também para essa evolução.

Tanto o Ministério do Trabalho (MTr) quanto o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), recebiam os laudos sobre os acidentes, elaborados pelo Serviço de Higiene e Segurança do Trabalho das empresas, acatando-os, sempre do ponto de vista de a responsabilidade do ocorrido ser do trabalhador. Nestas circunstâncias, pode ser que houvesse um consenso sobre a eficácia e a veracidade dos laudos produzidos no âmbito da barragem e da área de sua jurisdição.

Pedro Henrique Pedreira Campos (2012) estudou, em vários aspectos, as ações das grandes empreiteiras brasileiras durante o Regime Militar; dentre eles, os problemas

referentes aos acidentes de trabalho, principalmente nas obras pesadas. O historiador tomou como parâmetro, para suas análises, as matérias produzidas pela revista “O Empreiteiro”, cujo corpo editorial não podia ter outra concepção de ideal, se não a visão dos donos das grandes empresas do ramo da construção civil. Eram eles os seus clientes, inseridos nesse meio, e formados por todas as empresas que, mais adiante, comporiam, juntamente com empresas paraguaias, o Consórcio UNICON.

Essa Revista tinha como pauta anunciar as grande empresas do ramo da construção civil e os fabricantes de equipamentos, entre estes, os equipamentos de segurança. Com isto, fazia menção aos acidentes de trabalho que aconteciam no universo brasileiro das construções. O caráter de fim comercial deste periódico não podia se furtar de divulgar estudos e apontar os dados sobre os acidentes de trabalho nos Canteiros de Obras de forma mais organizada, pois os acidentes eram realidade em todo o país. Por outro lado, na Itaipu, o Informativo da UNICON estava atrelado apenas ao Canteiro de Obras de Itaipu. Além disso, não era característica do corpo editorial do informativo, tampouco tinham liberdade editorial para isso, pronunciar-se contra o Diretor Geral, General José Costa Cavalcanti, e a admistração deste. O jornal tinha financiamento próprio e não dependia de anunciantes para manter sua estrutura. Em outras palavras, não precisaria vender, e sim apenas agradar e evidenciar as equipes diretivas e o trabalhador dedicado à empresa. Foi nessa dinâmica que o Informativo se inseriu em relação aos acidentes e às vítimas de acidentes, desde a inauguração, em 1978.

A quantidade de acidentes de trabalho, para o início da década de 1970, era assustadora, e a Itaipu Binacional deveria levar em conta a fase de montagem do “maior Canteiro de obras do mundo”. Os números relativos, apresentados no ano de 1974, ou seja, um ano antes do início da obras de Itaipu, apontam para a deficiência que se acentuou mais adiante para o Canteiro da Binacional. Naquele ano, no Brasil, foram contabilizados “400 mil acidentes”, segundo a Revista O EMPREITEIRO (*apud*, CAMPOS, 2012, p.442). Contudo, os números apresentados pela Fundacentro<sup>100</sup> sugerem o total de 1.796.761, para o mesmo período (*idem*). Apesar da quantidade apresentada nos dois demonstrativos destoarem entre si, os números eram expressivos, mostrando que as grandes e pequenas construções eram deficientes nas metas de redução de acidentes de trabalho.

Com o tempo, as informações ao público acerca dos acidentes no Canteiro de Obras de Itaipu mudaram de teor. Enquanto as equipes diretivas buscavam metas para conter os

---

<sup>100</sup> Fundação Pedro Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho.

acidentes de trabalho, o Informativo da UNICON encobria-os, apresentando apenas dados positivos. Mas, no aspecto mais amplo por força do Contrato 108/75 de 1975 (Anexo 4), a UNICON deveria fornecer diariamente à Itaipu Binacional os relatórios sobre acidentes, independente das ocorrências feitas pela Coordenação de Segurança ou pela Segurança Física da UNICON. O enunciado do documento registra que “o Contratado deverá apresentar, diariamente, relatório das ocorrências referentes à segurança do trabalho, a acidentes com equipamentos e à vigilância do Canteiro de Obras”. Em contrapartida, as informações obtidas pela Itaipu sobre isto, mediante a força do contrato, curiosamente não eram divulgadas no “Relatório anual de atividades” da Binacional.

Nesse Relatório, havia o detalhamento de atendimentos gerais aos trabalhadores, contudo não aparecem os dados referentes às vítimas de acidentes de trabalho. Toma-se como exemplo o Relatório Anual de 1978 para mostrar esta constatação. De acordo com o Relatório, no referido ano, ocorreram, em termos de atendimentos médicos aos trabalhadores e familiares, “364.575 consultas; 124.549 exames diversos; 574.894 procedimentos paramédicos; 76.870 imunizações; e 76.865 atendimentos odontológicos” (1978, p.24). Pode ser que os dados que as empreiteiras teriam que passar à Itaipu Binacional sobre os acidentes e outras ocorrências tivesse importância relevante, a ponto de não constar no corpo do Relatório Anual, conforme foi demonstrado anteriormente. Pode ser, ainda, que os números de mortos e feridos ficassem diluídos nos mesmos dados apresentados, mas com outras denominações. Vale lembrar que, sobre esses acontecimentos, havia também a manifestação da censura para qualquer divulgação acerca das obras. Uma hipótese era de que o consórcio até quisesse divulgar dados no seu Informativo, mas ficava impedido por força do Contrato 108/75, Cláusula 68a, de 1975. A UNICON não poderia fazer nenhuma espécie de divulgação, sem ter antes a autorização da Itaipu. Na Cláusula 68a, consta que “o Contratado se obriga a obter o consentimento prévio da Itaipu para eventual publicação de quaisquer relatórios, ilustrações, entrevistas ou detalhes das Obras objeto deste Contrato”. Explica-se, por meio do enunciado desta Cláusula, a forma com que os jornalistas do Informativo UNICON trabalhavam e faziam a divulgação dos fatos ocorridos.

Se, para os outros veículos de imprensa, havia os dispositivos de fiscalização e censura trazidos pelos Atos Institucionais; na Itaipu, havia contra as empreiteiras a força da censura inserida no contrato que, para além de controlar as publicações, tinha, como pode ser observado, o poder de calar algum engenheiro que tivesse disposição de falar sobre as obras. Vale ressaltar que não se enquadram nessa dinâmica aqueles que eram demitidos.

O Informativo UNICON apresentou, em fevereiro de 1978, matéria acerca dos acidentes, mas se limitou a demonstrar, por meio de gráficos de difícil entendimento, as metas do consórcio, além de dados compactos que englobavam os anos de 1976 a 1981. Nas contas apresentadas pelo Informativo, durante esse tempo, ocorreram 56 óbitos, dando a média de 11,2 por ano. Contudo, só no ano de 1981, segundo as mesmas estimativas, foram 9 acidentes fatais; o restante dos 47 ficaram dissolvidos entre 1976 a 1980 (*idem, op.cit*), correspondendo a um índice infinitamente baixo (Figura 34). Mas, será que este índice, expresso no Informativo UNICON e não apresentado no Relatório Anual da Estatal, considerou quem entrava em óbito posteriormente, quando ainda estava em atendimento hospitalar? Como veremos, mais adiante, no dia 17 de dezembro do ano de publicação dessa reportagem, isto é, dois dias antes, ocorreu um dos maiores acidentes no Canteiro de Obras, com números de mortos e de feridos que poderiam mudar o panorama apresentado pelo Informativo, com base nos dados da Segurança do Trabalho da UNICON.

**Figura 34:** Demonstrativo de acidentes fatais 1976 a 1981<sup>101</sup>

HORAS - HOMEM TRABALHADAS POR ACIDENTE FATAL			
PERÍODO	HORAS - HOMEM TRABALHADAS	ACID. FATAIS	HS - HOMEM TRAB. POR ACID. FATAL
1976 - 1980	193.574.957	47	4.118.616
1981 (JAN-NOV)	56.061.471	9	6.229.052
TOTAL	249.636.428	56	4.487.793

Fonte: *Idem, op.cit*, 1981.

Por que havia a determinação implícita no Contrato com as empreiteiras em relação à Itaipu quanto aos dados, mas não existia a mesma obrigatoriedade do envio de dados a outros órgãos que atuavam especificamente nessa área, a exemplo do Ministério do Trabalho? Isso pode ser entendido por outro viés. Não seria uma possibilidade da Estatal, por meio dessa solicitação, estar chamando para si a responsabilidade técnica das perícias e de outros procedimentos, onde houvesse vítimas, quando afirma: “deverá apresentar, diariamente,

<sup>101</sup> As horas homens - trabalhadas referem-se ao número de trabalhadores, multiplicado pelo tempo de duração das jornadas. Da mesma forma, o número de acidentes. Assim, quanto aos 47 acidentes que os dados apontam para o período de 1976 a 1981, os homens, no conjunto, haviam trabalhado mais de quatro milhões de horas para cada acidente fatal.

relatório das ocorrências” (*op.cit*, 1978, p.24)? Neste sentido, as ocorrências e as reportagens estudadas apontam para esta provável autonomia.

Assim, não se realizavam perícias pelos órgãos oficiais para que se chegasse às causas reais do ocorrido, pois ninguém poderia se dar ao luxo de paralisar a obra e esperar que a Polícia Científica fizesse a sua parte. Tampouco, pode se tirar conclusões e afirmar que os organismos policiais reponsáveis pelas perícias tivessem preparação adequada para atuar em um lugar complexo como aquele do Canteiro de Obras. Assim, sem uma perícia adequada e isenta, atribuía-se a culpa sempre às vítimas.

As estimativas apresentadas em 1981 “indicaram que de 75 a 80% dos acidentes têm como causas os atos inseguros ou atitudes impróprias, e que os armadores, ajudantes e carpinteiros são os que mais se acidentam”. Neste viés, as sabotagens e lançamentos de objetos de alturas eram descartadas na sua totalidade pelos gestores da Segurança e Medicina do Trabalho. Neste contexto, pergunta-se: em que compreendia os 20 a 25 % do índice? Seriam, então, hipóteses que chegavam após as investigações de que esses seriam acidentes do tipo, ou seja, fora do contexto dos atos inseguros e das atitudes impróprias? Aqui, então, aparece a culpa das máquinas ou a possibilidade de uma ordem absurda de superiores que não era computada.

Além da omissão de dados, as empreiteiras culpabilizavam o operário pelo acidente do qual ele fora vítima: “a displicência com os equipamentos de segurança no canteiro era um bom negócio para os empreiteiros”, afirma Campos (2012, p.44), ao estudar as grandes obras realizadas no período ditatorial. Se, numa forma mais abrangente, os acidentes eram tratados assim, talvez pudesse estar, neste contexto, a maneira com que lidavam os responsáveis da Itaipu e empreiteiras com relação a este assunto, na parte externa e interna do Canteiro de Obras. Em 12 de maio de 1978, foi lavrada pelo Fiscal de Segurança da Itaipu Binacional uma ocorrência de acidente de trabalho que ocorreu às 22 horas, produzindo duas vítimas; uma, fatal, e a outra, com ferimentos descritos como fraturas (CDI 9181F 2006). Nesta ocorrência, o Fiscal de Segurança da ASF explica ao seu Coordenador:

(...) o acidente deu-se quando uma caçamba carregada de concreto, movimentada por um guindaste, o qual não suportando devido seu peso e o terreno acidentado, veio a desabar sobre os funcionários que ali trabalhavam, tendo como vítima fatal o Sr. (...), nacionalidade paraguaia, com 21 anos de idade sob o cargo de pedreiro da UNICON, cujo corpo retirado das ferragens aproximadamente 04 horas após a ocorrência, sendo que os demais escaparam por frações de segundo. Com o impacto o Sr. (...), que estava no momento como operador do referido guindaste, foi encaminhado ao ambulatório com a perna fraturada, sendo que alguns atribuíram-lhe a culpa,

devido a sua insegurança na operação. Estava como encarregado do setor no momento, o Sr. (...), nacionalidade brasileira. *Compareceram para efetuar o levantamento as Seguranças do Trabalho da ITAIPU e UNICON: (idem, grifo meu).*

O documento de maio de 1978 apresenta, no seu conteúdo, as duas hipóteses elencadas anteriormente quanto à realização de perícias e à culpabilização das vítimas. Houve o acidente, mas quem o provocou? Segundo a hipótese apresentada pelo Fiscal de Segurança, ao ouvir os presentes no local, teria sido o operador do guindaste, pela “insegurança na operação” (*idem*). Ou seria do engenheiro e do encarregado que mandavam colocar concreto em excesso na caçamba para agilizar a entrega da concretagem? Questionamentos que só seriam repondidos, se houvesse a participação de uma entidade isenta, sem ligação com as empreiteiras e com a Itaipu, entrevistando-se todos que estavam presentes naquele momento. Com efeito, isso resultaria em uma paralisação da obra e em consequente atraso na entrega das medições.

Fatores relacionados às próprias deficiências nos organismos policiais públicos podem também ter facilitado o desdobramento para o alcance da autonomia das empresas presentes no Canteiro de Obras. Por causa destas deficiências, alguns casos que poderiam não ser resultado de acidentes de trabalho tiveram outras conclusões e encaminhamentos. Porque tão real e colossal como se materializava a barragem, eram também reais os acidentes com os operários. Foi assim também quanto à polêmica construção da Ponte Rio-Niterói e com as demais construções consideradas pesadas no âmbito brasileiro, no período em que vigorou a Ditadura Civil-Militar. Assim sendo, se aconteciam acidentes, haveria fatores que poderiam ser desencadeadores destes imprevistos. Desta perspectiva, o próximo tópico apresentará alguns fatores relevantes ao estudo sobre os acidentes e aos demais problemas oriundos das relações sociais no grande Canteiro de Obras de Itaipu.

### 3.2.1 AS PRESSÕES INTERNAS E EXTERNAS AO CANTEIRO DE OBRAS E AS RELAÇÕES COM OS ACIDENTES DE TRABALHO

O Canteiro de Obras de Itaipu era um lugar dinâmico, a ponto de influenciar mudanças no caráter e condutas dos indivíduos, muitas vezes acometidos por pressões internas e externas ao Canteiro de Obras. Estuda-se, assim, a possibilidade de que essas pressões possam

ter efetiva contribuição nos acidentes e em outros problemas no cotidiano da construção. As intimidações internas eram compostas pelas pressões vindas das equipes diretivas, principalmente das feitorias, que, ao cobrar resultados na produção, faziam com que o trabalhador, acostumado, em muitos casos, tão somente à agricultura, desenvolvesse alguma patologia. Assim, aquele que era forte o suficiente, suportando, de forma calada, as jornadas opressivas, poderia, em última instância, até optar pelo suicídio. Charles (*op.cit*), pioneiro da SFU, faz menção à tal atitude extremada do trabalhador, a ponto de dar fim à própria vida. Ao se referir à descoberta de cadáveres no interior do Canteiro de Obras, ele explica:

*(...) esse próximo ao rio Paraná, nos fundos do Refeitório Central, no mato existente naquele local, foi encontrado pelos próprios barrageiros que costumavam, de vez em quando, se dirigir até a barranca do rio pra pescar. Ele [o cadáver] foi encontrado já o corpo em decomposição, já decomposto. Somente uma camisa com o crachá pendurado no bolso e uma corda amarrada na árvore e, através dessa identificação existente ali, foi chegado à vítima que era um funcionário da UNICON, e posteriormente foi feito toda a parte burocrática, para que a família fosse notificada e fosse avisada que tinha sido vítima lá dentro. Não se sabe até hoje qual foi o motivo do suicídio dele. Porque fazia provavelmente muito tempo que ele havia se suicidado. Havia se enforcado. Tanto que não existia nem restos mortais dele. Alguns ossos existentes no local. Só. E o outro elemento que se enforcou debaixo da arquibancada do estádio também. Esse foi encontrado com pouco tempo após ele ter se suicidado e também não se sabe o motivo do suicídio. Provavelmente distante da família. Alguma depressão. Alguma coisa dessa natureza (CHARLES, 2013, grifo meu).*

Na primeira indicação de suicídio, a vítima procurou um lugar ermo e distante. Pode ser que a decisão daquele homem tivesse sido tomada há tempos, faltando a ele apenas a coragem para executá-la. Ele poderia ter pensado que, quanto mais longe, menor a chance de ser encontrado, ou até de ser salvo. No segundo caso, o trabalhador suicidou-se em lugar público, provavelmente motivado por pressão imediata. Talvez, em razão do local escolhido e onde o corpo dele fora encontrado, ele até pensasse em voltar atrás ou em ser visto ali por alguém. Mas, ambos os trabalhadores, de forma silenciosa, procuraram a resposta para seus problemas mediante o suicídio, como afirmou o GSU: *“provavelmente distante da família. Alguma depressão. Alguma coisa dessa natureza” (idem).*

Essa observação relativa à tentativa de suicídio foi objeto de análise do cronista do Informativo UNICON, José Melquiades Ursi (*op.cit*), ao narrar o surto do qual foi acometido outro trabalhador do Consórcio UNICON, de nome Pedro, em abril de 1987. No título de sua crônica, Ursi destaca: “Pedro, o Brabo, o homem que queria ver Deus” (Informativo

UNICON, 1987, p.04). Em seu texto, o cronista descreve a “loucura” que se abateu sobre Pedro e que, no estágio maior dessa confusão mental, tal perturbação “reavivou em Pedro uma vontade imensa de ver Deus”. Ver Deus, para Pedro, o suicida, não seria pela maneira convencional, ou seja, como os religiosos fazem suas preces; ou aquela em que os operários da barragem faziam para se esquecer das opressões das feitorias, no interior das Igrejas. Para o barrageiro Pedro, ver e estar com Deus, seria se lançar de um precipício com mais de cem metros de altura. Ao dar cabo da própria vida, acabaria com suas angústias, além disso serviria ainda de mensageiro a Deus em favor dos demais companheiros de trabalho, que nas palavras do próprio Pedro, não teriam idêntica coragem. Segundo o cronista, Pedro afirmava: “Eu hoje estarei com Deus. Vou levar-lhe um presente. Aproveitarei, então para dizer-lhe de vossas angústias e de vosso desejo de renegar a Satanás e a todas as suas pompas” (*idem*). De acordo com Ursi (*apud* Informativo UNICON, 1987), Pedro falava estas palavras, tendo como ouvintes centenas de trabalhadores que estavam à espera para dar saída no cartão de ponto. Contudo, o suicídio de Pedro não foi consumado. Na verdade, embora houvesse a ideiação para o suicídio, Pedro não teve coragem suficiente para executá-lo.

Pode ser que Pedro fosse um dos que anunciavam seu desejo, diferente dos demais. Ele foi facilmente contido por um funcionário do Serviço Social, que, referindo-se a Deus, disse: “*Vem comigo, eu vou te levar até ele. Visita Cândido Rondon*<sup>102</sup>, *aqui mesmo no Oeste do Paraná. Lá é fácil de falar com ele*” (*idem*). Observa-se, nesta fala, uma construção linguística diferente dos anteriores. A própria propaganda e a obediência ao representante do Serviço Social poderia direcionar o caso de Pedro a uma outra forma de patologia: a crença na existência de Deus e a possibilidade de falar com Ele pessoalmente, sem ser necessário recorrer à morte, servindo, desta forma, como alívio para seus problemas. Por outro lado, o ato de estar presente em acidentes e ver companheiros morrerem poderia desencadear ações dessa natureza em muitos que não eram barrageiros de profissão, juntando-se a isto o medo do desemprego e as demais perseguições. A obra como já mencionado era um lugar movido por complexidades. Uma cidade composta por diverso segmentos e uma diversidade de culturas que não raro também tornavam-se conflitantes e desencadeadoras de conflitos.

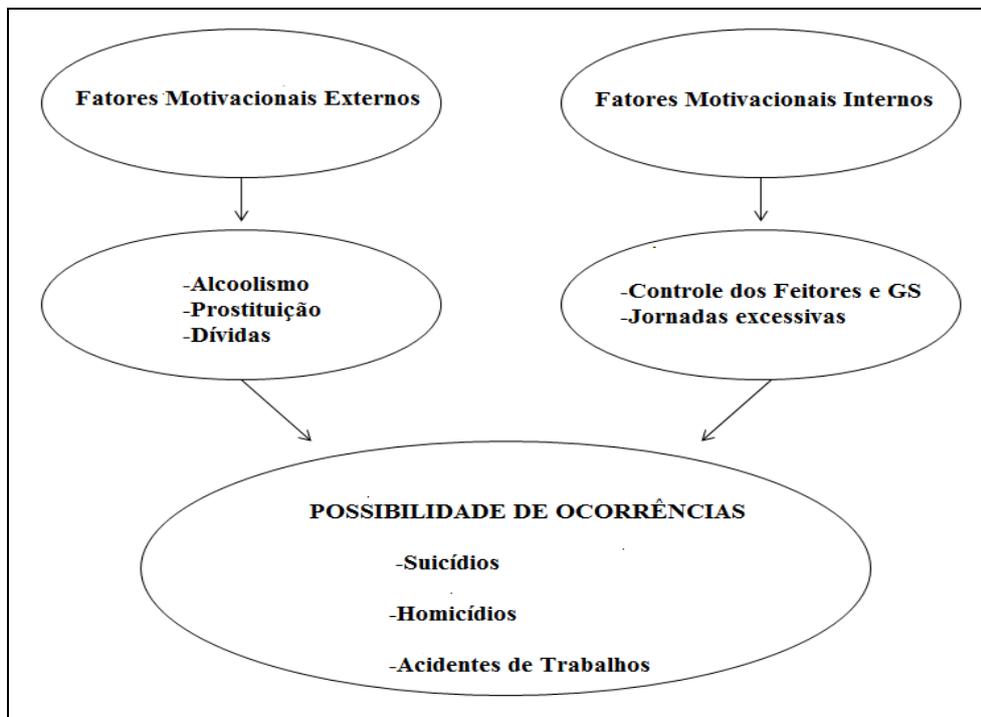
Em termos gerais, no chão da fábrica, muitas angústias se manifestavam, transformando trabalhadores, feitores e Guardas de segurança em inimigos potenciais. O esquema a seguir (Figura 35) ilustra este momento; ressalta-se que as conclusões apresentadas neste esquema foram obtidas, pelo pesquisador, por meio dos estudos das ocorrências que

---

<sup>102</sup> Tratava-se de um Sanatório, localizado nessa cidade, para o qual eram levadas as pessoas com distúrbios psiquiátricos.

iniciavam na Barreira de Controle e no tipo de relação do Interno com o respectivo feitor nas áreas de produção:

**Figura 35:** Fatores “Internos e Externos”



Outra demonstração aborda o caso de Joaquim<sup>103</sup>, cuja história de procedência é idêntica às outras narradas durante o texto e que foi exposto a esse regime estafante e opressivo, quando foi funcionário da UNICON, mas que pôde suportar as pressões, sem que tivesse que recorrer a uma atitude mais drástica como o suicídio, por exemplo. Gimarães, por sua vez, atualmente com 56 anos de idade, migrou de Mato Grosso do Sul para o Norte do Paraná, em meados da década de 1970, para trabalhar nas lavouras de algodão. Posteriormente se estabeleceu em Foz do Iguaçu, lugar em que permaneceu trabalhando no turismo e nas empreiteiras que realizavam as obras de infraestrutura nas futuras vilas residenciais de Itaipu.

Assim que iniciaram as contratações para a UNICON, Joaquim foi contratado como ajudante de serviços. Tempos depois, por meio dos treinamentos, foi classificado para a função de carpinteiro na construção da barragem central. Ao narrar o relacionamento com os

<sup>103</sup> JOAQUIM. Entrevista concedida em 15 de julho de 2014, na Cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná. Acervo do pesquisador.

chefes, Joaquim afirma que o feitor “*falava que tinha que fazer aquilo, e não podia mudar. Falava que tinha que fazer, que tinha um prazo pra fazer, que ia cáí concreto*”. Desta narrativa, pode -se depreender que o receio do trabalhador pelos lugares extremamente altos, aliados aos acidentes que aconteciam rotineiramente no espaço, denominado pelos trabalhadores, “buracão”. Se a pessoa era trabalhadora, não havia escolha por melhores lugares, pois todos eram designados para qualquer atividade, em ambiente perigoso ou não.

O feitor, sendo o último da hierarquia das equipes diretivas da carpintaria, à qual pertencia Joaquim deveria, a qualquer custo, terminar a parte das formas, ou seja, era ele que, com a sua equipe, decretava o término de mais uma etapa das “catedrais” que iam se destacando a partir do leito do Rio Paraná. E, na ânsia pela produção, seus subordinados, ou internos, de todas as origens, ficavam expostos às mais diversas formas de pressão. Isto valeria para todos os setores da produção, e parece que esta era uma característica comum aos feitores em geral. Neste sentido, os limites dos trabalhadores eram testados, e as angústias expressas de acordo com a natureza do indivíduo. Vários fatores poderiam afetar e desencadear certas ações repressivas constantes em ambas as partes. Em um desses momentos, Joaquim (2014) explica o resultado do excesso de ordens que partia de seu feitor:

*(...) eu vou fala: diz que homem não chora, mais eu chorei, porque tive que chora. Porque teve uma situação que eu fui emprestado pra outro feitor. Fui emprestado e o cara queria castigar. Aí eu falei: isso aí não pode! Castiga a pessoa. Eu tô sendo emprestado pra alguém e o cara querer me castigar. Vou pedir pra voltar pro meu setor de novo (...)* (GUIMARÃES, 2013).

Era comum o deslocamento de trabalhadores para outras equipes durante o período das grandes concretagens. Os carpinteiros, como no caso apresentado, acompanhavam o enchimento das formas, para uma emergência no caso de rompimento durante o processo de vibração do concreto. Neste contexto, foi vitimado o trabalhador paraguaio apresentado anteriormente. Assim, aqueles que eram emprestados passavam a ser mais hostilizados e perseguidos pelos feitores das outras equipes. Isto pode ser um fator importante para pensar os casos de desaparecimento, alcoolismo, suicídio ou até a procura pela religião como válvula de escape para as pressões internas. Wilson Batista de Aquino (*idem*) foi exemplo disso. Aquino afirmou que conciliava os momentos de folga com o ofício de “ministro da sagrada comunhão”, atribuição que compartilhava com a esposa, na região da Vila “C”, sendo um porta-voz do sacerdote, nas missas e demais cerimônias.

A Itaipu era um local em que a religião ganhava um destaque (MASCARENHAS, 2011). Ser um sujeito sem religião seria estar em constantes conflitos com as equipes diretivas e, como consequência disso, sofrer maior exposição a atos que poderiam gerar mais acidentes e outros distúrbios nos locais de trabalho. Por outro lado, ser um religioso assíduo tiraria do indivíduo a possibilidade de reação diante da opressão, tal como assinalou Barros (2011, p.231), ao se referir ao ateísmo atribuído a Karl Marx, quando este escreveu “A Crítica da Filosofia do Direito de Hegel”, em 1843. De acordo com Marx (*apud* BARROS, *idem*), a “religião é apenas o sol ilusório em torno do qual se move o homem enquanto não se move em torno de si mesmo”. No entanto, no Canteiro de Obras, não seria somente a religião esse “sol ilusório” ao qual se referia Karl Marx (1843). Havia outras circunstâncias que faziam do homem, naquele espaço, um ser passivo e sujeito a manter controle diante das pressões. Na verdade, era em maior grau o caso do processo institucional, composto pela racionalização e pelo controle das esferas da vida (dormir, trabalhar e brincar). Neste caso, a religião seria apenas mais um dos elementos reguladores do *interno* do Canteiro de Obras e vilas residenciais da Itaipu. No entanto, pode-se dizer que a religião se apresenta de forma mais efetiva, necessária e reguladora nas Instituições Totais, estritamente de cunho religioso, como “conventos, abadias, mosteiros e outros claustros” (GOFFMAN, 2013,p.17).

Além disso, com o passar dos anos, o trabalhador desenvolvia a relação de pertencimento ao ambiente. Nem a hipótese de uma demissão, da opressão, tampouco a doença faziam o indivíduo retroceder ao controle extremo. O espaço interno (CO), mesmo que sujeito ao rígido controle, parecia, para muitos, ser melhor que a própria casa. Estar presente nas frentes de trabalho, muitas vezes sem as devidas condições de saúde, demonstraria a possível relação de submissão às feitorias. Vale lembrar que, nesta hipótese, não entram os casos demonstrados no Segundo Capítulo, em que os trabalhadores foram vítimas de tortura. Naquelas observações, havia a obrigatoriedade habitual, o compromisso com o feitor, sob pena de demissão, mesmo que o preço fossem as “lesões na região abdominal e bolsa escrotal”, ocasionadas pelos torturadores. Neste caso, alguns apontamentos presentes nas narrativas dessas pessoas ligadas diretamente ao atendimento aos barrageiros e aos demais operários poderão ilustrar a ligação entre interno e equipe dirigente e sua obrigatoriedade.

Zilma e Trindade<sup>104</sup> foram duas funcionárias do Serviço Social da UNICON nos anos tensos da construção. Pelo fato de a UNICON ser o maior consórcio e aquele que tinha o maior número de trabalhadores, valem aqui da experiência profissional das duas funcionárias no Canteiro de Obras, para proceder ao detalhamento das observações apontadas anteriormente, as quais virão a seguir. Os depoimentos acerca da atuação profissional dessas mulheres podem colaborar para a análise dos vários tipos de problemas internos e externos pelos quais se chamou a atenção anteriormente, pois era no Serviço Social que desaguavam os problemas relacionados aos homens e à família destes. Aliás, frisa-se novamente que este serviço agia em conjunto com as Agências de Segurança.

Outro item importante refere-se ao espaço do Canteiro de Obras que não era exclusivo dos homens, mas de homens e mulheres; estas, em número infinitamente inferior àqueles, também fizeram parte da construção como trabalhadoras dos consórcios. No concernente à submissão aos feitores e à relação de pertencimento, nos diálogos entre Zilma e Trindade, elas estabelecem a conexão entre o feitor, o trabalhador e os donos das empreiteiras. Neste sentido, deram o exemplo de um trabalhador que estava com uma sobrevida de noventa dias dada pelos médicos da época. Doente, o homem pensou que estar na frente de trabalho ajudaria a superar sua doença, o que não deixa de ser uma possibilidade, quando o ambiente tiver condições mínimas de trabalho. Frisa-se novamente que, no ambiente em questão, os acidentes e os óbitos era realidade. Pode ser que, inconscientemente, o operário desejasse trabalhar, visto que estava mesmo fadado à morte. Neste sentido, Trindade (2014), funcionária do Serviço Social relata que o homem doente dizia:

*“Não, eu não vou parar, vou trabalhar!” Ele chegava na oficina, mexia... De repente a turma parava, encostava na parede assim: “O que foi? Não! Me deu uma tontura aqui... Eu vou trabalhar!” Eu [Trindade] ia na casa dele, falava pra mulher dele: Como é que ele tá? Tá trabalhando, ele acha que se parar ele morre!*

Não havia, no caso em questão, vontade ou gosto pelo trabalho, mas pela produção ou pela simples presença no setor que ajudaria aquele trabalhador a aliviar seus problemas. Desta perspectiva, poder-se-ia entender a presença da materialização da alienação, ou seja, nem o atestado médico foi suficiente para mantê-lo longe do trabalho e de seus companheiros. Nesta relação, o trabalho passa ser “externo ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser,

---

<sup>104</sup> ZILMA, TRINDADE. Entrevista concedida aos pesquisadores Odirlei Manarin e Valdir Sessi em 30 de junho de 2014, na Cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná. Acervo do pesquisador.

que ele não se afirma, portanto em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física espiritual livre, mas mortifica sua *physis* e arruína seu espírito” (MARX 2008, p.82 e 83). As ações tomadas por esse trabalhador consistia em um vínculo eternizado que ele mantinha com a “Instituição Total”. Caso idêntico ocorreu com um interno de presídio que, após ser liberto, fica, por vezes, sem destino. O alvará de soltura dado pela Justiça ao interno seria apenas o recomeço de uma nova pena, tendo em vista a ruptura com o pertencimento alcançado pelos vários anos submetido a um conjunto de regras. Não poderia ser esse também o trauma enfrentado por “Pedro, o Brabo, o homem que queria ver Deus” (*op.cit*)? Ao ver a obra em sua fase final, além disso, estar habituado às cobranças dos feitores, Pedro e outros estariam sendo consumidos pelas angústias de perder tudo aquilo que a empresa tinha oferecido a eles até aquele momento. Nem mesmo a doença os fazia desligar do cordão umbilical com as empreiteiras.

Assim sendo, aventa-se a hipótese de que tais motivações estivessem atreladas ao medo do desemprego e ao medo do recomeço, diante daquilo que Goffman (2013, p.23) denominou “desculturamento, ou destreinamento”. Estes são dois fatores que, habitualmente, tornam um indivíduo, quando exposto a um determinado nível de controle, impossibilitado de se reerguer ou enfrentar alguns aspectos de sua vida diária (*idem*). Em outras palavras, os benefícios oferecidos e os novos costumes contraídos mediante controle se tornariam diferentes daqueles que o interno “barrageiro” e os demais encontrariam no mundo exterior, após a demissão. A um trabalhador acometido por doenças, por exemplo, o atendimento no hospital da empresa não seria mais autorizado após a sua demissão; ocorreria da mesma forma com relação ao colégio para os dependentes e, após o término do semestre, não haveria como fazer nova matrícula. O imóvel cedido pela empresa deveria ser devolvido e só depois haveria o recebimento de partes do acerto de contas que ficava retido, medidas que objetivavam obrigar o ocupante a sair o mais rápido possível das vilas residenciais.

Numa outra possibilidade, se no ato da contratação nas empreiteiras o trabalhador tinha a vida vasculhada, causando a ele uma *mortificação do eu*, a indicação para um processo demissionário pelo seu feitor ou pelas Agências de Segurança por baixa produção causaria a este mesmo indivíduo processo idêntico de mortificação. Se, ao longo do período de atuação do indivíduo nos setores de produção, este demonstrasse boa vontade, obediência e submissão, e posteriormente fosse incluído na “baixa produção”, sendo considerado um trabalhador inútil, da mesma forma mortificava seu eu. Levanta-se tal hipótese, embora contrarie o que Goffman sugeriu sobre a *mortificação do eu*. Para Goffman (2013), tal

condição se efetiva unicamente quando da entrada do interno na “Instituição Total”; momento em que este é apresentado às barreiras em relação ao mundo exterior. Contudo, ao ser demitido do consórcio, o que fazer diante da possibilidade de ver desfeito tudo aquilo que a empresa oferecia e se lançar para o mercado informal na cidade, ainda que sem imposições de barreiras? Antes, contar a história da própria vida e preencher uma ficha (*op.cit*, 9181F 1767) consistia no momento de se desvincular do meio civil e ser admitido nas empreiteiras que passariam a ter o controle das esferas da existência do trabalhador.

Parece que no processo demissionário a *mortificação do eu* poderia, em última análise, ser ainda mais traumático, quando associada a doenças ou a traumas originados pelos acidentes de trabalho. Com efeito, havia, nesses casos, atitudes extremadas. Numa tentativa de se manter no emprego, recorria-se até à Assessoria de Segurança Física para relatar os problemas que deveriam ser ouvidos pelo Serviço Social ou o Serviço de Saúde. Tal atitude consistia numa vã tentativa de pedir auxílio do aparelho repressivo para denunciar os problemas de saúde adquiridos nas relações de trabalho. Por outro lado, pode ser que houvesse uma aposta no poder policial para reverter um caso consumado, ou seja, uma tentativa de empregar a arbitrariedade do setor policial contra um ato de descomedimento do setor da produção e do feitor. O termo de queixa 0001/83, exemplifica isso:

#### SÍNTESE DO FATO RELATADO

1º-Que tendo em vista o acidente que sofreu no dia 12 de mar. 80, o queixoso ficou afastado do serviço até 29 de Out. 81, quando recebeu alta, embora com recomendações médicas para não trabalhar em altura e a noite, conforme o anexo 01.

2º-Que o queixoso continua tomando medicamentos (Gardenal), e frequentemente sofre crises nervosas, dor de cabeça violenta, além da paralização (*sic*) da perna e braço direito.

3º-Que, foi demitido da Unicon em 21 de Jan. 83 e **solicita a providências junto àquela firma** para que seu caso seja devidamente estudado (CDI 9195F 1406, grifo meu).

No caso do termo de queixa feito pelo trabalhador à ASF, a demissão, que já estava efetivada, poderia se arrastar por anos na Justiça do Trabalho, caso o trabalhador procurasse pelos seus direitos. Mesmo sabendo que não havia mais espaço para ele, tampouco ambiente para que executasse seu ofício, ainda tentava se manter no emprego. Neste caso, passaria a ser um entrave para o consórcio, pois o salário deste trabalhador não era mais da responsabilidade da empresa. Da mesma forma que os demais trabalhadores, o medo estava na possibilidade

real de não ter mais acesso ao esquema estrutural oferecido, sob forma de benefícios, ainda que sob controle. Aliás, tendo em vista o histórico presente no termo de queixa, nunca mais seria contratado, pois as sequelas ficaram evidentes.

Outro caso de ocorrência da *mortificação do eu* por conta de uma demissão ocorreria se a ligação entre empregado e empresa estivesse para além das relações de trabalhos habituais, em outras palavras, se estivesse ocorrendo outro tipo de alienação. Neste caso, a relação de pertencimento que era assimilada ano a ano passaria a agir contra a própria consciência da pessoa, degenerando-a e criando conflitos acerca da utilidade desta como trabalhador.

Quantos “pau pra toda obra” teriam num universo de 27 mil trabalhadores, período em que o Informativo UNICON dedicou quase uma página para contar a história de um trabalhador “Pau pra toda obra” que gostava de realizar diversas tarefas, além daquela para a qual foi contratado? A dedicatória do Informativo era para um trabalhador de origem paraguaia da UNICON, porteiro do cinema<sup>105</sup>, que, no ímpeto de agradar seus colegas e os feitores, estava sempre a postos para intervir até em situações estranhas ao seu setor. Com efeito, o Informativo UNICON colaborava, com este tipo de reportagem, para apresentar aos demais trabalhadores o trabalho no Canteiro de Obras como algo bom e motivador. Desta forma, ocultava os demais problemas do cotidiano como, por exemplo, o trabalho imposto. De acordo com a reportagem publicada em 4 de outubro de 1979, Agustín Díaz Cáceres poderia ser:

Carpinteiro, pedreiro, agricultor, vaqueiro, ferreiro, garçom, Jardineiro, mensageiro, enfermeiro, comerciante, cobrador, barbeiro, médico naturalista. Acaso tivesse tido a oportunidade e as condições econômicas poderia ter se tornado quicá engenheiro, médico, advogado, diplomata ou sacerdote. Ele é um homem que pode e faz de tudo; se houver algo que não sabe, ele o aprende, pois possui uma capacidade inata de assimilar, aprender e aplicar o que aprendeu. Como trabalhador é incansável e eternamente disponível. É boa vontade personificada. “Entrei para a UNICON para trabalhar”, costuma dizer (*op.cit*, Ed. Nº34, 04 de out.1979, p.6).

Cáceres, segundo o cronista, era o estereótipo do trabalhador ideal para o consórcio. Vale ressaltar que, na lista do repórter, ele afirma que Cáceres poderia ser quase tudo, mas não menciona “Guarda de Segurança ou feitor”. Mesmo que diante da “boa vontade personificada” desse trabalhador, tal atributo não o resguardaria de um aviso de demissão.

---

<sup>105</sup> Local em que, atualmente, funciona o Cine Teatro Barrageiro, em homenagem aos trabalhadores.

Mais ainda, pode ser que tenha havido um determinado momento em que a fala do jornalista e os versos pronunciados por Caceres, naquele momento, fossem substituídos, quem sabe pela depressão e pela sensação de não ser mais útil no novo modelo de trabalho que estaria por vir após a sua demissão. No novo modelo, ele se tornaria estranho ao trabalho: seria possível que Caceres, o “Pau pra toda a obra”, conseguiria carregar sozinho as diversas sacolas dos compristas, na hipótese de ele se tornar mais um a ser lançado no mercado informal da região da Ponte Internacional da Amizade?

Os donos das empreiteiras não queriam saber de sua vocação para ajudar os outros, tampouco do “pau pra toda obra”. A eles interessava apenas o lucro, ainda que sob o efeito de acidentes, desaparecimento e de outros fatores. Aliás, os empreiteiros nem sabiam da existência de Caceres, um trabalhador “incansável e eternamente disponível”, oriundo de uma região remota do Paraguai. De certa maneira, a atitude desse trabalhador paraguaio não representava as ações da maioria. Mas, agindo assim, satisfazia à chefia e colaborava para conciliar um ambiente composto por contradições. Agustín Caceres, ao fazer o serviço dos colegas, livrava-os das cobranças dos feitores, e, assim, o setor de trabalho ganhava com a ausência das investidas das feitorias. Pode ser isso que aconteceu com outro trabalhador que, diferentemente de Caceres, trabalhou de forma incansável e foi ao esgotamento, restando ao mesmo apenas a prisão, após ter discutido com a sua chefia. Para a análise desse caso, daremos o nome fictício de Carlos<sup>106</sup> a esse trabalhador.

Em 28 de agosto de 1980, Carlos, brasileiro e motorista de uma empreiteira paraguaia, prestava serviço no Ambulatório de Campo da Margem Direita, quando iniciou uma discussão com seus chefes, alegando que não tinha horário adequado para suas refeições, em face de estar fazendo plantões ininterruptos; segundo a ocorrência, plantões de 24 horas. As atitudes de revolta do motorista Carlos geraram a solicitação pelo pessoal que ele atendia para que Guardas de Segurança da Itaipu do Paraguai se fizessem presente no local a fim de fazer uma ocorrência cujo assunto versa sobre: “Alteração de brasileiro na MD” (CDI 9188F 1665). A ocorrência contra Carlos era destinada à ASF-ME e continha um breve resumo sobre o fato pela ótica dos Guardas de Segurança. “Encaminho a V. s<sup>a</sup>. Nota de Remision<sup>107</sup>, constando na mesma que o Sr. Carlos, crachá (...), Motorista da Conempa, o qual faltou com o respeito, insubordinação e rebeldia com o Médico do Ambulatório da Margem Direita” (*idem*).

Na verdade, ocorreu com Carlos uma situação oposta à de Caceres e idêntica àquele funcionário que, em 1977, tentou liquidar seu feitor a tiros, mas que foi contido pelos

---

<sup>106</sup> Por questões metodológicas a ocorrência foi renomeada por um pseudônimo.

<sup>107</sup> Recibo de Pessoa: caracterizou a prisão.

Guardas de Segurança (caso explicitado no Capítulo 2). Para os dois que reagiram, o trabalho já estava fazendo mal, e, provavelmente, ambos os trabalhadores haviam passado do estágio proposto a Cáceres pelo cronista do Informativo UNICON, àquele estágio do trabalhador ideal. Em outras palavras, não eram mais “pau pra toda obra”. Com efeito, desta perspectiva da reação à opressão, houve a ruptura proporcionada pelo estranhamento do sujeito trabalhador com o objeto do trabalho, e com o trabalho em si. As pressões sofridas desconectavam, em todos os aspectos, o trabalhador do seu ambiente profissional.

Na sequência, Carlos ainda tentou argumentar acerca dos motivos da “insubordinação” à qual os GS atribuíram a prisão e encaminhamento deste trabalhador para o Posto Policial na Margem Esquerda (ME). Custava ao homem entender por que alguém seria preso por trabalhar além dos limites, sem se alimentar. Entretanto, nem os Guardas de Segurança, tampouco os funcionários do ambulatório entendiam por que Carlos havia perdido o controle após turnos ininterruptos de 24 horas, sem se alimentar de forma adequada. Contudo, os argumentos de Carlos foram insuficientes. Nesse sentido, Carlos disse aos GS,

(...) que trabalha 24:00 por dia como Motorista daquele Setor, não tem tempo para as refeições. Em data de hoje, ao sair para jantar no Refeitório Central da MD, foi proibido pelo Enfermeiro de Serviço, Sr. (...), já descontrolado emocionalmente, ao falar com o Médico de Plantão Dr. (...), desacatou e faltou com o respeito ao mesmo. Informo-vos que o Sr. Carlos permanece no Posto Policial “C-1”, para melhores esclarecimentos e esta Chefia, em 29/08/1980 (CDI 9188F 1665).

Aliás, numa “Instituição Total”, os argumentos dos internos são meros complementos burocrático necessário para compor as partes de um procedimento administrativo e outros. O que poderia estar acontecendo era a perseguição ao trabalhador para que houvesse esse tipo de evolução no comportamento dele. Não seria uma forma de testá-lo, mas de obrigá-lo a uma atitude de rompante, à qual qualquer pessoa pode estar sujeita; e mediante isso, providenciar o recolhimento do mesmo para um processo de demissão, e assim a contratação de outro trabalhador, e a concorrência de um processo idêntico ao exposto. O “encaminhamento para as providências cabíveis”, como ao que foi proposto Carlos, da mesma forma que a “baixa produção” era o prenúncio de mais um desempregado ou acidentado, por isso fazem parte das pressões internas que foram demonstradas anteriormente. Já se tratava de uma fase em que o trabalhador não tinha mais importância para as pessoas a quem servia. Em outras palavras, uma normalidade, quando se tinha um projeto de redução de quadro em andamento.

As pressões internas eram, sobremaneira, mais significativas em relação às externas, visto que o trabalhador estava desempenhando sua função, ou dentro das barreiras impostas pelas empreiteiras e a estatal Itaipu Binacional. Mas, estar na parte interna era fazer parte de uma mobilidade controlada, que resultava em diversas situações que se canalizavam automaticamente para os setores da produção.

Por outro lado, como veremos, para os casos das pressões externas, estas também aconteciam nos espaços das vilas sob o domínio da Itaipu Binacional. Elas poderiam resultar, de igual maneira, em acidentes, se irradiadas para o interior do Canteiro de Obras. As saídas dos trabalhadores alojados para as zonas de baixo meretrício e para outros lugares produzia uma legião de empregados que, ao fazer uso de bebidas alcoólicas, esqueciam momentaneamente dos problemas internos. Não obstante, os mesmos empregados, nesse ambiente, empreendiam-se em conflitos por diversos motivos os quais levavam, muitas vezes, a homicídios praticados entre eles próprios. Era nas áreas adjacentes que muitas ocorrências fugiam ao controle das equipes diretivas dos Guardas de Segurança, mas eram também objeto de preocupação em face às repercussões que poderiam ter internamente esses casos.

Se algum trabalhador que residisse em alojamentos exagerasse no uso de bebida alcoólica, este deveria passar pela Barreira de Controle, e da mesma forma deveria ir para seu turno de trabalho. Se o operário tivesse passado o dia inteiro numa casa de prostituição, se escalado à noite, deveria ir até sua frente de trabalho; e assim se fosse ao contrário, deveria chegar às 6h30min para dar entrada no seu cartão. Isso também era a regra para os moradores das vilas que dependiam do transporte o qual não esperava o atraso de ninguém. Assim, todos passariam pela Barreira, alcoolizados ou não, deveriam mostrar os crachás aos Guardas de Segurança escalados naquele posto de controle.

No que se refere aos lugares externos, não havia o controle extremo estabelecido pela “Instituição Total”. Nessa nova configuração, ainda que momentânea, o espaço poderia ser chamado de *campo*, lugar mais amplo do ponto de vista das relações sociais, porque é no *campo* onde ocorrem as diversas lutas pela ascensão e a aquisição de determinados tipos de capitais e bens simbólicos (BOURDIEU, 2010). Se analisado por outra perspectiva, poderia ser nesse espaço que as possíveis desavenças internas motivariam os empregados a entrar em conflito entre si mesmos ou contra aqueles considerados alheios aos empregados da Usina. Nesta fase, poderia ocorrer uma homogeneização: equipes diretivas e internos numa frente única contra aqueles que não faziam parte do Canteiro de Obras, mas que mantinham suas diferenças enquanto categorias distintas.

As casas de prostituição e outros lugares não era lugar exclusivo para os trabalhadores de Itaipu, tampouco se situavam apenas nas proximidades da Barreira de Controle, nas quais os choques eram corriqueiros. No interior da barragem, a obediência ao feitor era normal e obrigatória, sob o prejuízo de demissão. Já, no interior de uma casa de prostituição, havia outro nivelamento e o rompimento com todos os mecanismos de controle que se observaria internamente na barragem. Em outras palavras, era um lugar onde as regras estabelecidas pela Itaipu não tinham significação; pelo contrário, tais regras e seus significados eram relembradas e funcionavam como combustível para conflitos, ou seja, um lugar de constantes disputas, onde as leis da Itaipu não tinham o mesmo peso ou, talvez, não valessem nada. Portanto, critérios inquestionáveis dentro do Canteiro de Obras poderiam ser alvo de críticas fora dele. Contudo, ainda assim, essas críticas poderiam ser mediadas pelo lugar ocupado internamente por aqueles que faziam e aqueles que recebiam a crítica. Em termos gerais, o baixo meretrício era o lugar de aglomerações diversas e cujo funcionamento já sugeriria uma prática delituosa, não pela profissão escolhida por aquelas mulheres, mas por tudo aquilo que dava sustentação ao funcionamento daquele ambiente. Se era um lugar com tais características, implicaria também em não haver qualquer racionalidade estabelecida pela força dos estatutos regulares que regem uma sociedade. Diante de uma visão mais conservadora, o fato de frequentar um local como este ensejava desconfianças acerca da conduta individual e outros critérios.

Uma ocorrência relatada em 31 de agosto de 1980, cujo assunto se tratava de um tiroteio no interior de uma casa de prostituição deixa evidente essa condição (CDI 9198F 1407). O tiroteio aconteceu entre Guardas de Segurança da UNICON, um total de três, e Agentes da Polícia Civil de Foz do Iguaçu, por motivos relacionados, em primeiro lugar, pelo poder, e em segundo, por motivos relacionados ao alcoolismo. Contudo, pode ser que seja também pelo fato de os agentes conhecerem os GSU e, por meio disso, esboçar ação violenta contra os mesmos. Na ocorrência produzida pelo Grupo de Serviço escalado no dia e encaminhada ao Coordenador de Segurança, o Fiscal explica que, “aproximadamente às 17:30 horas de hoje, houve um tiroteio em uma casa de baixo meretrício, situada próxima do Centro admissional da Itaipu, conhecida como ‘CASA AMARELA’, envolvendo Agentes da Delegacia de Polícia/FI e funcionários da UNICON” (*sic*) (*idem*).

Na sindicância elaborada pela Segurança Física da Itaipu (SFI), houve unanimidade nos depoimentos dos Guardas de Segurança de UNICON, os envolvidos no episódio. Segundo os guardas, o fato aconteceu porque estes foram estigmatizados pelos Agentes de

Polícia e reagiram às provocações. Um GSU relatou que um dos policiais havia chamado ele de “mata cachorro”, apelido tradicional dos GS da UNICON (*idem*, 1407). Surge disso a reação, na versão apresentada em sindicância. Na continuação do relatório, o Fiscal da ASF afirma que “compareceu ao local e verificou que o Sr. (...), Agente de Polícia, estava caído com a cabeça fraturada, o qual foi imediatamente conduzido ao Hospital da Itaipu, da Vila “A”, onde ficou sob observação médica” (*idem*, 1405). Talvez nem fosse o motivo apresentado o responsável pelo confronto entre estas duas forças repressoras. Assim como a “baixa produção”, o estigma de “mata cachorro” poderia ser evocado como válvula de escape ou justificção para dar solução a outros problemas. Nesta ocorrência, exemplifica-se uma característica peculiar das casas de prostituição, cujo público, na grande maioria, eram os trabalhadores da Usina. Em outros termos, verifica-se também a agressividade peculiar tanto às Agências de Segurança quanto aos funcionários da Delegacia de Polícia.

Zilma (2014) afirma que, durante o tempo em que trabalhou no Serviço Social da UNICON, teve que solucionar ou dar encaminhamento a problemas que variaram desde briga de casais, dívidas, sedução, suicídios, acidentes fatais de trabalho, até homicídios, entre outros. Cabia, ainda, à equipe do Serviço Social o anúncio e o acompanhamento do velório das vítimas que a obra e outros espaços produziam. Quanto aos problemas de falta de dinheiro, ela explica que os operários que frequentavam as zonas de baixo meretrício (pé inchado), após gastar o ordenado com as “mulheres”, chegavam em casa e mentiam para as esposas sobre o destino dado ao pagamento recebido. Desta forma, dependendo do caso, havia um adiantamento do salário para que fossem atendidas às necessidades mais básicas da família. Mas, do ponto de vista de Zilma (2014), poderia desencadear um círculo vicioso, tanto para os alojados, quanto para os moradores das vilas residenciais:

*(...) a gente chamava pra conversar com ele, porque a gente ouvia a queixa da esposa, a gente tinha que entender o que tava acontecendo, até pra poder ver se tinha como liberar um adiantamento de salário pra suprir aquela necessidade básica. E a gente tinha que ouvir também o funcionário, e às vezes pra nós ele dizia: “aconteceu que eu fui pro pé inchado e gastei tudo que eu tinha, aí eu não falei pra minha mulher, falei que eu perdi pra não ter mais um problema, um conflito, pra não ter uma separação, porque também tínhamos filhos envolvidos nessa relação”. Então ele acabava resolvendo essa questão da reposição do salário muitas vezes através de um adiantamento do salário. Fazíamos toda uma orientação também, Serviço Social e a segurança. A segurança também entrevistava muito nessa questão do pé inchado, né? (ZILMA, 2014, grifo meu).*

Naquele contexto, parece provável que o comportamento dos trabalhadores se interiorizasse nos setores de trabalho da Usina, demandando a atenção da equipe diretiva para além do habitual. Nesse espaço, centenas de homens interagiam com seus feitores e com os Guardas de Seguranças, sabendo estes que, na parte externa, existiam outros conflitos em andamento, também envolvendo os trabalhadores. A empresa apostava nos feitores para equacionar tais tipos de problemas. Seria mais fácil o homem relatar seus problemas ao feitor do que ao Guarda de Segurança e às pessoas ligadas ao Serviço Social. Além de algoz, no sentido da produção, os feitores ainda interviam na vida pessoal do homem. Saber de tudo seria também saber das particularidades, dentre esses possíveis casos, da infidelidade que estava provavelmente relacionada aos casos de suicídio. Por isso, o feitor era importante nessa intervenção. Na edição de 2 de abril de 1981, o Informativo UNICON destaca a chamada para a próxima edição, com os seguintes dizeres: “A Palavra dos feitores”, e prossegue:

Os feitores de turma serão objeto de entrevista na próxima edição do Informativo UNICON pela importância que detêm nas frentes de produção, uma vez que estão em contato direto com os trabalhadores braçais decisivos na construção da barragem. Por outro lado os feitores vivem o dia a dia de suas turmas e sabem dos anseios das alegrias e das dificuldades dos operários como pais de famílias e como seres humanos em busca de significados para as suas vidas (*op.cit*, Ed. Nº 68, 02 abr. 1981, p.1).

Partindo dos pressupostos apontados pelo jornalista, os feitores seriam também uma espécie de sacerdote ou padre, entretanto também eram trabalhadores do consórcio e frequentavam os mesmos lugares. Neste sentido, Goffman (*op.cit*, p.77) destaca que “toda a instituição precisa ser de algum modo protegida da tirania de uma busca difusa de tais objetivos, para que o exercício da autoridade não se transforme numa caça às bruxas”. Pode ser que, no auge das angústias, o último a quem os trabalhadores procurassem fosse mesmo os feitores, pois a eles ainda deviam o emprego. Em outras palavras, um trabalhador definia o significado do feitor nessa lógica: “O feitor é que tá por dentro do peão... quem sabe de peão é mesmo o feitor... se o feitor não sabe da vida do peão, quem há de saber?” (Informativo UNICON, Ed. Nº 69, 15 abr. 1981, p.4). A fim de complementar a citação anterior, vale ressaltar dois acontecimentos em que o feitor atuou, um em que fez o trabalhador Joaquim sair desmotivado da frente de trabalho, após ser importunado; e o outro em que o feitor aliciou uma deficiente, tendo com ela relações sexuais. Nota-se que o discurso do Informativo UNICON era tendencioso, pois destaca que o papel do feitor era de ajudar a equacionar os

conflitos internos e externos. Contudo, pode não ter sido esta a percepção por parte do trabalhador.

De outra perspectiva, quem seria responsável pela intervenção direta nos casos de dívidas e demais problemas contraídos por Guardas de Segurança? Poder-se-ia considerar que tais problemas também constituíssem fonte de geração de conflitos? Afinal, tais situações poderiam refletir nos trabalhadores. Contudo, no caso da equipe diretiva dos GS, a questão muda de figura. Esses não poderiam ser expostos da mesma maneira que os demais internos. Sendo esta uma preocupação, a solução adotada pela Assessoria de Segurança Física foi obrigar seus Guardas de Segurança a informar mensalmente aos respectivos chefes imediatos as dívidas contraídas e a forma utilizada para efetuar o controle e o pagamento. Assim, o Guarda de Segurança deveria prestar esclarecimentos e informações particulares, a fim de que a empresa pudesse interferir, de forma mais pontual, neste tipo de descontrole relacionado a dívidas. Pode ser que, se não houvesse o ajustamento de conduta quanto ao cumprimento das metas, a demissão seria sugerida. Nesta dinâmica, ou os chefes das seguranças não queriam ter problemas com o envio de cobranças a eles, visto que isto poderia causar constrangimento a um setor considerado blindado; ou, quem sabe, ajudar para que seus comandados não caíssem nos mesmos problemas enfrentados pelos demais trabalhadores. Era uma ação pontual nas dívidas daqueles internos para não deixar que estes problemas particulares externos interferissem nas relações das equipe diretivas dos Guardas de Segurança em relação aos demais trabalhadores braçais. Em termos gerais, era essa a lógica que espreitava esse segmento militarizado. Aqueles que cobravam e fiscalizavam deveriam dar exemplo e não se contaminar pelos mesmos problemas dos internos relacionados às demais categorias.

No memorando de 04 de agosto de 1983, o Coronel Zanon, provavelmente atendendo à solicitação do alto comando da ASF, encaminha, ao General Bruno Castro da Graça, o relatório da contabilidade de um Guarda de Segurança cujo assunto é “Dividas de GS” (CDI 9195F 0682). Assim, continua o Coronel:

Encaminho a VSa, uma relação apresentada pelo GSC (...), relativa aos seus compromissos financeiros pendentes” (*idem, op. cit.*).

1. Não liquidadas no mês de Jul/83 (...)

Sub total 432.500,00

2. Dívidas a vencer em Ago/83, além das não liquidadas no mês anterior (...)

Sub total 199.000,00

3. Prestações mensais nos a vencer nos meses subsequentes (...)

Sub total 110.000,00

Total da Dívida 731.500,00 (*op.cit, 0683*)

A diferença entre os GS e os demais era que estes tinham a obrigatoriedade nas prestações de contas de toda a ordem, enquanto importante componente da disciplina militar. Como pode ser observado no demonstrativo referente às dívidas do GS, não havia sigilo, tampouco se os 731 mil e quinhentos para a época estavam afetando psicologicamente o Guarda em questão. A simples exposição das dívidas causava uma mortificação que poderia refletir no interior da barragem. O fato de um GS não ter controle financeiro sobre sua rotina de gastos não quer dizer que isto incidiria em acidentes, mas, conforme o depoimento de Zilma citado anteriormente, pode-se afirmar que este tipo de descontrole nos outros trabalhadores contribuía também para aumentar os riscos de acidente. Porém, aos Guardas de Segurança, o fato de não haver um controle financeiro poderia afetar a a conduta de cada um deles no conjunto das relações mais amplas do complexo industrial da Itaipu.

O Guarda de Segurança era o recepcionista de todos os trabalhadores que deveriam passar pela barreira de Controle, ou pelo “Passe P”, na Ponte Internaional da Amizade, lugar de passagem destinado apenas aos funcionários da Barragem e a alguns que tinham afinidades com a Direção Geral, além dos Generais da ASF. Todos os lugares eram passíveis de conflitos, mas a passagem dos trabalhadores, em horários excepcionais na Barreira e na Ponte da Amizade, era associada ao uso de álcool e a problemas que já vinham dos bares e das casas de prostituição. Assim, ocorriam os choques que inevitavelmente desencadeariam outros; entretanto, em outro momento, com algum feitor ou colega de trabalho.

O relato de um funcionário da Segurança do Trabalho, feito para informar seu engenheiro, dá a dimensão das ocorrências na Barreira de Controle. Tratava-se de um ajudante de serviços da UNICON que chegou embriagado para adentrar na Usina. Além de relutar em cumprir as orientações dos Guardas, houve, por parte dos outros, a interferência nos serviços dos GS, principalmente pelo Supervisor de Segurança do Trabalho da Itaipu. Uma era segurança física (opressora), e a outra da Segurança do Trabalho. Uma reprimia; equanto a outra estava atenta apenas aos assuntos referentes aos acidentes, mas também intervia quando observava algum descontrole dos Guardas de Segurança para com os trabalhadores. No seu relatório sobre a ocorrência da Barreira de Controle, o Supervisor afirma:

(...) Sr. (...) andava de um lado para o outro, dentro da sala de espera, dizendo que queria ir para o seu alojamento, quando dele se acercou um dos guardas da Segurança Física que, de forma ríspida, ordenou que o mesmo permanecesse assentado. Antes que o Sr. (...) esboçasse qualquer reação, o guarda agrediu-o, jogando ao chão. Nesse momento acercaram-se mais

guardas daquela segurança que, juntamente com o primeiro, iniciaram a agredir o Sr. (...) com socos e pontapés (...). Um dos guardas solicitou ao Sr. [*Supervisor de Segurança do Trabalho*] que se afastasse do local. Este se identificou como Supervisor de Segurança do Trabalho e, como tal, mostrou a sua preocupação em se inteirar dos fatos e prestar socorro ao agredido (encaminhá-lo ao ambulatório médico), já que este se encontrava sangrando abundantemente pela boca. O guarda lhe disse que a ele não lhe interessava a sua identidade e, como outros guardas já se acercavam com cassetete em punho, o Sr. (...) se afastou do local (CDI 9185F 0211, grifo meu).

Pode ser que os Guardas de Segurança alegassem legítima defesa para legitimizar as agressões feitas ao trabalhador que queria ir para o alojamento e mesmo que tivessem optado por isto, não restam dúvidas de que os dados apresentados no termo de declaração mostram que houve excessos em virtude das lesões apresentadas, considerando-se o número de agentes envolvidos neste caso em relação à vítima. Desta forma, houve o uso desproporcional da força por parte dos GS em relação à vítima, o que descartaria o emprego do Artigo 25 do Código Penal quando o documento assegura que: “Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem” (VADE MECUN, *op.cit*, p.1135). Embora o desdobramento apresentado pela testemunha considere o caso como idêntico ao de tortura, pode ser ainda que nem houvesse desfecho tal como o apresentado, mas a perseguição aos GS, advinda de outras circunstâncias.

Tal descontrole por parte dos GS, não só nesse momento, mas nos apresentados anteriormente, está mais associado ao estado emocional deles que ao cumprimento do dever propriamente dito. Em outras palavras, a ocorrência relatada pelo Fiscal de Segurança, como veremos, tinha mais peso no sentido de orientar uma possível sindicância do aquela relatada ao Engenheiro da Segurança do Trabalho. A força militar não poderia ser desautorizada nas ações que seriam desencadeadas na Barreira de Controle; caso contrário, poderia inibir outros Guardas de Segurança, quando estes tivessem que tomar uma atitude mais drástica quanto às ocorrências recebidas, comuns na época. Além disso, a Barreira de Controle era a porta de entrada e o limite do mundo interno com o externo do complexo da Binacional. No dizer do Fiscal da ASF:

*Segundo os GS (...) e (...) certa ocasião no Anradouro-ME o Sr. (...) [Homem que testemunhou e relatou as agressões na BC] interferiu no serviço dos GS acima quando admoestaram um motorista que estava em companhia do Sr. (...) [idem], em virtude de haver tecido considerações desairosas contra a CS; naquela vez o funcionário em pauta disse que os GS não eram autoridades para deterem funcionários sob sua supervisão, por*

*qualquer que fosse o motivo; quando dessa ocorrência o Sr. (...) [idem] teceu os mesmos comentários do item acima (op.cit, 0209, grifo meu).*

A Barreira de Controle, ou a Grande Guarita como era designada, foi, durante o tempo em que durou a construção da Usina e, posteriormente, com as Greves, um dos principais postos de controle da CS. Neste posto, o Guarda de Segurança era o juiz que poderia decidir sobre o emprego e o desemprego do trabalhador.

Não bastava o estado em que se apresentavam aqueles que queriam se dirigir ao trabalho ou para os alojamentos, cabia também a desenvoltura do GS em lidar com essas contradições. Henrique Matheus, citado nos capítulos anteriores, lembra que o problema de agressões era constante na BC da Margem Direita do Paraguai pela ASF/MD, alcançando até os operários brasileiros que se dirigiam para o trabalho. A solução para esse grave problema, segundo Matheus, foi tomada em conjunto, entre os Generais, Bruno e Junot, da parte do Brasil, e General Aguirre e o Coronel Infazon, pelo Paraguai. Ficou decidido, então, que, nos horários de pico, haveria a intervenção de um GS brasileiro naquele posto de controle para intervir, se fosse o caso.

Enfim, por mais que as equipes diretivas buscassem subterfúgios para amenizar os conflitos no Canteiro de Obras, esta realidade reproduziu-se em proporções trágicas. Portanto, no tópico seguinte, apresentaremos outros acidentes de trabalho, mas com maior ênfase no acidente e não nas demais variáveis circundantes ao fato ocorrido.

### 3.3 AS VÍTIMAS DO CONTROLE, DO METAL, E DO CONCRETO

*Você lembra o que morreu na obra também que caiu no triturador lá? Que só acharam a cabeça? Não achou! Esse fizeram a cabeça dele de boneca que eles falam. Cabeça de pano, e só tinha da cabeça pra baixo. E aí a mulher começava alisar aquela cabeça: “Meu Deus, não tem [não havia corpo] nada aí dentro! Se você soubesse que não tem nada aí dentro”. Ela alisando a cabeça...*

(TRINDADE, 2014, [acrécimo meu])

As narrativas são retomadas aqui em continuidade à discussão acerca dos acidentes de trabalho. Desta forma, espera-se, com os depoimentos, reforçar a tese da falta de melhores investigações acerca de alguns acidentes importantes que ocorreram na construção de Itaipu.

Neles, pode ser observado que o aparato repressivo pode ter determinado a culpabilização dos mortos em acidentes. Desta perspectiva, a vítima do acidente era normalmente considerada culpada; a própria legislação facilitava esta sentença para as empreiteiras, pois, após o décimo quinto dia de afastamento do trabalhador, a empresa não tinha nenhuma responsabilidade sobre o mesmo, isto é, o “patrão não era onerado”. Na verdade, quem pagava a conta dos acidentes, segundo Campos (*op.cit*, p. 444 e 445), “eram os próprios operários, com suas poupanças compulsórias descontadas em folha”.

Ivone Therezinha Carlleto de Lima, na sua tese de doutoramento, elaborou um estudo sobre o Canteiro de Obras de Itaipu, tendo como fonte as narrativas de trabalhadores pertencentes a categorias distintas. No tópico “O Elemento Humano”, Lima (*idem*, p.248) expõe dados importantes acerca do problema relacionado aos acidentes de trabalho e dos quais Campos se apropriou (2012) ao se referir à Itaipu Binacional no contexto das ações das grandes empreiteiras durante a Ditadura Civil-Militar. Contudo, a autora leva em consideração apenas os depoimentos para apresentar o que acontecia em relação aos acidentes de trabalho, sem outros dados empíricos que convergiriam para o retrato real das reais consequências dos acidentes e dos acidentados. Por outro lado, há que se levar em consideração que um dos seus entrevistados, Milton José Maronesi, pertenceu à Segurança Física da UNICON, de 1975 a 1981, setor em que atuou como Fiscal de Segurança, de acordo com Lima (*idem*, p.245), podendo ter colaborado para a elaboração de levantamentos de dados nos locais de acidentes. Maronesi (*apud* LIMA, p.246), em sua narrativa, confessou “que teve que sair da Usina, pois se demonstrava inquieto diante de ‘coisas erradas’ que ele havia presenciado sendo praticamente obrigado a faltar ao emprego para ser, posteriormente demitido”. Quais seriam essas “coisas erradas”, apontadas pelo Fiscal de Segurança? Uma das hipóteses seriam as Sindicâncias e os respectivos interrogatórios, assuntos já apresentados no Segundo Capítulo. Uma outra, ainda em termos subjetivos, seria o levantamento nos locais de acidentes, a partir dos quais o trabalhador era prejudicado em face daquilo que a SFU ou a SFI produzia nestes documentos.

Os levantamentos feitos pelas seguranças era uma espécie de perícia que visava à obtenção de dados sobre as possíveis causas dos acidentes. Em outras palavras, era para saber se houve intencionalidade do ato (um homicídio) ou era realmente um caso típico de acidente de trabalho. Neste sentido, Charles (*op.cit*) afirma: “todos os acidentes ocorridos dentro do Canteiro de Obras que eu participei das averiguações sempre foram acidente de trabalho nunca provocado por grupos ou setores de uma empresa que atuavam na construção”. Se não

havia perícia, seria mais fácil culpabilizar o trabalhador acidentado. Da mesma forma, a ausência de uma perícia, vinculada aos organismos públicos como a Polícia Judiciária, poderia modificar a forma de pagamento de seguro de vida. Se o trabalhador fosse, mesmo que em óbito, retirado do local do acidente para um possível socorro, além de se mudar a cena do local, mudar-se-ia também a forma com que se lidava com os pagamentos de seguro de vida. Enfim, a vasta complexidade do empreendimento facilitava essa dinâmica que pode ter prejudicado centenas de famílias de acidentados. Esta tese está presente em outro depoimento concedido por um trabalhador da barragem à Therezinha Carleto de Lima, no período de 1979 a 1982. Narciso Antonio Raycik tinha a função de Auxiliar de Laboratório, ainda acumulava, de acordo com o depoimento dele mesmo, a função de Fiscal de Obras. Segundo Raycik (*apud* LIMA, p.248),

[Quando] ocorria um acidente, a área era isolada e o trabalho parava, recolhiam a pessoa, chamavam a família e a indenizavam. (...) O que podia acontecer de parecer que morreu no hospital sendo que havia morrido na obra, daí o seguro era menor. Mas devia levar para o hospital para dar o laudo (LIMA 2012, p. 248).

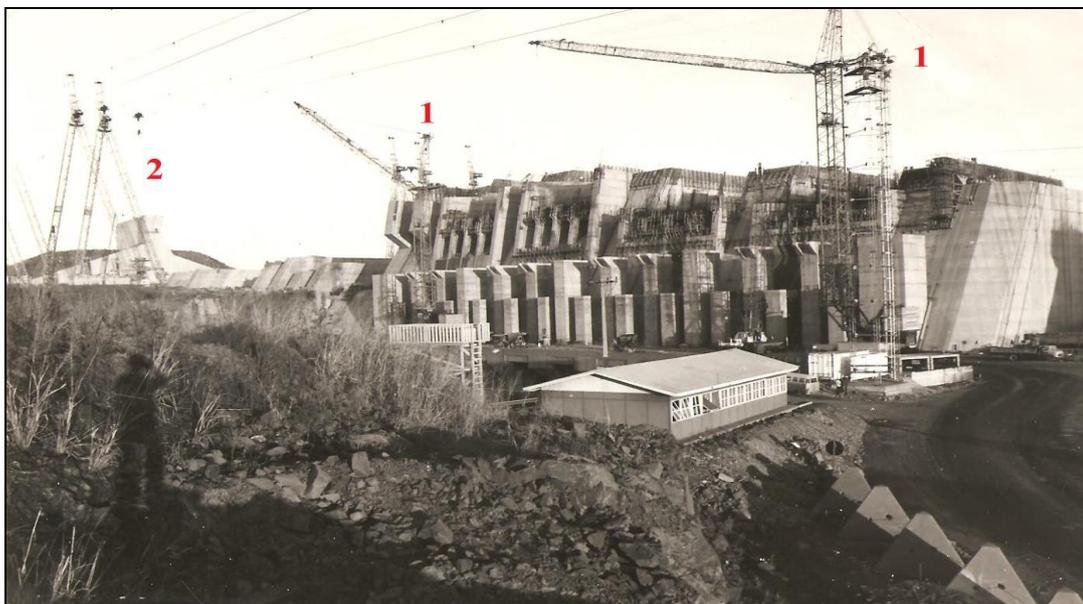
Por meio das pontuações em que o trabalhador Raycik tece suas considerações acerca dos procedimentos adotados pelas empresas, ao menos dois itens são importantes a se analisar. O primeiro consiste no fato de que havia paralisação dos trabalhos, embora essas paralisações tivessem ocorrido em locais pontuais, ou seja, onde houve o acidente. Assim, se o acidente ocorresse no Canal de Desvio, os trabalhos na Barragem Central não eram paralisados, e as dimensões favoreciam esta manobra do consórcio. Além disso, ninguém precisaria saber dos detalhes do acidente e do acidentado; e mais, os serviços não poderiam ser afetados em face da urgência empregada em determinados setores. Quanto ao segundo item, trata-se do tipo de vítima resultante do acidente. Será que num acidente considerado de grandes proporções, com vítimas dilaceradas em meio às ferragens, cuja morte mostrou ser imediata, havia também a normativa de se dizer que a vítima morreu a caminho do hospital? Se levar em conta os relatórios preliminares produzidos imediatamente em relação ao ocorrido, parece que a resposta seja “não”. Pode ser que isto levasse em consideração o tipo, quantidade de vítimas e local? Se fosse este o caso, não daria para as equipes de resgate tentar mudar o panorama do ocorrido, conforme narrou Narciso Antonio Raycik, quando disse: “O que podia acontecer de parecer que morreu no hospital sendo que havia morrido na

obra” (*idem, op.cit*). A discussão aqui é se houve uma perícia para apurar as causas ou se não houve.

No dia 17 de dezembro de 1981, aconteceu, no Canteiro de Obras, um acidente de trabalho que, pela sua magnitude, é lembrado por muitos. Isso porque foram a óbito imediato cinco trabalhadores. E, de acordo com o relatório da Segurança do Trabalho da UNICON, ficaram feridos, na mesma situação, mais três (CDI 9194F 0033); tal acidente fora provocado por um guindaste do tipo Peiner (Figura 36: 1- Guindaste Peiner; 2- Cabo Aéreo, cujo funcionamento ocorreu até 1981, depois foi implodido, ficando submerso no Lago da Barragem) operava sobre trilhos e, durante todo o período da construção, auxiliou os Cabos Aéreos nas concretagens e no içamento de materiais e equipamentos para o interior do “buracão” .

Esse acidente aparece nas narrativas dos Guardas de Segurança e dos outros trabalhadores da produção, mas nunca foi demonstrado a partir de fonte primária, qual seja a própria ocorrência produzida pela engenharia do trabalho do Consórcio da UNICON. Fora desta perspectiva, as observações sobre as vítimas e as causas ganham diferentes contornos, mas valem como componentes importantes da subjetividade que caracteriza a história oral. Por outro lado, podem causar confusão em função da nomenclatura dos equipamentos como componentes técnicos e aquilo que o trabalhador, na própria análise, entendia ser normal.

**Figura 36:** Cabo Aéreo e Peiners<sup>108</sup>



**Fonte:** Acervo particular de Antonio Vieira de Anajosa Filho.

Assim, o Relatório sobre o acidente com o Peiner traz como título a seguinte descrição: “ACIDENTE DO TRABALHO OCORRIDO DIA 17 DE DEZEMBRO DE 1981 COM GUINDASTE PEINER TN-710 N° 2, DO QUAL RESULTARAM VÍTIMAS FATAIS” (*op.cit*, 0033) e que foi assinado pelo Engenheiro do Trabalho da UNICON e divulgado no dia 13 de janeiro de 1982 (quase um mês depois do ocorrido) e que compunha o resultado das investigações e das perícias realizadas com o que sobrou dos equipamentos envolvidos. Elaborado em três páginas simples, divididas igualmente em três partes com as causas, vítimas fatais e feridos, o documento não faz referência se houve o apoio de outras entidades na elaboração do documento em questão. Tampouco, o mesmo apontou se houve culpa de algum trabalhador no evento; as causas prováveis ficaram diluídas nos pinos que sustentavam o equipamento, isto é, entravam no índice relacionados às causas secundárias de 25 a 20%, as quais foram demonstrados anteriormente.

De acordo com o Relatório, a origem do acidente iniciou-se quando os responsáveis pela manutenção desse tipo de guindaste efetuaram o encurtamento da lança, o que envolveu outras máquinas e homens. Correr riscos não era novidade para aqueles trabalhadores,

<sup>108</sup> A imagem, além de demonstrar as diferenças entre os equipamentos citados no texto, apresenta uma vista da montante da barragem, ou seja, da parte onde teve o início da formação do lago. No canto inferior esquerdo da imagem, pode-se perceber a sombra do fotógrafo. Assim, pode-se chegar a uma conclusão de que a fotografia foi tirada no período da tarde e em um feriado, pois não se visualiza outros trabalhadores nas “catedrais” em face de não haver os sinais característicos do capacete de cada um deles.

contudo, como pode ser observado na Figura 36, na parte identificada com o número 1, a operação era demasiadamente difícil e perigosa, pois, durante a execução, os trabalhadores ficavam sobre as lanças, e os operadores, nas cabines. A tarefa demandava coragem e experiência para todos os envolvidos. Em outras palavras, não era algo para ser executado por alguém que tivesse sido contratado por meio de adulteração da Carteira Profissional, assunto aprofundado anteriormente. Desta forma, o engenheiro aponta os encaminhamentos feitos na operação e as possíveis origens da tragédia:

(...) Em seguida, foram retirados os guindastes auxiliares, passando o guindaste PEINER TN-710 a reassumir a sustentação da lança, através dos cabos correspondentes tensionados (a operação seguinte seria o içamento da lança). Foi quando a lança iniciou um movimento descendente sendo logo em seguida, ou simultaneamente (não tivemos como precisar), arrastada pela torre, dobrando e caindo esta para trás (*sic*).

Dado que a operação de encurtamento foi feita conforme especificada, foi imediatamente determinada uma rigorosa verificação da(s) causa(s) do acidente em questão, tendo em vista inclusive a gravidade do mesmo, seja no que se refere aos operários vitimados, seja no que se refere a prejuízos materiais (*sic*) (...) (idem, op.cit).

Algum trabalhador, por motivos internos ou externos, poderia ter deixado de executar suas tarefas durante a realização do referido “encurtamento da lança”, de acordo com o descrito pelo engenheiro do trabalho da UNICON? Afinal, nada foi adicionado ao que já havia no Peiner, apenas retirada uma parte da lança para deixá-lo mais curto. Porém, somente se conhece o acontecido até este ponto; entretanto, sobre as possíveis causas deste acidente, o engenheiro explica:

Examinados os destroços da estrutura do guindaste e calculando esforços atuantes, analisamos e podemos concluir:

**a**-o colapso do sistema, tudo indica, ocorreu inicialmente com a ruptura por tração de oito parafusos dianteiros da torre, na ligação da segunda e terceira seção; (*sic*) (...)

**d**-foram então analisadas hipóteses de anormalidades que pudessem determinar esforços capazes de romper os parafusos; (*sic*) (...)

**g**-constatamos então que guias (chapas) de alinhamento dos cabos dos estropos estavam amassadas ou rompidas, o que era suficiente para escapes dos estropos<sup>109</sup>;

**h**-concluimos então que a causa do acidente, certamente foi essa;

**i**-procuramos então descobrir porque as guias (chapas) de alinhamentos dos cabos dos estropos, estavam amassadas, e não conseguimos chegar a uma conclusão precisa; (...)

---

<sup>109</sup> Espécie de laço na ponta do cabo de aço, por onde passavam os pinos de sustentação.

m-desde o início das obras de concreto vimos trabalhando com os guindastes PEINER TN-710 (oito ao todo), sem nunca ter ocorrido um acidente dessa natureza (*idem, op.cit*)

As explicações eram, em última instância, consideradas verdadeiras, pois a cena do acidente, em pouco tempo, estava desfeita, e a obra seguia a sua rotina; e os mortos e feridos não eram suficientes para impactar o andamento da grandiosa construção. Apenas colaboravam para que novas medidas fossem tomadas, à luz da tragédia. Assim, se foi por causa dos parafusos ou dos estropos, a empresa não teria culpa, e as vítimas passariam, então, a ser de responsabilidade do INPS, que se responsabilizaria pelo pagamento da pensão por morte.

Como abordado em seguida, a lista de mortos e feridos não é substancialmente chocante, mas possibilita pensar como era dificultosa a jornada de trabalho no Canteiro de Obras. De forma semelhante, como era importante para o trabalhador estar sem a interferência de problemas extras ao trabalho, quando a atividade exigia atenção demasiadamente alta, tendo em vista o tipo e os locais onde se executavam as atividades. No acidente com o Peiner, não pode ser descartada a possibilidade de algumas das vítimas estarem dobrando a jornada de trabalho. Afinal, essa era uma prática rotineira empregada naquele momento da construção.

Assim, os argumentos apresentados parecem vazios, carecem de informações precisas, mas que foi provavelmente tomado como verdadeiro e serviu como base, juntamente com os laudos médicos, para a efetivação das indenizações aos trabalhadores. Na última parte do relatório, o engenheiro da UNICON enumera as vítimas (fatais e feridos), declinando a profissão e onde estavam no momento da queda da torre<sup>110</sup>:

(...) Foram fatalmente vitimados os seguintes operários:

- 1) *Vítima fatal* (...), Operador, que estava na cabine de operações do guindaste;
- 2) *Vítima fatal* (...) que também estava na cabine de operações do guindaste;
- 3) *Vítima fatal* (...), Mecânico de Equipamento Industrial, (...), que estava sobre a lança efetuando verificações e reapertos (*sic*);
- 4) *Vítima fatal* (...), Sub-Encaregado de Manutenção, que também estava sobre a lança, verificando balizamento elétrico e refletor (*sic*);
- 5) *Vítima fatal* (...), Mecânico de Equipamento Industrial, que também estava sobre a lança, efetuando verificações e reapertos (*sic*);

Os quatro primeiros morreram imediatamente, e o último posteriormente, no Hospital de Itaipu.

---

<sup>110</sup> Foram retirados da ocorrência os nomes das vítimas, e no lugar deles foram adicionadas as identificações: Vítima fatal e Feridos.

Ficaram feridos (ferimentos leves), em decorrência do mesmo acidente:

- I) **Ferido** (...), Mecânico de Equipamento Industrial, que também estava sobre a lança, efetuando verificações e reapertos (*sic*);
- II) **Ferido** (...), Eletricista de Manutenção, que se encontrava sobre a lança verificando balizamento elétrico e refletores (*sic*);
- III) **Ferido** (...), Motorista de Veículos Leves, que dirigia o veículo FORD F-100, prefixo 4240117, atingido pela torre tombada do guindaste (*sic*).

Testemunharam o acidente os Srs. (...), Sub-Encarregado de Manutenção e (...), Lubrificador (*sic*).

São anexados a este relatório os laudos médicos (*sic*) (*op.cit*, 0033). (*grifo meu*)

Esse acidente ocorreu no ano de 1981. Havia muita coisa ainda a ser feita no Canteiro de Obras em termos de lançamento de concreto e ferragens. Assim, o que ocorreu não pode ser considerado o último, tampouco o primeiro acidente. Apenas concorreu e foi um dos mais trágicos durante a construção. O mito do homem de aço está longe de ser uma realidade, pois o barrageiro era apenas mais um na construção.

O robô que deu significado à causa, que trouxe o barrageiro como ser *sui generis*, era apenas um símbolo que, alheio ao restante da população, fazia a contraposição entre o ser dilacerado pelas ferragens, os trabalhadores internos e as relações destes com as equipes diretivas. A narrativa que compunha a epígrafe desse tópico estabelece essa relação paradoxal. Os corpos dilacerados, irreconhecíveis precisavam ser sepultados, necessitavam ser reconhecidos; assim, o homem de aço ganhava contornos de boneco de pano, para que a mãe, filhos ou esposa dele pudessem vê-lo e, posteriormente, sepultá-lo. Há uma relação contraditória entre a realidade de se viver no perigo e ser oprimido, característica do trabalhador interno, e a história oficial das fases que compunham o histórico da construção.

Os consórcios parecem que subestimavam a racionalidade, a ponto de substituir um corpo para completar a relação que o trabalhador vitimado havia adquirido desde que teve um número de identificação e um crachá, até o momento do acidente. O caso da epígrafe dá a dimensão da desenvoltura com a qual as pessoas que trabalhavam no Serviço Social deveriam lidar no cotidiano da construção. Ser do Serviço Social era ser porta-voz dos Consórcios e, assim, incorporar, como se fossem seus, os problemas dos trabalhadores. Os Assistentes Sociais tinham a função de gerenciar o caos, mas eram também vítimas da racionalização e do controle imposto no Canteiro de Obras e nas áreas residenciais.

Do suicídio, desaparecimento, abandono da família ao acidente de trabalho, tudo passava pelo Setor de Serviço Social, mas, como pode ser observado, este setor era vinculado

ao órgão repressivo maior, as Agências de Segurança. Desta forma, contribuíram com o aparato repressivo, quando não avisavam as autoridades sobre os casos graves relacionados ao cotidiano da construção.

Retomando brevemente o caso do acidente com o Peiner, talvez o momento histórico pode ter sido determinante para as conclusões apresentadas em relatório, onde não se mencionou uma possível sabotagem. Naquela época, o controle apresentava-se em todos os aspectos, inclusive nos laudos.

Na greve de 1987, por exemplo, embora seja outro contexto, houve a intenção de se provocar um acidente. Além do óleo que teria sido drenado do motor de um guindaste do tipo Grover, com capacidade para içar vinte toneladas, os parafusos do conjunto de freio de um elevador foram propositadamente soltos. Na época, o Encarregado de Manutenção que não havia aderido às paralisações procurou a ASF para relatar o fato. Em Sindicância, o encarregado afirmou que “foi informado de que o elevador da Unidade ‘16’, da Casa de Força, que atende a elevação (...), estava com problemas; Que ao verificar constatou que o Sistema de Freios Elétricos não funcionava, pois os parafusos dos três conjuntos estavam soltos (...)” (CDI 9200F 0082). E se, no ano de 1980, o elevador, sem freio, tivesse despencado de uma altura de 40 metros, com 16 trabalhadores em seu interior, quais seriam as justificativas dos responsáveis pela obra? Não poderiam ser estes os motivos dos diversos acidentes de trabalho durante a construção da barragem? Só as perícias poderiam responder a estes questionamentos.

O estudo apresentado neste tópico procurou apresentar a desenvoltura que os responsáveis pelas apurações e anúncios dos acidentes tinham que demonstrar para levantar os dados e amenizar o impacto aos familiares das vítimas. O acidente com vítima fatal ou com mutilações representava um problema para os representantes do consórcio, da mesma forma para os diretores da Itaipu Binacional. A barragem precisava ser erguida, e o número de acidentados, como vimos, poderia tirar o brilho que a construção da maior hidrelétrica do mundo produzia. Uma comprovação disso é o próprio Relatório Anual de Atividades, produzido pela estatal. Neste documento, que tinha publicação certa, os dados referentes às tragédias não tinham um campo específico, isto é, ficavam diluídos e maquiados para que não impactassem a opinião pública.

Seguindo essa mesma orientação crítica, o próximo capítulo fará a separação importante no sentido histórico do objeto estudado. Nesta primeira parte do estudo, composto pelos três capítulos iniciais, foram trazido os problemas gerais referentes ao cotidiano da

construção. No Quarto Capítulo, apresentado a seguir, resumir-se-ão fatos referentes ao período após 1986, momento importante em que os sindicatos começaram a tomar posição diante das empreiteiras.

Nesse sentido, o estudo seguinte irá mostrar a superação dos trabalhadores internos diante do controle, ressaltando-se que, mesmo com a superação, os órgãos de segurança estudados até aqui souberam se articular com os demais aparelhos policiais para conter os movimentos sociais que ganhavam força com a volta de um presidente civil e uma nova Constituição Federal a ser Promulgada em 1988.

## CAPÍTULO IV

### AÇÕES E INFILTRAÇÕES DA ASSESSORIA DE SEGURANÇA FÍSICA NOS PROTESTOS E GREVES

*Companheiros, somos todos brasileiros, vindos de vários estados deste país, há muitos anos dando nosso trabalho e até nossas vidas, por Itaipu. Estamos construindo a maior Hidrelétrica do mundo, vital para a economia do Brasil. Mas o que temos recebido em troca? O que ganhamos com nosso sacrifício, de nossos filhos e esposas? A grande maioria de nós vive em barracos, sem escola, sem atendimento médico, sem segurança no trabalho e recebendo um salário de fome. Congelado só o salário, pois o leite, a gasolina, a carne, etc..., somem e sobem todo dia. Mas apesar de tudo, nós sabemos que sem nossos braços e pernas nada se faz e compreendemos a importância da nossa união e organização e por isso fundamos nosso sindicato. Mas os donos da Itamon e Unicon que enriquecem com nosso trabalho não respeitam nossos direitos, e tentam destruir nossa organização e enfraquecer nosso sindicato e nossa união. Fizeram isso quando negociaram conosco e depois de tudo não assinaram o acordo coletivo (...)<sup>111</sup>.*

(CDI 9200F 0052)

Nos momentos anteriores desse estudo, foram trazidos para discussão os assuntos que tinham mais relação com as equipes militarizadas, as quais, com todos os seus mecanismos policiais, tentavam extinguir as reações oriundas da categoria dos internos essencialmente ligados à produção. Tais internos sempre almejavam se sobrepor às determinações opressoras, contudo, como veremos mais adiante, os momentos e as significações que as guarnições das Agências de Segurança ganhavam ajudavam, sobremaneira, a solapar as iniciativas desses internos por melhores condições de trabalho e as ações contra as perseguições oriundas das feitorias.

De certa forma, a resistência sempre existiu, no entanto, conforme se assentava, os apêlhos repressores se aperfeiçoavam, ora com agentes infiltrados, ora com delatores e, por

---

<sup>111</sup> Panfleto produzido pelo Sindicato da Construção Civil, arquivado pela Assessoria de Segurança Física (ASF), quando realizava levantamentos sobre a greve de 1987.

último, com um serviço de informações, articulado para atender a esta demanda cristalizada que pode ser adjetivada como “subversiva”.

Assim sendo, este tópico se concentrará em alguns momentos importantes relativos a protestos e a greves que aconteceram de 1975 até o final do ano de 1987, com os quais os trabalhadores pertencentes ao Canteiro de Obras como um todo tiveram envolvimento. Neste contexto, vale lembrar que os tipos de reivindicações eram diversos. Se os protestos que ocorreram no período ditatorial brasileiro, em Itaipu, tinham, em linhas gerais, reivindicações mais pontuais, como as relacionadas à infraestrutura nos acampamentos; já, para os posteriores, as paralisações eram para reivindicar melhores salários e alguns benefícios que as empreiteiras relutavam em assumir, conforme conteúdo da epígrafe; e quando assumiam, repentinamente retrocediam, causando indignação à massa de trabalhadores, e isso consequentemente desencadeava as greves. Neste ínterim, já era possível a agremiação dos trabalhadores em sindicatos, tornando a coesão destes mais significativa.

Nesse sentido, se os levantes produziam preocupações desde o início da edificação da barragem, o aumento progressivo na repressão também seguiu esta perspectiva. Tem-se, então, no primeiro momento (1975-1976), um empreendimento cercado de expectativa que não deveriam ser associadas a uma ditadura no sentido da repressão aos trabalhadores. Tratava-se da maior hidrelétrica do mundo, e como tal aqueles que a administravam deveriam se acerrar de que nada iria manchar o projeto, no que se referia às relações de trabalho. De certa forma, os financiamentos eram adquiridos no exterior, portanto a fiscalização também era orientada neste sentido. Como veremos, embora houvesse a unanimidade para o emprego da força pública quando achavam que havia necessidade, o bom senso, por vezes, orientou para uma ação contrária, voltada para o diálogo.

Por outro lado, após o término da Ditadura Civil-Militar, em 1985, houve também a inauguração de uma nova Direção para a Itaipu Binacional. Esperava-se que, com a volta à Democracia, a classe trabalhadora pudesse reivindicar seus direitos; e se fosse o caso, optar pelas greves. Quanto às relações de trabalho na Itaipu Binacional, pode-se considerar que este fenômeno se apresentou com características substancialmente inversas. Desta forma, se antes os gestores viam, no uso das Forças Armadas, uma atitude que causaria descrédito; na nova gestão empossada no governo de José Sarney, houve a potencialização dos movimentos organizados pelos sindicatos e, que, de forma surpreendente, para reprimí-los, o governo civil lançou mão das Forças Armadas (FONTES, 2010; MACIEL, 2012).

Com a volta dos civis ao governo, também se intensificavam as greves em todo o país, com o governo recebendo a tutela militar (*idem*). Na Itaipu, o alinhamento da Assessoria de Segurança Física (ASF) com as demais forças repressivas, dando suporte logístico e operacional à aniquilação e à contenção das paralisações iniciadas timidamente em 1986, alcançou-se o êxito a partir de 1987, com as greves de janeiro e setembro. Não obstante a continuidade dos movimentos paredistas na barragem após 1987, este estudo não abará esse momento histórico, restringindo-se ao espaço temporal de 1975 a 1987, devido ao foco na repressão ser mais ostensivo no referido período. Desta perspectiva, este tópico apresenta as pequenas paralisações e os protestos; em seguida se deterá às grandes greves no Canteiro de Obras. As paralisações motivadas pelos fatores internos do Canteiro de Obras, consideradas aqui de pequena envergadura, podem ser divididas em duas quanto à massa trabalhadora como ator social. A primeira, em 1975, dos operários subcontratados; e a segunda, após este período, com os trabalhadores dos consórcios formados por grandes corporações de empresas da construção civil e da montagem eletromecânica.

A primeira paralisação (1975) era composta por operários brasileiros e paraguaios recrutados na região, cuja atividade estava resumida à construção dos alojamentos e das vilas residenciais que iriam ser ocupadas, nos anos seguintes, pelos trabalhadores dos consórcios e da própria Itaipu Binacional. O objetivo desta paralisação era repudiar as ações tomadas pela direção da Construtora Villa Rica que mudou o horário de refeições dos funcionários, tirando-os da normalidade habitual de forma autoritária, conforme veremos mais adiante.

Após 1975, com os consórcios já formatados, os trabalhadores da UNICON insurgiram-se, por diversas vezes, sendo contidos e demitidos, da mesma forma que foram tratados os trabalhadores da Construtora Villa Rica. A diferença desta paralisação para a de 1975 é que, após este período, a instituição estava consolidada como total, impondo a lógica da produção e da submissão às regras estabelecidas pelos protocolos. Havia, ainda, um espaço já estabelecido para o interno e a imposição que deveria ser seguida pelas equipes dirigentes das Feitorias, dos Guardas de Segurança da Itaipu e da UNICON, com o objetivo de records na produção. Enfim, estas duas modalidades de sublevações apresentadas serviram como marco e se repetiram até o ano de 1986, mesmo que fossem contidas por meio da força e das demissões.

Já, as grandes greves ocorreram quando a construção de Itaipu estava em processo de finalização. Os Consórcios UNICON e Itamon estavam com um contingente de trabalhadores abaixo dos 10 mil, número considerado bem inferior, se considerarmos os anos anteriores em

que o contingente oscilava entre 15 a 20 mil operários (Ver Capítulo III, Figura 28. Gráfico das contratações e demissões entre 1974 a 1984). Contudo, esse contingente não desarticulou tampouco impediu que a categoria formada pelos “barrageiros” se unisse juntamente com os outros segmentos da construção civil da região e formassem o Sindicato da Indústria da Construção Civil de Foz do Iguaçu. Naquele momento, as insatisfações materializavam-se de forma organizada à luz da Constituição de 1988, que estava em projeto, ou seja, a CF de 1988 era vista como uma espécie de remédio que, ao ser usado pelos trabalhadores, provocou a insurgência do “interno em relação aos membros das equipes diretivas” (GOFFMAN, 2013). Houve, então, a massificação do operariado nos piquetes, trazendo uma indefinição; se as equipes diretivas das Agências de Segurança mantiveram seus atributos repressivos e opressivos ao auxiliar as outras forças de segurança (Exército e Polícia Militar) na repressão aos grevistas; mantiveram, neste caso, também as denominações e os signos iniciais que já possuíam. Da mesma forma, pode-se observar este efeito também nas equipes da produção que não aderiram às greves, os chamados “fura greve”. Neste espaço de tempo, muitos feitores e encarregados faziam pressão para que suas equipes não aderissem ao movimento de greve (MANARIN, 2008).

Tal momento correspondente às grandes greves e contempla a atuação da repressão aos trabalhadores, além das diferenças entre os trabalhadores das duas maiores empresas envolvidas nas referidas paralisações. Enquanto os operários da Itamon se apresentavam com uma orientação política definida; os trabalhadores da UNICON careciam dessa consciência, expressa no número de adesões às greves de 1987.

Nesse sentido, a primeira abordagem a ser tratada, neste tópico, será o caso dos trabalhadores da Construtora Villa Rica como protagonistas do primeiro levante contra a Empreiteira Adolfo Lindenberg, quando esta última subsidiou parte das construções à construtora Villa Rica. Os trabalhadores, de acordo com o documento que será apresentado a seguir, não estavam satisfeitos com o horário de alimentação imposto pela empresa, de maneira que resolveram cruzar os braços. Cabe ressaltar que este movimento paredista praticamente ocorreu concomitantemente à época do Contrato 108/75 que organizou o Consórcio da UNICON, mencionado no Primeiro Capítulo desse estudo. Contudo, essa paralisação não pode ser identificada com este Consórcio, qualquer que seja o aspecto.

O documento encaminhado à Itaipu Binacional, informando sobre a paralisação de 1975, foi redigido em quatro vias; uma delas endereçada ao Capitão Roberto Henrique

Hebling, chefe da ASF. No informe, o engenheiro responsável pela construtora dá explicações acerca dos motivos da paralisação:

Levo em conhecimento de V.Sa. que em data de 28/29/10/1.975, por volta das 12:00 horas, aproximadamente, houve uma pequena desordem em nosso Canteiro de Obras, gerada por problemas de refeições. Tudo iniciou, quando um grupo de operários mais exaltados influenciou cerca de 35 (trinta e cinco), outros operários, para que os mesmos não fizessem suas refeições normais em horário estabelecido pela empresa, gerando daí a desordem (...).<sup>112</sup>

No referido momento, tudo estava em fase de adequações no Canteiro de Obras, inclusive o quadro de Segurança Física da Itaipu, com apenas três meses de operação. A Segurança Física da UNICON, por sua vez, nem existia. Pode ser que esta falta de entendimento e de efetivo para reprimir casos como este tivessem outros desdobramentos que resultaram nas demissões dos empregados. Nem mesmo os Generais Bruno, Junot e o Capitão Roberto tiveram postura autônoma diante do caso. Segundo Aluizio Palmar (2012), foi solicitada a interferência de outras esferas políticas para dar solução àqueles problemas:

Decidido a resolver o conflito com a máxima rapidez e extremo sigilo o general Massa baixou em Foz no segundo dia da greve e do aeroporto foi direto para o Hotel Bourbon, onde já se encontravam reunidos para avaliar a situação o general Costa Cavalcanti, o capitão Roberto Hebling e o general Junot Guimarães. Nessa reunião, o general Costa Cavalcanti sugeriu que a greve fosse reprimida de forma exemplar “para acabar definitivamente com os focos comunistas” dentro de “sua obra” como ele costumava dizer. Momentos antes Hebling havia informado que recebera radiogramas dos órgãos de informações comunicando que nenhum dos grevistas era fichado por atividade política ou sindical (*sic*). (*op.cit*).

Diante do impasse, conforme as orientações do General Adalberto Massa, Chefe da Delegacia Regional do Trabalho (DRT), decidiu-se que nenhuma ação mais violenta seria desencadeada contra os trabalhadores, pois poderia acarretar em um “descrédito na imagem da empresa no exterior” (*idem*). Na verdade, havia o receio das autoridades com a repercussão de uma repressão e não com a repressão em si mesma. Por outro lado, usar a força pública “para acabar definitivamente com os focos comunistas” (*idem*), poderia significar problema de incompetência para o General Costa Cavalcanti como Diretor Geral, e com um grande empreendimento pela frente. Mas, para as outras autoridades, tal problema,

---

<sup>112</sup> Disponível em: [www.documentosrevelados.com.br](http://www.documentosrevelados.com.br). Acesso em 17 dez. 2014.

além de relembrar a repressão evidente no período, poderia desestabilizar a formação do Canteiro de Obras, com a não vinda de operários mais experimentados para as escavações e para outras obras relacionadas à Itaipu. Havia uma grande diferença entre os operários que viriam e aqueles da construtora Villa Rica que se insurgiram contra a mudança do horário das refeições.

No próprio documento assinado pela empresa, demonstrou-se que a resolução partiu do próprio General Massa, quando esteve junto aos trabalhadores insatisfeitos com o tratamento a eles dispensados. Na sequência do comunicado, o representante da Lindenberg afirma que “como consequência a Obra ficou praticamente parada pelo espaço de 03 (horas), aproximadamente, sendo logo mais normalizada com a presença do Srs.: - General Adalberto Massa e Eng<sup>o</sup> Anísio Calazans (*sic*)” (*idem*). A partir desta reunião, decidiu-se que aqueles que participaram do levante deveriam ser demitidos, e de fato foram. Contudo, se não houve uma repressão mais ampla no sentido da atuação policial naquele momento da obra, em outros, por exemplo, em 1987, nos quais as greves eram realidade, os integrantes do movimento seriam reprimidos de forma demasiadamente ostensiva e articulada entre Itaipu, Exército e Polícia Militar. Neste evento, foi mobilizado um poder em nível ministerial, visto que não havia a compreensão entre os diretores da Itaipu sobre a possível repercussão pública do caso. Já, nos anos seguintes (1976 em diante), as Agências de Segurança ganhavam contornos de Batalhão de Polícia, e por que não dizer de Unidades Militares. Estas agências tomavam iniciativas que envolviam casos piores que o apresentado, sem a necessidade de recorrer a níveis superiores como o ministerial. Seus contingentes e a facilidade de mobilização de pessoal favoreciam tal tática. Isto se deve à grande quantidade de Guardas de Segurança que moravam nos alojamentos, não havendo necessidade, portanto, de um “apronto operacional”<sup>113</sup> mais amplo que considerasse a convocação dos GS não alojados. O tumulto no refeitório, em 06 de março de 1978, iniciado por um grupo de trabalhadores, o qual se generalizou, embora posteriormente contido, exemplifica a organização dos GS e evidencia o poder das duas Agências de Segurança naquele período. O Fiscal de Segurança da Itaipu descreve:

(...) Solicitados, fomos até o refeitório e detemos os elementos acima citados e mais os Srs. (...), crachá (...) por incitar o pessoal do refeitório a desordem; o Sr. (...), crachá (...) por incitar uma turma que fossem até a segurança para

---

<sup>113</sup> De acordo com Risg (2003, p.19), o “(...) ‘apronto operacional’ é considerado o momento em que uma tropa sai de uma situação normal para uma situação de ordem de marcha em um curto espaço de tempo. Para tanto todos são convocados inclusive os dispensados, pois se trata de um problema emergencial de emprego da tropa”.

libertar o desordeiro detido e o SR. (...), crachá (...) por chutar a kombi da vigilância da Unicon, ambos ajudantes de serviços gerais (*sic*) (...) (CDI 9181F 1738).

Após o Coordenador de Segurança Coronel Sidney Zanon ler as conclusões no dia 07 de março de 1978, ele acrescenta: “Encaminhar à UNICON, para demissão e afastamento do CO dos implicados” (*idem*). Desta forma, percebe-se que, no lado brasileiro do empreendimento, ocorreram sublevações pontuais e de gravidade superior à apresentada no ano de 1975, visto que bastou a ordem dos superiores para uma fração de Guardas de Segurança ser mobilizada interna e imediatamente contra o levante, pois estavam alojados no mesmo local do tumulto (CO) e tinham o poder de resolução interna.

Muitos conflitos generalizados foram motivados por problemas organizacionais que não eram resolvidos na mesma proporção da chegada de operários para a construção. Pode-se considerar que estes e outros choques eram resultantes das contradições que existiam entre o que a empresa oferecia aos agenciados e o que eles realmente encontravam no Canteiro de Obras. Tal constatação pode ser observada em outro protesto ocorrido no refeitório de campo, dez dias após o incidente apresentado nos parágrafos anteriores. Naquela ocasião, foram mobilizados cerca de “32 Guardas de Segurança” (CDI 9181F 1750 e 1751); dentre estes, dois Fiscais, todos da SFI, além dos GS da UNICON. Em termos numéricos, este substancial efetivo tinha a quantidade idêntica ao número de homens de um pelotão do exército.

Por outro lado, com a UNICON em plena ação, os diversos setores contavam com funcionários que, ao perceber que os companheiros estavam em vias de fazer qualquer movimento considerado “subversivo”, antecipavam-se e avisavam a Segurança Física. Estas ações ensejavam a tática da guerra de movimento que ajudava na repressão e na exploração do trabalhador pelas empreiteiras. Nesta dinâmica, a repressão ocultava os movimentos das categorias, facilitava as dissoluções destes e demitia os culpados, proibindo a recontração dos mesmos. Um caso ilustrativo desta dinâmica foi tratado de forma “urgente” pelo relator da ocorrência, em março de 1978.

Figura 37: Ocorrência “Acusação de Incitação”, maio de 1978

Assunto: Acusação de Incitação

Nessa CS, as 22:00 horas de 15 Mar 78, compareceu acompanhado do PS da Unicon, o Sr \_\_\_\_\_, crachá \_\_\_\_\_ - Auxili-  
liar Administrativo, acusando o Sr \_\_\_\_\_, crachá ...  
- - Ajudante de Serviços, de estar liderando um movimento ilícito com o objetivo de criar problemas dentro do CO, visando arrebanhar o maior número possível de funcionários contra a organização vigente, fazendo crer a estes funcionários, que a Unicon cobra diversas taxas por mes, principalmente no tocante aos esportes e recreação e dá outro fim ao dinheiro.

Segundo o acusador, o Sr \_\_\_\_\_ diz frequentemente, que quando acabar seu dinheiro vai criar mais problemas, para ser mandado embora com os direitos.

Considerando a gravidade da acusação e com a aquiescência do chefe da SOFS, determinei que o Sr \_\_\_\_\_ permanecesse nessa CS até a chegada do Sr Coordenador.

Fonte: CDI 9182F 0030.

Nesse contexto, o fator surpresa da denúncia do delator era importante, tendo em vista o número de trabalhadores que, gradativamente, chegavam para trabalhar. A existência dos delatores pode, então, ter ajudado na manutenção da ordem durante os anos de construção da hidrelétrica de Itaipu. Ainda neste campo, Matheus (2013) assinala para a possibilidade de haver a cooptação de trabalhadores por parte das Agências de Segurança para ajudar a identificar possíveis lideranças subversivas ou as más lideranças. Para este Agente, “uma das armas para se manter a disciplina no Canteiro de Obras, era exatamente você identificar as lideranças, esse era um papel muitas vezes da AESI, ficar com as boas lideranças e afastar as más lideranças” (*idem*). Boa liderança, segundo Matheus (2013), “é aquele camarada que às vezes tá vendo um problema, mas ele não quer, ele quer consertar aquilo, ele não quer criar caso, ele quer resolver aquele problema”. Este seria um ponto de vista típico e comum do qual

se apropriaram todos os segmentos que cooptaram agentes durante o período da Ditadura Civil-Militar. Ao se referir a este tipo de estratégia, Sun Tzu (2006, p.78) registra: “Pune severamente, recompensa com prodigalidade, multiplica os espiões, espalha-os em toda a parte, no próprio palácio do inimigo, nos aposentos de seus ministros, sob as tendas de seus generais”.

Na esfera burocrática, a Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI) também remetia os dados dos contratados e dos candidatos para apreciação do DOPS (ver Figura 35: Pedido de Busca). Tal medida poderia ter sido motivada a partir do problema decorrente da Construtora Villa Rica e das demissões ocorridas em 1975.

Aqueles que, por ventura, envolviam-se em problemas no interior da barragem, ou até processassem as empresas em ações trabalhistas, eram proibidos de ser recontratados em qualquer empreiteira, sem exceção, exemplo desta realidade é uma das pautas das reivindicações promovidas pelo Sindicato da Construção Civil em 1987, ou seja, justamente o compromisso da retirada desta exigência nas futuras contratações.

Devido aos levantes do ano de 1978, a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional elaborou um estudo sobre as condições do Canteiro de Obras cujo assunto era: “Visita às obras de ITAIPU em FOZ DO IGUAÇU, na FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI” (AN, Cx. 12/F2). Neste estudo, no tópico 5.7, o subtítulo aborda as questões denominadas “subversivas”, reafirmando que este tipo de atividade estava controlado no CO, tendo em vista a dinâmica empregada pela ASF, em conjunto com o SNI e sua Agência Central da cidade de Curitiba. O relator faz questão de afirmar que esse controle se devia ao “correto trabalho de cadastramento e levantamento de dados sobre a vida pregressa de todos os funcionários da empresa feito pela Seção de Segurança da ITAIPU-BINACIONAL (...)” (*idem, op.cit.*).

A fiscalização junto ao SNI e Ao DOPS ajudava no sentido político, mas não tinha influência nos problemas do cotidiano, como as constantes reclamações dos trabalhadores acerca das instalações oferecidas até aquele momento. Desta forma, não precisaria ser da esquerda para reclamar da opressão e do descaso dispensado pela Itaipu e pelas suas empreiteiras. Reflexo desta situação é que, no mesmo documento, apresentado anteriormente, sobre a Itaipu, o relator explica como foi resolvido um incidente dessa natureza. Neste sentido, destaca-se a importância da solução imediata para a qual se chamou atenção quando da análise do caso da Construtora Lindenberg que subsidiou as obras a Villa Rica. Neste último, a UNICON estava com seu quadro de segurança no limite máximo, facilitando o controle das

manifestações pelo uso da força. Pode ser este o primeiro levante de cunho expressivo, após o ocorrido em 1975. No relatório do Conselho de Segurança Nacional de 1978, está registrado:

No mês de maio do corrente ano, houve realmente um movimento de revolta por parte de operários do Canteiro de Obras que chegaram a iniciar uma depredação de alguns alojamentos e banheiros, sendo, no entanto, **logo contidos pela polícia de Segurança da UNICON**. (...) O movimento foi espontâneo não tendo os trabalhadores sido insuflados, mas, assim mesmo, a UNICON afastou aqueles trabalhadores que o iniciaram (...) (*idem*, grifo meu).

Assim foram ocorrendo pequenos conflitos que envolviam trabalhadores e Guardas de Segurança, mas nunca houve a paralisação das obras em virtude de uma greve até o ano de 1987. A “polícia de segurança da UNICON”, conforme o referido relatório, teve a participação substancial no contexto da construção da Itaipu, conforme se evidenciou neste estudo. Mas, a pesquisa junto ao DOPS sobre o passado dos trabalhadores contribuiu, de certa forma, para que militantes políticos ficassem de fora ou permanecessem vigiados; e assim, desarticulassem as possibilidades de amadurecimentos do ideário sindicalista no seio daqueles trabalhadores, bem como a possibilidade de levantes. Os simpatizantes da “esquerda”, quando descobertos, eram demitidos; e os pretendentes a algum cargo não eram contratados. Neste caso, a ficha individual preenchida no ato da contratação era fundamental à elaboração do “pedido de busca” junto aos órgãos de repressão, de modo que não importava a empresa e a profissão.

No exemplo a seguir, datado de 14 de julho de 1977 (Figura 38), a Assessoria de Segurança de Itaipu, por meio da AESI, encaminha o nome de centenas de trabalhadores para ser checados não só no DOPS, conforme descrito na “Difusão”, mas também para o SNI, 5ª Região Militar, e para o Departamento de Polícia Federal. Cada instituição, neste caso, ficou com a sua lista para checar e, depois, emitir parecer acerca da vida pregressa dos trabalhadores de onde se originou a solicitação; neste caso, da Assessoria de Segurança da Itaipu Binacional.

Figura 38: Pedido de Busca-1977

**CONFIDENCIAL**  
**ITAIPU BINACIONAL**  
**ASSESSORIA DE SEGURANÇA**

PEDIDO DE BUSCA Nº 0195/77/E/CS/AS/CT

1	DATA	: 14 / JUL / 77.
2	ASSUNTO	: e outros.
3	ORIGEM	: CS/AS/PI.
4	REFERÊNCIA	: PB Nº I/CS/AS/PI/1532/77 e outros.
5	DIFUSÃO ANTERIOR	: Não Houve.
6	DIFUSÃO	: ACT/SNI - 5a. RM/DE - DPF/PR
7	ANEXO	: . X . X . X . X . X . X . X . X . X . X .



Fonte: Arquivo Público do Paraná.

Jussamar Silva (2010) estudou como funcionava esta dinâmica repressora, imposta pela Itaipu Binacional e pela AESI, que visava coibir qualquer articulação política dos trabalhadores. Além disso, os problemas com a “esquerda” eram reais, por isso a solicitação de estudos sucintos e de relatórios eram constantes por parte do governo. Para Silva (2010, p.136), “O controle da AESI-Itaipu sobre os operários estava integrado na rotina diária do canteiro de obras como uma atividade normal de gerenciamento de recursos humanos” (...). Desta maneira, alguns militantes políticos e criminosos comuns foram surpreendidos, quando desenvolviam suas funções no Canteiro de Obras, ou ainda quando estavam em vias de ser contratados. Entre os mais conhecidos, estão os casos do médico Jorge Ramillo Salles e do dentista Lauro Consentino Filho, contratados pela UNICON; sendo este último ex-preso político, com participação no movimento guerrilheiro MR-8, na região Oeste do Paraná. Já, o médico Salles, entre outras atividades, havia participado da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1965, como presidente.

O histórico da vida de Salles suscitou um novo “pedido de busca” na origem, ou seja, nos órgãos de repressão regionais, onde havia ocorrido a reunião da UNE, naquele ano em que Salles participou como presidente. Neste caso, cinco meses após a contratação de Salles, a AESI/Itaipu encaminhou novo pedido de busca, desta vez, para o DGIE/RJ<sup>114</sup> e para o

<sup>114</sup> Departamento Geral de Investigações Especiais, Rio de Janeiro.

DPF/RJ, na esperança de um retorno quanto às atividades do médico da UNICON no evento de 1965, entre outros. No último tópico, que seguia um padrão em relação aos outros órgãos, a Assessoria de Segurança e Informações elencam os “Dados Solicitados”, os quais, no caso em questão, seriam: “1-Registros existentes sobre o Sindicato; 2-Confirmação dos dados constantes nas letras (...); 3-Outros dados julgados úteis e esclarecedores. SOLICITAÇÃO ESPECIAL: Possível urgência no atendimento ao presente PB”<sup>115</sup>.

Contudo, o fato de tais buscas e averiguações em torno dos trabalhadores serem efetivadas durante todo o processo de construção da Itaipu não impediu a paralisação dos operários de forma ampla e organizada. Se muitos trabalhadores estavam alheios ao progresso político e, com isto, permaneciam sob o efeito da fiscalização das equipes diretivas, outros se tornaram políticos durante o próprio processo de construção; processo que, de certa maneira, resultou do próprio contato com operários vindos de outros campos da indústria para trabalhar na Itaipu. Ainda neste momento, o medo do desemprego e da repressão foi atenuado pela elaboração da Constituição Federal de 1988. Não obstante os movimentos grevistas serem anterior à Promulgação, não se pode negar que os direitos a serem alcançados com a nova Constituição foi o combustível, sobretudo para a organização em sindicatos e às afrontas de forma organizada às equipes diretivas em geral, dentro e fora do grande Canteiro de Obras.

#### 4.1 A REPRESSÃO NAS GREVES DE 1987<sup>116</sup>

Quando se estudam os problemas da construção da Itaipu Binacional, a noção de Canteiro de Obras tem amplo sentido, tendo em vista que o Canteiro, nesse caso, abarca toda a construção em si, não apenas a parte brasileira, tampouco a paraguaia, mas tudo o que estava inserido no projeto da construção, no sentido interior às barreiras nas duas margens do Rio Paraná.

Dessa forma, cada nação articulava os problemas internos a seu modo, mas, no caso da Itaipu Binacional, os problemas necessitavam de articulação mais ampla, pois, em cada um dos dois países havia uma nova ordem em marcha. De um lado, o Paraguai, desgastado por

---

<sup>115</sup> CEPEDAL: Unioeste campus Marechal Cândido Rondon-PR.

<sup>116</sup> Esse trabalho apresenta apenas as duas greves de 1987, por dois motivos. Primeiro, porque, em 1987, a repressão alcançou um nível elevado devido à presença militar, solicitada para auxiliar a ASF na contenção do movimento. Segundo, estudar as outras greves implica adentrar não apenas no problema da repressão, mas também em outros conceitos históricos, por exemplo, luta de classes, exploração, alienação e terceirização, os quais, apesar de tangenciarem o objeto de estudo e ser de extrema importância, fogem do foco principal desse estudo.

uma Ditadura Militar entre 1954 e 1989. Do outro, o Brasil, que construía a Democracia a partir de 1985, num processo político iniciado pelo ditador General Ernesto Geisel, no ano de 1974, e a que se convencionou chamar abertura política.

Inseridos nesse contexto, estavam os trabalhadores brasileiros e paraguaios das empreiteiras; cada lado com a própria organização sindical e expostos a diferentes formas de repressão, quando se organizavam contra as empreiteiras e contra a Itaipu, de maneira geral. Assim, se, no Brasil, vivia-se sob a égide de uma tímida democracia; no país vizinho, no que tange às greves na Itaipu, a Ditadura ainda estava em curso, ou seja, a política e a diplomacia deveriam contornar as contradições presentes nestes aspectos. Neste caso, os acordos e as trocas de notas, além dos Atos Bilaterais e Unilaterais, conforme estudado no Primeiro Capítulo desse estudo, ganhariam outros contornos, pois, nas greves de 1987, ao menos uma parte do Canteiro de Obras estava ainda regido por uma ditadura.

Os movimentos trabalhistas, iniciados em 1986 e articulados com mais adesão em 1987, têm, em nosso estudo, uma abordagem, de certa maneira, considerada ímpar. Não obstante a Itaipu estar inserida neste estudo como uma “Instituição Total”, alcançando certo êxito no controle dos trabalhadores, em consequência das greves, estes internos conseguiram a ruptura contra as equipes diretivas. A massa de trabalhadores colocou em prática aquilo que foi apenas experimentado e reprimido internamente nos anos anteriores pelas forças de segurança da Itaipu e UNICON.

Nesse sentido, orientados pelas diferenças políticas e estruturais presentes nos dois países, a análise das greves não levará em conta os movimentos que poderiam ter surgido no lado paraguaio, pois, se assim o fosse, esse estudo, desde o seu início, trataria dos problemas referentes à segurança das empreiteiras que atuavam também naquela parte da construção. Por outro lado, entende-se que a repressão no Paraguai não foi diferente do que ocorreu no Brasil. Aliás, no Paraguai, o emprego das Forças Armadas não precisaria de uma articulação política mais ampla, pois o emprego desta era legal, em virtude da militarização alcançada pelo longo período ditatorial. Basta lembrar-se do processo de implantação das Assessorias de Seguranças estudadas anteriormente. Desta perspectiva, houve a resistência dos militares paraguaios em deixar, para os civis, o controle da segurança interna da barragem no lado paraguaio.

Não serão tratados aqui aspectos típicos de uma greve, tais como: aumento de salário, redução de jornada de trabalho, adicionais de periculosidade e insalubridade, auxílio creche e outras reivindicações que estavam sempre em pauta. Entende-se que todos estes pontos são

importantes no conjunto das relações sociais, Porém, por outro lado, busca-se analisar a repressão imposta àqueles que procuravam seus direitos já no período quando a repressão parecia ter retrocedido. Contudo, as contradições entre direitos e deveres concentram-se apenas no período histórico e na força utilizada. Em 1981, contra os agricultores, o movimento foi contido apela Polícia Militar e os Guardas de Segurança da Itaipu, ao passo que, nos subseqüentes, este aparato repressivo contou ainda com a presença de uma substancial força do Exército Brasileiro, em dois momentos específicos. Pode ser que, em 1981, a liderança da ASF, com os Generais, Junot Rabello Guimarães, Bruno Castro da Graça e o Coronel Sydnei Zanon, tivessem maior autonomia e poder de negociação para a resolução dos conflitos. Era uma liderança compacta que seguia estrutura militar completa, o que não se observou mais adiante, naquela composta pelo Capitão Roberto Henrique Hebling. Esta era fragilizada e demasiadamente poluída por conceitos com os quais a equipe do Capitão não tinha condições de trabalhar. Basta lembrar da sindicância da Vila “B”, quando as domésticas foram estupradas por filhos de empregados.

Assim sendo, a análise das referidas greves sairá da discussão que orientou esse texto até este momento, em que o espaço foi dedicado basicamente à UNICON, à Itamon e à Itaipu. Neste caso, além das grandes empreiteiras, somaram-se também aos movimentos os trabalhadores das empresas menores que prestavam serviços à Itaipu; e assim, como um todo, fizeram parte dos extensos relatórios sucintos elaborados e divulgados pela ASF.

Nesta parte, também ficará evidenciado que a AESI, ao contrário do que se poderia presumir, não participou desses levantamentos, apontando para a hipótese levantada anteriormente de essa agência ter uma finalidade *a priori* distinta. Enquanto isso, no seio da Coordenação de Segurança havia outro setor com raízes também na EsNI, que elaborava e produzia esses tipos de relatórios os quais serão demonstrados a partir de agora.

Assim, podem-se destacar dois tipos de força empregadas contra os trabalhadores naquele momento. O primeiro, de cunho repressivo, foi desencadeado pela própria Itaipu Binacional, por meio de sua Agência de Segurança quando informava continuamente as outras autoridades acerca das possíveis greves. A emissão de informes, neste caso, permitiria a antecipação aos protestos, adequando os próprios postos de controle e, por outro lado, pondo as outras forças em posições estratégicas nos lugares onde aconteceriam os principais piquetes.

Em segundo lugar, estaria patente a fraqueza da ASF na contenção desses movimentos. As características sindicais associadas a uma adesão em massa aniquilaria

qualquer ação dos Grupos de Segurança, em virtude da desproporção do número de GS em relação aos trabalhadores envolvidos nos piquetes, bem como os diferentes lugares onde se localizariam os mesmos; processo este que se deve à ruptura pela qual se chamou a atenção anteriormente: a coerção e o controle durante os anos mais tensos da construção não foram suficientes para conter as contestações que estariam por vir.

Dessa forma, quando se emitia um informe acerca desse evento para as demais autoridades, este, por seu turno, visava também buscar uma coesão com a Polícia Militar e o Exército Brasileiro; sobretudo reafirmar que a ASF manteria apenas a ordem interna e as instalações também internas da estatal e das empreiteiras, pelo menos no primeiro momento.

Nos meses finais de 1986, a história da Itaipu e seu vínculo com os trabalhadores assumiriam outros patamares. Os barrageiros, os agricultores que se tornaram operários, feitores, encarregados, e até aqueles que, de alguma forma, assentar-se-iam silenciosamente como líderes sindicais no âmbito da barragem se tornariam um bloco homogêneo contra as empreiteiras, formando o Sindicato das Indústrias da Construção Civil de Foz do Iguaçu (SITRACOCIFOZ). Um sindicato alicerçado e caracterizado por diferentes contradições, mas atuante nas propostas de enfrentamento contra as empreiteiras; nem mesmo as constantes ameaças de demissões restringiu a sua formação e a agremiação da quase totalidade de operários da Usina de Itaipu para a causa desta associação. Nesta dinâmica, a primeira paralisação sustentava-se no ideário petista das lideranças operárias do Canteiro de Obras, lugar de maior concentração de filiados, embora abarcasse a região de Foz do Iguaçu e seu entorno. Consonante a isso, conforme os levantamentos da ASF, havia indícios de esse sindicato estar contando com ajuda de outras lideranças e agremiações ligadas à Central Única dos Trabalhadores (CUT) da região de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.

Em novembro de 1986, a Assessoria de Segurança Física, como forma de se antecipar ao que poderia ser a primeira paralisação no Canteiro de Obras, emitiu o documento denominado “PLANO DE OPERAÇÃO Nº 001/86”, cujo assunto era o “Movimento Grevista no Complexo de Itaipu” (CDI 9200F 0057). Este documento contemplava, em tópicos, as ações das agências, caso houvesse a deflagração da greve, além de exemplificar o comportamento dos Guardas de Segurança em relação aos grevistas. O documento inclusive esclarecia quais os tipos de armamentos, viaturas e homens a serem empregados nos diversos postos de serviços, em uma situação de confronto. Nessa demonstração que passará a ser problematizada, alguns desses tópicos não serão apresentados, contudo cabe ressaltar que

todos os apontamentos do documento, de alguma forma, contribuem para testar o aparato repressivo que estava em marcha para conter os movimentos seguintes.

No primeiro tópico da abertura do documento, denominado “Situação Geral”, o agente faz um breve balanço acerca das empresas envolvidas e dos problemas considerados imediatos, afirmando que “O Complexo Binacional poderá vir a ser afetado por movimentos grevistas, tanto internos quanto externos, a partir das zero hora de 1º de Dez. de 1986” (*idem*). Aqui, há que se fazer uma importante constatação: no momento em questão, o Sindicato da Construção Civil contava com o apoio de outro grande sindicato, formado pelos trabalhadores do transporte coletivo da cidade de Foz do Iguaçu, que abarcaria, além dos motoristas da UNICON e Itamon, outros que prestavam serviços terceirizados à Itaipu Binacional. Se realmente ocorresse tal associação, a paralisação traria mais problemas, pois todo o transporte que atendia ao Canteiro de Obras seria afetado. Era, de fato, uma importante adesão; daí a preocupação do relator do “Plano” em chamar atenção para este aspecto. Pode ser que a adesão pensada pelos investigadores tenha sido articulada com outras agremiações para levar o caos ao complexo da Binacional e potencializar as reivindicações do Sindicato da Construção Civil. Quem traria aqueles que não faziam parte da construção civil, e, portanto, não estavam fazendo greves para seu local de trabalho? Neste caso, havia o comprometimento de muitos segmentos da hidrelétrica. No dizer do relator do Plano de Operações de 001/86:

No tocante à Construção Civil, participariam do movimento empregados da ITAMON e da UNICON, especialmente a primeira. Quanto aos transportes, o problema envolveria motoristas da ITAMON, UNICON e das empresas contratadas que são: EXPRESSO NORDESTE, STTC e VIAÇÃO ITAIPU, além das empresas do Transporte Urbano Municipal (*idem*).

Essas informações tinham certa confiabilidade, em vista das minúcias apresentadas. Pode ser que, além dos agentes envolvidos e infiltrados nas reuniões, também estavam presente os indivíduos infiltrados, oriundos dos próprios trabalhadores dos consórcios. Pode-se aventar essa possibilidade, ao analisar a conjuntura e a atuação da AESI, apresentadas no Segundo Capítulo desse estudo. Outro ponto a se destacar é a atenção especial dirigida aos trabalhadores da Itamon, não só pela importância naquele contexto, pois a esta empresa estava a responsabilidade técnica de montagem das Unidades Geradoras. Uma demora nas montagens das Unidades Geradoras 14 e 15, em fase final, acarretaria também no atraso da inauguração das mesmas, previstas para o mês de janeiro de 1987. Por outro lado, sempre foi dispensada atenção especial aos trabalhadores da Itamon; não por acaso, o ajudante de

serviços gerais, Altair Nogueira da Silva<sup>117</sup>, assentava-se no referido momento como uma das principais lideranças do Sindicato da Construção Civil e da Federação.

Outro item importante desse documento se refere ao posicionamento da ASF frente aos grevistas, caso o movimento tomasse corpo. Numa primeira observação proposta no “Plano de Operação”, ficou definido que, no primeiro momento, a Segurança Física tentaria administrar a situação crítica, conforme as suas possibilidades, desde que os piquetes e os protestos não alcançassem o interior da Usina. Se isso ocorresse, afirmava o relator, “serão solicitadas a intervir as forças militares federais e auxiliares, nas suas respectivas áreas de competências” (*idem*). Em outras palavras, seria solicitado auxílio ao Exército e à Polícia Militar.

Para além dessas preocupações específicas com os manifestantes e suas ações contra a estrutura da Itaipu Binacional, houve também um planejamento inserido no mesmo relatório que priorizava adequar os postos de vigilâncias para a iminência do confronto. Cada posto de controle contava com orientação específica, por exemplo: efetivo; meios a serem utilizados; e por último, a missão, que consistia na reação a ser tomada diante de uma possível invasão. Ao todo, foram enumerados treze postos de controle, os quais eram devidamente orientados no

---

<sup>117</sup> A mobilização em sindicato aconteceu por meio da observação em torno da Revolução Passiva. Aos poucos, as lideranças foram instalando-se nas empreiteiras, sendo preferidas aquelas com mais carisma e desenvoltura política no trato com a massa de trabalhadores. Foi o caso do operário Altair da Silva Nogueira que, após as greves de 1987, tornou-se o vereador mais votado do pleito de 1988, na cidade de Foz do Iguaçu. Funcionário do Consórcio Itamon, Nogueira demonstrou, pela evolução de sua curta trajetória política (1989-1992), que, na Itaipu, havia essa carência de formação política do proletário. Aliás, esta mesma observação não vale para analisar as lideranças que formaram e compuseram o Sindicato dos Eletricitários, cujos filiados eram da estatal Itaipu e das Furnas Centrais Elétricas. A categoria ligada à construção civil e filiada ao SITRACOCIFOZ era envolvida por paixões e tinha caráter imediatista, em vista da própria evolução das edificações. Por outro lado, os eletricitários solidificavam-se no continuísmo dos filiados, por meio de certa estabilidade, além das questões de cunho intelectual, ou seja, na grande maioria eram técnicos, diferentemente dos membros do SITRACOCIFOZ. Os informes produzidos pelos agentes infiltrados nas reuniões sindicais, de certa forma, apontavam para esta ambiguidade. Uns, fechados na direção e demais encaminhamentos; enquanto que os demais [construção civil], vitimados pela deficiência no “ser intelectual do partido”. Não se produzia, por exemplo, informes com teor depreciativo dos eletricitários em cuja direção estava Assis Paulo Sepp, eleito também vereador para a legislatura de 1997 a 2000. Em termos gerais, Altair e Sepp estavam sempre lutando para a mesma causa expressa em Epígrafe, porém com diferentes formações culturais e ideológicas importantes no processo de não se atentar para as infiltrações da ASF, e muito provavelmente dos Serviços Reservados do Exército (S2) e da Polícia Militar (P2). José Wilson de Aquino (*op.cit*) lembra, na sua entrevista, que Altair Nogueira foi influenciado nas orientações políticas que tinha por intelectuais da Itaipu, que para além de redigir discursos, ainda ensinavam a ter desenvoltura, e mais, revisavam os discursos que Altair escrevia e planejava. Neste caso, o futuro vereador e líder sindical dos trabalhadores das obras civis da Usina de Itaipu se solidificava de forma mecânica e não por vocação de uma liderança nata. Não foi uma dessas características que o fizeram mudar de partido, saindo do PT, após ter votação em massa para a época? Se for levada em consideração a notória situação de crise e de decadência de Altair Nogueira, faltou a este uma consciência de classe. Afinal, para representar os mais de dois mil votos à época para um candidato do Partido dos Trabalhadores, como foi o seu caso, ele teria que retornar na luta contra a Itaipu. Contudo, observou um conchavo político com a direita municipal que governava de mãos dadas com a estatal. Vê-se aí um sindicato precário e carente de lideranças, e nem mesmo a Itaipu Binacional apostava em tal fracasso político.

sentido do efetivo, equipamentos ou meios a serem utilizados na contenção, bem como as atitudes a serem tomadas expressas na “missão”.

Seguindo essa orientação constante no Plano de Operações, foi eleito um posto de serviço (Barreira de Controle) o qual será apresentado em números, a fim de que sejam demonstradas a preparação e a orientação irradiada da chefia da ASF para os agentes nele escalado, no caso de uma greve. Esta escolha serve também para que o leitor avalie, por exemplo, a importância desses postos sobre os quais recaíram, ao longo desse estudo, insistentes considerações.

Inicialmente, serão dimensionados os itens constantes da Barreira de Controle. Como se refere ao próprio nome, era o lugar onde só os internos eram reconhecidos e ao qual possuíam livre acesso, sendo que o crachá era o documento principal que inevitavelmente deveria ser apresentado ao GS no ato da passagem. Entretanto, quanto à iminência de uma greve, as atenções deveriam ser redobradas, pois não seria fácil saber se o trabalhador, ao adentrar na barreira, seria visto como grevista ou, em outros termos, um fura greve.

Numa ação mais organizada e planejada, se não houvesse a preocupação da ASF, aos poucos o levante, que a princípio se concentraria no trevo da Vila “C”, poderia ganhar a parte interna da barragem, e uma das vias seria a Barreira de Controle. Outra possibilidade existente era a entrada de grevistas e fura greve, pelo Refúgio Biológico: esta possibilidade era remota, mas possível, tanto que, em setembro, o Exército ocupou esta região.

Nesse caso, para promover a possível contenção na Barreira de Controle, por exemplo, a determinação foi a seguinte: “Efetivo: 02 Fiscais e 09 Guardas de Segurança; Meios: 02 VTR<sup>118</sup>, sendo 01 Gol, prefixo 02 e 01 Brasília, prefixo 198; 02 espingardas cal<sup>119</sup>.12, 08 revólveres cal.38, 01 rádio HT<sup>120</sup>, 08 cassetetes, 03 lanternas” (*idem*). E quanto à “Missão” dos Guardas de Segurança nesse posto de controle era de “Garantir o acesso dos trabalhadores que necessitem ingressar na obra para o serviço (...)” (*idem*). Por outro lado, as mesmas orientações consideravam que não deveria haver provocações dos Guardas de Segurança à massa trabalhadora, isto é, até as coisas mais óbvias eram pensadas e relatadas na esperança de as mesmas não se materializarem.

Seguindo essas mesmas orientações, nos outros “doze” postos de serviço, quase todos localizados no interior da Usina, ocupariam a totalidade dos GS, caso fosse necessário. O mesmo Plano de Operações apresentado apontou para a necessidade de retraindo todo o efetivo

---

<sup>118</sup> Abreviatura para designar Viatura.

<sup>119</sup> Calibre.

<sup>120</sup> *Hand Talk*.

das áreas residenciais para o interior da obra, mantendo apenas os seguintes postos externos: “Fiscal/VR<sup>121</sup>, Ponte da Amizade<sup>122</sup>, Guarita da Vila “B”, Garagem, Centro Executivo e Portão do Refúgio Biológico” (*idem*). Desta maneira, haveria, no mínimo, a duplicação de efetivo nos lugares considerados críticos; e de onde eles foram retirados e onde a Polícia Militar provavelmente passaria a guarnecer.

Contudo, com um planejamento esperando para a eclosão de uma greve para o mês de dezembro, a massa não cruzou os braços efetivamente. A paralisação foi suprimida por um acordo entre sindicato e empreiteiros que, como veremos, não foi cumprido, ensejando, neste caso, a primeira greve geral instaurada no Canteiro de obras de Itaipu.

Tão logo os rumores da greve no complexo da Itaipu passaram, houve a edição de outro Relatório Sintético, com algumas características do primeiro. Tratava-se novamente do acompanhamento de assembleias e reuniões dos trabalhadores feitas pelos agentes da ASF, sempre tendo como norte a guarnição e os preparativos para uma eventual contenção da massa operária.

Nos relatórios, não se discutiam os deveres e as obrigações trabalhistas que deveriam ter as empreiteiras e a própria Itaipu em relação aos trabalhadores, mas a coerção e a defesa da propriedade da Itaipu Binacional e das empresas particulares. Neste contexto, o movimento paredista de janeiro de 1987, organizado principalmente pelo SITRACOCIFOZ, pretendia forçar as empreiteiras a cumprir as promessas do dia 03 de dezembro de 1986, que aniquilaram a greve. No Relatório Sintético datado de 14 de janeiro de 1987, elaborado em duas páginas, o agente busca, em linhas gerais, apresentar os argumentos dos sindicalistas e as ações que deveriam ser impostas por estes a partir da assembleia que definiria a greve e seus rumos. No enunciado do primeiro item do Relatório Sintético, consta:

Às 22:00 de 13 de Jan 87, nas dependências do Centro Comunitário da Vila “C”, a ASSOCIAÇÃO “SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE FOZ DO IGUAÇU”, reuniu-se em assembleia extraordinária, da qual participaram cerca de 2.000 (duas mil) pessoas (*idem*, 0049).

Esse apontamento pode ser um fato histórico importante no contexto da construção da Itaipu e das relações entre empregados e empregadores, contudo os números apontados referentes à quantidade de trabalhadores presentes na reunião parece muito inferior ao

---

<sup>121</sup> Vila Residencial.

<sup>122</sup> Passe “P”.

conjunto geral de trabalhadores. Segundo a tabela apresentada por Manarin (2008, p.94), naquela época, o total de trabalhadores entre as duas maiores empresas (UNICON e Itamon) seria de 9072. Todavia, a inferioridade de participantes apresentada em relatório não amenizou a evolução da mobilização e o seu planejamento pelo sindicato. A categoria estava propensa a iniciar a paralisação e buscar a adesão da massa que ainda estava alheia ou receosa quanto à situação. Nas palavras do relatorista:

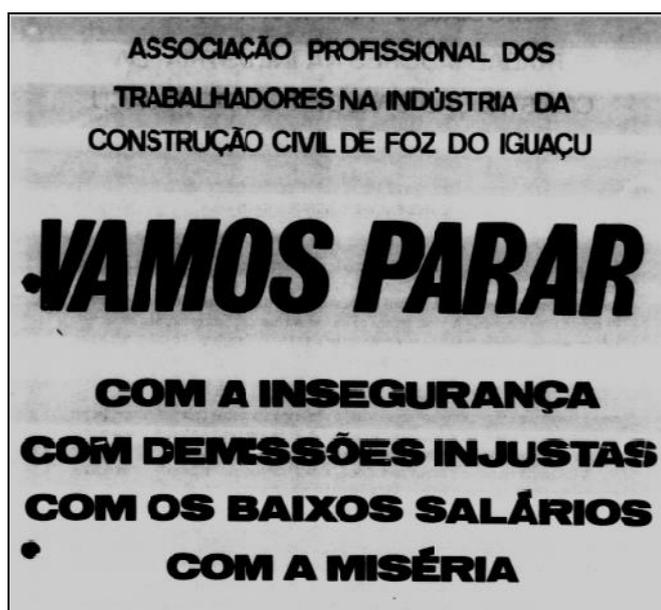
As lideranças orientaram os presentes a que formassem grupos de 10, conhecidos entre si, para verificação de possíveis faltosos à nova reunião. Orientaram também no sentido de cada um dos presentes partisse para o convencimento de dois outros companheiros ausentes aquela reunião, pois assim passaria de 2.000 (dois mil) para 6.000 (seis mil) manifestantes (CDI 9200F 0049 e 0050).

O sucesso da mobilização, conforme pretendiam as lideranças sindicais, baseava-se na localização das vilas residenciais. Se, em outro momento, a construção dessas vilas, principalmente a Vila “C”, era para dinamizar o acesso do trabalhador ao interior do Canteiro de Obras, agora elas serviriam de trincheiras, pois a própria estrutura possibilitava a melhor organização dos piquetes; mas, por outro lado, contribuía, tendo em vista o seu afunilamento, para uma possível repressão. Ou, numa outra circunstância, facilitava o radicalismo contra os fura greve que poderia ser gerado no interior do movimento. Esta era uma situação peculiar que não se observaria em outros movimentos do gênero. Vale lembrar que, na Vila “C”, onde residiam a maioria dos trabalhadores, cada barracão abrigava quatro famílias de ambas as empresas; assim, o contato entre os grevistas seria fácil, diferentemente, por exemplo, de alguns movimentos de características convencionais em que os piquetes são organizados simplesmente na entrada da fábrica, e o contato entre os trabalhadores se resume apenas nas assembleias.

Quanto à Assessoria de Segurança Física, se no evento anterior (dezembro de 1986) ela reivindicava para si mesma a manutenção da ordem nos pontos considerados sensíveis, nesse outro havia um agravante: o sindicato optou pela antecipação da paralisação que estava acertada para o dia 19 de janeiro de 1987. Mais ainda, a greve tornar-se-ia um movimento articulado para ocorrer na vinda do Presidente José Sarney à Itaipu, no dia 16 de janeiro. Nesta data, Sarney, juntamente com o ditador General Alfredo Stroessner, inaugurariam duas Unidades Geradoras. Desta forma, uma paralisação poderia gerar os efeitos esperados pelas lideranças sindicais que eram, além de fazer as empresas cumprirem o prometido, ofuscar a imagem do responsável pelos Planos Econômicos e pelos Gatilhos Salariais que geravam as

greves em todo o país, conforme demonstrado na Figura 39. O descontentamento era geral e não restrito à obra da Barragem, portanto tiveram significativa importância, pois a Itaipu, além de não cumprir os acordos trabalhistas, já se apresentava como um ponto turístico importante no contexto internacional:

**Figura 39:** Panfleto do SITRACOCIFOZ-1987



Fonte: *idem*, 0051.

Ao término do Relatório Sintético sobre o movimento grevista de janeiro, o relatorista da ASF expõe todos os dados levantados junto às reuniões promovidas pelos sindicalistas, colocando-os para a “Apreciação”. Dos tópicos apresentados nessa apreciação, ao menos três são importantes para entender os mecanismos de infiltrações usados pela ASF no interior do movimento. Quer dizer, eram informações precisas e que, depois, materializaram-se no desenrolar dos embates. Essa parecia ser a parte final de tudo o que se colhia e produzia durante as investigações. Nela, em poucas palavras, da maneira como eles diziam, sucinta ou sinteticamente, o investigador apontava as possíveis causas para que os gestores trouxessem as soluções no sentido de um enfrentamento. Desta forma, como será visto mais adiante, a vinda do Exército, em janeiro de 1987, em partes, estava justificada nessas conclusões. Assim, para o relator da “Apreciação”, alguns itens sobre a greve consistiam no seguinte:

- a) A deflagração do movimento paredista no Complexo Itaipu parece ser irreversível.

- b) A massa trabalhadora apresenta-se inclinada a seguir qualquer orientação emanada das lideranças de sua Associação.
- c) Não está afastada a hipótese de manifestações públicas por ocasião da Visita presidencial a Foz do Iguaçu, em especial à Hidrelétrica de Itaipu, a ser realizada nos dias 15 e 16 Jan 87, através de faixas, cartazes, etc, ao longo do itinerário Aeroporto/Itaipu Binacional (CDI 9200F 0037).

Diferentemente da situação observada em 1986, em que houve um acordo e as chances de paralisações ficaram suprimidas, nesta última o movimento operário teve êxito, embora a greve tenha sido decretada “ilegal no dia 18 de janeiro de 1987”, de acordo com o relatório elaborado pela ASF, no tópico “Situação pós-greve” (*idem*, 0048).

Esse mesmo relatório contempla, passo a passo, todas as ações das forças de segurança chamadas para se somar à ASF, não apenas para a segurança presidencial, mas também para impedir a massa de adentrar na área de segurança da barragem para promover sabotagens. Desta perspectiva, a presença militar fazia com que as empreiteiras e a própria Itaipu ganhassem tempo junto ao Tribunal Regional do Trabalho para o julgamento da greve, como de fato se observou naquele momento. Se havia essa dinâmica por parte das empresas em relação aos trabalhadores, estes apesar da mobilização e dos piquetes montados para impedir o acesso no interior da Usina, não conseguiram se opor ao aparato repressivo que atuou no dia 16 de janeiro de 1987. Nesta ocasião, de acordo com o relatório, a “Ação da força militar (Exército e PM), por volta das 0500 horas [manhã] tomando de assalto o trevo da Vila C e BC<sup>123</sup> e interiorizando a massa naquele conjunto. Tomada também do acesso ao Refúgio Biológico e ocupação dos paióis<sup>124</sup>” (*idem*, 0041) . Nesta rápida investida, o reduto dos trabalhadores estava sitiado pelo Exército e pela Polícia Militar, sobretudo o piquete principal localizado no trevo da Avenida Tancredo Neves que dava acesso à barragem, deixando a passagem livre para a comitiva presidencial e para os trabalhadores residentes nos conjuntos habitacionais da Vila “A” e Vila “B”, que não haviam aderido ao movimento. Enfim, a visita do Presidente Sarney coincidiu com o chamamento para as greves, feito pelo Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil. O acordo de dezembro de 1986 que, segundo a liderança sindical, não teria sido cumprido pelas empreiteiras, foi o divisor para a perpetuação do novo momento histórico para as relações de trabalho no Canteiro de Obras. Numa extremidade, dois grandes consórcios da construção civil e eletromecânica que não tinham mais grandes medições para faturar, ou seja, trabalhavam praticamente no rescaldo do que sobrara do

---

<sup>123</sup> Barreira de Controle.

<sup>124</sup> Lugar onde eram armazenados os explosivos usados na barragem. Nesta ocupação foram usados helicópteros do Exército.

colossal empreendimento; enquanto que, no outro extremo, estavam os trabalhadores que, diante das crises e das perdas salariais, ainda faziam parte dos relatórios elaborados pela Agência de Segurança da Itaipu. Parecia óbvio que as construtoras tentavam ganhar tempo e usar o artifício das ameaças que, de certa forma, afetaram os trabalhadores do Consórcio UNCON. O cenário do Canteiro de Obras havia mudado desde os primeiros e tímidos levantes feitos pelos operários da UNICON e outras empreiteiras menores. A Figura 40, embora com imagens contemporâneas aos acontecimentos do final da década de 1980, pode por meio das indicações numéricas ajudar a demonstrar como que se deu o posicionamento e a ocupação das forças públicas para conter o movimento grevista estudado neste capítulo. Nesse sentido, o nº 1 - a atual Rodovia Tancredo Neves; 2 - o trevo de acesso à Vila “C”, onde houve a ocupação militar com o uso de carros blindados; 3 - Barreira de Controle que contou com reforço do EB<sup>125</sup> à ASF; 4 - Conjunto residencial da Vila “C” Velha; 5 - Conjunto Habitacional da Vila “C” Nova; 6 - Região do Refúgio Biológico e dos paióis de explosivos, local em que houve também a ocupação militar mais densa por haver estoques de explosivos; e por último, o nº 7, onde se demonstra a **visão geral da Usina de Itaipu**:

---

<sup>125</sup> Exército Brasileiro.

**Figura 40:** Esquema da ocupação militar nas greves de 1987  
Aspecto atual da região



**Foto:** Valtemir de Souza Pereira.

Para o Presidente José Sarney (PMDB), aquele aparato não era estranho., pois foi ele quem nomeou o General Ney Braga para a Direção Geral da Itaipu (1985-1990); além de ele próprio ter uma militância política sempre ligada aos militares golpistas que ainda circulavam pelo poder. A atuação repressiva das Forças Armadas, nesse momento histórico, explica-se pela complacência de Sarney, da qual se originou uma de suas medidas, o aumento salarial concedido à tropa em plena crise e à revelia do próprio Ministro da Fazenda. Ao tomar essa decisão, Sarney garantiu, com mais ênfase, a tutela militar e pôde contar, assim, com o Exército na contenção dos movimentos grevistas, inclusos nestes os da Itaipu (MACIEL, 2012). Se a realidade ora descrita fosse diferente, Sarney não passaria em meio aos carros de combate que faziam a sua proteção, mas seguiria de helicóptero, sem ter que levar ainda mais constrangimento à massa de trabalhadores que lutava para que as empreiteiras assumissem os compromissos acordados com o sindicato no dia 30 de dezembro de 1986.

Na parte interna do Canteiro de Obras, pela própria estrutura de segurança, os acontecimentos fluíam de forma a não atrapalhar as programações previstas nos protocolos das inaugurações. Assim, José Sarney e o ditador paraguaio Alfredo Stroessner puderam

desfilar tranquilamente, alheios aos acontecimentos que ocorriam na parte externa da usina, conforme reprodução da imagem na Figura 41:

**Figura 41:** Sarney e, em 1987, na Cota 144<sup>126</sup> da Itaipu Solenidade de Revista à Tropa do 34º BIMtz<sup>127</sup>



**Fonte:** Acervo particular de Antonio Vieira de Anajosa Filho.

Por fim, nesse movimento em específico, a Assessoria de Segurança Física manteve-se de acordo com as orientações planejadas em 1986, em que se previa greve, mas que não ocorreu. No entanto, não fosse a atuação no campo das informações, a participação das Forças Armadas e dos auxiliares, não teriam o efeito desejado nas operações de tomada dos piquetes da Avenida Tancredo Neves e da entrada da Vila “C”, além do Refúgio Biológico (ver Figura 37, nº 2 e 6).

No relatório “Pós Greve”, o relator analisa as atuações de cada força empregada na contenção dos grevistas; juntando-se a essa análise, ele descreve as atitudes dos “manifestantes” durante aquele período. Estranhamente, não há pontuações acerca de

<sup>126</sup> Refere-se à altura da barragem em relação ao nível do mar. Por exemplo: a cota 225 e a última, neste caso, está a 225m de altura em relação ao nível do mar.

<sup>127</sup> Batalhão de Infantaria Motorizado, atual Batalhão de Infantaria Mecanizada. Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

possíveis atos violentos da tropa, entretanto, ao descrever os atos e os comportamentos relacionados aos operários, há o emprego sucessivo do descrédito, o que obviamente não poderia ser diferente.

A diferença entre a separação que havia entre as próprias categorias e as observações a elas declinadas consiste no fato de que, no período mais efetivo da construção, a equipe diretiva da ASF e da SFU atuava de maneira tendenciosa, sempre para favorecer os moradores das Vilas “A” e “B”; e isto ficou esclarecido nas análises anteriores desse estudo. Porém, nas greves, houve uma homogeneização: os moradores das vilas residenciais tornaram-se uma só categoria desprovida, ao menos nos piquetes, das ações dos feitores, subencaregados e encarregados. Assim, todos estavam à mercê das críticas dos agentes responsáveis pelas infiltrações nos movimentos sociais. Neste sentido, sobre os operários e a conduta destes, foram elaborados quinze itens pejorativos que, às vezes, contradiziam com aqueles elaborados com relação à Polícia Militar, ao Exército e à própria ASF. Quanto à PM, ele afirmava:

-Manteve-se em situação passiva junto a massa trabalhadora, não impedindo os atos de arbitrariedade.

-Durante a maioria do tempo, à exceção do momento da visita presidencial, manteve-se em efetivo muito reduzido no local, ou seja, duas viaturas e 6 policiais.

-Para a visita presidencial foram convocados policiais de CASCAVEL e de PATO BRANCO e, juntamente com os dispositivos locais, reuniu-se um efetivo aproximado de 300 homens, que foram empregados apenas naquela ocasião (...) (*sic*). (*idem*, 0045 e 0046).

Já, para os “manifestantes”, o relatorista destacava que havia “o uso excessivo de bebida alcoólica nos locais de piquete; Atos de violência contra veículos e pessoas que tentavam se dirigir ao Canteiro de Obras; Afluência numerosa de manifestantes à zona de baixo meretrício ‘pé inchado’<sup>128</sup>” (...) (*idem*, 0044 e 0045).

Quanto à avaliação da participação do Exército, apesar de ser a que teve mais repercussão, foi a mais singela. Não havia, na concepção do relatorista, uma análise conjuntural como, por exemplo, a atuação dessa força em distúrbios civis, em um regime democrático. Na concepção do relator, cada vez mais, a Itaipu deveria atentar para o emprego dessas forças, em virtude das próprias deficiências da Assessoria de Segurança em números de homens e armamentos. O que pode ser evidenciado com mais propriedade nas paralisações que aconteceram no mês de setembro desse mesmo ano. No entanto, nessa atuação do

---

<sup>128</sup> À noite, muitos peões “davam um pulo” no “pé inchado”, como eram chamadas as boates. Muitos percorriam parte do caminho a pé. Devido à enorme distância, no dia seguinte o resultado era o inchaço nos pés, e daí a referida denominação (RIBEIRO 2002, p.60).

Exército, exemplificada em relatório, não aparece o número de soldados envolvidos, mas nas explicações anotadas se confirma que o Exército “Entrou em ação apenas para garantir a visita presidencial à Itaipu; Fora disto manteve-se aquartelado aguardando a evolução dos acontecimentos; Foram enviados reforços da Brigada de CASCAVEL, inclusive tanques de guerra e helicópteros” (...) (*idem*, 0046 e 0047).

Assim sendo, deixou-se para a última análise dessa greve a desenvoltura e o arranjo demonstrado pelo relatorista, ao falar da presença da ASF nos locais de conflitos. Nesta análise, ele acrescenta, por meio de uma crítica construtiva, o que seria, mas não pode ser feito, de uma atuação ideal. Para o relatorista, a Segurança Física da Itaipu tinha todas as propriedades para fazer uma intervenção contra os protestos, desconstruindo, em partes, o que as outras forças fizeram.

Em um determinado momento, como pode ser observado, tinha-se a presença preponderante do Exército e da Polícia Militar, se quisessem a manutenção da ordem durante a visita presidencial. Por outro lado, segundo o relatório, a Segurança Física, apesar das defasagens sempre evidenciadas, manteve-se neutra; contudo, segundo o relatorista, “a vontade de todo o pessoal era a de interferir diretamente na questão e reprimir os abusos e arbitrariedades cometidas nos piquetes” (*idem*).

Esse Relatório foi assinado pelo Coordenador de Segurança, entretanto seria quase certo que tenha sido elaborado por uma equipe própria que revezava antes, durante e após a paralisação. Em outras palavras, um grupo de investigadores, cada qual com uma responsabilidade na produção das informações. Mas, a assinatura deste documento permite a análise de que o documento percorreu os mais altos escalões da segurança pública e das Forças Armadas. Surge, deste contexto, a *mea culpa*, presente no relatório. O aparato repressivo, que não se fez presente com essa desenvoltura no início da edificação da obra de Itaipu, mostrar-se-ia presente no seu final. Têm-se, neste aspecto, uma contradição, se comparado com o caso estudado e que ocorreu em meados da década de 1970. Naquela oportunidade da greve da subempreiteira, o General Massa não optou pelo uso dessa força contra os trabalhadores. Contudo, nestes episódios que estão sendo estudados (1987), aparece o emprego de forma efetiva da força. Apesar de o momento político ser outro, a Itaipu, enquanto produtora de energia elétrica, já se apresentava como uma realidade, e seu corpo de segurança não daria conta, de forma abrangente, da segurança das instalações.

Dessa forma, mesclavam o emprego de uma força militar às visitas de autoridades na barragem, dando ao caso outra conotação, inibindo, com isso, a organização das categorias.

Se o objetivo fosse totalmente este, as forças não cercariam a região da Vila “C”, como de fato ocorreu. A entrada em operação das Forças Armadas em Itaipu, neste caso, era orientação que depois seguia em nível nacional, ou seja, uma amostra de que o emprego da repressão nesses eventos ainda era necessário, principalmente pelo ideário militarista ainda presente no Governo Federal e pelo fato da desorganização política em relação ao trabalhador. Ao mesmo tempo em que o convencimento sobre o ideal democratizante era inculcado nas classes subalternas, custavam a dissossiar, como na Ditadura Civil-Militar, o uso dessa força contra o trabalhador (FONTES, 2010).

Uma melhor amostra dessa atuação repressiva, organizada em conjunto com a Itaipu Binacional contra os trabalhadores dos consórcios e de outros ficou ainda mais caracterizada na greve de setembro de 1987. Nesta, além da ação militar ser de forma mais violenta, houve todo um planejamento articulado igualmente pelo Capitão Roberto Henrique Hebling, chefe da Assessoria de Segurança da Itaipu naquele momento. Parece que havia, nesses termos, uma aplicação do uso progressivo das Forças Armadas. Conforme aumentava a insatisfação do proletariado em relação aos arrochos salariais, posteriormete, com as privatizações e com o considerável aumento nas fileiras do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), aumentava a coerção e a violência estatal. Mas, afinal, que democracia era essa? Se antes a repressão e o assassinato de militantes era mais recorrente nos porões dos DOPS’s; nesse período, a repressão era visível também nos piquetes, nos piquetes organizados nas fábricas. Quanto a este momento histórico, Fontes (2010) considera que foi um período marcado pela:

(...) truculência através do esmagamento emblemático das greves de Volta Redonda, em 1989, ainda no governo Sarney, quando o Exército assassinou barbaramente três trabalhadores, e da Petrobras, em 1995, no governo Fernando Henrique Cardoso, quando, também com o recurso ao Exército, intentou-se a castração, por longo tempo, do sindicato dos petroleiros; além de assassinatos recorrentes de militantes do MST, em luta pela Reforma Agrária (FONTES, 2010, p.336).

Por meio do estudo dos documentos, pode-se perceber que houve um aperfeiçoamento, tomando por base os efeitos anteriores. As falhas que por ventura se mostraram presentes em janeiro como, por exemplo, a programação da manutenção da logística de uma tropa nos arredores da barragem. Para a paralização seguinte, do mês de agosto, usariam os estoques do refeitório da UNICON para manter os soldados, a fim de que a falta do básico como a alimentação não fosse comprometida, o que afetaria a moral dos homens (Ver mais a respeito deste aspecto no Quadro 4: Logística da segunda greve geral de

1987). Se a Itaipu e seus diretores quisessem contar com a Polícia Militar e com o Exército Brasileiro, tendo as forças uma participação efetiva, os gestores deveriam arcar com os custos dos militares e dos equipamentos envolvidos na mobilização. Isso foi motivo de preocupação no relatório final da greve de janeiro de 1987. No caso específico da Polícia Militar, o documento aponta que “é necessário ainda se levar em conta processos administrativos inerentes a uma convocação para esses serviços emergenciais, tais como: (...); requisição de meios de transporte pois seus meios são deficientes; providências quanto a alojamento, alimentação, diárias, etc, (...)” (CDI 9200F 0046).

Tais preocupações contidas no relatório final, assinado pelo Coordenador de Segurança, foram postas em prática posteriormente, quando centenas de militares estavam posicionados nos pontos estratégicos da Usina. O julgamento da ilegalidade da greve anterior não tirou o ânimo dos sindicalistas e dos trabalhadores na busca pelos direitos que sempre ficavam envoltos em promessas. Assim, o Canteiro de Obras encontrava-se ainda em permanente “estado de greve”, com sucessivas infiltrações da Assessoria de Segurança junto às reuniões sindicais, sendo intensos, nesse contexto, os meses de fevereiro a setembro de 1987.

A percepção da ASF de que houve a radicalização do movimento de janeiro, com abusos cometidos nos piquetes, entre outros aspectos, pode ter acarretado posteriormente em uma postura diferenciada do sindicato. Todos os assuntos colhidos pelos agentes infiltrados tiveram tempo até o fim do mês de setembro para se tornar um combustível, juntamente com as promessas das empreiteiras, para potencializar, de forma ampla, a radicalização da última grande greve que aconteceu em agosto de 1987.

Diferentemente da anterior (janeiro de 1987), cujas inaugurações e a presença dos dois presidentes eram importantes; nesta estavam agendadas apenas duas visitas que poderiam repercutir positivamente para a causa dos grevistas: a primeira seria a passagem pelo Canteiro de Obras dos membros da Escola Superior de Guerra (ESG); enquanto a segunda seria a visita da princesa Anne da Inglaterra, ambas agendadas para o início do mês outubro de 1987.

#### 4.2 A SEGUNDA GREVE DOS TRABALHADORES DAS EMPREITEIRAS NO CANTEIRO DE OBRAS

No dia 5 de outubro de 1987, três dias após o término da segunda greve no Canteiro de Obras, a Assessoria de Segurança Física emitiu um documento intitulado “Relatório Sintético ASF”, cujo conteúdo representa um histórico do movimento paredista, na visão daquela Agência de Segurança. Entretanto, diferente do documento referente à greve de janeiro, este não apresenta a assinatura do Coordenador de Segurança. Assim sendo, apenas duas partes do corpo do documento serão importantes para esta análise, pois nestas estão caracterizadas as ações das forças repressoras que agiram na contenção dos grevistas no Conjunto Habitacional “C”, onde estava organizado o piquete principal.

A primeira, intitulada “Desenvolvimento”, com o subtítulo “Fatos que marcaram o movimento”, o relatorista apresenta, em tópicos, todos os fatos importantes relacionados à paralisação e às ações tomadas pelas forças públicas em geral. Já, na segunda, com o título “Observações gerais”, estão apenas duas considerações dispostas em subtítulos referentes aos “manifestantes e às lideranças sindicais” (*idem*, 0080 e 0081).

Com relação aos “manifestantes e às lideranças sindicais”, o relatório esclarece:

[Eles tentaram] de todas as formas ridicularizar a ação das forças militares federais e estadual, alegando serem os trabalhadores alvo de agressões covardes. Procuraram influenciar a opinião pública no sentido de repudiar a intervenção de Exército na greve, por meio de ações junto aos manifestantes, divulgação de manifestos escritos e entrevistas à imprensa (*sic*) (*idem*, 0081).

De fato, na greve de janeiro, não houve tanta repercussão quanto essa. A mobilização dos sindicalistas junto à imprensa ajudou, conforme assinalou o relatorista, a “ridicularizar” a desproporcionalidade do emprego das forças sobre os trabalhadores. Neste caso, leva-se em consideração a mobilização alcançada junto à massa destes trabalhadores. Enquanto que no Consórcio Itamon pode ser observada a paralisação de 90%; na UNICON, o índice, segundo o relatório da Assessoria de Segurança da Itaipu, não passou de 50% de adesão (*idem*).

Novamente, a Itaipu Binacional ousou empregar, por meio da liderança do Capitão Roberto Hebling e do Diretor Geral, General Ney Aminthas de Barros Braga, no mesmo ano, um considerável aparato militar contra os trabalhadores. Se a adesão não alcançava a sua totalidade, não seria um exagero tal empreendimento? Ou, então, as informações produzidas pela ASF, e difundidas posteriormente, estariam distorcidas quanto ao número e ao perigo da greve às instalações da binacional?

Duas possibilidades fazem também pensar sobre as inconscistências referentes à ação do Exército nesses momentos distintos, problematizados anteriormente e retomados agora

para novas considerações. Nas primeiras exemplificações relativas ao final da década de 1970 por ocasião do início obras, não havia nada mais que um Canteiro de Obras enxuto, pelo qual apenas transitavam um colosal contingente de homens e máquinas. Neste caso, uma sabotagem contra equipamentos não resultaria no efeito desejado, a não ser algo relacionado a acidentes de trabalho. Os rotores, peças principais da Usina, não existiam, o que anulava a preocupação com relação a possíveis custos com uma sabotagem. Por outro lado, nos casos de 1987, a produção de energia estava em curso, e qualquer ato de sabotagem nesses equipamentos influenciaria na “demanda de energia para o país” (*idem*).

Pode ser esse o entendimento para a atuação do Exército nos dois movimentos paredistas: as Forças Armadas e a Polícia Militar se ocupariam com os piquetes externos, contendo os possíveis avanços ao Canteiro de Obras; enquanto que a CS-ME, CS-MD e os poucos homens da Segurança Física da UNICON vigiariam a área interna da barragem. Contudo, isso não significou garantia para a integridade daqueles que permaneceram nas frentes de trabalho, tampouco havia a garantia de que não haveria um conflito entre os operários e as forças de segurança na área externa.

Dentre os presentes na assembleia que desencadeou a greve de setembro de 1987, estava Wilson Batista de Aquino<sup>129</sup>, à época com 43 anos de idade. Wilson seguiu a mesma trajetória de muitos trabalhadores da barragem de Itaipu. Enfrentando graves problemas de saúde com o filho recém-nascido, além do descaso do governo em relação aos agricultores, resolveu, em 1977, juntamente com um vizinho, candidatar-se à contratação para ajudante de serviço no Consórcio UNICON, conforme ele próprio afirma na sua narrativa:

*Em junho de 77, por circunstância da lavoura, muita dificuldade econômica, doença, o recurso era muito difícil, e na época não existia nem SUS<sup>130</sup>, então a gente produzia muito e não tinha assistência da parte de gestor público, e com isso aí, se produzia muito e não tinha preço, então os colonos ficaram indecisos, sendo que a minha vocação era agricultura, era lavoura. E por circunstância eu tomei a decisão com meu vizinho, de vim pra Foz do Iguaçu sem conhecer nada de construção civil, aí me ingressei na UNICON (...) (AQUINO, 2014).*

Wilson Batista foi mais um trabalhador dentre os milhares que passaram pela construção de Itaipu e que se adaptaram a outro tipo de atividade, até aquele momento alheia ao mundo de cada um deles. Foi esta troca de ambiente de trabalho e de ferramenta que

---

<sup>129</sup> AQUINO, Wilson Batista. Entrevista concedida em 22 de dezembro de 2014, na Cidade de Foz do Iguaçu, estado do Paraná. Acervo do pesquisador.

<sup>130</sup> Sistema Único de Saúde.

proporcionou ao entrevistado dar uma condição de vida melhor a sua família. O novo trabalho na UNICON era estranho para Wilson Batista de Aquino, e como o tempo, este trabalhador começou desenvolver um processo de depressão, segundo a narrativa dele mesmo: “*Na época, não tinha palavra depressão, até os anos 90, anos 80. Eu peguei uma doença, era pico emocional, aí eu fiquei doente. Fiquei fora de mim durante um ano nesse mundão aí. (...) Hoje a palavra depressão mata, né? E eu corri um risco! Queria pular de grandes alturas*” (*idem*). Este assunto sobre os problemas que os trabalhadores enfrentavam foi exposto no Terceiro Capítulo. Mas, cabe aqui uma indagação sobre o momento ao qual se referiu Aquino em relação da saúde dele próprio. Esta nova ocupação e o distanciamento, com suas origens no momento anterior ao contrato de trabalho com a UNICON, não teriam causado ao trabalhador Aquino um estranhamento nas formas de trabalho e de produção? Em outras palavras, o novo trabalho não se tornou estranho a ele de forma a modificar a visão de mundo que ele tinha? Mais ainda, uma ruptura no entendimento sobre os problemas do campo e da cidade, e de qual seria o ideal para manter a própria família com dignidade. Naquele momento, os benefícios propostos pelas empreiteiras supriam as necessidades mais básicas do trabalhador e amenizavam o aparente abandono do governo para com os agricultores, desencadeando, no caso em questão, a migração incentivada pelas propagandas acerca da construção de Itaipu, idêntica às outras, conforme foi apresentado no Capítulo 3. Na verdade, Aquino foi movido pelas dificuldades e pela vontade de superar a si mesmo, e tal iniciativa fez deste trabalhador um dos protagonistas nas greves do final da década de 1980, conforme será demonstrado a seguir.

Na noite de 27 de setembro, após a realização da assembleia entre as duas vilas residenciais, Wilson, juntamente com outros empregados, dirigiram-se até o trevo da Rodovia Tancredo Neves onde, conforme narrativa do próprio trabalhador, havia um princípio de confronto entre o Exército e os grevistas que chegavam para serrar fileiras com os outros presentes no movimento: “*passsei pra minha casa (...), chamei o Igrejinha<sup>131</sup>, o Edson Vaz, jantemo junto, fizemo a oração da noite, 10h40, e fui pra baixo, cheguei lá, tinha o confronto, mas nós não estava armado*” (*sic*) (AQUINO, 2014). Pouco tempo após a chegada ao local, ocorreu a intensificação do confronto em que o trabalhador Wilson Batista de Aquino e outros tantos foram feridos pelos militares.

---

<sup>131</sup> Apelido pelo qual ficou conhecido Antenor Carracos que foi protagonista de uma greve de fome no final da década de 1980, por meio da qual se almejava chamar atenção pelos sucessivos descasos da Itaipu Binacional em relação aos funcionários de uma empreiteira que atuava no Canteiro de Obras. Sobre este assunto, haverá melhores considerações no Capítulo IV dessa Dissertação.

Essa passagem foi descrita pelo Jornal Nosso Tempo, ao afirmar que “alguns operários ainda argumentaram que não haveria nenhuma violência, pois o país vive uma situação de democracia. Mas seu argumento e a democracia acabaram sendo calados pelas pontas das baionetas” (NOSSO TEMPO, 05/10/1987, p.03). Aquino (2014) lembra que ouviu a ordem de avançar sobre a massa, vinda de uma pessoa que estaria sobre um dos carros de combate. Provavelmente, foi naquele momento em que o Exército ocupou o trevo da Vila “C”, ferindo os trabalhadores, e ao qual o relatório da ASF faz incisivas considerações. Em uma delas, o relatorista explica que houve a “tentativa de ocupação [pelos grevistas] do trevo da Vila C, rechaçada pela ação do Exército, que deslocou os manifestantes no interior da Vila C” (CDI 9200 0074). Naquele momento, a melhor posição e a mais estratégica foi facilmente desarticulada pelos blindados trazidos da cidade de São Miguel do Oeste, no Estado de Santa Catarina.

Era difícil para os trabalhadores da barragem, recém-articulados em sindicatos, serem contidos por carros blindados do Exército. A imagem reproduzida na Figura 42, a seguir, permite visualizar a dimensão da mobilização empregada contra os operários, num momento em que o discurso permeava a democracia. Nesta imagem, registra-se o momento em que a vila residencial dos trabalhadores, classe “C e D”, ficou ocupada. Numa outra dimensão, serve também para refletir sobre as narrativas do momento histórico em análise, principalmente sobre os ferimentos sofridos pelo operário Aquino, quando essas forças ocuparam todo o complexo; caso que foi também apresentado anteriormente:

**Figura 42:** Militares posicionados no trevo da Vila “C”, na greve de 1987.  
Mais ao fundo, os grevistas e seus familiares



**Fonte:** Superintendência de Segurança Física IB/BR<sup>132</sup>.

Na fala do trabalhador envolvido no episódio, pode-se observar uma justificativa para atenuar a participação deles em relação à força aplicada pelas tropas, ao ele afirmar que “nós não estávamos armados” (AQUINO, *op.cit*). Entretanto, o relatório não poupou, tampouco amenizou, as atitudes dos trabalhadores no confronto, deixando um vazio e possíveis indagações sobre a condução dos grevistas e a organização destes nos piquetes.

Nesse sentido, muitas considerações trazidas pela ASF, em seus relatórios, as quais apontam para uma série de intrigas e para a falta de organização na categoria, sugerem que estes movimentos só não tiveram mobilização mais efetiva dos trabalhadores por falta de uma consciência de classe ou do bom senso entre “barrageiros/lideranças”. Em primeiro lugar, deveriam estar unidos em torno da causa; e posteriormente, saber que se tratava de um momento crucial em que a construção que se findava e as demissões era uma realidade. Da mesma forma, havia a necessidade da participação mais elaborada das lideranças onde se

<sup>132</sup> Itaipu Binacional/Brasil.

observava o esvaziamento do movimento, ou seja, com referência aos trabalhadores da UNICON que se apresentaram menos atuante e comprometidos com a causa. Essa deficiência conceitual perpetuava-se, com mais êxito, na própria direção sindical, que era vigiada pelo espiões da ASF; aspecto recorrente na trajetória política do Partido dos Trabalhadores (PT) que orientava as lideranças e o movimento grevista. Para Manarin (2008, p.104), o “movimento era permeado de tensões, disputas e conflitos entre os trabalhadores, já que nem todos eram a favor da paralisação, e, em algumas situações são justificadas pela coação que sofriam dos encarregados”. Talvez, fosse esta característica que propiciava certo êxito do serviço secreto da ASF de se infiltrar no movimento e da relutância das empreiteiras em ceder às pressões sindicais.

Por outro lado, não há como se encasular, esconder-se ou se manter protegido de agentes infiltrados, senão pela própria coesão, muitas vezes, presente nas organizações de esquerda. Parece que no sindicato as desavenças eram perceptíveis a ponto de não se atentar para os filiados possíveis delatores, ou para os agentes que sorrateiramente acompanhavam as reuniões. Num desses acompanhamentos, o agente escreve:

(...) vários empregados da UNICON reuniram-se com a diretoria da ASSOCIAÇÃO. O encontro caracterizou-se por áspera discussão e farta distribuição de farpas e acusações. Os empregados censuram o comportamento da direção, que segundo eles, passou a levar boa vida, esquecendo-se dos compromissos assumidos junto aos associados (CDI 9200F 0068).

Outro problema consiste na diferença entre o perfil das categorias; apesar de ser do mesmo sindicato, havia operários com diversos graus de escolaridade e de profissões. A prova está na adesão da Itamon em relação à UNICON, conforme assinalamos anteriormente. Nesse conjunto aparente de conflitos entre os trabalhadores e a origem deles, pergunta-se: Seriam os funcionários da Itamon, pelo perfil deles, mais propensos ao enfrentamento e à organização de uma greve? Por que o sindicato contou com apenas 50% dos trabalhadores da UNICON nos piquetes? O medo de uma demissão não poderia ser o fator principal, visto que as demissões pelo término das etapas causavam mais efeito na UNICON, considerando que o cronograma estabelecia primeiramente a edificação, para só depois se iniciar a montagem, que caberia apenas à Itamon. Assim, era necessária a busca pelos direitos de todos os trabalhadores, tal como faziam os operários da montagem. Enfim, era esse perfil dos operários da Itamon que tanto preocupava os gestores, não só da empresa, mas também da própria Itaipu Binacional.

Entretanto, é importante considerar que o problema com relação à Itamon tinha por parte da Assessoria de Segurança Física (ASF) alguns argumentos históricos, e que não deixaram de ser potencializados, mesmo com algumas conquistas em curso. Um desses problemas teve repercussão na AESI, em um informe produzido contra o funcionário da Itamon, José Ledres Pontes (Zé Mineiro), no ano de 1982. Cabe lembrar que, no ano ora em destaque, a Itamon estava praticamente no início das atividades em relação ao conjunto das montagens.

De acordo com Aluizio Palmar (2015), foi detectado “pelos órgãos de informações de Curitiba que correspondências estariam sendo entregues ao Jornal Tribuna da Luta Operária, e sua origem era do Canteiro de Obras de Itaipu”<sup>133</sup>, isto é, por um “tal de Zé Mineiro” (*idem*). José Ledres Pontes, ou o Zé Mineiro, pelo que se percebia, ensaiava a união dos trabalhadores da barragem em sindicato, o que só ocorreria apenas no final de 1986.

Mas, o que despertava o receio contra Pontes? Ainda de acordo com o documento constante no informe da AESI, de 1982, Pontes tinha origem profissional em “Santo André no ABC, onde trabalhou como Mecânico Montador”. Isto obviamente o colocava sob suspeita diante dos investigadores em geral (*idem*). Este era um dos problemas dos operários da Itamon: o ABC e suas indústrias era um laboratório importante, se analisado por duas possibilidades. A primeira era a formação técnica voltada à área de montagem, justamente uma das necessidades da mão de obra vinda para a Itamon. A outra correspondia à formação política pelo convívio junto a uma categoria politizada no chão da fábrica, afinal não seria essa a origem de Luiz Inácio Lula da Silva, na década de 1970?

Na narrativa de Américo (*op.cit*), há outra demonstração em que os operários de Itamon eram mais visados pelos investigadores. Segundo Américo, havia outro trabalhador dessa empresa que teria sido alvo de uma investigação que durou cerca de quatro meses. Ao lembrar-se deste trabalhador, o ex-agente explica:

*(...) esse era terrorista mesmo! Tanto é que ele foi preso em Brasília. (...), ele veio com essa missão de tumultuar mesmo os peões e tudo. E nós fomos indicados pela chefia para fazer um trabalho de investigação que durou quase quatro meses em cima desse elemento até que ele foi detectado e eliminado (AMÉRICO, 2014).*

Reside aí uma das grandes diferenças entre os operários lotados nas duas empresas e a relação destes nas paralisações aqui estudadas, além de exemplificar o maior receio dos

---

<sup>133</sup> Disponível: <http://www.h2foz.com.br/historias-sinceras-da-fronteira>. Acessado em: 30 de jan. 2015.

gestores pelos operários da Itamon: era uma categoria diferenciada, que se fez presente nos momentos mais importantes das movimentações e dos confrontos.

Retomando o caso da segunda paralisação de 1987, considera-se que a repressão aos trabalhadores tinha alcançado seu objetivo naquele contexto. Não obstante os ferimentos causados pelas baionetas contra Wilson Batista e outros trabalhadores, mais uma vez a Itaipu saiu vencedora nos embates. Porém, a logística para manutenção das tropas piorava a situação. Por exemplo, a alimentação feita no refeitório central da UNICON por aqueles que não aderiram ao movimento e trabalhavam em conjunto com os operários paraguaios do refeitório da UNICON. Estes, de outro ângulo, assistiam a seus pares serem reprimidos pelo exército e pela polícia e ainda se isentavam das possíveis demissões que as greves acarretariam. Além daqueles que estavam trabalhando normalmente, pois não aderiram à greve, havia mais de mil homens entre militares e Guardas de Segurança para providenciar a alimentação. Eram essas as distorções no seio da categoria que se apresentaram até o final da construção e para as quais chamou atenção Odirlei Manarin (2008).

No mesmo dia em que foi publicado o relatório de 05 de outubro, o Capitão Roberto Henrique Hebling encaminhou um memorando ao Superintendente de Obras da (IB/ME) para que este abonasse toda a alimentação consumida pelas forças repressivas presente na contenção do movimento grevista de setembro. Sobre a solicitação, ele dizia: “Considerando-se a situação de emergência mencionada, solicito autorização de V.Sa., no sentido de que sejam ABONADAS junto ao refeitório da UNICON, as quantidades abaixo discriminadas” (*sic*) (CDI 9200F 0084). Como pode ser visto, esta solicitação dá a real dimensão daquilo que foi proposto no relatório anterior, cuja preocupação principal seria com a logística das tropas que viriam ao apoio à Assessoria de Segurança Física.

O Quadro 5, a seguir, exemplificará melhor a disponibilidade de homens em cada organização, bem como o total de alimentação consumida, segundo a solicitação formal do Capitão Roberto para o Superintendente de Obras, em outubro de 1987.

Aqui também pode ser exemplificado como foi importante, naquele contexto, a ação dos trabalhadores da UNICON, mais precisamente os do refeitório central, pois se estes tivessem optado por seguir seus companheiros no movimento grevista, as tropas possivelmente seriam prejudicadas sobremaneira no que tange a esta comodidade. Por outro lado, pode ser adicionado a estes números o efetivo da SFU, que, mesmo não aparecendo nos dados sugeridos pelo Capitão Roberto, estavam, na sua maioria, à disposição do Coronel Alésio da Silva Lima, no setor de segurança ou nos alojamentos, em um regime de prontidão.

**Quadro 5:** A logística da Greve de setembro de 1987

Exército Brasileiro: 658 homens	5812 marmitex		
	2366 lanches		
	2632 café de manhã		
Polícia Militar do Paraná: 150 homens	2230 marmitex		
	600 lanches		
	1110 café da manhã		
Coordenação de Segurança IB/ME: 213 homens	2935 marmitex		
	1691 lanches		
	1399 café da manhã		
Total de homens empregados na ação	1021	Marmitex 10977	Total geral
		Café da manhã 5141	20775
		Lanches 4657	

Fonte: *idem, op.cit.*, 0084.

Como já observado no Quadro 4, a quantidade de alimentação foi para aproximadamente nove dias de ocupação, mas isso não foi visto como um prejuízo para a Itaipu Binacional. Em termos gerais, se for levado em consideração o número de grevistas que, segundo as estimativas, chegou a quase 6000, este montante de alimentações daria para apenas um dia no Canteiro de Obras. Neste caso, para este estudo, o primordial não são os números, mas a eficiência e a disponibilidade da Itaipu em agir rapidamente, fazendo com que os militares não necessitassem, por exemplo, fazer revezamento nos respectivos quartéis para tomar as refeições. Na greve, as refeições eram servidas em marmitas, no local onde estavam os soldados, de forma que possibilitasse a permanência destes em seus postos, sem se ausentar, o que não daria trégua aos trabalhadores posicionados na entrada da Vila “C”. Aliás, a Assessoria de Segurança foi mais além, ao disponibilizar equipamentos para “controle de distúrbios” aos componentes do 14º Batalhão de Polícia Militar que estavam apoiando o Exército Brasileiro (CDI 9200F 0080).

Por fim, no item que compreende os “Fatos que marcaram o movimento”, o relatorista procura apresentar os momentos mais importantes desde as primeiras assembleias até a finalização da greve no início de outubro de 1987. Dentre as observações dele, algumas

merecem destaque por estarem inseridas nos momentos em que ocorreram os confrontos. Assim sendo, por meio delas, pode-se chegar à origem do confronto, visto pelo ângulo da ASF e de seus agentes. De outra perspectiva, os apontamentos relativos à paralisação, quando abordados pelos agentes da Itaipu Binacional, ganham sentido policial, um olhar que, de tão minucioso, carregava ainda os traços dos quartéis, demonstrados no Primeiro Capítulo dessa Dissertação.

Perpetuava-se, então, uma ação conjunta entre três grandes organizações repressoras para aquele momento: o Exército Brasileiro; a Polícia Militar; e a Assessoria de Segurança Física. Quanto a esta última, ela detinha a oportunidade de, por todas as vias, demonstrar que, de fato, era importante no contexto de uma grande greve. Visto que a ação da ASF se resumia à parte interna da Usina, era o que faltava para seu currículo como grande agência; um evento desse porte para que a sua chefia se consolidasse mais uma vez como porta-voz autorizada de um poder mais amplo, quer seja no ramo das informações ou simplesmente da coerção. Assim, o Capitão Roberto poderia falar e tomar atitudes que julgasse necessárias, como foi destacado no Quadro 4, referente à alimentação da tropa em geral.

No tocante à produção de informações, parece que se acentuaram ainda mais as características apontadas anteriormente. Ao que parece, os documentos demandavam não um ou dois investigadores, mas vários, que, após os acompanhamentos, reuniam-se e sintetizavam as informações para que as demais autoridades ficassem cientes de seus serviços e se programassem para as situações de conflitos, tornando o gerenciamento das crises teoricamente mais eficientes. Entretanto, tudo passaria pelo aval do Chefe da ASF, que orientava a retirada e o acréscimo de itens aos documentos; e, ao fazer isto, além de expressar sua autoridade, fazia crer no poder que irradiava da posição social e profissional que possuía.

Retoma-se brevemente, nessa etapa do estudo, uma questão importante, antes de se fazer as devidas observações sobre os fatos que marcaram o movimento assinalado anteriormente, e faz-se a seguinte indagação: Por que, mesmo sendo classificados como “confidencias”, os documentos não mencionavam as ações dos informantes oriundos da categoria identificada como “barrageiros”? A importância dessa observação leva a desconsiderar algumas posições da ASF em relação aos grevistas, porém, por outro lado, custa entender como se pôde chegar a um consenso sobre o evento e o que acontecia nas suas imediações e no seu interior, sem estar inserido definitivamente nele, isto é, como um grevista.

Estudou-se, anteriormente, que houve infiltrações dos agentes da AESI nas reuniões promovidas pelos agricultores na região de Santa Helena. Matheus deu detalhes dessa espécie de serviço. No entanto, em se tratando de uma paralisação, nos termos das greves de 1987, haveria a complexidade do fato de alguém ser reconhecido, ou diferentemente dos agricultores, a própria radicalização poderia pôr em risco a segurança daqueles que se propusessem a aceitar essa tarefa. Assim, algumas considerações vistas *in loco* pelos agentes da ASF poderiam gerar incertezas à realização de determinadas análises.

Mesmo assim, essa era uma bandeira e uma espécie de trabalho de que se orgulhavam aqueles incumbidos de o executar. Saber de tudo e em detalhes, depois redigir os relatórios, deixando-os mais densos, com informações intrigantes sobre os movimentos diversos ou qualquer outra atividade de cunho restrito, satisfazia às autoridades, além de causar satisfação pessoal aos investigadores. Na verdade, isto servia para homogeneizar a Segurança da Itaipu ainda mais com os outros órgãos repressivos, sustentando o *status*, ainda que todos pertencessem a uma categoria distinta. Contudo, as descrições sobre os movimentos grevistas tinham um efeito contra eles próprios, pois eram também trabalhadores da Usina de Itaipu, e, na sua maioria, empregados da Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas (CAEEB), empresa em vias de ser extinta, sendo objeto de futuras reclamações e paralisações.

Nesse sentido, houve dois apontamentos elaborados nos fatos que marcaram o movimento. O primeiro refere-se à instalação definitiva das tropas após o confronto, tendo um ponto de checagem de todos aqueles que desejariam sair, ou adentrar na Vila “C”. Num primeiro momento, o Sindicato, em comum acordo com os grevistas, impediu a entrada e a saída da mesma vila numa barreira mais avançada para o seu interior. Entretanto, segundo o relatório, as lideranças objetaram o livre trânsito dos coletivos vindos da cidade de Foz do Iguaçu, contudo restringiram o trânsito apenas para as mulheres e crianças.

O estudo sobre tais greves levou a considerar que se a Segurança da Itaipu (SFI) não participou, de forma efetiva, na repressão externa, tampouco a (SFU), que já passava por limitações; entretanto ambas contribuíram sistematicamente para isto, pois as informações que a (SFI) produziu, neste período, servem também para testar como esta agência era eficiente enquanto aparelho repressor. Como resultado desse estudo, podemos afirmar que todas estas informações foram desencadeadas exclusivamente pela Assessoria de Segurança Física e, depois, repassadas às outras forças. Mostra-se, com isto, que a lógica da soberania no Canteiro de Obras era uma constância para esta Agência. Não fosse assim, estas informações

não seriam assimiladas pelos outros serviços secretos como parâmetro de organização para defesa das instalações da Usina hidrelétrica de Itaipu.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa Dissertação, procurou-se cumprir o objetivo de investigar os meandros que envolveram a construção da Hidrelétrica Binacional de Itaipu. Os métodos de pesquisa adotadas e as análises desenvolvidas permitiram evidenciar que os trabalhadores responsáveis pela grande obra, independentemente dos setores em que executavam suas atividades, estavam inseridos em uma instituição, nos termos de Ervin Goffman (2013) tipicamente caracterizada como uma “Instituição Total”. Entretanto, nem todos foram reprimidos ou oprimidos com a mesma intensidade, pois, mais forte que o *estigma* de barrageiro, havia o *status* e um complexo esquema de relações sociais alcançadas em outros campos de lutas definidas por diferentes critérios, para os quais, a partir do auxílio teórico de Pierre Bourdieu (2010), chamei atenção ao longo deste estudo.

A apropriação realizada dos estudos de Goffman, para pensar o caso específico das ações e do papel das Agências de Segurança na construção da Itaipu, foi possível porque este autor não propõe um modelo rígido para definir as instituições totais. Em suas pesquisas, o autor desenvolveu um método, que permitiu a ele analisar os manicômios, as prisões e os conventos. Ao mesmo tempo, esse método possibilita considerar, na mesma categoria de análise, outras instituições com as características das “Instituições Totais”. Um exemplo disso são as considerações que Goffman desenvolve acerca dos trabalhos e trabalhadores das grandes mansões e aqueles envolvidos em serviços que devem ser realizados de maneira planejada e racionalizada, cumprindo determinados objetivos, dentro de um tempo estipulado. Neste sentido, para o autor, tanto nas mansões, quanto nos navios, escolas ou qualquer lugar onde trabalhadores ficam isolados e controlados para realizar suas atividades, carregam traços característicos das instituições totais e assim podem ser consideradas.

Dessa forma, a Itaipu, seu Canteiro de Obras e suas vilas residenciais, como procurei demonstrar na dissertação, agregava, de forma estrutural, essas características. Por meio da apropriação da teoria de Erving Goffman (2013), tentei analisar a Itaipu enquanto uma “Instituição Total”. Isto, principalmente, devido à existência das barreiras, distinguindo os dois mundos (interno e externo) e, além disso, a perpetuação das hierarquias compostas pelos membros das equipes diretivas, tanto civis, quanto militares, além dos internos, composto essencialmente pelos trabalhadores braçais.

Na segurança, o organograma da equipe diretiva, entre os militares, ia desde generais até o soldado; enquanto que, na equipe diretiva civil, o grau máximo era de engenheiro,

chegando às Feitorias. Embora houvesse o *status* de liderança da equipe diretiva civil, na prática, esta era hierarquicamente inferior à equipe diretiva militar, em termos de poder de fiscalização; situação que demonstra que o processo de construção da usina, que já foi considerada a “maior usina hidrelétrica do mundo”, não foi algo simples e que envolveu não apenas a contratação e a exploração de mão de obra de trabalhadores, porém a constituição de complexas relações sociais expressas nas formas de dominação, subordinação e de resistência ali presentes.

Todas essas relações dialogavam direta e indiretamente com o contexto social, econômico e político em que a usina foi construída; e, neste estudo, uma das intenções foi compreender como esse contexto influenciou no processo de construção não só da Itaipu enquanto Usina hidrelétrica, mas enquanto uma instituição que envolveu a participação de um número significativo de pessoas e que deixou marcas profundas na região Oeste do Paraná.

Na realização desse processo, a Itaipu e as empresas envolvidas na construção da usina criaram mecanismos típicos das instituições totais, visando à identificação daqueles que eram os objetos principais desse controle, isto é, a separação primária por meio das classificações, as quais podem ser percebidas, por exemplo, nos crachás de identificação. Essa e as outras classificações, analisadas ao longo do estudo, possibilitavam que os portadores tivessem acesso a determinados benefícios, tais como colégio para os filhos, clubes, alojamentos, refeitórios e áreas residenciais. Os benefícios era parte de mundos distintos, os quais eram controlados criteriosamente pelo policiamento. Quanto mais elevada a função, mais prestígio, menos controle e mais acessibilidade.

Ninguém se sentia literalmente à vontade e livre nesses lugares. Para entrar e sair da Barragem e das vilas residenciais, era obrigatoriamente exigida a apresentação do crachá. Um trabalhador nível “C” ou “D” não poderia adentrar ou utilizar refeitórios e alojamentos que a ele não era destinado, salvo como trabalhador na execução de alguma tarefa. Essa separação pode ser vista por outro viés, pois mesmo as classificações e a organização estrutural pensada e elaborada para construção da usina precisava, em determinadas circunstâncias, ser adaptada ao próprio processo de construção. Um exemplo claro disso foi demonstrado no Capítulo Um, no qual discuti a estratégia formulada pela equipe dirigente de possibilitar que, apesar de serem da categoria “C”, os Guardas de Segurança foram “elevados” para a categoria “B”, o que potencializou a fiscalização, ajudando no distanciamento entre os fiscalizadores e os fiscalizados; correspondendo a uma providência pontual e importante no sentido de impor a distinção. Os componentes das Agências de Segurança ainda usavam uniformes, o que pode

ser considerado normal nesse segmento, mas o uso destes e as respectivas cores funcionavam para os trabalhadores da barragem como ponto de referência, identificação e comportamento.

Quanto aos refeitórios, estes possuíam, além das separações, os horários pré-fixados, visto que a existência do horário de fechamento e de abertura reforçava o controle sobre aqueles que moravam em alojamentos. Da mesma forma, tal controle se estendia àqueles que moravam nas vilas e que dependiam dos refeitórios. O simples fato de não chegar a tempo de apanhar o ônibus da empresa que passava em um horário determinado, os trabalhadores poderiam ter a sua entrada no Canteiro de Obras e o seu turno de trabalho comprometidos. Até poderia ter seu ponto abonado, mas dependia do aval dos membros das equipes diretivas: do Guarda de Segurança, a autorização para entrar na barragem; e dos feitores, mais que o abono, a autorização para se juntar aos outros trabalhadores nas frentes de trabalho.

Entretanto, apesar da existência desse controle institucional, em alguns momentos, as equipes diretivas e os internos se uniam. Essa união eventual permitia aniquilar a existência de diferenciações e de controle. Além disso, objetivava-se passar a imagem de preocupação com o bem-estar dos internos no mundo institucional, principalmente durante os eventos esportivos, ou de reconhecimento por atividades no trabalho, ou até mesmo quando aconteciam as cerimônias institucionais: o simples fato de o mais alto escalão das equipes diretivas participar das cerimônias, entregando troféus ao término das competições; era o momento em que as diferenças pareciam amenizadas. Da mesma forma, mantendo técnicos nas equipes e dialogando com os internos como se não houvesse uma separação, transmitia-se a ideia de tranquilidade e obscurecia-se os possíveis antagonismos.

As cerimônias consistiam no momento em que a fala e os reclames poderiam ser ponderados, e todos, em tese, eram iguais, independente do grau hierárquico dentro da instituição. As olimpíadas dos trabalhadores, ocorridas em várias edições, bem como a vinda de personagens da mídia televisiva coroavam e geravam a sensação de pertencimento ao mundo da instituição e faziam daqueles que participavam mais efetivamente propagadores de uma harmonia que, na verdade e no dia a dia da construção, não existia, mas que precisava ser representada para fundamentar o que se dizia da própria instituição e os objetivos por ela perseguidos.

Outro ponto importante dessas cerimônias se consagrou pela materialização do símbolo máximo da relação homem/trabalho. A estátua de aço, apresentada no Capítulo Um, foi e é atualmente chamada “Barrageiro homem de aço: um robô comparado a um homem que superava as limitações e que, atualmente, é retratado no mirante da barragem, um dos cartões

postais cravado na usina. No primeiro momento, serviu como amuleto entre os competidores nas olimpíadas, mas, posteriormente, foi postado em frente ao Escritório Central da UNICON, onde permaneceu até o final das construções. Assim, quem chegava ou saía dos escritórios poderia, desavisadamente, concluir que os engenheiros, gerais e técnicos tinham admiração pelos estratos inferiores dos diversos setores, isto é, por aqueles que representavam o “homem de aço” na sua essência. Da mesma forma, esse símbolo representava os “Silvas desconhecidos”<sup>134</sup>, retratados pelo Cronista do Informativo UNICON, José Miquiades Ursi, em 1978.

Pode-se afirmar, também, que a institucionalização e o controle eram representados nas cerimônias com os trabalhadores, quando todos se perfilavam de forma igualitária e competiam em busca da superação. A superação para o trabalhador braçal era o reconhecimento que poderia alongar a permanência deste como empregado nas empreiteiras. Contudo, para os Guardas de Segurança e feitores, aumentava o poder de coerção, tendo em vista que alguns eram os próprios técnicos esportistas das equipes desses trabalhadores atletas. Vê-se, neste caso, um duplo controle sobre o trabalhador: ele tinha que se esforçar para manter não só o emprego, mas também o desempenho nas competições

Além dessas cerimônias que apaziguavam e regulavam as tensões, outros mecanismos contrapunham-se ao esquema de aproximação amigável e livre de fiscalizações dos internos e dirigentes como, por exemplo, os recibos de pessoa e as fichas individuais. Tais mecanismos, somados aos demais documentos, caracterizam-se por ser comprobatórios da existência de um controle demasiado amplo sobre a vida e as ações dos trabalhadores; constituindo-se em outro elemento que demonstra o caráter de “Instituição Total” adotado pela Itaipu.

A ficha individual ligava o interno à instituição, mortificava seu “eu” de forma inicial; já, o recibo de pessoa aproximava o trabalhador do contexto do prisioneiro, pois tais recibos também eram utilizados nas transferências de detentos. Outra comparação possível se refere ao trabalhador e à mercadoria; e nesse caso, é uma classificação típica da sociedade

---

<sup>134</sup> “(...) O senhor ouviu bem. Não estranhe. Sou Anônimo da Silva. Um profissional como tantos outros que lutam de braços com o dever. Enfim, sou pago para desempenhar minhas funções. Modéstia à parte, conheço os segredos da armação. Há nove meses, discretamente, monto estas armações; corto aqui, aperto ali, ajusto as barras de acordo com os projetos, tecendo malhas como esta, muitas delas já cobertos pelo concreto. Como vê, para as armações não sou tão anônimo assim; conheço seus segredos. Segredos da força de meus braços, da habilidade de minhas mãos, do fôlego de meus pulmões, da oscilação de meus sentimentos, da persistência de minha vontade. Estão aí enterrados os meus segredos, guardados eternamente nas barras das armações que foram enterradas para sempre no ventre do concreto para fortalecê-lo. Portanto, toda a vez que alguém olhar para esses blocos que pisamos, lembrar-se-á que os segredos dos Anônimos como este da Silva solidificam a estrutura de desvio. Seu Anônimo da Silva, há momentos da vida em que o homem, o profissional tem que se superar, armazenar muita força de vontade para dar conta de suas obrigações. Como operário, o senhor enfrentou momentos com estas características? (...)” (Informativo UNICON, Ed. Nº 16, 16 de Out. de 1978, p.2)

capitalista, pois todos os envolvidos no processo de construção da usina, de alguma forma, venderam sua força de trabalho.

Para que esses dois documentos exemplificados acima fossem preenchidos, ocorreram outros momentos preliminares, ou seja, em que se contou com a participação de um membro da equipe diretiva que fez o preenchimento, e do interno que respondeu os questionamentos acerca de sua condição na vida civil. Portanto, os documentos informam-nos sobre práticas profundamente abusivas e desrespeitadoras das individualidades e das personalidades daqueles que foram os efetivos responsáveis pela construção de uma das maiores obras realizadas durante o período da Ditadura Civil-Militar brasileira.

O ritual de contratação dos trabalhadores a fim de formar a mão de obra da barragem para a época também denota a Itaipu como “Instituição Total”. É nesse momento, durante a entrevista para contratação, que ocorre a primeira “mortificação do eu”, pois todo o possível contratado passava por uma investigação da história de sua vida privada, para que, nos momentos seguintes, já interno na instituição, outros encaminhamentos fossem dados a partir daquilo que foi apresentado pelo trabalhador no ato da contratação. Desta forma, o dentista Lauro Consentino e o médico Ramillo Salles tiveram seus nomes postos para checagem na Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), quando atuavam como funcionários da UNICON.

Apesar desses documentos serem utilizados numa “Instituição Total” clássica publicamente, e, desta forma, a mortificação do eu duplamente efetiva, os mesmos documentos utilizados no Canteiro de Obras da Itaipu eram encaminhados sigilosamente aos órgãos de repressão. Contudo, isto não tirava, nem amenizava o processo controlador da instituição; ao contrário, instrumentalizava e potencializava o seu caráter opressor e controlador.

Nesse sentido, pôde-se observar, por meio da pesquisa, que o uso das fichas individuais a fim de bisbilhotar a vida particular e social do trabalhador foi providencial à medida que os dados sigilosos revelavam o envolvimento do trabalhador em atos “ilícitos”. Assim, a Itaipu direcionava as investigações e os acompanhamentos e, com mais ênfase, àqueles considerados suspeitos de subversão, como ocorreu com Salles, Consentino e outros.

Todos, sem exceção, deveriam se submeter a este processo, o qual era ainda mais rígido no caso dos Guardas de Segurança, quando na condição de internos cujos superiores usavam fichas paralelas para anotar o comportamento individual e as ocorrências nas quais

estivessem envolvidos. Tais anotações não estavam presente nos internos com as qualificações tipicamente civis.

Entretanto, os setores militarizados tinham poder apenas na manutenção da ordem, como se fossem a polícia de um determinado Estado. A polícia não intercede nas indústrias e nas fábricas para cobrar a agilidade na produção; sua função é reprimir e sustentar o aparato político do Estado. Em outras palavras, ela defende os interesses que emanam dos anseios políticos hegemônicos. Da mesma forma, observava-se a atuação das Agências de Segurança: elas defendiam as equipes dirigentes dominantes e asseguravam, por meio de força psicológica ou mesmo força física, a ação de outras equipes dirigentes ligadas à produção como, por exemplo, as Feitorias. Estas, por sua vez, não conseguiriam imprimir sua lógica de opressão, não fosse pela sustentação do braço policializado presente nas equipes dos Guardas de Segurança. Eram eles que, de forma objetiva e subjetiva, davam aos feitores o poder de cobrar e não ser cobrado, quando das realizações das diversas tarefas. Neste caso, fica evidente a existência de dois mundos no Canteiro de Obras: o da equipe dirigente e o dos internos.

A separação hierárquica entre o civil e o militar ocorreu da seguinte maneira: os militares superiores que organizaram o corpo de segurança apenas transferiram as denominações que sustentavam e caracterizam o tipo militar para o civil. Nesta delimitação, o uso de uniformes e a conduta militar apenas se estenderam de uma esfera para a outra, tornando-se um pré-requisito para ser membro daquelas agências.

Estruturalmente, os militares que formaram as Agências de Segurança construíram a ideia de que, para se configurar como força análoga, necessitaria, da mesma forma, desenhar um esquema ao estilo do militar e que os Guardas de Segurança fossem inseridos nessa organização. Em tal configuração, todas as ocorrências deveriam ser resolvidas nos respectivos quartéis como, por exemplo, as sindicâncias. De forma interna, estas, que mais se assemelhavam a inquéritos policiais, eram produzidas para punir ou inocentar os envolvidos, dependendo do grau dele nos escalões das equipes diretivas.

Em termos de internos e equipes diretivas, os Guardas de Segurança, apesar de repressores e de ter como função principal punir, não se diferenciavam dos outros internos na questão referente ao controle. As práticas cotidianas eram demasiadamente controladas para que seus erros não fossem reproduzidos e copiados pelos demais. Por exemplo, os GS que possuíssem dívidas, frequentemente deveriam fornecer balancetes acerca do controle destas dívidas. Isto não podia ser observado em se tratando de um pedreiro ou carpinteiro. Essa

repressão dos superiores tem origem expressa no campo militar, onde a obediência e o exemplo devem ser seguidos, para não dar espaço a futuros questionamentos acerca do comportamento do militar na vida privada.

Se as fichas individuais tinham, em termos sintéticos, as informações necessárias para desencadear a busca minuciosa das origens do trabalhador, os recibos de pessoa transformavam, em primeiro lugar, o indivíduo em prisioneiro; e em segundo, em mercadoria. Para além das garantias que se tinha na emissão e na troca de presos barrageiros entre as instituições, a emissão do recibo era a comprovação de que, nessa instituição, havia presos, e mais, havia o transporte e a troca de presos internamente entre as agências, e, externamente, entre as outras forças policiais.

Os militares superiores sabiam que a responsabilidade pela segurança era deles; nesse sentido, procuraram, aos moldes das esferas policiais, instrumentalizar a ação da prisão. Não obstante as características do período histórico, a prisão de qualquer pessoa deveria, de igual maneira, ser comunicada ao Juiz de Direito. De forma diferente da ficha individual, o recibo agregava itens menos ofensivos à mortificação do eu, mesmo que colaborasse para tal fenômeno como, por exemplo, quando o documento expressava a agressão física à vítima, mas afirmava estado de saúde normal. Se, na ficha de contratação, havia um candidato e um entrevistador das equipes dirigentes civis; no preenchimento do recibo, havia apenas a presença do autor de suposto crime na visão dos Guardas de Segurança que os preenchiam e as anotações que seguiam um protocolo que, em geral, não eram condizentes com a realidade.

Esse recibo era importante para assegurar que o preso, que normalmente era um trabalhador da categoria “C” ou “D”, fosse manejado, aos moldes de uma mercadoria, a qual não deveria ser danificada. Mostrava-se, por um lado, a preocupação em relação à integridade por meio desses recibos. Por outro lado, no campo do trabalho, a obra contribuía para acidentes, desde os menores até os de grandes proporções. Porém, em ambos os acidentes, os “barrageiros” eram consumidos, sem que fossem dados os encaminhamentos legais de perícia. Era uma questão que se mostrava de forma contraditória: havia tortura, havia prisões ilegais, havia acidentes fatais, sobretudo cometidos por falhas das equipes diretivas civis, isto é, ocorria uma série de encaminhamentos considerados ilegais à luz da legislação. Porém, emitiam-se recibos de pessoa que de nada adiantava diante dos demais problemas considerados de maior gravidade; os recibos, de certa forma, eram emitidos simplesmente para resguardar os opressores.

O caso dos presos políticos que circulavam no âmbito das delegacias do DOPS e de outros órgãos de repressão ilustram bem isso. Eles eram trocados entre as forças, transferidos entre delegacias e presídios e torturados em cada departamento. Nota-se, então, o comprometimento apenas com a burocracia, mas não com a integridade do trabalhador no caso do Canteiro de Obras. A preocupação parece ter se restringido apenas ao estado vivo ou morto, não à saúde da pessoa que era entregue por meio dos recibos. Isto também era passivo de se observar na Itaipu Binacional. No Capítulo dois, apresentou-se, a título de exemplo, um recibo de pessoa, entregue a um GS brasileiro da Itaipu por um GS paraguaio. No exemplo, o Guarda de Segurança brasileiro recebeu o preso com as anotações de que o estado físico estava normal, no entanto, ao chegar no Brasil, havia queixa de fratura no braço do trabalhador, ou seja nesse caso é possível supor que o homem havia passado por uma seção de tortura, ao ser preso pela Agência de Segurança do Paraguai.

A instituição tomou providências para fazer com que o homem se sujeitasse aos instrumentos reguladores: isto era parte da institucionalização, contudo essa pressão sofrida pelos operários não diminuiu, tampouco evitou que o Canteiro de Obras fosse palco da sublevação dos trabalhadores. Este processo ocorreu de forma paulatina, à medida que crescia a consciência política por meio da agremiação em sindicatos. Quanto às greves, pode-se dizer que, mesmo diante do controle estabelecido por meio das estruturas físicas e das equipes diretivas civis nos setores de trabalho, esses movimentos paredistas não foram evitados. As greves foram o ápice da ressurreição da categoria oprimida. De certa maneira, os panfletos expressaram essas insatisfações.

Nesse momento, não havia muita distinção entre as categorias apresentadas e descritas pelas denominações dos crachás e o movimento as acolheu como se fosse uma só. Nos piquetes, todos estavam em busca de uma solução para os problemas dos déficits salariais do governo Sarney (PMDB), demonstrando que o controle institucional estava também vinculado e apoiado irrestritamente pela Ditadura Civil-Militar, porque oscilava à medida que se alcançavam os direitos da retomada da democracia, em 1985.

Em termos gerais, o objetivo de controlar o trabalhador para a melhor desenvoltura deste na produção foi alcançado. Do início das escavações até o momento em que iniciaram as grandes paralisações e os enfrentamentos, muitas mudanças políticas e estruturais foram alcançadas. Para vigiar e dar conta da mobilidade e dos embates dos trabalhadores, as Agências de Segurança que, nos primeiros momentos (1975-1976), tinham apenas uma grande estrutura aberta por explosivos no leito do Rio Paraná para vigiar, cresceram

profissionalmente no aspecto operacional da instrumentalização, da mesma forma como cresciam os blocos de concreto.

A partir de 1981, iniciaram-se as montagens eletromecânicas. E nessa nova configuração, houve a aceleração e o novo modelo de abordagem dos serviços de repressão das agências em relação aos trabalhadores. Se, anteriormente a 1981, a grande massa dos chamados barrageiros consistia basicamente daqueles ligados à construção civil; após esse momento, inseriram-se, no mesmo ambiente, operários tecnicamente qualificados e com maior poder de argumentação frente às empreiteiras. Isto se devia ao tipo de indústria de origem desses trabalhadores da Itamon, fato que ficou evidente em todos os momentos, a partir das montagens das Unidade Geradoras que estavam a cargo dessa empresa e desses empregados.

Não havia muitos avanços em relação ao controle, mas o substancial amadurecimento da reação diante do aparelho repressor, a ponto de, nas greves gerais, a Assessoria de Segurança Física solicitar o apoio das forças militares para auxiliar na contenção dos grevistas.

Não obstante a disposição de emprego do Exército contra os trabalhadores após a Ditadura Civil-Militar ser uma normalidade na Itaipu, havia ainda outras circunstâncias que estavam para além da contenção: a hidrelétrica já estava com a produção energética em curso e, de certa forma, não poderia comprometer a produção e os equipamentos diante de possíveis atos de sabotagens.

Nesse sentido, a Assessoria de Segurança Física, que anteriormente tinha apenas a experiência de seus homens, ligadas ao conhecimento prévio com o militarismo e à aproximação com a Comunidade de Informações, pôde ter ampla atuação, em razão do trabalho conjunto com a Polícia Militar e o Exército na repressão aos movimentos, além da segurança de pontos sensíveis e da visita de autoridades que coincidiram com as paralisações de 1987.

A “Instituição Total”, ao contrário do que pode ser sugerido, não está totalmente livre de ter, por parte de seus internos, momentos de insatisfação, tampouco de sublevações de toda ordem. Uma instituição cuja meta é o controle dos internos (GOFFMAN, 2013) lida com as mais diversas ações que demonstram descontentamento. Elas podem partir do interno em relação ao membro da equipe dirigente ou em relação às próprias barreiras e ao atendimento a ele dispensado. Em termos gerais, a vida controlada do interno sempre será passível de ruptura, de sublevação e investidas contra os membros das equipes diretivas.

As greves de fome e as rebeliões são artifícios dos internos contra as instituições de correção, com processos geralmente traumáticos. Com relação ao enquadramento da categoria dos barrageiros como internos, pode-se considerar que, embora nenhum deles fosse obrigado a permanecer nas frentes de trabalho, eles eram controlados. O controle ocorria pelo pertencimento, pelos ganhos secundários e pelas relações adquiridas no decorrer dos meses e dos anos de trabalho. Com efeito, nessas circunstâncias, as possibilidades de controle ficariam mais evidentes, tendo em vista a fragilidade do trabalhador. Contudo, isto não era a perpetuação de um domínio; era a passividade mascarada pela necessidade do emprego.

Um soldado que cumpre o Serviço Militar obrigatório fica passivo de forma obrigatória, assim como um doente mental controlado por meio de medicamentos, entretanto há que se considerar que tanto os internos de instituições totais clássicas (exércitos, manicômios, conventos etc.) quanto os barrageiros que construíram a Itaipu não são inertes às situações a que estão submetidos. As relações entre equipes diretivas e dirigentes têm seus limites e especificidades. O funcionamento adequado dessas relações também tem seus critérios como, por exemplo, os momentos em que as equipes dirigentes se mostram frágeis ou usam demasiadamente de seu poder para impor as regras correcionais da instituição, invariavelmente, acompanhados de rebeldias e contestações executadas por parte dos internos.

Nesse primeiro momento, foram apresentadas as principais características que permitem tratar a Itaipu como uma “Instituição Total”. Esta caracterização colocou em lugares separados aqueles que representavam as equipes dirigentes civis, os que figuravam como internos, e, posteriormente, como agiam as equipes dirigentes de origem militar. Havia, portanto, dois campos distintos, contrariando a teoria proposta por Erving Goffman (2013), na qual ele considerou uma só equipe diretiva escalonada e harmônica. Para o sociólogo, as instituições totais caracterizam-se por essa formação: de um lado, os membros das equipes que dão as ordens; do outro, os internos que obedecem sob pena de serem castigados. Este estudo, contudo, mostrou que, na Itaipu, no Canteiro de Obras e nas vilas residenciais, houve um desdobramento significativo, que seguia um propósito específico. Esse desdobramento foi a montagem e a estruturação das Agências de Segurança e a importância estratégica destas como uma segunda equipe diretiva cuja função se caracterizava pelo policiamento, ou seja essa equipe diretiva nada interferia na produção dos trabalhadores. Sua função era a de controlar o interno no âmbito da instituição.

De certa forma, havia o nivelamento entre essas equipes diretivas (militar e civil), mas, em determinados momentos, ele era rompido. Na perspectiva de tentar compreender esse

meandro do processo, percebi que as noções de Goffman não davam conta de explicar de maneira satisfatória. Entendo que o autor não se preocupou muito em descrever como ocorre o funcionamento das hierarquias que compõem a organização da equipe dirigente, muito menos o conjunto de relações que faz essa hierarquia funcionar, embora tenha chamado atenção para a complexidade de seu funcionamento. Assim, ao analisar as fontes, pude perceber que elas traziam informações que iam além da própria teoria e que, no caso aqui em estudo, precisavam ser melhor explicadas.

Nesse sentido, existiam relações que transcendiam as barreiras institucionais e se entrelaçavam num campo mais amplo e dialogavam com questões que não diziam respeito somente ao mundo da “Instituição Total”, mas iam para além dela. Desta forma, a partir da análise das fontes, verifiquei que o funcionamento e as ações tomadas pela equipe dirigente não eram estáticas e cumpridoras de normas específicas e fechadas.

Diferentemente disso, variadas situações poderiam ter resultados, avaliações e abordagens diferenciadas, dependendo de quem estivesse envolvido nos problemas institucionais. Para compreender mais profundamente esse fenômeno, busquei auxílio nas análises de Pierre Bourdieu. Um exemplo disso foram os conflitos extrainstituição, isto é, aqueles relacionados ao poder que envolveram Guardas de Segurança e policiais.

Por outro lado, as narrativas dos trabalhadores apontaram para a cumplicidade entre aqueles que, em tempos anteriores ao da construção da Usina de Itaipu, tiveram suas relações e conhecimentos oriundos do convívio em alguma Unidade Militar do Exército. Neste caso, as Forças Armadas seriam, com mais ênfase na Segurança Física da UNICON, o lugar onde os Guardas de Segurança mantiveram relações como militares, e após a contratação nessa Agência de Segurança, indicava outro. Construía-se uma teia de inter-relacionamento, baseada em critérios variados como, por exemplo, as relações e círculos de amizade (capital social) e a experiência (capital cultural) mobilizadas, antes e depois, de um trabalhador ser contratado para ser parte das Agências de Segurança.

O Fato da SFU ter esta estratégia de indicações como forma mais utilizada para recrutar os Guardas de Segurança de sua unidade não quer dizer que esse processo fosse dominante. Assim também ocorreu com a Segurança Física da Itaipu na qual foi utilizada a ferramenta de informações tomadas nas Unidades Militares específicas e que, por meio disso, despontavam como pré-requisito para ser um Guarda de Segurança, logo no início da construção da barragem. De forma inversa da SFU, a SFI, que possuía na sua direção dois gerais licenciados, tinha essa facilidade; e quando da posse dessas informações acerca dos

militares que tinham ido para reserva, mandavam correspondências, sondando-os sobre o interesse por ser um Guarda de Segurança da Estatal. Entretanto, pode ser que ocorresse o mesmo processo de indicações pessoais, tal como na Segurança Física da UNICON.

Enfim, independentemente da aplicação dos dois processos para se chegar ao cargo, o conhecimento específico na área, as relações pessoais (capital social), além da cristalização da disciplina militar (capital cultural) recrudesceram o poder opressivo e controlador que os generais julgavam necessário para a manutenção da ordem no complexo da Itaipu Binacional.

A voz autorizada do campo militar sobressaía-se, primeiro porque à frente da Direção Geral da Itaipu Binacional estava um general; e posteriormente, porque os mesmos conhecimentos e relações faziam dos homens da segurança porta-voz autorizados deste e do próprio regime Militar, imposto pelo Golpe de 1964. Neste período histórico, apesar de a Itaipu ser uma empresa pública, a admissão não era por concurso público, o que potencializava este tipo de relação.

A gama de documentos (recibos de pessoa, sindicâncias e ocorrências) que eram formalizados pelos serviços secretos e operacionais das Agências de Segurança e que compuseram seu formato controlador não poderiam ser produzidos por pessoas que não tivessem conhecimentos prévios acerca dessa metodologia. Para que fosse desencadeada uma sindicância, o primeiro passo era a ocorrência, após a verificação por parte de um superior, geralmente um Inspetor de Segurança na ASF, e o coronel na SFU, e se o assunto declarado pelo Fiscal ou pelo Guarda de Segurança no Livro Ata demandasse uma averiguação mais apurada. Geralmente, as sindicâncias eram presididas por um oficial da reserva das Forças Armadas, pois, anteriormente a sua realização, era elaborado um questionário direcionado para o fato a ser apurado e para os envolvidos. Em termos gerais, as sindicâncias eram tendenciosas e se ocupavam nas suas realizações de interrogatórios aparentemente violentos, à medida que o suspeito mudava suas declarações de forma repentina: em determinado momento negava de forma efetiva; mas, em outro, assumia, delatando os demais envolvidos.

Isso acontecia com aqueles que pertenciam à equipe dos internos dos trabalhadores braçais ou civis. Por outro lado, se os envolvidos fossem das equipes dirigentes militarizadas, ou das equipes dirigentes superiores civis, as sindicâncias, mesmo chegando em fatos que comprovassem a culpabilidade, eram direcionadas com pareceres que amenizavam a culpa dos envolvidos, ou os inocentavam totalmente, dando outros encaminhamentos à ocorrência, ou seja, era o momento da materialização das relações de conhecimento. Nos termos de Bourdieu, quanto mais capital social, cultural ou econômico uma pessoa for portadora em um

determinado conjunto de relações sociais e pessoais, maior facilidade ela terá de converter esses capitais em mais capital ou reconvertê-los em outros capitais.

A pesquisa permitiu concluir que nenhum membro das equipes dirigentes (Nível A) foi detido e teve o próprio nome exposto em recibos de pessoa. Havia a necessidade de controle, porém alguns encaminhamentos burocráticos que ferissem ou pudessem prejudicar a imagem do alto escalão eram descartados pelas Agências de Segurança. Por outro lado, se houvesse a necessidade desse encaminhamento, os documentos seguiam de forma confidencial, conforme foi demonstrado no Capítulo três, no problema relacionado aos moradores do conjunto residencial “B”.

Não obstante os problemas enfrentados no dia a dia da barragem e entorno, a Assessoria de Segurança Física mantinha um esquema de espionagem que também foi importante no conjunto da Comunidade de Informação. Além disso, esse conhecimento prévio, obtido dos serviços de informação por meio da ESNI, permitia o controle das atividades de cunho sindical, limitadas em função da própria legislação, além da filosofia de trabalho repressora imposta pelo General José Costa Cavalcante e de sua força de segurança.

Da mesma forma, as ocorrências, os recibos de pessoa e as sindicâncias era parte do mundo institucional. Para um desses procedimentos ser lavrado, era porque havia um processo de ruptura na normalidade que se mostrava aparente. Assim, as prisões e torturas feitas aos trabalhadores pelos GS, os maus tratos e o assédio promovido pelos feitores estavam para além das necessidades que, na maioria das vezes, mostravam-se vinculados à identificação do trabalhador como barrageiro. No entanto, todo o controle se mostrou ineficaz, à medida que havia a tomada de consciência em relação ao opressor.

No primeiro momento (1976-1985), o interno reagia pontualmente em virtude das fortes pressões internas e externas sofridas, o que refletia no interior do Canteiro de Obras, cujos alvos eram as duas equipes diretivas. Já, para o segundo momento (1986-1988), as ações foram catalisadas para a luta contra as perdas salariais no governo do Presidente José Sarney (PMDB). Neste momento, a mobilização atingiu mais da metade dos trabalhadores e demonstrou que o controle promovido pela instituição não estava mais respondendo à altura da proposta inicial, tendo em vista o processo de redemocratização e as novas perspectivas com relação aos direitos sociais que estavam em pauta na Assembleia Nacional Constituinte, sobretudo os relacionados ao direito as greves. Mas, se isto se mostrava evidente e era considerado um ponto positivo para os barrageiros, as ações da Forças Armadas que

socorreram o governo federal nas greves das estatais e a Itaipu não ficaram fora desse contexto; só fizeram potencializar e coroar o aparato repressor dos anos anteriores.

No tocante à repressão, no sentido estrito do termo, no momento das greves, as duas Agências de Segurança não tiveram papéis preponderantes. Aliás, a Segurança Física da UNICON já se mostrava com limitações quanto ao número de postos e atribuições. Contudo, a Segurança Física de Itaipu contribuiu sistematicamente na produção de informações que visavam informar a Direção Geral, que àquela altura estava a cargo do General Ney Aminthas de Barros Braga; as informações ainda contemplavam os demais órgãos repressores, ou seja, todos os momentos do movimento paredista foram demasiadamente problematizados nos relatórios sucintos, elaborados pelos agentes infiltrados da ASF.

Os relatórios elaborados no primeiro movimento possibilitaram ao Capitão Henrique Roberto Hebling requisitar o fornecimento de refeições para o Exército e para a Polícia Militar que mantinham o cerco dos barrageiros, na região do Conjunto Habitacional “C”. Em termos gerais, o Governo de Sarney (PMDB) foi providencial nesse tipo de repressão. Se, na Itaipu, no ano de 1987, ocorreram apenas ferimentos a baionetas contra alguns operários; na ocupação da Siderúrgica de Volta Redonda, em 1988, foram registradas mortes de trabalhadores pelas forças do Exército. Essa ação do Exército mostrava uma aproximação com o governos providenciada pela tutela não só do Exército, mas também das demais Forças Armadas, a uma agremiação política que ainda não estava desvinculada da Ditadura Militar.

Esse estudo acerca da história da construção da hidrelétrica de Itaipu almejou mostrar a dura realidade dos trabalhadores, por alguns alcunhados como barrageiros, entretanto descritos como homens e mulheres comuns por poucos; aqueles que ganharam esse atributo de barrageiro por uma história oficial e tendenciosa que oculta as relações desses homens com as equipes dirigentes e com a obra em si. Considerando a complexidade da construção e o número de pessoas que transitaram pelo Canteiro de Obras, o material apresentado nesse estudo buscou demonstrar essas relações. Assim, as análises aqui produzidas buscam dimensionar as relações conturbadas desencadeadas no dia a dia dos trabalhadores e da Usina cujo reflexo concentra-se nos acidentes de trabalho ocorridos. O sigilo que campeava as instituições no regime militar alcançou, com muito êxito, a construção de Itaipu. Enquanto as equipes diretivas civis ocultavam da sociedade os acidentes de trabalho, com vistas a dinamizar a construção da Usina, as equipes diretivas militares faziam o mesmo; contudo, estendiam este controle aos procedimentos internos, aos quais eram submetidos os trabalhadores.

A tortura,então, tornou-se uma ação avalizada pelas Agências de Segurança. Primeiro, porque fazia parte da rotina; segundo, porque essa mesma segurança, da mesma forma que o Serviço Social, nada fazia para denunciar culpados ou acolher aqueles que vinham da Delegacia de Polícia com evidentes sinais de tortura; ao contrário estes, imediatamente, deveriam ir para a sua frente de trabalho, sob pena de demissão. Parece que havia um complô nesse sentido. Da mesma forma que trocavam recibos de pessoa, interligando as forças repressoras, a polícia encaminhava-os de volta, confiante de que os que foram torturados não seriam compelidos a denunciar os policiais responsáveis pelos interrogatórios. Cabe ressaltar que as torturas psicológicas entram também nessa análise, pois representavam incidência maior que a física.

Na perspectiva desse estudo, toda a estrutura, num determinado período chamada Canteiro de Obras, além das áreas residenciais, necessita ser revisitada e trazida novamente para outra discussão, no que se refere ao desrespeito promovido pela Ditadura Civil-Militar contra os Direitos Humanos. Além disso, esse estudo convida a discutir qual seria o papel das empreiteiras nesse contexto. Caberia, neste último caso, as torturas cometidas especialmente pela Segurança da UNICON que se valeu também das práticas promovidas pela militarização para impor um regime de opressão e alcançar o controle dos trabalhadores.

São vários os indícios que sugerem a prática do cárcere privado, quando nas duas Agências os agentes mantinham trabalhadores detidos para realizar interrogatórios e outros procedimentos. Vale lembrar que estes lugares (quarteis) foram construídos isolados dos outros setores. Além disso, conforme os depoimentos, haviam salas exclusivas para este fim, de maneira que o inquirido ficasse isolado, colaborando para impor um regime de medo e de tortura psicológica, mesmo nos momentos anteriores aos interrogatórios propriamente dito.

A pesquisa, por meio das análises das entrevistas e de documentos, mostrou que, se nas delegacias e quarteis havia a tortura de forma escancarada, durante a construção dessa barragem muitos anônimos foram também submetidos a tal prática. Além de não serem considerados como aqueles lutavam a favor da redemocratização, a história de cada um deles foi esquecida; aqui, entretanto, foram contadas e problematizadas. Além disso, o discurso de eticidade e moralidade, difundido pelas equipes diretivas a respeito de si mesmas, também pode ser questionado. Assim, ao longo do estudo, foram apresentados exemplos que demonstram o quanto esses grupos usaram de sua posição social, de seus conhecimentos e de sua riqueza (capital social, cultural e econômico) para manobrar as situações em que eles e os

seus estavam envolvidos, de forma a não serem alvo das leis e da repressão que inventaram e das quais não tinham pejo de usar para punir os trabalhadores.

Esse estudo não pretende esgotar o tema, nem mesmo os fatos que comprovam as hipóteses. Procurou, ao contrário, apenas iniciar uma discussão até então superficial e, algumas vezes, nebulosa. Espera-se, a partir dele, estimular novas buscas e abordagens que esclareçam melhor a realidade do chamado Canteiro de Obras, bem como da ação das Agências de Segurança no período de 1974 a 1987, mas principalmente da história, das dificuldades, das lutas e das conquistas alcançadas pelas greves dos chamados barrageiros.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da história oral**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BECKER, Howard S. **Uma teoria da ação coletiva**. Zahar editores: Rio de Janeiro, 1976.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. Trad.: Floriano de Souza Fernandes, Petrópolis, Vozes, 1985.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 13ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

\_\_\_\_\_. **A economia das trocas linguísticas**. O que falar quer dizer. 2.Ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. **Classificação, desclassificação, reclassificação**. In: **Escritos de educação** (Orgs. Maria Alice Nogueira, Afrânio Mendes Catani). Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. (8ª ed. 2005), p. 145-184.

CATTA, Luis Eduardo. **A face da desordem: pobreza e estratégia de sobrevivência em uma cidade de fronteira (Foz do Iguaçu/1964-1992)**, UFF, 2005.

CURIA, Luiz Roberto; CÉSPEDES, Livia; NICOLETTI, Juliana. **Vade Mecum**. 13. Ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 13982.

DEBERNARDI, Enzo. **Apuntes para la historia política de Itaipu**. Editora Gráfica Continua S.A: Assunción – Paraguay, 1996.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Tradução Vera Ribeiro: Rio de Janeiro, Zahar, 2000.

FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. - 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. **Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. RJ: Zahar, 1982.

\_\_\_\_\_. **Manicômios, Prisões e Conventos.** Tradução de Dante Moreira Leite. 7ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2013.

HELLER, Milton Ivan. **Resistência democrática:** a repressão no Paraná. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Curitiba: Secretaria de Cultura do Estado do Paraná, 1988.

ITAIPU Binacional. **Atos Oficiais da.** Ed. atualizada até outubro de 2005. Curitiba: ITAIPU Binacional, 2005.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

LINHART, Robert. **A greve na fábrica.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LONDON, Jack. **O tacão de ferro.** Tradução Afonso Teixeira Filho: Boitempo Editorial, 2003.

MACIEL, David. **De Sarney a Collor:** Reformas políticas, Democratização e Crise (1985-1990). São Paulo: Alameda/Goiânia: Funape, 2012.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos.** Boitempo, 2ª Reimpressão: março de 2008. Tradução Jesus Ranieri.

MAZZAROLLO, Juvêncio. **A Taipa da Injustiça:** esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu: 2ª Ed. Loyola, São Paulo, 2003.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **“Estado e Sociedade”.** In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). História: pensar & fazer. Niterói, LDH-UFF, 1998, p. 13-32.

MORENO, Juan Antonio Pozzo. **ITAIPÚ: Una victoria bien brasileña,** 2011.

PALMAR, Aluizio. **Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?** Curitiba – Travessa dos Editores, 2012.

PINTO, Tão Gomes. **Itaipu:** integração em concreto ou uma pedra no caminho. Editora: Amarylly, São Paulo, 2009.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente?** São Paulo, n. 14,1997, p. 25-39.

\_\_\_\_\_. Alessandro. Memórias divididas. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos e abusos da história oral. - 8ª edição – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

QUINTELLA, Wilson. **Memórias do Brasil Grande:** a história das maiores obras do país e dos homens que as fizeram. São Paulo: Saraiva, 2008.

RISG-Regulamento Interno dos Serviços Gerais. Separata ao Boletim do Exército Nº 51/2003.

SILVA, Golbery do Couto. **Conjuntura Política Nacional**. O poder Executivo & Geopolítica do Brasil. 3ª Ed. Brasília. Editora UNB, 1981.

TZU, Sun. **A arte da guerra**. Porto Alegre: L&PM, 2006.

## 7 TESES

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **A Ditadura dos Empreiteiros; as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964/1985**. UFF, 2012.

LIMA, Ivone Therezinha Carlleto de. **Itaipu: as faces de um mega-projeto de desenvolvimento, 1930-1984**. Tese de doutoramento em História. Niterói: UFF, 2004. 443p.

PADRÓS, Enrique Serra. **Como El Uruguay no hay...TERROR DE ESTADO E SEGURANÇA NACIONAL**. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar. UFRS, 2005, Tomo II, p.434-876.

## 8 DISSERTAÇÕES

MANARIN, Odirlei. **Peões da barragem**. Memórias e relações de trabalho dos operários da construção da Hidrelétrica de Itaipu – 1975 a 1991. Dissertação. UNIOESTE, 2008, 147 p.

MASCARENHAS, Milena Costa. **Poeira x Unicon**. Confrontos e contrapontos entre expropriados e Itaipu. Dissertação. UNIOESTE, 2011, 151 p.

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. **Memórias do concreto: vozes na construção de Itaipu**. Cascavel: Edunioeste, 2002, 116 p.

SILVA, Jussaramar da. **A Usina de Itaipu e a Operação Condor: O outro lado das relações bilaterais Brasil- Paraguai (1973-1987)**. Dissertação de Mestrado: PUC, SP, 2010, 189 p.

SUTUYO, Patrycia Caludia Godoy. **Segregação Urbana: estudo de caso das vilas de Itaipu**. Dissertação de Mestrado: UFSC, 1998.

## 9 ARTIGOS CIENTÍFICOS

BARROS, José D'Assunção. **O conceito de alienação no jovem Marx**. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 23, n. 1. Junho de 2011, p.223-245.

FERNÁNDEZ, Jorge Christian. **O vôo do Condor em Passo Fundo:** o sequestro do engenheiro argentino, setembro de 1978. Jornada de estudos sobre ditaduras e direitos humanos: Porto Alegre-RS, 2011, p.456.

LOPES, Felipe Tavares Paes. **Estudo e pesquisa em psicologia.** UERJ: Rio de Janeiro, Ano 9, Nº 2, 2009.

KUNZE, Nadia Cuiabano. **Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.33,** p.289-294, mar.2009.

RESENDE, Pâmela de Almeida. **“En todas las dictaduras siempre hay espacios de resistencia frente a la opresión”.** A atuação dos movimentos pela anistia e o controle e vigilância do regime civil-militar (1975-1983): Revista Tempo e Argumento. UFSC 2013, p. 207-233.

SILVA, Jussaramar. **A Assessoria Especial de Informações da Usina Binacional de Itaipu e suas relações no Brasil e no Paraguai.** Encontro Memorial do Instituto de Ciências Humanas e Sociais/UFOP: 2009: Mariana, MG, 2.400p.

VIEIRA, Tiago de Jesus. **Revista Trilhas da História.** Três Lagoas, v.1, Nº1 jun-nov 2011, p.114-130.

## **10 ENTREVISTAS**

### **AFONSO. Entrevista concedida em 11 abr. 2012 na Cidade de Foz do Iguaçu Paraná.**

Chegou em Foz do Iguaçu em 1979 vindo do Município de Nova Aurora-Pr. Nesse mesmo ano entrou no Consórcio UNICON como Ajudante de Cozinha profissão que permaneceu até a saída em 1991.

### **AQUINO, Wilson Batista de. Entrevista concedida em 22 de dez. de 2014 na Cidade de Foz do Iguaçu.**

Abandonou a lavoura em 1977 para vir trabalhar no Consórcio UNICON. Inicialmente foi contratado como Ajudante de Serviços, mas posteriormente mediante os treinamentos foi sendo classificado. Nesse período no Canteiro de Obras passou por outras empreiteiras como o Consórcio da Itamon. Chegou à aposentadoria só trabalhado em barragens.

### **AMÉRICO. Entrevista concedida em 27 abr. 2014 na Cidade de Foz do Iguaçu Paraná.**

Ingressou na Segurança Física da Itaipu em 1975. Passou por alguns setores dentro dessa Agência de Segurança, mas teve uma atuação expressiva no serviço de inteligência que era ligado a AESI.

### **CHARLES. Entrevista concedida em 06 abr. 2012 na Cidade de Foz do Iguaçu Paraná.**

Ingressou na segurança da UNICON no ano de 1976 após o Serviço Militar obrigatório em Brasília-DF, permaneceu na UNICON até 1988.

### **BETO. Entrevista concedida em 17 de mar. de 2012 na Cidade de Foz do Iguaçu.**

Trabalhou na barragem de Itaipu desde 1978 após sair do exército em Brasília – DF tendo aposentado em 2012.

**EDEGAR. Entrevista concedida em 27 de abr. de 2012 na Cidade de Foz do Iguaçu.** Após passar pelo 1º Batalhão de Fronteira ingressou na Segurança da UNICON em 1978 permanecendo até 2002.

**JOAQUIM. Entrevista concedida em 15 de jul. 2013 na Cidade de Foz do Iguaçu.** Joaquim foi o único trabalhador entrevistado que atuou nas obras de infraestrutura antes de adentrar no território do Canteiro de Obras. Com antecedentes também na agricultura, Joaquim permaneceu na UNICON até 1985, posteriormente foi trabalhar no transporte coletivo onde permanece atualmente.

**MATHEUS. Entrevista concedida em 12 set. 2013 na Cidade de Foz do Iguaçu Paraná.** Ingressou diretamente na Segurança da Itaipu Binacional no ano de 1975 convidado pelos militares que atuavam como chefes de setor. Oriundo também do exército de Brasília-DF permaneceu na segurança de Itaipu até 1995, ano em que se aposentou.

## **11 JORNAIS E REVISTAS**

Jornal Nosso Tempo, Ed. 03/10/1980.  
Jornal Nosso Tempo, Ed. 11/03/1981.  
Jornal Nosso Tempo, Ed. 25/03/1981.  
Jornal Nosso Tempo, Ed. 04/10/1981.  
Jornal Nosso Tempo, Ed. 23/12/1981.  
Jornal Nosso Tempo, Ed. 29/04/1982.  
Jornal Nosso Tempo, Ed. 05/10/1987.  
Informativo UNICON, Ed. 04/02/1978.  
Informativo UNICON, Ed. 12/04/1979.  
Informativo UNICON, Ed. 26/05/1979.  
Informativo UNICON, Ed. 04/10/1979.  
Informativo UNICON, Ed. 18/10/1979.  
Informativo UNICON, Ed. 15/04/1980.  
Informativo UNICON, Ed. 18/03/1981.  
Informativo UNICON, Ed. 02/04/1981.  
Informativo UNICON, Ed. Nº 125, abril de 1987.  
Informativo UNICON, Ed. Nº 133, maio de 1988.

Revista VEJA, Ed. 24/03/1976.  
Revista Paineis, Ed. Nº 86, maio de 1980.

## **12 CENTRO DE DOCUMENTAÇÕES DE ITAIPU**

FILMES: 9192F 0001; 9194F 0033; 9194F 0050; 9191F 0066; 9195F 0254; 9192F 0633; 9195F 0682; 9192F 0794; 9196F 0931; 9193F 1195; 9194F 1301; 9191F 1377; 9195F 1406; 9198F 1407; 9195F 2015; 9181F 1767; 9181F 2006; 1750; 9181F 1751; 9181F 1738; 9182F

0030; 9185F 0211; 9188F 1099; 9185F 0588; 9188F 1049; 9188F 1049; 9188F 1101; 9188F 1102; 9188F 1519; 9188F 1545; 9188F 1665; 9188F 1828; 9188F 2041; 9188F 2078; 9188F 2233.

### **13 ARQUIVOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA FÍSICA**

Ocorrências do Livro Ata. Comunicação, 002/77; 10 de out. de 1978.  
Fotografia nº 32.

### **14 ARQUIVO NACIONAL**

Caixas: 25/A2; 12/F2

### **15 ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ**

Pastas: 1606.195; 1493b 175; 1785 a.214; 2374-27A.

### **16 SITES DA INTERNET**

Disponível: <http://www.documentosrevelados.com.br>. Acesso em 15/11/2014.

Disponível: <http://www.h2foz.com.br/historias-sinceras-da-fronteira>. Acesso em 30/01/2015.

Disponível: <http://www.documentosrevelados.com.br>. Acesso em 13/05/2014.

Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Constituicao67>. Acesso em 06/03/2014.

### **17 FOTOGRAFIAS**

**11:** Equipe de atletismo da Segurança Física da UNICON.

**14:** Guarda de Segurança da Itaipu (Vigilância do Passe P), na Ponte Internacional da Amizade no Rio Paraná.

**15:** Guardas de Segurança da UNICON.

**30:** Esquema da ocupação militar nas greves de 1987. Aspecto atual da região.

**31:** Sarney e Stroessner em 1987.

**32:** Militares posicionados no trevo da Vila "C" na greve de 1987.

**36:** Secção de Armadores no pátio de treinamentos da UNICON-1982.

**39:** Cabo Aéreo e Peiners.